ÍNDICE

PREFÁCIO 13

I PORTUGAL

Sessão Solene Comemorativa do 26.º Aniversário do 25 de Abril de 1974 *[25 de Abril de 2000]* 37

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas *[10 de Junho de 2000]* 55

Sessão Solene Comemorativa do 90.º Aniversário da Implantação da República *[5 de Outubro de 2000]* 71

Cerimónia Comemorativa da Restauração da Independência *[1 de Dezembro de 2000]* 77

II JUSTIÇA E ESTADO DE DIREITO

Sessão de Abertura do V Congresso dos Advogados Portugueses *[17 de Maio de 2000]* 85

Posse do Procurador-Geral da República *[9 de Outubro de 2000]* 89

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial *[8 de Fevereiro de 2001]* 93

III CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Comemoração do Dia Internacional da Mulher *[11 de Março de 2000]* 111

Sessão de Encerramento do Seminário sobre «Cidadania Enquanto Participação Cívica» *[24 de Março de 2000]* 119

Sessão de Abertura do IV Congresso Português de Sociologia
[17 de Abril de 2000] 125

IV FORÇAS ARMADAS

Cerimónia de Recepção ao Contingente Militar regressado de Timor
[7 de Setembro de 2000] 133

Posse do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
[12 de Outubro de 2000] 137

V TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESÃO NACIONAL

Sessão de Abertura do Conselho Internacional
da Federação Mundial das Cidades Unidas *[1 de Abril de 2000]* 145

Sessão de Abertura do I Congresso do Oeste *[28 de Abril de 2000]* 149

Sessão de Apresentação do Plano Estratégico
do Vale do Ave 2000-2006 *[24 de Maio de 2000]* 153

Sessão de Abertura das Comemorações do 80.º Aniversário
da Associação Industrial e Comercial de Fafe *[24 de Maio de 2000]* 157

Sessão de Abertura do Seminário sobre «Participação
dos Escalões Infra-Estruturais na Governância Europeia»
[23 de Junho de 2000] 163

Inauguração da nova Pista do Aeroporto da Madeira
[15 de Setembro de 2000] 169

Sessão de Abertura do V Congresso das Comunidades Madeirenses
[16 de Setembro de 2000] 175

Sessão Solene na Câmara Municipal de Viseu *[9 de Outubro de 2000]* 179

Sessão de Abertura do I Congresso da Ordem dos Arquitectos
[26 de Outubro de 2000] 187

VI EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Visita ao Instituto Politécnico de Castelo Branco *[13 de Abril de 2000]* 195

Visita à Universidade do Minho *[2 de Maio de 2000]* 203

Visita à Universidade Portucalense *[2 de Junho de 2000]* 213

Comemoração do Ano Mundial da Matemática *[2 de Outubro de 2000]* 219

Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 2000-2001
do Instituto Politécnico de Santarém *[17 de Outubro de 2000]* 227

Sessão Solene Comemorativa do 20.º Aniversário
da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
da Universidade de Lisboa *[9 de Novembro de 2000]* 233

VII CULTURA

Sessão Solene de Abertura da Conferência Internacional
«Bibliotecas Públicas: Inventando o Futuro» *[11 de Maio de 2000]* 241

Cerimónia de Entrega do Grande Prémio do Romance e da Novela
da Associação Portuguesa de Escritores *[8 de Julho de 2000]* 245

Cerimónia Comemorativa do Centenário
da Morte de Eça de Queirós *[16 de Agosto de 2000]* 247

Sessão Solene de Abertura do Congresso de Estudos Queirosianos
[6 de Setembro de 2000] 251

VIII ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Sessão Solene de Abertura da 22.ª Conferência Regional Europeia
da FAO *[24 de Julho de 2000]* 257

Sessão Comemorativa do 10.º Aniversário da Confederação
dos Empresários do Algarve *[29 de Setembro de 2000]* 263

Sessão de Abertura do X Congresso das Comunicações
«A Concorrência e a Economia Digital» *[7 de Novembro de 2000]* 267

Entrega do Prémio PME Excelência do IAPMEI
[14 de Novembro de 2000] 273

IX DIREITOS SOCIAIS

Sessão Solene de Abertura da 1.ª Reunião Comité Europeu
da Union Network International *[13 de Abril de 2000]* 281

Sessão Especial da 88.ª Conferência Internacional do Trabalho
[5 de Junho de 2000] 287

Sessão Comemorativa do 30.º Aniversário da Confederação Geral
dos Trabalhadores Portugueses — IN *[30 de Setembro de 2000]* 297

Conferência «Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil nos Países da Europa» *[1 de Fevereiro de 2001]* 301

X EUROPA

Jantar em Honra do Presidente da Eslovénia *[29 de Março de 2000]* 309

Jantar em Honra dos Grão-Duques Herdeiros do Luxemburgo *[17 de Abril de 2000]* 315

Sessão de Abertura da Conferência «A Europa, a Globalização e o Futuro da Política Social» *[5 de Maio de 2000]* 319

Cerimónia de Acolhimento dos Reis de Espanha *[11 de Setembro de 2000]* 327

Banquete Oferecido em Honra dos Reis de Espanha *[11 de Setembro de 2000]* 331

XI COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Sessão Solene Comemorativa dos 500 Anos da Viagem de Pedro Álvares Cabral *[22 de Abril de 2000]* 341

Inauguração Conjunta da Exposição «Mostra do Redescobrimento» *[23 de Abril de 2000]* 345

Recepção Oferecida à Comunidade Portuguesa *[24 de Abril de 2000]* 349

Jantar em Honra do Presidente de Cabo Verde *[8 de Junho de 2000]* 353

Almoço Oferecido em Sua Honra pelo Presidente de São Tomé e Príncipe *[14 de Julho de 2000]* 359

Sessão Solene na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe *[14 de Julho de 2000]* 363

Sessão Solene de Abertura da III Cimeira da CPLP *[17 de Julho de 2000]* 371

XII COMUNIDADE INTERNACIONAL

Jantar em Honra do Presidente da Tunísia *[9 de Maio de 2000]* 381

Boas-Vindas a Sua Santidade o Papa João Paulo II *[12 de Maio de 2000]* 385

Cerimónia de Acolhimento do Presidente dos Estados Unidos da América *[30 de Maio de 2000]* 387

Banquete em honra do Presidente dos Estados Unidos da América *[30 de Maio de 2000]* 391

Cerimónia de Abertura do Encontro Oceanos de Paz: Religiões e Culturas em Diálogo *[24 de Setembro de 2000]* 397

Jantar em Honra do Presidente da Ucrânia *[25 de Outubro de 2000]* 403

Sessão Solene de Abertura do Colóquio «Primeiro Ano da Região Administrativa Especial de Macau» *[18 de Dezembro de 2000]* 409

Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático *[9 de Fevereiro de 2001]* 413

XIII HOMENAGENS

A Manuel Alegre *[13 de Março de 2000]* 427

A Eugénio de Andrade *[8 de Maio de 2000]* 429

A Aquilino Ribeiro *[2 de Julho de 2000]* 431

Ao Padre Abel Varzim *[16 de Agosto de 2000]* 435

Ao Rei Juan Carlos I *[11 de Setembro de 2000]* 439

A José Cunha Rodrigues *[9 de Outubro de 2000]* 441

CRONOLOGIA 445

PREFÁCIO

Os textos publicados neste volume correspondem a um período — o do último ano do meu primeiro mandato — em que, por virtude da realização das eleições presidenciais, se suscitou alguma controvérsia acerca da natureza dos poderes do Presidente da República e da forma particular como os exerci. A necessária separação institucional entre as funções de Presidente da República e a minha qualidade de candidato à reeleição determina, no entanto, que as posições que, no decurso da campanha eleitoral, expendi naquela polémica não encontrem expressão directa nos textos aqui compilados.

Sucede, para além disso, que a publicação deste volume ocorre no período inicial de um novo mandato e num momento em que as circunstâncias particulares da conjuntura política renovam algumas interrogações sobre o papel que aí deve desempenhar o Presidente da República, pelo que se justificam, em meu entender, algumas considerações preliminares que não apenas reexplicitem o sentido de fundo que pretendo imprimir ao novo mandato, como clarifiquem algumas questões mais directamente relacionadas com a conjuntura particular que atravessamos.

Uma das confusões recorrentes sobre o papel do Presidente da República traduz-se no apelo frequente a que ele se constitua em contraponto do Governo ou, então, que desempenhe ou coopere activamente

nas funções institucionais que estão constitucionalmente atribuídas à Assembleia da República e que incumbe politicamente às oposições levar a cabo. Contudo, desde a revisão constitucional de 1982, ficou claro que o Governo responde politicamente perante a Assembleia da República e só perante a Assembleia da República. A responsabilidade do Governo perante o Presidente da República é uma responsabilidade institucional, como é justamente qualificada pela doutrina, uma vez que, como se sabe, o Presidente da República só pode demitir o Governo quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas.

Ora, como resulta evidente para qualquer observador, nem está em causa, na presente conjuntura, o regular funcionamento das instituições democráticas nem há, sequer, quaisquer indicações que permitam concluir, solidamente, que a constituição de um Governo diferente, no actual quadro parlamentar, possa de alguma forma contribuir para uma melhoria substancial do seu funcionamento.

Isto não significa, obviamente, que o Governo não deva responder perante o Presidente da República, não o deva manter informado acerca dos assuntos respeitantes à condução da política interna e externa do país e que, reciprocamente, o Presidente da República não mantenha uma atenção permanente ao desempenho do Governo e à forma como as políticas por ele desenvolvidas respondem ou não às exigências do interesse nacional. Como sempre tenho feito desde o início do meu primeiro mandato, continuarei a desempenhar essas funções com a independência que se exige a um Presidente da República eleito por sufrágio universal e directo.

O que já não é legítimo pedir-se ao Presidente da República é que desempenhe as funções de crítica, fiscalização e responsabilização política do Governo que incumbem à Assembleia da República e muito menos se substitua a esta no exercício dessas funções. Compreende-se

que, por dificuldades decorrentes de uma dada composição do Parlamento ou por quaisquer outras razões, as oposições não consigam imprimir à sua acção a efectividade que desejariam, mas não pode é pedir-se ao Presidente da República que seja ele a suprir essas dificuldades, ao arrepio da independência, imparcialidade e exclusiva vinculação ao interesse nacional a que está obrigado e com desrespeito da vontade popular democraticamente manifestada nas últimas eleições para a Assembleia da República.

Assim, é tão constitucionalmente inadequado pedir-se ao Presidente da República que force *o Governo a solicitar ao Parlamento um voto de confiança, como seria pedir-se-lhe que estimulasse as oposições a apresentar uma moção de censura ao Governo. É sabido como, com a actual composição da Assembleia da República, uma ou outra iniciativa objectivamente favorecem as oposições ou o Governo. Mas, não é esse o tipo de critério que deve motivar a acção do Presidente da República. Com este ou outro Governo, com esta ou outra composição parlamentar, o Presidente da República deve ser sempre uma referência suprapartidária de independência, imparcialidade e estabilidade institucionais, vinculado exclusivamente ao interesse nacional e garante do regular funcionamento das instituições democráticas.*

Neste contexto, atento, como sempre estive, à actuação do Governo e da Assembleia da República, designadamente no que se refere à produção legislativa de um e outro órgão, a minha preocupação política essencial é garantir a transparência e regularidade do seu relacionamento institucional, de forma a que o Executivo possa governar em inteira estabilidade e responsabilidade e a Assembleia da República possa controlar, fiscalizar e apreciar, aberta e integralmente, a actuação governamental.

Este tipo de relacionamento é não só exigido pela distribuição constitucional dos poderes, mas constitui também a única forma de

construir uma opinião pública informada, capaz de avaliar a bondade das alternativas que se defrontam no campo da livre competição democrática e, quando chamada a fazê-lo, habilitada a decidir em consciência.

Sendo, porém, evidente haver entre nós, por vezes, a excessiva tendência para se confundir o acessório com o essencial, fazendo de questões de pequena política verdadeiros dramas político-mediáticos e deixando as grandes questões e opções nacionais sem discussão ampla, apenas confinadas ao labor de especialistas ou à decisão das instâncias internacionais, tenho procurado e tenciono continuar a chamar permanentemente a atenção para a necessidade de centrar o debate político nas questões em que verdadeiramente está em causa o nosso destino colectivo.

Quando o faço não é, ao contrário do que normalmente supõe uma vulgar interpretação conspirativa da vida política, com o objectivo de mandar recados a este ou àquele, de criticar o Governo ou as oposições, mas com o estrito fim de contribuir para a tomada de consciência dos problemas que nos afectam e para a mobilização de todos para a sua resolução. Essa é, de resto, não apenas uma obrigação que entendo assumir enquanto garante do regular funcionamento das instituições democráticas, mas também uma necessidade absoluta de dignificação da vida política e de inversão do progressivo afastamento de cada vez um maior número de cidadãos da coisa pública.

Entendo, com efeito, que só uma discussão aberta e informada, centrada não nas intrigas da pequena política, mas nas diferentes propostas e alternativas apresentadas pelo Governo e pelas oposições sobre os temas que mais decisivamente nos interessam permite que, chamados a eleger, os cidadãos disponham da informação necessária para julgar *comportamentos e programas das diferentes correntes políticas.*

A discussão do orçamento tem sido, precisamente, ocasião para nos confrontarmos com algumas dessas magnas questões e com as diferentes respostas que elas merecem da parte dos partidos políticos. Num contexto conhecido de dificuldades económicas e financeiras, importa que o Governo e cada grupo parlamentar apresentem perante os portugueses a análise que fazem da situação e as propostas que defendem. O que está em causa é a discussão e votação de um programa financeiro capaz de responder adequadamente àquelas dificuldades. Por isso mesmo e porque a conjuntura é difícil e exige a correspondente mobilização dos portugueses, tenho defendido, na estrita perspectiva da prossecução do interesse nacional, ser desejável um acordo tão alargado quanto possível sobre a matéria.

De facto, aquilo que está verdadeiramente em discussão na votação da lei do orçamento é a aprovação do melhor programa financeiro do Estado para o próximo ano, tanto mais importante quanto dele dependem, em larga medida, e qualquer que seja o Governo em funções, a possibilidade de superação de dificuldades que, de outro modo, não deixarão de projectar duradouramente as suas consequências negativas sobre todos. Assim, ao contrário do que possa parecer numa leitura mais superficial da conjuntura política e independentemente das consequências incidentais daquilo que a Assembleia da República decide, nem o que se vota no Parlamento, quando se vota o Orçamento, é a permanência ou a queda do Governo, nem a discussão que aí se travar respeita, a título principal, à política de alianças ou à natureza do mandato dos Deputados.

O Presidente da República não se arvora em julgador moral das estratégias dos partidos políticos e das opções dos Deputados, pelo que, independentemente de ver estas suas preocupações partilhadas por Governo e oposições, toma relativamente à lei do orçamento, com todo o respeito pela opção parlamentar, a mesma posição que toma

relativamente a qualquer outra lei aprovada pela Assembleia da República. Em caso algum o Presidente da República se deixa envolver, a pretexto da discussão da lei do orçamento, no desenvolvimento de estratégias laterais ao normal funcionamento dos mecanismos institucionais de responsabilização parlamentar do Governo.

O Presidente da República é, como disse, uma referência de estabilidade e de garantia do regular funcionamento das instituições democráticas, valores esses que os Portugueses, em repetidas ocasiões, têm sobejamente demonstrado querer. Tenho todavia consciência de que a estabilidade e o regular funcionamento das instituições só desenvolvem a plenitude das suas virtualidades democráticas quando os Governos tiverem condições e demonstrarem capacidade para realizar o programa com que se apresentaram à eleição e prosseguir as tarefas fundamentais constitucionalmente impostas ao Estado. Assim, manterei uma atenção permanente às condições objectivas e subjectivas de governabilidade do país, seguro que estou de que os desafios presentes e futuros em que o nosso país está envolvido não se compadecem nem com hesitações e passividade nem com experimentações diletantes ditadas pelo «sobe e desce» das sondagens de opinião ou das colunas dos jornais.

Entendo, nesse sentido, o desempenho das funções presidenciais, nesta ou em qualquer outra conjuntura, como uma magistratura de iniciativa, arbitragem e moderação institucionais, em que a garantia das condições para o Executivo, o Parlamento, o Governo e as oposições poderem desempenhar cabal e auto-responsavelmente as suas funções constitucionais se combina com a defesa empenhada das causas nacionais e dos valores que jurei defender, cumprir e fazer cumprir. Uma e outra dimensão serão, por isso, desenvolvidas à luz das exigências do interesse nacional tal como as interpreto e com a legitimidade conferida pelo mandato renovado recebido do povo português em eleição directa e universal.

*

O conjunto das preocupações anteriormente explicitado não impede, antes pressupõe, que o Presidente da República tenha desígnios, objectivos, causas. A isenção e a independência não significam neutralidade, passividade ou alheamento. O Presidente, como entendo o cargo de acordo com a Constituição, tem a obrigação de mobilizar o país, dizer o que pensa sobre as grandes questões, agitar ideias, agir.

No meu primeiro mandato, levantei bandeiras e defendi causas. Durante o período de campanha eleitoral sintetizei no livro Quero Dizer-vos *as minhas análises e as minhas reflexões sobre os grandes desafios do País. Gostaria que o debate das questões nacionais que aí se propunha tivesse sido mais vivo. Infelizmente, são quase sempre as pequenas querelas que nos ocupam. Neste meu segundo mandato, continuarei o caminho de identificação dos nossos atrasos e bloqueamentos e de debate de soluções para os ultrapassar.*

Ao fazê-lo — e independentemente do maior ou menor impacto mediático que possam obter —, sei que estou a ir ao encontro das aspirações dos portugueses e daquelas instituições de que depende a preparação do nosso futuro e a que me tenho esforçado por dar voz.

*

Nesta linha, tem-me parecido, pois, indispensável dar apoio a todas as iniciativas que manifestamente contribuem para a modernização e racionalização das estruturas produtivas nacionais, apostando na promoção das condições de trabalho e na qualidade do emprego

e no respeito pelos direitos dos trabalhadores. Nesta perspectiva, não deixei de insistir na importância da ligação dos centros de investigação e estabelecimentos de ensino superior à comunidade empresarial e à sociedade e penso ter contribuído, com persistência, para colocar nas primeiras linhas da agenda política a questão da educação de segunda oportunidade para os activos menos qualificados.

Defender a causa da inovação empresarial não deve ser, em Portugal, pugnar apenas, ou principalmente, por mais investimento em tecnologias. É reconhecido pelos especialistas que os nossos défices mais relevantes neste domínio passam por algum imobilismo em matéria de inovação organizacional e por falta de capacidade estratégica para fazer da qualidade dos produtos e, sobretudo, do enriquecimento das relações de trabalho uma alavanca para aumentos sustentados de produtividade.

Em qualquer caso, há, no País, experiências bem sucedidas na resolução deste complexo sistema de debilidades. Elas apoiaram-se quer no associativismo empresarial, quer na intensificação do esforço das empresas em Investimento e Desenvolvimento (I&D), *quer no aumento da participação de pessoal muito qualificado na tomada de decisões a nível empresarial, quer no dinamismo de instituições de ligação entre o tecido económico-empresarial e o sistema público de financiamento da pesquisa científico-tecnológica.*

Tenho procurado dar a melhor atenção e a necessária visibilidade a tais experiências, convicto de que, ao fazê-lo, estou simultaneamente a promover a sustentabilidade do crescimento económico, a qualidade do emprego e um futuro menos incerto para as mais jovens e futuras gerações de portugueses. Causa justa, creio eu.

Ainda no âmbito de preocupações com o desenvolvimento económico do País, não quis deixar de acompanhar com atenção a evolução das actividades agrícolas, entre as quais a fileira agro-florestal,

e, por extensão, o mundo rural português. Mais do que a diminuição acentuada dos activos e do número de explorações, preocupa-me o recuo significativo, em alguns anos, do rendimento agrícola, a perda de competitividade de muitos produtos, ou seja, o aumento da nossa dependência global em termos alimentares.

Contudo, também neste domínio há sinais positivos a destacar — desde a certificação da qualidade dos produtos e da modernização das explorações agrícolas, até à exploração das potencialidades do turismo agro-rural e, localizadamente, dos recursos florestais, passando, em certos casos, por uma boa inserção da agricultura em processos de desenvolvimento local integrado.

Alguns destes sinais reportam-se, aliás, a aspectos que transcendem as funções estritamente económicas da agricultura. Estou a referir-me, obviamente, ao papel decisivo que as actividades agrícolas podem desempenhar em matéria de preservação de equilíbrios ambientais e paisagísticos e de desenvolvimento harmónico do todo nacional. Vejo aqui motivos suficientes para continuar a inserir o mundo rural no centro da minha atenção. Ao contrário dos que vêem na revitalização do espaço agro-rural uma causa perdida, eu vejo uma causa de futuro, ainda que defendê-la possa ter de passar, no caso português, por uma avaliação crítica da Política Agrícola Comum.

*

A dificuldade que muitas regiões do País, especialmente do interior, revelam para criar postos de trabalho e para fixar populações, sobretudo nos seus sectores mais jovens e escolarizados, é um facto que sigo com grande preocupação. Não desconhecendo que, à escala de

grandes unidades territoriais, se assistiu, nos últimos anos, a alguma atenuação das assimetrias de desenvolvimento no território nacional, não ignoro, por outro lado, que é ainda lento o ritmo dessa aproximação, e que certas desigualdades intra-regionais se mantêm.

Não posso deixar de associar este aparente paradoxo ao crescimento recente, fora da faixa litoral, de centros urbanos de dimensão média, a que, entretanto, não terá correspondido um desenvolvimento efectivo e coerente das suas áreas circundantes. E pergunto-me se não será possível levar mais longe o esforço de criação de complementaridades entre as actividades económicas e modos de vida em causa, numa perspectiva de desenvolvimento ecológica e economicamente sustentável.

Faz, com certeza, todo o sentido interrogarmo-nos, a este propósito, sobre o modo como se tem concretizado o desígnio, aparentemente consensual, de descentralização administrativa do País. Algumas iniciativas visando cruzar acções e recursos de entidades públicas e privadas — iniciativas essas que ora são de iniciativa governamental (pactos de emprego, por exemplo), ora são dinamizadas pelo poder local (planos de desenvolvimento estratégico promovidos por Associações de Municípios), ora resultam do empenhamento das Comissões de Coordenação Regional, para não falar de outras — revelam que há grandes virtualidades na integração de intervenções para o desenvolvimento, construídas à escala regional e local.

A minha convicção é a de que, sem a definição clara de um modelo de descentralização administrativa que dê coerência a estas acções, acabará por perder-se a oportunidade de distribuir e aplicar com equidade e eficácia o conjunto de recursos destinados ao desenvolvimento do País (de resto, previsivelmente reduzidos no futuro, com a reorientação das ajudas comunitárias para o efeito). Sem essa definição, corre-se, por outro lado, o risco de se intensificarem surtos

de regionalismo tão agressivos como inconsequentes. São razões mais do que suficientes para me ter batido (e continuar a bater no futuro) pela causa da descentralização.

*

Feita a indispensável chamada de atenção para os problemas de desvitalização económica e demográfica do País, não quis perder de vista o seu inquietante reverso: refiro-me aos problemas sociais acumulados nas áreas metropolitanas, especialmente a de Lisboa, por falta de infra-estruturas físicas, de equipamentos colectivos adequados à amplitude e diversidade social das suas populações, de soluções urbanísticas e habitacionais com dimensão humana.

Durante décadas, a deslocação de populações de origem rural para os grandes pólos urbanos do litoral fez-se com preservação de solidariedades de parentesco e de vizinhança e mesmo de autênticas redes associativas. A erosão recente de muitos daqueles laços sociais, imposta por novas condições de acesso de homens e mulheres ao sistema de emprego, pelas vicissitudes do mercado de alojamento, por mutações drásticas nos universos culturais das novas gerações, fez com que se alterassem também os regimes de integração social no espaço metropolitano — e aí estão alguns factores do mal-estar e da conflitualidade que se atribuem às periferias metropolitanas.

É uma questão que importa equacionar tendo também em conta o facto de Portugal ter passado a ser, sobretudo na última década, destino de imigrantes oriundos quer, sobretudo, de África, quer, mais recentemente, da Europa de Leste. São conhecidos os problemas que se põem a estas populações em matéria de inserção no mercado de tra-

balho, de habitação, de regularização do seu estatuto, de acesso aos serviços de saúde, educação, etc.; e também se sabe que em torno deles giram graves focos de insegurança e conflitualidade, em que, frequentemente, os processos de estigmatização racista e xenófoba geram autênticos círculos viciosos de incompreensão e ódio.

A construção e difusão de pedagogias baseadas nos valores éticos e cívicos do respeito pelo outro, de solidariedade e de integração são tarefas que se impõem a todos os que, como eu, acreditam que a cidadania deve transcender fronteiras nacionais e barreiras étnicas. Mas é preciso contar que contra elas se erguerão sempre grandes resistências, desde logo nos segmentos mais carenciados da nossa população que tendem a ver no «outro diferente» uma ameaça adicional às suas já precárias condições de existência.

Por mim, não deixarei de insistir na ideia de que os portugueses não podem recusar aos nacionais de outros países oportunidades de vida análogas às que antes reivindicavam para os nossos compatriotas emigrados no estrangeiro. É uma questão ética primordial; é uma causa incontornável.

*

Os fenómenos mais extremados de exclusão são o produto de uma conjugação, sempre singular, de acidentes biográficos. Isso não impede que tentemos identificar os principais factores de vulnerabilização social constitutivos do pano de fundo sobre que se desenham tais acidentes.

Concentrando a atenção no universo juvenil, impõe-se começar por sublinhar alguns aspectos relacionados com a crise dos mecanismos de integração individual e colectiva associados à família. Tem

aumentado significativamente o número de famílias monoparentais sobrecarregadas por conflitos afectivos não resolvidos e dificuldades económicas por vezes muito acentuadas. São cada vez mais também os agregados domésticos em que o tempo de partilha de experiências e vivências intergeracionais está reduzido ao mínimo. Muitas outras famílias são afectadas pelas consequências do desemprego, da precarização do emprego, do endividamento, da pobreza sem saída — o que, em contextos sociais que apelam insistentemente, junto dos mais jovens, à intensificação dos consumos e ao alargamento da esfera do lazer, não pode deixar de criar tensões e conflitos de identidade que assumem alguma complexidade.

Certas subculturas juvenis que emergem neste quadro de vida tendem a desligar-se, porventura de modo irreversível, do contacto com outras experiências, valores e padrões normativos, enquistando-se em grupúsculos que, quanto mais se automarginalizam, mais são marginalizados (não sem deixarem de constituir também, paradoxalmente, muitas vezes, o único suporte integrador para os seus membros).

Os problemas ligados à escolarização e ao sistema de emprego estão na base de outros processos de vulnerabilização social com implicações na condição juvenil. Abandono e insucesso escolares incidem principalmente no conjunto de crianças e jovens oriundos de meios sociais desfavorecidos. Ora, para além das dificuldades específicas que colocam em termos de acesso ao mercado de trabalho, tais fenómenos hão-de corresponder, em sociedades que fazem da valorização dos recursos humanos um dos pólos centrais da realização e sucesso pessoais, a estigmatizações, sentimentos de culpa e de privação mais ou menos assumidos. Nem vale a pena acrescentar quanto a cultura mediática dominante contribui, através da indução de autênticas pulsões consumistas, para acelerar, no universo juvenil, estes potenciais de frustração social.

Preocupei-me muito, ao longo do primeiro mandato, com os problemas das escolas portuguesas. Descobri, com emoção, quanta energia, profissionalismo e criatividade é posta, no quotidiano do ensino, ao serviço das causas públicas da instrução e da educação cívica. Mas também pude aperceber-me de que as tarefas que recaem sobre os ombros dos professores são por vezes demasiado pesadas face aos recursos disponíveis e às exigências que se lhes colocam.

Não me parece que a complexidade dos problemas da escola — que, afinal, são cada vez mais uma cristalização de problemas não resolvidos pelo conjunto das instituições sociais — possa ser ultrapassada pelo esforço isolado dos docentes. Daí que veja algumas virtualidades no movimento que se vai fazendo entre nós para envolver cada vez mais a comunidade na vida dos estabelecimentos de ensino.

Mas parece-me tão ou mais crucial, na perspectiva de resolução da questão educativa, que a família seja colocada no centro de políticas sociais concertadas. Sem essa intervenção prévia e preventiva não será de esperar que esta assuma cabalmente as suas cada vez mais latas funções de acompanhamento e formação das gerações mais jovens. Políticas sociais integradas, como a que entre nós tem sido realizada em torno da aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, parece apontarem na direcção que proponho. Mas é indispensável reflectir com mais profundidade sobre as virtualidades de modelos de protecção construídos em torno e à medida das necessidades socialmente diferenciadas da família. Talvez estejamos num momento em que se torna indispensável fazer regressar ao seu âmbito certas missões que historicamente dela foram transferidas para a escola, sobrecarregando-a para além do admissível. Proponho-me continuar a participar activamente no debate destas questões.

*

A toxicodependência é, seguramente, a emanação mais dramática do complexo de problemas que, entre nós, atingem as gerações mais jovens. Orgulho-me de, logo no início da minha presidência, não ter hesitado, em trazer para primeiro plano da discussão pública a questão — até então virtualmente escondida — do consumo de drogas. Senti ter o dever moral e político de estimular um debate sereno e aprofundado sobre o problema, pelo que promovi em 1997 um seminário internacional com a presença dos mais destacados peritos nacionais e estrangeiros das áreas de prevenção e do tratamento das toxicodependências, da investigação clínica, jurídica e social. No ano seguinte fiz apelo, em sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, à premência de uma nova política social preventiva que envolva a educação, a formação profissional, a saúde, o planeamento urbano, o apoio familiar e defendi que os programas mais eficazes para reduzir a procura são os desenvolvidos e apoiados a nível local, pelas cidades, pelas escolas, pelas organizações não-governamentais, pela própria comunicação social. Disse ainda que a aposta mais significativa a nível internacional reside na cooperação, no combate ao tráfico, mas também na troca de informações e na redução da procura. Neste entendimento, promovi um seminário euro-iberoamericano, com representantes especiais dos Chefes de Estado dos países em causa e peritos de vários continentes.

Verifico, com satisfação, que estamos hoje em condições de caracterizar diferentemente o consumidor de drogas face à lei: o paradigma actual considera o tratamento do toxicodependente como uma alternativa às sanções penais. Mas há um longo caminho a percorrer no sentido de ir alcançando patamares mais firmes em matéria de redu-

ção dos riscos e dos danos para a saúde causados pelo consumo de drogas, do combate eficaz ao tráfico, da reinserção social de ex-toxicodependentes. Esta é uma grande causa, uma causa para uma vida inteira.

*

Os problemas relacionados com a prestação de cuidados de saúde têm constituído para mim uma preocupação permanente. Reconheço que são grandes as ineficiências do sistema de saúde, e não pode deixar de me perturbar o facto de serem os mais pobres e menos instruídos que, também neste caso, por elas são mais fortemente penalizados.

Pude aperceber-me, no contacto com instituições, técnicos e utentes, que, não obstante o contributo positivo dado pela criação, há duas décadas, do Serviço Nacional de Saúde, subsistem graves lacunas ao nível da formação de profissionais, da adequação dos modelos e práticas de organização e gestão de unidades hospitalares e centros de saúde, da articulação entre estes serviços e outras entidades da administração pública ou privadas. Nestas condições, não só se têm avolumado as dificuldades de sustentação financeira do sistema, como persistem carências graves na resposta institucional às necessidades dos cidadãos-utentes.

É um facto tanto mais preocupante, quanto não é de esperar no futuro qualquer atenuação da pressão sobre o SNS. Com efeito, seja por força dos ritmos de envelhecimento da população portuguesa, seja pelo recrudescimento de doenças que se supunha estarem erradicadas, seja pela difusão de patologias graves (de que a sida será, porventura, o emblema mais trágico), é previsível que, nos próximos tempos, cresçam, em volume e complexidade, as necessidades a satisfazer nesta

melindrosa área da protecção dos cidadãos. Acompanharei com interesse e vontade de colaboração todas as iniciativas que, a meu ver, possam contribuir para defender o direito dos portugueses a um sistema de saúde mais eficaz e mais justo.

*

O alargamento do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação é um problema que terá de estar cada vez mais presente nas preocupações dos responsáveis políticos, nomeadamente os que têm a seu cargo a organização do sistema educativo.

Estou convencido de que, nesta matéria, não há tempo a perder, tornando-se indispensável que as promessas e metas anunciadas se concretizem passo a passo, mas com determinação. Em primeiro lugar, porque parece incontornável a tendência para o sistema económico-produtivo se tornar cada vez mais permeável ao uso de tais tecnologias; depois, porque se vislumbram, neste novo continente do conhecimento e da comunicação, aliciantes oportunidades para formas de participação cívica e política inovadoras; finalmente, porque é previsível que uma utilização eficaz destes instrumentos permita, a prazo, aperfeiçoar e democratizar o acesso à informação e ao saber.

Convém, ainda assim, não mitificar as virtudes da Sociedade de Informação. Pode acontecer que ela não seja mais inclusiva do que formas de organização social e cultural precedentes. Por outro lado, não é de afastar a hipótese de as «comunidades virtuais» em formação acabarem por se transformar em espaços difusores de novos totalitarismos ou de ingénuas ilusões de participação democrática.

Há que ponderar ainda o facto de, em sociedades como a portuguesa, certos progressos em matéria de acesso à informação andarem a par de manifestações de incapacidade para compreender e descodificar criticamente mensagens, escritas ou não, por mais elementares que elas sejam. Os estudos feitos em Portugal sobre o fenómeno da iliteracia conduzem a resultados altamente preocupantes. Seria dramático que, em sociedades de escolarização e mediatização massivas, que, além disso, se preparam para cruzar o ciberespaço com eficientes auto-estradas da informação, continuasse a haver uma proporção elevada de indivíduos destituídos de competências básicas indispensáveis ao exercício da cidadania. É a própria qualidade da democracia que está aqui em causa — não nos deixemos, então, cativar em demasia pela miragem de aldeias virtuais globais.

Todo o edifício educativo português, que felizmente tem tido um desenvolvimento assinalável, mas ainda é frágil e socialmente muito selectivo, tem de continuar a ser objecto de intervenções corajosas. A aposta no ensino pré-primário não pode esmorecer; a formação de docentes para o ensino básico e secundário tem de ser reavaliada; há que atenuar algumas barreiras à prossecução de estudos de nível superior em áreas, como a das ciências da saúde, onde são gritantes as carências de profissionais habilitados; impõe-se prosseguir políticas de avaliação das instituições de ensino em todos os níveis de ensino, quer público quer privado, para delas retirar ilações sérias quanto à qualidade do serviço que prestam e quanto aos modelos de financiamento que melhor se adequem às suas missões de formação das novas gerações, de investigação e de ligação ao meio; urge mobilizar a «capacidade instalada» no sistema no sentido de a orientar para acções de formação permanente, em conjugação com empresas, sindicatos, associações empresariais, organismos da administração pública central ou local, associações de desenvolvimento local, etc.

*

Acabei de referir o modo como têm incidido entre nós algumas das principais mudanças em curso nas sociedades contemporâneas. Embora me tenha referido várias vezes ao mundo do trabalho e das actividades económico-empresariais, não fiz menção detalhada ao campo das relações industriais e às exigências de reforma dos pactos sociais, que, no entanto, constituem pontos-chave da minha reflexão.

Estou, desde há muito, convencido de que, na ausência de condições institucionais adequadas a regular os conflitos que necessariamente se geram em torno das condições de trabalho, dos regimes de emprego, dos modos de criar riqueza com partilha de ganhos de produtividade, não é possível chegar a consensos sociais dinâmicos, nem a impulsos de desenvolvimento sustentado e socialmente justo.

Mas o que também me parece indiscutível é que, no quadro de mutações económicas, culturais e sociais em curso, vários são os factores que têm contribuído para modificar os fundamentos e regras da conciliação de interesses entre os grandes protagonistas da vida económica e do diálogo social, nomeadamente as organizações sindicais, as organizações patronais e os governos.

Tudo o que, muito justamente, se tem dito sobre as novas lógicas de competitividade económica internacional, sobre a flexibilização dos sistemas produtivos, sobre a precarização dos vínculos laborais e a emergência de outras «atipicidades» dos sistemas de emprego revelam à exaustão que, independentemente do que poderão ser os nossos anseios e projectos a este respeito, há um movimento objectivo de mudança nas práticas das relações industriais que tem de ser ponderado, se quisermos reintroduzir racionalidade e justiça nos mecanismos de regulação social.

É possível, nas actuais condições da concorrência internacional, compatibilizar acréscimos de produtividade com pleno emprego? Flexibilidade dos sistemas produtivos implicará, necessariamente, insegurança de emprego? Serão as novas tecnologias mais favoráveis do que as «velhas» à superação de formas extremadas de exploração? Polivalência funcional será sempre estimuladora de autonomia e requalificação dos trabalhadores? A quem cabe suportar os riscos e os custos da obsolescência das qualificações e competências dos assalariados? Que segmentações surgem nos mercados de trabalho e que repercussões têm elas em termos salariais? Que propostas estão surgindo no Direito do Trabalho para regular os conflitos e controlar as iniquidades no novo mundo laboral?

Aqui estão algumas das muitas interrogações que pontuam a actual discussão sobre a reforma dos pactos sociais. Promovi, durante o meu primeiro mandato, um debate aprofundado sobre este tema, no qual participaram alguns dos especialistas mais prestigiados desta área. As actas do encontro, entretanto publicadas, constituem, por mérito dos participantes, um conjunto muito rico de sugestões para pensar, à nossa medida, os problemas da concertação social e do desenvolvimento do País. Avanços recentes em direcção a acordos de natureza tripartida sobre matérias ligadas ao aperfeiçoamento das condições de trabalho e de formação profissional levam-me, aliás, a olhar o futuro com algum optimismo. Seria importante, para introduzir mais equidade na sociedade portuguesa, que os passos agora dados tivessem continuidade no sempre delicado domínio das políticas de distribuição de rendimentos.

Por outro lado, regular e legislar no domínio das relações laborais, como aliás em qualquer outra esfera social, nem sempre tem contrapartida numa aplicação efectiva da lei, nem num aperfeiçoa-

mento relevante das práticas. É uma questão que, a par de outras, coloca a reforma da Justiça como uma prioridade incontornável da vida política nacional.

*

Reconhecer e apoiar a criatividade e o sentido inovador dos artistas, intelectuais e cientistas portugueses, contribuindo na medida do possível para aumentar a sua projecção internacional, tem sido para mim uma preocupação permanente.

Acredito que, sem uma presença activa desse conjunto de personalidades na vida pública, esta se torna bem menos estimulante, bem menos capaz de propor alternativas edificantes às rotinas e preguiças que sempre se vão instalando na sociedade e no campo político.

Tenho também procurado estimular tudo o que se faz no sentido da descentralização cultural e da criação de novos públicos. Há experiências muito promissoras, um pouco por todo o País. Nuns casos, encontramos iniciativas ousadas e bem sucedidas de alargamento de públicos; noutros, deparamo-nos com acções surpreendentemente concorridas de formação artística e científica em grupos sociais normalmente arredados da produção cultural, noutros ainda, somos levados a descobrir os potenciais de criação de novos sentidos em intervenções artísticas nos espaços públicos.

À medida que se alarga e consolida esta teia de inovações e quando, paralelamente, não se abdica de criar e renovar equipamentos culturais de base, de estruturar políticas de formação de longo prazo (é essa, creio eu, a lição que nos está a chegar do Porto, Capital Europeia da Cultura), cresce a probabilidade de se alargar o círculo

dos cidadãos de corpo inteiro — homens e mulheres despertos para si e para o mundo que decidem tomar em mãos o seu destino e o das colectividades a que pertencem.

Neste tempo tão complexo e exigente, nesta encruzilhada de interrogações e desafios, sem o contributo fundamental da cultura, no sentido mais amplo de criatividade, de interrogação, de avaliação de pensamento crítico, de reflexão ética, de invenção do futuro, a política não seria mais do que uma pura técnica de conquistar ou manter o poder pelo poder. E, como é sabido, essa é sempre a forma mais fácil de desacreditar a política e de negar a sua nobreza.

7 de Setembro de 2001.

CAPÍTULO I | PORTUGAL

«A independência e a soberania defendem-se no nosso empenhamento num projecto de União Europeia, cujas instituições respeitem o princípio de igualdade entre os Estados-membros e que assente no reforço da cidadania europeia. Um projecto político, social e cultural, que tem de ser de todos os países que o integram, salvaguardando, porém, sempre, as suas identidades próprias. Não será viável nenhum projecto político para a União Europeia que tenha como pressuposto a diluição da identidade nacional dos países que a compõem.»

Sessão Solene Comemorativa
do 26.º Aniversário
do 25 de Abril de 1974
Assembleia da República
25 de Abril de 2000

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Tive a grata honra de participar, nos últimos dias, em representação de Portugal, nas Comemorações Oficiais dos 500 anos da descoberta do Brasil. Foram cerimónias marcantes que celebraram a História comum de dois Estados e de duas Nações que persistem em projectar no futuro um passado de cinco séculos.
No espaço de poucos meses participei na cerimónia de transferência de poderes em Macau, visitei Timor-Leste finalmente livre da ocupação, e homenageei, em Porto Seguro, esse feito maior de Pedro Álvares Cabral que nos revelou o Novo Mundo.
É impossível viver tais momentos sem reflectir sobre o extraordinário percurso que Portugal iniciou no século XV, e nas consequências que esse percurso projectou na percepção que temos do nosso lugar no mundo. Essa percepção, importa reconhecê-lo, mudou, significativamente, nas últimas décadas, fruto da instauração do regime democrático.
A expansão marítima portuguesa marcou o País de forma indelével. Desde então, Portugal viveu sempre para além do seu território original. As formas da relação estabelecida entre nação e territórios variaram ao longo da história: do entreposto ultramarino ao Império, do Império à descolonização.

A transferência de poderes em Macau e o referendo em Timor-Leste encerraram esse largo ciclo histórico. Permito-me recordar as responsabilidades que assumimos, em relação a Timor-Leste, no auxílio à reconstrução do País e à formação de um Estado independente. Criámos enormes expectativas. Não as podemos desiludir. O relacionamento estável entre os dois povos não poderá viver apenas dos afectos, antes deve assentar na efectiva solidariedade entre Estados, como forma de contribuir para o desenvolvimento daquele Povo tão grande pela sua determinação e pela sua coragem. Nesse sentido se inseriram as recentes visitas a Timor de uma delegação da Assembleia da República e do Primeiro-Ministro.
Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Com o 25 de Abril, a democracia portuguesa soube encontrar na União Europeia a natural plataforma de inserção regional de Portugal. O projecto europeu abriu caminho a uma transformação do País no espaço de uma geração, contribuindo para a racionalização de estratégias de modernização económica e social. Portugal definiu, ao longo destes anos, de forma clara e consistente, uma nova política externa assente hoje em cinco pilares essenciais: a língua, as Comunidades Portuguesas, a diplomacia política, as relações económicas e a participação militar em acções internacionais de manutenção de paz.
Reconheça-se, porém, que a herança de um imaginário histórico imperial se entrecruza, por vezes de forma equívoca, com a formulação do novo papel de Portugal no Mundo. Importa encerrar de vez esse período de transição entre mitos do Império e a inserção num futuro que, em definitivo, tem de assentar em estratégias claras, inseparáveis dos nossos valores democráticos. Recuso a visão de um Portugal pequeno, que, à míngua de instrumentos e meios necessários à sua política externa veja diminuí-

do um prestígio internacional que assenta na História e no notável trabalho realizado pela democracia portuguesa.
Recuso, igualmente, uma visão retórica que exija a assunção de responsabilidades desproporcionadas em relação aos meios que Portugal deve disponibilizar, por si só, para a execução da sua política externa. Tal como não me reconheço numa interpretação que confunda o rigor formal, que deve presidir às relações entre Estados, com a liberdade militante das relações entre sociedades civis.
É necessária uma permanente pedagogia política que recrie um consenso nacional e público sobre as formas de projecção da posição de Portugal no Mundo — consolidando a sua nova dimensão e valores, os seus conceitos e os meios necessários. Qualquer omissão, nesse domínio, pode criar uma tensão difícil de gerir, porque assente em expectativas desfasadas da realidade e daquilo que é razoável exigir do esforço português.
O estatuto de Portugal na União Europeia e na Aliança Atlântica define, de modo estável, a nossa posição internacional como parte integrante da aliança das democracias europeias e ocidentais.
O nosso futuro é inseparável da consolidação dessa Aliança e da construção de uma Europa assente na diversidade e no aprofundamento da integração. Como mais uma vez o demonstra o nosso desempenho na Presidência da União Europeia, Portugal tem uma intervenção activa na definição das grandes orientações do projecto europeu. O Conselho Europeu de Lisboa e a Cimeira Euro-Africana do Cairo são bons exemplos da nossa capacidade política, que contribuiu decisivamente para o sucesso dessas duas iniciativas da Presidência portuguesa da União.
Do mesmo modo, queremos impulsionar decisivamente a Conferência Inter-Governamental, criar condições para uma capacidade própria de intervenção da União Europeia nas crises regio-

nais e, sobretudo, prosseguir o alargamento às novas democracias da Europa Central e Oriental. Trata-se, por um lado de consolidar as instituições europeias e de reforçar a autonomia estratégica da Europa, e, por outro, de responder a uma oportunidade histórica, sem precedentes, de fazer coincidir as fronteiras da União Europeia com as fronteiras da democracia na Europa. Portugal será mais forte numa União reforçada e alargada.

A cooperação com os países de língua oficial portuguesa é uma prioridade da nossa política internacional e um importante vector da capacidade de afirmação externa do nosso País. Ela deve assentar numa dimensão ética e cultural, e na criação de condições económicas e sociais de apoio ao desenvolvimento, que permitam a Portugal projectar-se como interlocutor respeitado e desejado.

Temos valorizado igualmente o projecto ambicioso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, uma instituição de vocação regional. O seu lugar no sistema de relações internacionais, está ligado ao desenvolvimento da cooperação em novos domínios. É esse caminho que continuamos disponíveis para aprofundar. Aproveito para recordar a presença há um ano, nesta mesma cerimónia, do Presidente Joaquim Chissano. O povo Moçambicano acaba de sofrer os efeitos dramáticos de uma catástrofe natural, que ceifou inúmeras vidas humanas, destruiu haveres e infra-estruturas. Faço votos para que a ajuda internacional se mantenha, mesmo depois de terminada a fase de emergência, porque dessa ajuda depende o destino de milhares de moçambicanos. As nossas relações com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé são relações entre Estados independentes e soberanos, alicerçadas na História, e construídas na consciência comum de interesses estratégicos convergentes. Ao longo dos últimos vinte e cinco anos, os laços diplomáticos e institucionais

têm-se reforçado e as sociedades civis têm aprofundado os seus contactos culturais, técnicos, científicos e empresariais.
Apesar das circunstâncias particulares e complexas da situação político-militar angolana, Portugal sempre assumiu e valorizou um relacionamento amplo e reciprocamente proveitoso com a República de Angola.
Importa reafirmar hoje esse interesse estratégico, no incontornável pressuposto de que ele é desejado e correspondido, como não pode deixar de suceder entre países amigos e Estados independentes. Assim como importa reiterar o contínuo e consistente interesse português no restabelecimento da paz em Angola, condição indispensável ao desenvolvimento e à consolidação do processo democrático naquele País, em todas as suas vertentes.
No quadro da nossa política externa, quero ainda destacar a cooperação que temos vindo a desenvolver através das Forças Armadas Portuguesas. Elas estão hoje mais aptas para responder às exigências do mundo contemporâneo. O seu processo de adaptação e modernização não está, porém, concluído. Há um longo caminho a percorrer, que exige urgência e determinação e apela à capacidade de compromisso de todos.
É necessário dar um impulso decisivo às três vertentes de acção fundamentais para a melhoria da eficácia das Forças Armadas: a profissionalização, a modernização e a racionalização das suas estruturas.
A disponibilidade limitada de recursos do País não se compadece com demoras no cumprimento das grandes prioridades que devem orientar o esforço de modernização das Forças Armadas. A optimização dos recursos impõe que se proceda a uma profunda revisão das actuais estruturas, segundo critérios de versatilidade, flexibilidade e funcionalidade. De facto, o País só tem a ganhar com uma coordenação eficaz dos seus recursos e com um

reequipamento militar adequado às missões que deve desempenhar, quer por si, quer integrado em missões humanitárias ou militares internacionais.
No quadro da União Europeia, está em curso um aprofundamento da vertente segurança e defesa, através de iniciativas que visam o desenvolvimento da capacidade militar europeia na resposta a crises regionais. As Forças Armadas portuguesas não podem deixar de acompanhar esta tendência dinâmica, adquirindo maior aptidão para cumprir as suas missões externas. O estatuto que Portugal granjeou, graças à participação nessas missões, como membro activo da Comunidade Internacional, deve ser sustentado.
No dia em que se celebra a coragem de quem fez a Revolução, e a lucidez de quem compreendeu que o seu futuro dependia da transição do poder para instituições democráticas legítimas, é importante sublinhar os relevantes serviços que as Forças Armadas prestam a Portugal, não obstante as carências com que se confrontam, nomeadamente, no tocante aos meios que permitam potenciar o desempenho das suas missões de interesse público.
Senhor Presidente da Assembleia da República,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Quero saudar os militares que prepararam e participaram no Movimento das Forças Armadas, no dia 25 de Abril de 1974, e para os quais temos uma dívida de gratidão.
Ao garantirem com a sua determinação, sacrifício e coragem, a Liberdade e a Democracia permitiram o pleno desenvolvimento da cidadania.
Esta homenagem não pode deixar de se revestir hoje de um significado muito especial, por que se cumprem vinte e cinco anos sobre as primeiras eleições da Democracia, em resultado das quais se formou uma Assembleia Constituinte e se elaborou a Constituição da República.

Nesta sede do Poder Legislativo, quero lembrar as mulheres e homens que, pela primeira vez assumindo no confronto livre as suas convicções políticas e partidárias, se submeteram ao sufrágio popular a 25 de Abril de 1975 e deram o melhor do seu esforço, dedicação e saber à construção de uma Lei Fundamental à sombra da qual se desenrolou a vida democrática das últimas décadas.

O 25 de Abril deu a todos os Portugueses o poder para debaterem e decidirem em Liberdade o seu destino colectivo. É em homenagem a essa liberdade, que hoje celebramos, que é, de novo, importante pensar o futuro.

O destino de Portugal depende de todos os Portugueses, do seu esforço e trabalho, sem dúvida, mas também da sua capacidade de interpretar o presente, de preparar o futuro, de participar nas escolhas, sabendo olhar para além da conjuntura e combatendo o crescente conformismo que se abate sobre as sociedades contemporâneas. Só assim é possível requalificar a cidadania, que traduz e resulta da participação na vida colectiva do País.

Confrontados com a necessidade de assegurar as condições de sustentabilidade do nosso desenvolvimento, temos de apostar permanentemente numa política de rigor na gestão dos nossos recursos.

Tenho aludido reiteradamente a este tema, pois julgo ser necessário assegurar rigor na identificação de problemas e soluções. Rigor na definição das prioridades políticas. Rigor nos calendários de execução das reformas. Rigor, por último, na gestão orçamental, por forma a criar um permanente clima de confiança na capacidade de previsão e gestão do próprio Estado.

O Estado não pode mover-se, na sua acção, a um ritmo inferior ao da evolução da economia e da sociedade. Tem de saber estar constantemente aberto à inovação, à adaptação a novas funções

que lhe são exigidas e a prescindir de algumas que se tornaram supérfluas, ou que melhor podem ser desempenhadas por outros, para a satisfação do interesse colectivo.
Um Estado que, por lentidão burocrática ou indecisão no caminho das reformas, se mostra incapaz de acompanhar o dinamismo da sociedade, transforma-se num factor de atraso na modernização do País, em vez de ser um motor do seu desenvolvimento.
Entendo que o desafio que se coloca ao Estado é o da sua própria reforma, uma reforma que assegure o fortalecimento e a agilidade da administração nos domínios onde a sua intervenção activa continua a ser indispensável e útil.
Julgo necessário reabilitar a ética do serviço público, como modelo para a satisfação de necessidades colectivas, apto a assegurar a igualdade e a universalidade no acesso aos bens e serviços públicos.
O que recuso — e tenho-o afirmado repetidas vezes — é, por um lado, uma cultura da dependência em relação ao Estado que está, ainda, muito presente na nossa sociedade e na nossa economia e, por outro, as tentativas de apropriação das próprias funções do Estado pelas estruturas de interesses parcelares e corporativos.
Sinto, ainda, o Estado pesado e lento, centralista, pouco ágil e inseguro na concretização, no terreno, de um programa de modernização, desconcentração e descentralização. Sinto o Estado fraco na defesa do interesse colectivo perante o poder crescente dos grupos de interesse organizados. Em suma, sinto-o menos apto a exercer as funções reguladoras, próprias de um Estado moderno.
Vivemos hoje numa sociedade aberta e numa economia de mercado, mas a liberdade pode ser ameaçada e a concorrência distorcida se as instâncias de controlo e de regulação do Estado não funcionarem, em nome do bem público.

E, de facto, não creio que os Portugueses se revejam numa crescente evolução corporativa da sociedade. Em lugar do reforço dos instrumentos de defesa e realização dos direitos individuais dos cidadãos e dos interesses comuns, essa evolução representa uma tendência para a satisfação de interesses de grupo cada vez menos sensíveis à necessidade de contratualizar políticas com o objectivo de combater as desigualdades e satisfazer as aspirações colectivas.

Só um Estado e uma democracia fortes, com uma estratégia de modernização clara, asseguram, como lhes compete, a eficaz regulação dos interesses contraditórios, ainda que legítimos. Só essa força determinada, que assume rupturas quando necessárias, consegue assegurar os equilíbrios indispensáveis à defesa dos interesses colectivos. E garante, afinal, a segurança e os direitos dos cidadãos, a todos os níveis, responsabilidade primeira do Estado. Essa é, aliás, uma condição indispensável à promoção de princípios e valores essenciais a políticas de equidade e coesão social.

Recuso a concepção de um Estado democrático que não se norteie sempre por uma rigorosa igualdade de tratamento de todos os cidadãos, pela defesa do bem público e pela realização do interesse colectivo.

Por isso, é importante garantir que as decisões de que depende o nosso futuro são tomadas em tempo útil e partilhadas com os cidadãos.

É preciso estar próximo dos Portugueses, não só para compreender a verdadeira dimensão de tantos problemas que persistem, mas também para mobilizar a comunidade para a solução a dar-lhes. É indispensável que se sinta e compreenda a extensão das desigualdades e assimetrias ainda existentes no acesso, tanto a recursos económicos e sociais básicos, como a equipamentos de primeira necessidade e a serviços públicos.

Importa que se reforce o combate — que inquestionavelmente tem sido dado — a essas desigualdades, ampliando, com realismo, as políticas sociais activas, para que a solidariedade seja um valor assumido pelos indivíduos e pela sociedade, porque também exercido pelo Estado.

As sociedades são atravessadas hoje pela incerteza e pela precariedade. É importante, por isso, que os valores em que fazemos assentar o futuro das nossas famílias sejam mais sólidos. Reconheço que o apelo consumista é forte. Criou-se uma cultura, quase uma ideologia do consumo. A fronteira da sobriedade que separa as despesas necessárias da compulsão consumista parece ter desaparecido.

Tenho-me referido repetidamente a este tema e continuo a considerá-lo como uma preocupação prioritária. O Estado tem também uma função pedagógica e formativa de que não deve abdicar, perante a lógica fria da concorrência entre produtores de bens ou entre prestadores de serviços. A defesa do consumidor não se deve circunscrever à avaliação da qualidades daqueles bens e serviços, mas deve incluir também a informação necessária às escolhas individuais.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Temos de reconhecer que, apesar do esforço desenvolvido por todos os governos ao longo das últimas duas décadas e meia, subsistem problemas sérios por resolver no País.

Desde o sistema educativo, chave do nosso desenvolvimento futuro, até ao sistema fiscal, que carece de urgente revisão por forma a garantir uma maior equidade social e responsabilização colectiva, todos reconhecemos a necessidade de fazer mais e, sobretudo, com renovado sentido de exigência e de rigor.

Sem esquecer o sistema judicial, cuja credibilidade é essencial a um Estado de Direito, e a segurança, com as polícias que para ela contribuem.

Aqui impõe-se ter por claro que na defesa do Estado de Direito, e salvaguardado o estatuto constitucional dos tribunais, polícias e magistrados exercem funções axiais de idêntica dignidade, que todos respeitamos.

Aos tribunais pede-se que punam as violações da lei; às polícias, que as previnam e as reprimam. E, por esta via, participam, uns e outros, no monopólio do uso legal da força que ao Estado compete. Mas, porque assim é, manda o Estado de Direito, que a ambos justifica, que não ultrapassem a medida de força estritamente exigida em cada situação.

Quando infringem esta ética essencial, não podem, todavia, esperar compreensão da Comunidade que servem, nem, como aconteceu recentemente com os agentes da PSP, faltar ao respeito que devem a si próprios e à sua função, confundindo, no mesmo impulso, reivindicações de estatuto, legítimas enquanto tais, com interferências, essas sempre ilegítimas, no regular funcionamento das instituições cuja liberdade e independência lhes cabe defender.

E essa confusão é tanto mais grave quanto as questões do estatuto das polícias não interessam apenas a elas próprias; interessam, igualmente, ou mais ainda, à Comunidade que servem.

Enquanto às polícias não for reconhecido um estatuto que lhes garanta a plenitude da cidadania, é o Estado de Direito, na leitura garantística que lhe é conferida pela Constituição da República, que perde e se empobrece.

É, por isso, que estas questões, mais do que quaisquer outras, têm de ser tratadas com firmeza e rapidez. A autoridade do Estado é para ser exercida — em tempo, com determinação e com senso. Mas essa exigência não deve misturar-se com levianas de-

magogias que clamam, num mesmo gesto, pela reposição da autoridade do Estado e pela compreensão com atitudes que, indiscutivelmente, a põem em causa.
Também aqui se pede rigor. Como na saúde, onde não há resposta ainda, com eficácia suficiente, às necessidades da população. Persistem, também, um desemprego de longa duração e dificuldades de acesso ao primeiro emprego, tal como níveis reconhecidos de pobreza urbana e rural. As assimetrias regionais, nem sempre contrariadas de forma sustentada pelas políticas de distribuição dos recursos, prejudicam a coesão do todo nacional. É certo que, nos últimos anos, se realizaram ajustamentos importantes nas políticas públicas de protecção social, o que contribuiu para minorar as carências dos cidadãos que delas beneficiam. Mas é preciso que estejamos conscientes de que há sectores fragilizados e se multiplicam factores de marginalização social. Portugal apresenta também graus de desigualdade na distribuição dos rendimentos sem paralelo em qualquer outra sociedade europeia. Essa tendência tem que ser controlada e invertida, com medidas que garantam uma efectiva e crescente igualdade de oportunidades.
O País tem hoje, por comparação com os nossos parceiros da União Europeia, bons níveis de emprego masculino e feminino, níveis de desemprego relativamente baixos, mesmo representando o desemprego de longa duração uma grande parte do nosso total de desempregados. Mas persistem domínios onde a qualidade de emprego não é assegurada e a legislação laboral não é integralmente aplicada. Ora o respeito pela dignidade dos trabalhadores, sendo uma questão do Estado Democrático, é igualmente uma questão do desenvolvimento. A competitividade da economia portuguesa só ganhará a prazo com essa qualidade e este respeito.

A evolução da conjuntura aconselha a que se encarem com rigor e exigência novos passos no sentido da modernização do País. Temos todos de interiorizar a urgência dessa modernização, ousando agir corajosamente, ultrapassando o adiamento que tudo compromete e a espera que tudo paralisa. Não é possível olhar apenas ao curto prazo, se com isso se adiam opções estratégicas, ou se não concretizam as incontornáveis plataformas de entendimento, que considero elemento indispensável à consolidação de uma modernização solidária.

É para mim claro que a ideia de uma economia moderna e competitiva exige a aplicação de políticas de solidariedade que lidem com o problema das tensões sociais provocadas pelo processo de modernização.

É necessária uma valorização da educação permanente, da mobilidade profissional e social, em suma, da polivalência, da capacidade de adaptação à mudança. Precisamos de uma formação escolar e de uma formação profissional mais exigentes: uma economia aberta impõe novos padrões de qualificação que são decisivos para acompanhar a evolução do mercado de emprego. O desempenho económico do País dependerá, ninguém duvide, da capacidade de realização neste domínio.

Esse imperativo de qualificação é, igualmente, válido no que toca à necessidade de um mundo empresarial melhor preparado, factor decisivo para a inovação, a organização de empresas competitivas e a sustentação do emprego numa economia aberta, bem como para o desenvolvimento de uma sociedade civil mais autónoma e menos dependente do Estado.

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Excelências,

A igualdade dos cidadãos perante a lei exige não só o respeito integral pelos seus direitos políticos, mas também que a demo-

cracia garanta a todos uma igualdade de oportunidades económicas, sociais e culturais.
Recuso a ideia de um País em que os direitos sociais sejam considerados um luxo cujo exercício fique reservado para épocas de prosperidade. Preocupa-me a dimensão das desigualdades. A garantia de direitos sociais constitui uma condição de desenvolvimento justo e equilibrado, essencial para uma democracia moderna.
É preciso, em tempo útil, gerar níveis satisfatórios de resposta a estas preocupações, para restabelecer a confiança numa sociedade mais justa e equitativa.
Portugal tem perante si um problema demográfico que nos próximos anos influenciará decisivamente a questão social. Trata-se do envelhecimento da população. Da coragem e da criatividade com que se desenharem as novas políticas de solidariedade entre gerações depende muito a evolução da sociedade portuguesa.
O problema interpela o sistema de protecção social e as políticas de natalidade, mas também a forma como valorizamos a relação entre o emprego e a vida familiar e como asseguramos a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Não é um problema simples. Nem um simples problema de natalidade. É, também, um problema de valores, de percepções e de expectativas.
Neste aspecto, não o nego, as soluções têm de ser arrojadas, sob pena de não mobilizarem nem as gerações mais velhas nem as mais novas. Não basta a iniciativa do Estado, que todavia necessita de ser pioneiro na abordagem do tema. Há que contar também com a iniciativa dos empregadores que têm de compreender esta realidade e o contributo que podem dar para a sua solução.
Recuso a ideia de uma sociedade que não cultiva a dignidade da pessoa humana como forma de reforçar o princípio essencial da solidariedade entre gerações e corre o risco de patrocinar o egoísmo mais do que a generosidade.

Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Como é natural, nunca há apenas um único caminho para a solução dos nossos problemas. Nenhum partido está isento de responsabilidades nas carências que subsistem. Tal como a todos é devida uma palavra de reconhecimento pelo contributo generoso que deram, e têm de continuar a dar, no poder ou na oposição, para a estabilidade democrática e para a indiscutível modernização do País.
Mas, hoje, a mobilização da sociedade para a participação na vida colectiva torna necessário e desejável que se distingam com clareza as propostas concretas e responsáveis, as políticas distintivas que cada um propõe para assegurar as transformações necessárias na sociedade e no Estado.
Cada um tem as suas responsabilidades próprias. O governo de governar. As oposições de apresentar os seus programas alternativos. Todos são garantes, por igual, da qualidade do debate político que deve estar longe de pulsões demagógicas, que privilegiem o aproveitamento emocional do momento, em detrimento dos interesses estratégicos nacionais. Disso depende a estabilidade política, a qualidade da nossa Democracia, e o desenvolvimento sustentado do País. Todos os contributos para assegurar a qualidade do debate político são indispensáveis para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.
É na fidelidade a uma política de responsabilidade que importa assumir, sem equívocos, as diferenças. Essa é a forma de clarificação das opções e, por isso, de identificação dos eleitores. Só assim se pode levar os Portugueses a participar mais activamente na vida política nacional, conferindo uma legitimidade acrescida aos partidos políticos em que se reconhecem.

Olho, como sabem, com apreensão para os sinais de distanciamento entre as estruturas de decisão política e os cidadãos que lhes asseguram a necessária e insubstituível legitimidade democrática.
É preciso, como já tive ocasião de dizer, voltar a pôr os valores e as convicções políticas em primeiro lugar, como instrumentos norteadores de uma sociedade onde nem todos os compromissos são aceitáveis, onde a tolerância não pode ser sinónimo de laxismo, onde a dedicação à causa pública tem de ser prestigiada e respeitada.
A República que todos queremos servir tem de ser aquela em que ninguém espera que as coisas mudem por si, mas onde todos sentem que é seu dever melhorar a sociedade em que se inserem. Mesmo que isso implique sacrifícios. Por isso, é sempre necessária determinação, tanto para governar, como para opor aos governos políticas alternativas.
Recuso, porém, a ideia de que o País se encontra num impasse. Tenho consciência que estamos perante novos patamares de exigência e de expectativas por parte dos Portugueses a que é necessário dar resposta urgente. Existe uma consciência pública mais aguda quanto à necessidade de acção política sobre a dimensão de muitas desigualdades e problemas que subsistem na sociedade portuguesa. Mas, em democracia, existem sempre soluções.
Tenho procurado, ao longo do meu mandato, exprimir a minha confiança na democracia e na capacidade de realização do povo português.
Se bem que, entre nós, o Presidente da República não governe nem se co-responsabilize pelo cumprimento de um programa de acção governativa, sempre entendi ser meu dever intervir nos grandes temas que se colocam ao Estado, à economia e à sociedade, na defesa dos valores da liberdade e da igualdade em que assenta a democracia portuguesa.

Exclusivamente orientado pela prossecução dos fins constitucionais e pelo interesse nacional, a minha preocupação essencial tem sido a de abrir caminhos ou novas soluções, estimular consensos, mobilizar as vontades institucionais, apelar à participação. Tenho-o feito sempre numa perspectiva positiva de combate à passividade ou ao fatalismo, e de apelo ao empenhamento de todos, e à confiança dos Portugueses no seu futuro comum.

Tenho-o feito e pretendo continuar a fazê-lo, sempre na mais estrita observância e respeito pelas competências próprias de cada um dos órgãos de soberania, e sem interferir na livre competição política entre o Governo e as oposições, condição essencial da estabilidade democrática.

Nos estritos limites das minhas funções constitucionais, continuarei, como sempre, a procurar garantir o equilíbrio, a separação e interdependência dos poderes, o pluralismo democrático, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições e, nesse sentido, estarei atento à necessidade de melhorar e aperfeiçoar as práticas democráticas, corrigir abusos que ponham em causa os direitos fundamentais dos cidadãos e prevenir bloqueios institucionais artificiais e inúteis.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O regime democrático aberto com o 25 de Abril restaurou e viabilizou a esperança para Portugal e para os Portugueses.

Orgulhamo-nos do património de realizações dos vinte e seis anos entretanto decorridos. E os desafios do futuro continuam a interpelar-nos. E para isso e por isso queremos que a democracia seja mais forte, o mesmo é dizer que a vida colectiva seja mais participada pelos cidadãos, que o debate político seja mais vivo e responsável, que se criem mais e melhores espaços de afirmação cívica para todos.

Em suma, queremos que Portugal se afirme como uma comunidade de cidadãos livres e iguais, uma República moderna e solidária.
Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas
Viseu
10 de Junho de 2000

Neste Dia, saúdo calorosamente todos e cada um dos portugueses, estejam onde estiverem. Convido-vos, hoje, a reflectir sobre as responsabilidades que todos temos de enfrentar, quando equacionamos o futuro do país. Nessa reflexão ponderamos o progresso alcançado, mas, também, os desafios e as dificuldades que de nós exigem capacidade de resposta, mais iniciativa e maior coesão.

Este é o Dia em que celebramos Portugal, a nossa identidade, a nossa história e a nossa cultura, de que Camões é o símbolo mais alto. Não um símbolo distante e morto, porque já nada nos diga. Um símbolo que devemos renovar e tornar presente, pois a obra que nos legou soube captar o que no seu tempo é de todos os tempos e, por isso, também do nosso — a incerteza, a perplexidade e a exaltação face ao novo e ao inesperado, a indignação que não aceita a injustiça, a busca de um sentido mais humano para a vida. Tudo isto num Mundo que iniciava então, por nossas mãos, o primeiro ciclo da globalização e a aventura da ciência moderna. Enganam-se aqueles que vêem em Luís de Camões apenas o cantor das glórias passadas. Ele é o poeta da complexidade e da mudança. Na sua poesia, ecoa tudo o que é humano, a grandeza e a vulnerabilidade dos mais nobres sonhos. A obra camoniana fala-nos da harmonia e do desconcerto de um Mundo que não nos é dado, porque somos nós que o construímos com o nosso trabalho, a nossa vontade e o nosso poder criador. Camões viveu,

conheceu, experimentou tudo, andou por onde pôde. Como nós, foi português, foi europeu e foi universal.
Este é o Dia em que falamos de Portugal, falando dos portugueses, pois sabemos que a melhor homenagem que podemos prestar à História é continuá-la, encarando a análise dos problemas concretos das pessoas concretas. Este é o Dia em que afirmamos a nossa confiança no que está bem e a nossa vontade de mudar o que está mal.
Mais do que nunca, são necessárias capacidade para compreender o presente e coragem para explicar aos portugueses as opções e as exigências que temos. Só assim as pessoas se reconhecerão na política, porque encontrarão nela a voz dos seus anseios, problemas e expectativas, mas, também, a análise serena das possibilidades ou das limitações à sua realização.
Temos sempre o dever de falar verdade aos portugueses. De lhes apresentar com rigor o estado do país, não iludindo as dificuldades e não adiando as questões. Mas temos, também, o dever de explicar que não é possível, no espaço de uma só geração, resolver todas as questões, dar resposta a todos os anseios, manter permanentemente satisfeitas todas as expectativas. É preciso rigor na preparação do futuro e realismo na gestão do presente. Esta é, como sabemos, a primeira condição para mobilizar os portugueses, com vista à resolução dos problemas. É o que tenho procurado fazer. As palavras que vos quero, hoje, dirigir são ditas por Portugal e pelos portugueses, constituindo um renovado apelo a que nos unamos em torno do que é fundamental.
Este é também o Dia em que dizemos aos portugueses que vivem longe da Pátria como os sentimos presentes e como temos orgulho no prestígio que nos acrescentam e na projecção que nos conferem. As Comunidades Portuguesas, às quais a democracia conferiu um estatuto, um reconhecimento e uma dignidade que antes

nunca tinham conhecido, são, hoje, uma marcante realidade do novo Portugal. A renovação que nelas se operou, a integração na sociedade onde vivem e trabalham, não quebrou o vínculo que as une à Pátria de origem antes o reforçou, contribuindo para ampliar a projecção internacional de Portugal.

Temos um orgulho acrescido nesses portugueses e luso-descendentes dispersos pelo Mundo. Às tradicionais qualidades de trabalho, honestidade, determinação, as novas gerações souberam juntar a capacidade de se ligarem ao que de moderno se faz nos países onde estão, de se ilustrarem e de evoluírem intelectual e profissionalmente, de começarem a ter uma voz activa, audível e prestigiada, nas sociedades em que se integram.

Tenho mantido um contacto permanente com as nossas Comunidades. É-me muito grato testemunhar a todos os portugueses que elas acompanham e colaboram no nosso esforço de desenvolvimento e que são hoje um factor de renovação da nossa imagem no Mundo.

Senhor Presidente da República de Cabo Verde,

É uma grande honra tê-lo connosco. O convite que lhe dirigi representa o sinal da nossa amizade pelo Povo de Cabo Verde, ao qual estamos ligados e que tanto admiramos, pela coragem frente à adversidade, pelo esforço na construção de um País desenvolvido; um povo que tanto apreciamos pela cultura e pela sensibilidade tão ricas, expressa, por exemplo, nas obras de Baltasar Lopes e de Germano Almeida, na voz de Cesária Évora.

A presença de Vossa Excelência representa igualmente a nossa vontade de valorizarmos a língua e os laços que unem todos os povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Para que essa Comunidade se instituísse foi preciso vencer dificuldades e obstáculos. Já muito se fez, entretanto. Ao contrário de algumas pessoas, faço uma análise positiva destes primeiros

anos da CPLP. Sempre pensei, atendendo às dificuldades da sua génese, que a Comunidade teria um processo longo de institucionalização, requerendo a construção de uma confiança comum na sua utilidade e no domínio dos seus mecanismos; por isso nada ganharia com uma ambição inicial desmedida e irrealista, que poderia rapidamente transformar-se em frustração.

Sempre achei que a Comunidade não é apenas um instrumento multilateral dos Estados. Foi e continua a ser essencial, como a experiência tem demonstrado, que as sociedades ganhassem consciência das suas enormes virtualidades e se fossem, progressivamente, apropriando dela, introduzindo-lhe novas dinâmicas e a exigência de novas funções e realizações.

Penso que é chegada, agora, a altura de dar novos passos, concretizando projectos que dão sentido e substância à Comunidade. Entre esses projectos está, naturalmente, o de pôr em acção uma política ambiciosa de língua, com instrumentos, como a televisão e as novas tecnologias de comunicação, com meios e com uma dinâmica tais que possam dar ao português a afirmação e a difusão a que tem direito, quer pela importância da sua diversidade cultural, económica, geográfica e política, quer pelo número dos seus falantes. Há, ainda, um longo caminho a percorrer. Insisto numa evolução progressiva, na qual todos se vão consensualmente revendo. O que não quer dizer paralisia. Sublinho, assim, a necessidade de dotar a CPLP de uma plataforma de objectivos a médio prazo, dos recursos financeiros necessários e de um sistema de avaliação rigorosa dos seus resultados. Tenho a certeza de que esta é a vontade dos nossos países.

Senhor Presidente,

Em Portugal, vive uma significativa Comunidade de Cabo Verdianos, aos quais estamos reconhecidos pela diversidade cultural

com que nos enriquecem e pelo contributo que, com o seu trabalho, dão ao nosso desenvolvimento.
A sociedade portuguesa, como acontece, aliás, com todas as sociedades europeias, é cada vez mais multicultural e multiétnica. Isso tem de ser considerado como um enriquecimento, contribuindo para aprofundarmos o espírito da tolerância e de abertura à diversidade, que constitui a melhor marca do nosso humanismo universalista.
Perante o representante máximo da República de Cabo Verde, quero afirmar que não escondemos algumas dificuldades existentes na integração das Comunidades Imigrantes e não escamoteamos as condições difíceis em que alguns dos seus membros vivem. Não são apenas os sinais de xenofobia e racismo que por vezes irrompem, provocando, aliás, reacções simétricas, e que têm de ser combatidos. É a falta de condições sociais, são as dificuldades de uma integração que as proporcione, assegurando ao mesmo tempo o respeito pelas identidades culturais e religiosas. Aqueles que vivem entre nós, numa situação legal, respeitando a nossa convivência cívica, as nossas leis e contribuindo, com o seu trabalho, para a nossa economia, têm direitos que queremos garantir. Merecem, para além disso, ser compreendidos nas suas dificuldades e tratados com humanidade, respeito, solidariedade. Portugal, que é, sobretudo nos últimos dois séculos, um país de emigração, tem, dentro das suas capacidades, o dever de garantir àqueles que nos procuram o mesmo que desejamos para os nossos compatriotas, nos países que os acolhem. Não podemos esquecer o sofrimento e os sacrifícios por que passaram tantos portugueses, nas décadas de 60 e 70, nem as prepotências e os abusos que sobre eles exerceram alguns empregadores sem escrúpulos. Como temos também presente as solidariedades e os apoios que encontraram nos países de acolhimento.

Reconheço, com satisfação, o esforço feito, entre nós, por sucessivos governos e por tantas organizações da sociedade, procurando integrar melhor e apoiar, no seu início de vida entre nós, esses imigrantes que nos procuram, vindos, já não apenas dos Países Africanos, mas também, do Magreb, ou do leste da Europa. Muitos deles — temos de o denunciar com mágoa e revolta — são vítimas de criminosas redes internacionais de tráfico e exploração de mão-de-obra. É preciso ser implacável para com esta realidade, extremando os limites da lei, para que, à sombra de subterfúgios ainda existentes, não se perpetuem situações de degradação humana que não podemos tolerar.

Os imigrantes que nos procuram — importa dizê-lo — são hoje indispensáveis ao funcionamento de uma parte significativa da nossa economia. E, enquanto se mantiverem as tendências demográficas do nosso país, a necessidade de contar com o seu contributo só tenderá a aumentar.

Devemos cultivar a tolerância e a solidariedade para com aqueles que entre nós trabalham legalmente. Assim, é mesmo útil que se possam concertar políticas de emigração com os Estados dos países de origem. Devemos, contudo, ser intransigentes para com as redes internacionais de imigrantes ilegais e para com os empregadores nacionais que procuram aumentar os seus lucros à custa da exploração inumana da mão-de-obra clandestina. Este é um dever moral e político, uma questão fundamental de defesa dos Direitos Humanos.

Portugueses,

A sociedade portuguesa mudou profundamente desde o 25 de Abril. A nossa adesão à Comunidade Europeia, acelerou essa transformação, ao dotar o país dos meios financeiros necessários à sua modernização. Durante anos, lutámos por ideias, projectos, programas, reformas, direitos. Divergimos e confrontámo-nos. Per-

cebemos os desafios e convergimos quando foi necessário. Foi de tudo isso, da discórdia e do consenso, que se construíram as bases políticas do desenvolvimento do país. Devemos orgulhar-nos, tenho-o repetido, do caminho percorrido.

Hoje, porém, quando olhamos para a sociedade, vêmo-la mobilizada pelo consumo e, muitas vezes, pela ideia de que tudo é fácil, tudo é possível e, mesmo, de que tudo é legítimo. Há uma cultura consumista erigida como o grande referencial de desenvolvimento e de progresso. Esta é uma ilusão perigosa, quer para os cidadãos e as famílias que estruturam as suas vidas em torno desse conceito, quer para o Estado que lhes julgue dever dar satisfação. O progresso material das pessoas e dos países depende da capacidade em manter uma economia capaz de produzir níveis de riqueza que se auto-sustentem. Para isso, é necessário poupar, produzir riqueza, investir, pensando no futuro, gastar apenas o que se pode, evitar o endividamento excessivo, redistribuir, para equilibrar o desenvolvimento da sociedade. Como vos tenho dito ao longo do meu mandato, temos de saber viver na justa medida das nossas reais capacidades e não acima delas, seja na vida pessoal e familiar, seja na administração do Estado.

Não vos escondo: hoje, há dificuldades no horizonte. Precisamos de conjugar esforços, para não deixarmos, nem que a prosperidade alcançada nos acomode, adiando a resolução de problemas, nem que essas dificuldades ponham em causa o que já conseguimos construir. Necessitamos também de procurar os compromissos políticos entre os partidos e os grupos parlamentares que sejam a base das reformas de que necessitamos. A reforma da Segurança Social é dessa necessidade um exemplo.

Temos, além disso, de saber distinguir o que não pode ser confundido: uma coisa são as dificuldades conjunturais que tornam mais vulneráveis as nossas fragilidades estruturais e que afectam,

infelizmente, os níveis de expectativas dos portugueses e os rendimentos familiares atingidos, por exemplo, pelo aumento das taxas de juro. Outra coisa diferente é a visão catastrófica de um país à beira de uma crise económica, porque essa não é a nossa realidade. Há dificuldades e riscos, mas Portugal não se encontra num impasse.

De entre as dificuldades e os problemas sobre os quais devemos pensar seriamente, aponto alguns, dos quais, creio, depende a nossa afirmação como País democrático e europeu, e o nosso reforço como comunidade nacional, coesa e solidária.

O primeiro deles diz respeito à independência nacional. Como é sabido, num Mundo globalizado e com múltiplas dependências, em que os países integram grandes conjuntos regionais, os próprios conceitos de independência e de soberania nacional mudaram radicalmente. Ser independente, hoje, é ter voz, peso e influência nos lugares onde as decisões se tomam, é participar nos grandes projectos estratégicos da economia e da nova economia, do desenvolvimento cultural, científico e técnico. A independência e a soberania nacionais defendem-se na aposta em políticas continuadas de investimento na educação, na investigação científica, na criação cultural, no áudiovisual e na expansão da língua, na nossa participação activa na construção da nova sociedade do conhecimento, da informação e da comunicação.

A independência e a soberania nacional reforçam-se tornando Portugal um país mais competitivo e inovador, economicamente; mais coeso e avançado, socialmente; mais desenvolvido e solidário, regionalmente. A independência e a soberania defendem-se no nosso empenhamento num projecto de União Europeia, cujas instituições respeitem o princípio de igualdade entre os Estados-membros e que assente no reforço da cidadania europeia. Um projecto político, social e cultural, que tem de ser de

todos os países que o integram, salvaguardando, porém, sempre, as suas identidades próprias. Não será viável nenhum projecto político para a União Europeia que tenha como pressuposto a diluição da identidade nacional dos países que a compõem.

O segundo tema de que vos falo, e que tem uma directa ligação com o primeiro, diz respeito à vida profissional dos jovens adultos. Muitos deles, hoje com 30 ou 35 anos, fizeram a sua vida escolar no período de maior crise do sistema educativo ou iniciaram a sua vida profissional no momento em que a economia portuguesa se restruturava à custa de tantos sacrifícios, preciso assegurar a estes jovens condições de educação e de formação ao longo da vida que lhes permitam encarar com confiança o futuro, num mercado de trabalho cada vez mais aberto e competitivo. É indispensável considerar que este não é apenas um problema económico e social da maior importância que afecta uma geração, pois ele situa-se no lugar-charneira das gerações em que as responsabilidades sociais se consciencializam e onde a experiência se transmite. É um problema de grande irradiação e com reflexos em toda a estrutura social. Devemos fazer tudo o que podemos para o solucionar, recorrendo, nomeadamente, a políticas mais agressivas que assegurem a ligação entre o sistema de ensino e de formação e as empresas.

Só sendo rigoroso e exigente nesta questão essencial da formação ao longo da vida poderemos assegurar a coesão entre gerações e a continuidade do desenvolvimento do país. Este é um problema de todos. Do Estado, a quem se deve exigir que continue, como o tem vindo a fazer nos últimos anos, a desenvolver políticas públicas. Das empresas, a quem cabe um papel essencial na formação dos seus trabalhadores, e a quem se deve exigir um maior investimento na formação profissional. Das pessoas, que têm de assumir, como condição da sua realização pessoal, do seu desen-

volvimento profissional e da sua capacidade de manutenção de empregos qualificados, uma disponibilidade permanente para a formação ao longo da vida.

O terceiro tema que deste decorre tem, por isso, a ver com a solidariedade entre gerações e a valorização das pessoas idosas. Insisto na ideia de que o aumento da proporção de idosos na sociedade portuguesa é, para além de um sinal claro de desenvolvimento, um dos maiores desafios com que estamos confrontados.

Esse desafio deve pôr-nos crescentes interrogações quanto às potencialidades desperdiçadas pela inactividade dos cidadãos mais velhos, que se vêem, por vezes, impedidos de realizar actividades económica e socialmente úteis, que podem e querem realizar e dos quais a sociedade ainda tanto pode esperar.

Somos a primeira geração que conhecerá um Portugal com mais idosos do que jovens. É esta uma nova realidade que interpela o nosso actual conceito de família, no seio da qual, por condicionalismos diversos e conhecidos, há cada vez menos espaço para acolher os mais idosos, sobretudo quando se tornam mais dependentes. Questiona também a sociedade, ainda pouco disponível, em Portugal, para desenvolver projectos, nos quais os mais idosos tenham um papel a desempenhar na passagem do testemunho às gerações mais novas. Esta realidade confronta-nos ainda com a necessidade de assegurar aos mais de milhão e meio de idosos com menos de 50 contos de pensão de reforma da Segurança Social perspectivas realistas de podermos continuar o esforço que vem sendo feito de elevação gradual das suas condições de vida para limiares de maior dignidade. Os mais velhos têm de ser tratados com respeito e carinho, vistos como depositários de uma experiência de vida e de uma sabedoria. Essa riqueza não pode ser desperdiçada.

Outro tema que nos tem de merecer séria reflexão tem a ver com as condições de trabalho e com a qualidade do emprego como factor insubstituível de realização pessoal. Há em Portugal, como em todos os países desenvolvidos, um problema, muito difícil, de equilíbrio entre a qualidade e a quantidade de emprego.
Como não me tenho cansado de dizer, os estatutos precários de emprego são sempre fonte de instabilidade e de insegurança, quer para quem os vive, quer para a sociedade no seu conjunto. Importa estimular medidas que visem controlar o emprego precário. A sua actual expressão em Portugal é, indiscutivelmente, uma fonte de preocupação. Todos reconhecem que é necessário algum grau de flexibilidade para permitir a modernização. Mas seria bom que todos reconhecessem, também, que a precariedade de emprego, quando atinge determinados níveis, é um factor inibidor do desenvolvimento. É indispensável que a lei em vigor seja respeitada, reprimindo-se o recurso ao emprego ilegal, ao trabalho clandestino e ao trabalho infantil.
Finalmente, outra preocupação que partilho convosco diz respeito às desigualdades sociais, à exclusão social urbana, à pobreza e à toxicodependência. Embora, haja sinais positivos de que a tendência para a desigualdade crescente, que se foi acentuando até meados da década de 90, está a ser contrariada, precisamos de persistir no esforço nacional em favor de maior equidade na distribuição dos rendimentos e no combate à exclusão social que, sobretudo nos grandes centros urbanos, atinge formas muito preocupantes. Tal objectivo exige certamente uma legislação fiscal mais equitativa e, sobretudo, a garantia da existência de meios que impeçam a evasão fiscal de agravar as injustiças existentes. Espaços cheios de contradições, onde, muitas vezes, os laços de solidariedade familiar e de vizinhança foram desaparecendo, é nas zonas urbanas mais carenciadas que as insuficiências e ina-

daptações dos nossos sistemas de educação, de saúde, de justiça e de protecção social se tornam mais evidentes. Apesar dos encorajadores resultados obtidos com os ajustamentos introduzidos nas políticas públicas de protecção social e com as políticas de emprego utilizadas, é preciso que estejamos conscientes de que a erradicação da pobreza é um combate para o tempo de uma geração. A não ser prosseguido, com determinação, manter-se-iam níveis inaceitáveis de exclusão, com graves consequências para as gerações que nos substituirão.

É também nestas áreas urbanas onde, com maior intensidade, se tem feito sentir o problema da toxicodependência, embora ele tenha atingido também as zonas rurais. Este é um flagelo social gravíssimo, a que ninguém pode ficar indiferente. Nos últimos anos, têm-se registado enormes avanços no debate público sobre esta questão. As dramáticas consequências do problema da toxicodependência e da complexificação das redes de narcotráfico e de branqueamento de capitais obrigaram as sociedades a abrir-se a novos debates e a encarar novas soluções.

Neste tema tão delicado e tão complexo que, directa ou indirectamente, ninguém se iluda, nos afecta a todos, não é de bom conselho fecharmo-nos em ideias preconcebidas. Hoje, a par do reforço das políticas repressivas de combate ao narcotráfico, que têm de ser cada vez mais eficazes e severas, é indispensável encarar a necessidade de debater com seriedade a descriminilização do consumo de algumas drogas e de iniciar uma nova geração de políticas de apoio a toxicodependentes.

Tenho acompanhado de perto esta realidade. Ela tem constituído uma das preocupações permanentes do meu mandato. Tudo devemos fazer para que os traficantes sejam severamente punidos, tomando-se todas as medidas de combate ao branqueamento do dinheiro da droga. Mas não podemos transformar o com-

bate à droga e aos traficantes num combate aos cidadãos toxicodependentes. Todos conhecemos a tragédia da droga que se abate sobre os consumidores e as suas famílias.

Não podemos ignorar esta realidade, nem bloquearmos perante ela. Temos de tentar as saídas possíveis, vencendo o preconceito e ultrapassando as respostas que não o são, porque se revelaram incapazes. Para mim, uma vida humana é insubstituível. Devem ser feitos todos os esforços para a salvar. Um toxicodependente não é um criminoso, é um ser humano em dificuldade e um doente.

Tenho conhecido muitos jovens vivendo em situações degradantes de exclusão, numa fronteira dramática entre a vida e a morte, entre a contracção e a propagação de doenças infecto-contagiosas gravíssimas. Tenho visto famílias destruídas pelo sofrimento, exauridas de recursos financeiros para tentar salvar a vida de um familiar, doridas, impotentes, vencidas pelo cansaço e pelo desespero, revoltadas.

Conhecemos esta tragédia e devemos agir. Porque tão grave como ignorar, como fechar os olhos, é conhecer e não agir. Se não fizermos nada, muitos dos jovens toxicodependentes morrerão. É essa a crua realidade. Mas, por cada vida que se salve, vale a pena vencer os preconceitos. Porque cada vida que se salva é uma vitória nossa sobre o narcotráfico.

Portugueses,

Após décadas de estagnação e isolamento e não obstante os problemas que persistem ou surgem, o nosso País mudou profundamente nos últimos vinte anos. Se compararmos os índices económicos, sociais e culturais mais significativos, vemos que essa mudança representa, globalmente, a mais vasta transformação estrutural operada em Portugal, desde a primeira metade do século XIX.

Essa transformação prossegue. Somos uma sociedade em processo contínuo de transformação, que encontrou mesmo na ideia da mudança e de transformação um dos factores mais produtivos do seu dinamismo, uma sociedade que mudou não apenas as suas estruturas, como foi mudando os seus modelos e os seus padrões. Hoje, somos — e ainda bem! — uma sociedade mais exigente e mais reivindicativa, mais consciente das suas carências, mais apta a pugnar pelos seus direitos.

Conhecemos os sinais que dão fundamento à confiança em nós e no futuro. Não me tenho cansado de os apontar, como estímulo e como exemplo. O que correu bem e deu certo autoriza-nos a dizer que, se quisermos, somos capazes de chegar aonde desejamos sabendo, porém, que nem a lamúria nem a facilidade são as vias para lá chegar.

Mas devemos também ter presentes os problemas que ainda não solucionámos, as situações inaceitáveis que ainda não erradicámos, as dificuldades que não ultrapassámos. Não posso, não devo e não quero ignorar, esquecer ou esconder esses problemas, essas situações, essas dificuldades.

Ao apontá-los, tenho como preocupação os grandes objectivos estratégicos do nosso desenvolvimento sustentado, o bem-estar dos portugueses e a nossa coesão social. Faço-o no plano nacional em que, como Presidente de todos os portugueses, me situo. Faço-o, julgo, com rigor e sem demagogia, sabendo que temos limitações. Mas estando também consciente de que o impulso reformador precisa ser permanentemente renovado. O Presidente da República não é nem a alternativa, nem o substituto dos governos ou das oposições. É o garante da unidade nacional, das liberdades e dos direitos dos cidadãos, da estabilidade e do regular funcionamento das instituições. É o impulsionador das grandes reformas e do dinamismo social, é o moderador e o árbitro da vida nacional.

Dirige-se directamente a todos os portugueses, e a sua ligação com eles é permanente. Ouve-os e dá-lhes voz, se necessário. Sempre pensei que a política se faz com causas, com convicções, com ideais e com princípios. Que se avalia pelos objectivos e pelos resultados. Nunca me resignei, no passado, perante a injustiça, nunca fechei os olhos ao que está mal, nunca disfarcei as dificuldades. Não o fiz, não o faço. Compete ao Presidente da República ajudar a equacionar os problemas e a encontrar as soluções, suscitar a reflexão e o debate sobre os grandes temas que se inscrevem no médio e no longo prazo, mobilizar o País em torno das grandes opções estratégicas e das grandes causas. Compete-lhe entender os sinais de mudança, expressos nos movimentos sociais e culturais, nas transformações da economia. Cabe-lhe antecipar os riscos e prevenir as rupturas. Tem o dever de estar atento e intervir, quando é necessário, com moderação, firmeza e oportunidade, sabendo que a estabilidade não se confunde com passividade nem com imobilismo, que a coesão não evita o debate, a crítica e o pluralismo, que o debate não pode impedir a decisão, quando é chegado o momento.

Portugueses,

A cidade de Viseu, onde, neste ano 2000, celebramos o Dia de Portugal, é uma terra cuja história se encontra ligada às origens mais remotas e ilustres da nossa identidade. Na sua evolução mais recente representa um exemplo de capacidade de modernização e desenvolvimento, que deve ser apontado.

Viseu e a sua região são um exemplo de transformação e de progresso, preservando, ao mesmo tempo, aquelas características que são o fundamento da sua identidade própria. O que foi feito resultou da vontade que conseguiu contrariar o que parecia inelutável, simboliza o impulso que quer reformar, mudar, aperfeiçoar, fazer avançar.

Neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, nesta terra de história, cultura e tradição, mas também de inovação, progresso e iniciativa, quero dizer aos portugueses, a todos os portugueses: compreendo os vossos anseios e as vossas expectativas. Tenhamos confiança em que conseguiremos continuar no rumo do desenvolvimento, enfrentando e vencendo as dificuldades. Sabemos que o destino de cada um está indissoluvelmente ligado ao destino de todos. É isso que faz de nós um Povo solidário e uma Pátria livre.

Sessão Solene Comemorativa do 90.º Aniversário da Implantação da República

Câmara Municipal de Lisboa
5 de Outubro de 2000

Comemoram-se hoje noventa anos sobre a data da implantação da República e a Câmara Municipal de Lisboa quis, uma vez mais, assinalar esse acto organizando as Comemorações Oficiais que celebram essa data histórica.

Quero, por isso, agradecer-lhe, Senhor Presidente da Câmara, o empenho e a atenção que colocou na organização desta cerimónia. Conheço bem a natureza profunda dos seus sentimentos republicanos. Eles são o garante de que consigo, e com toda esta Câmara, a tradição desta cerimónia perdurará, cabendo a todos nós reunir esforços para saber encontrar as formas necessárias à sua revitalização.

O simbolismo deste dia centra-se neste Edifício onde se proclamou um regime político, fundado em novos valores e apostado em alterar profundamente as relações entre o cidadão e a política.

Os anos iniciais do regime republicano foram particularmente difíceis. As realizações, apesar de muitas, ficaram ensombradas pela instabilidade política e militar. A ditadura veio, depois, interromper esse projecto e, sem alterar a sua simbologia republicana, mais não era do que um regime autoritário, apoiado nas forças armadas, sustentado pela repressão das polícias, onde não existia o respeito por direitos e liberdades individuais.

O verdadeiro programa republicano só se pôde concretizar com o 25 de Abril, em muitos dos seus aspectos essenciais. E naquilo que é a sua essência profunda, estará sempre inacabado, e por isso tem de ser constantemente aprofundado.

A República propôs-se fundar uma nova relação entre os cidadãos e entre estes e a vida da comunidade em que se inseriam. Estimulou o sentimento de entreajuda e de solidariedade. Promoveu a participação política e fomentou o associativismo. Mobilizou e viveu da mobilização das populações urbanas. Muitas das suas melhores realizações, nas áreas da educação, do associativismo e do assistencialismo, nascem desses propósitos. Muitos dos seus excessos foram fruto da incapacidade do Estado em articular os grupos de interesses, ora cedendo perante uns, ora reprimindo outros.

Mas de todo esse período creio que é hoje muito importante fazer ressaltar uma preocupação dominante do ideário republicano: A República deve ajudar as pessoas a pensar sobre a sociedade e os valores fundamentais. Deve promover uma cultura de conhecimento e debate sobre as escolhas que definem o nosso futuro colectivo.

O Senhor Presidente da Câmara, sugeriu que este ano pudéssemos dedicar este dia ao tema da solidariedade como pilar essencial do ideário republicano, convidando, quer os históricos centros republicanos, como símbolo dessas mais antigas formas de sociabilidade que se preocupavam e intervinham na vida da Cidade, quer as novas Instituições Públicas de Solidariedade Social, Organizações não Governamentais, organizações de voluntariado e clubes recreativos. Felicito-o por isso, pois assim se simboliza a importância perene desses valores republicanos e também a nossa responsabilidade e dever de assegurar a necessária passagem de testemunho entre gerações.

Presto o meu testemunho a uns e a outros, pelo seu esforço e dedicação e associo-me com gosto ao gesto simbólico desta Câmara. Sinto que é preciso reforçar o nosso empenho na passagem de testemunho do valor da solidariedade, da atenção permanente

aos carenciados e aos mais desfavorecidos e sublinhar, com o vosso exemplo e o de tantos outros em todo o Portugal, que essa não pode nem deve ser apenas uma preocupação do Estado.
É preciso explicar às novas gerações que não é apenas necessário que o Estado se preocupe connosco, mas que é tão ou mais importante preocuparmo-nos uns com os outros e que cada um de nós esteja disponível, na respectiva geração, para dar o seu contributo de solidariedade à comunidade em que vivemos. Por vezes pedimos demais ao Estado e pouco a nós próprios no que podemos fazer pelos outros.
Reconheço que a cultura material e esta euforia consumista em que vivemos, e que há muito tenho vindo a criticar, transformou a posse de bens num valor superior a todos os outros.
Mas será que um bom republicano — se me permitem que use esta expressão antiga e porventura desusada — será que um bom republicano não se deve interrogar sobre o caminho que toma uma sociedade onde os pais não têm tempo para os filhos, onde os filhos não têm tempo para os pais e por isso os colocam cada vez mais e cada vez mais cedo em lares e onde os cidadãos não têm tempo para dedicar à vida da sua comunidade e do seu país.
Os partidos à esquerda e à direita têm sem dúvida propostas para lidar com estes problemas que concretizam quando estão no poder.
Mas nenhum Estado, governado seja por que partido for, poderá algum dia tomar conta de todos os nossos filhos, tomar conta de todos os nossos pais e assegurar uma democracia de que os cidadãos se alheiem cada vez mais.
Ao Estado é necessário que se exija, e tenho insistido neste ponto, cada vez mais rigor, cada vez mais transparência, uma boa administração, ou seja uma administração próxima e eficaz a que os cidadãos têm acesso e cuja fundamentação das decisões podem e devem conhecer. Rigor na administração fiscal porque

sem justiça fiscal não há confiança no Estado. Rigor na gestão orçamental, porque sem ela não há boa administração.
Mas a República não pode ser feita só pelos outros nem só pelos governos. A República ou é feita por todos nós, assumindo as suas responsabilidades e deveres para com a sociedade, para com a democracia e para com a família, dando com isso corpo aos valores humanistas que fundamentaram a sua implantação. A não ser assim um dia estaremos confrontados com uma sociedade de pessoas desvinculadas do sentimento de pertença a uma comunidade, desinteressadas da vida política e portanto do debate pelo futuro do seu país, sem solidariedades familiares nem outros interesses que não sejam alcançar depressa e por qualquer meio o maior bem-estar material possível.
Sei que não estamos perto disso. Mas sei também que se nada se fizer estaremos a caminho disso. Os sinais estão aí e todos os conhecem. É preciso fazer mais para evitar esse caminho. Em nome da República. Em nome de uma concepção humanista do homem e da sociedade. Em nome de valores fundamentais. Mas, para isso, é preciso passar o testemunho às novas gerações, não apenas em cerimónias como esta, plenas de significado simbólico, mas nas políticas que se promovam e, sobretudo, no debate que se realize em torno do futuro de Portugal.
A República sucumbiu à sua instabilidade política e militar. Incapaz de gerar governos estáveis, e de com isso garantir condições para lidar com os problemas económicos e sociais do país, estava condenada a ser derrubada por um golpe militar de cariz autoritário.
A obra que realizou foi muito grande. Alguma foi revista e destruída pela ditadura. Mas os seus grandes princípios sobreviveram ao regime autoritário. Muitos de nós, que nos formámos politicamente na luta contra a ditadura, guardamos como refe-

rência fundadora o combate de há noventa anos pelos direitos e liberdades fundamentais e pela construção de um Estado republicano. Republicano nos valores e laico na sua relação com as igrejas. Nos princípios, naturalmente, mas também nas práticas porque respeitamos todos por igual.

É para homenagear esses homens e mulheres que com coragem e determinação implantaram a República que nos encontramos hoje aqui.

Ainda bem!

Viva a República.

Cerimónia Comemorativa da Restauração da Independência

Mosteiro de Alcobaça
1 de Dezembro de 2000

As datas e símbolos nacionais assentam a sua força expressiva na permanência e estabilidade. Tenho todavia entendido que me cabe impulsionar uma renovação das formas comemorativas e uma atitude participativa e pedagógica em relação às próprias referências das celebrações nacionais.

Quero agradecer ao Sr. General Themudo Barata a colaboração dispensada a este intuito e o empenhamento da Sociedade Histórica da Independência Nacional na celebração continuada deste dia 1.º de Dezembro.

Agradeço igualmente aos senhores oradores convidados, Professores Luís Reis Torgal e Eduardo Prado Coelho, que nos permitiram hoje olhar criticamente o passado e a modernidade, aliar a História com a Prospectiva.

A escolha do Mosteiro de Alcobaça para tentar essa síntese parece-me agora particularmente feliz. Enquanto vos ouvia, Senhor Presidente da Câmara, Senhor General, Senhores Professores, não pude deixar de sentir o testemunho que também estas pedras encerram, das gerações e gerações de «construtores da nacionalidade» que aqui se estabeleceram, logo no primeiro reinado de Portugal.

A expressão «construtores da nacionalidade» não é minha, é de uma grande figura alcobacense, cujo centenário se cumpriu no ano passado, o Professor Joaquim Vieira Natividade. Ninguém como ele soube evocar os cistercienses, «monges pacíficos, pro-

pulsores infatigáveis do desenvolvimento agrícola, que lavraram campos regados pelo sangue das batalhas, entre as devastações e as ruínas do incêndio e do saque», e que, a seus olhos, assumiam «a estatura gigantesca de construtores de uma nacionalidade». Alcobaça é um dos especiais lugares de memória em que Portugal e os portugueses se reconhecem. Não apenas pelo monumento, que é magnífico, aliás justamente reconhecido como património mundial, ele que é provavelmente a mais importante abadia cisterciense que hoje pode ser vista na Europa. Mas também pela obra fundamental e pioneira que os monges de Alcobaça legaram ao país, em variadíssimos domínios: na agricultura e na hidráulica, na ciência e na técnica, no ensino tanto profissional como académico, na língua, no livro e na cultura.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quando celebramos um dia nacional começamos por sublinhar um vínculo histórico, seleccionado pelas gerações que nos precederam. Mas não podemos esquecer que dos traços de união com o passado fazem parte também os sonhos e os desejos que projectamos sobre o futuro.

Ao longo da história, os portugueses moldaram uma identidade assente em criações colectivas, como a Nação, o Território, a Língua e o Património Cultural.

Apesar dos contrastes geográficos, os portugueses criaram uma unidade territorial, impedindo que esses contrastes fossem factor de divisão. Essa unidade permitiu e integrou realidades geográficas específicas como os arquipélagos dos Açores e da Madeira. A valorização da unidade territorial deve ser continuada. Há que garantir ordenamento, equilíbrio, complementaridade e desenvolvimento a todas as partes do território português.

A língua é outra das criações identitárias de Portugal. A unidade linguística fortaleceu Portugal, facilitou a comunicação e empres-

tou dinamismo à expressão cultural. Com o fim do Império, tornou-se uma das oportunidades mais significativas para o estreitamento das relações, não só entre Portugal e os países onde existem comunidades de portugueses, como entre Portugal e os países onde o português é língua oficial.

Este factor tem merecido menos atenção do que provavelmente seria justo e necessário. Temos estado menos preocupados do que devíamos com o ensino da língua e com o estudo da língua. Sinto que temos que encontrar meios para que o conhecimento da língua se torne mais efectivo e a sua prática mais qualificada.

Além da língua, há um conjunto de criações culturais acumuladas e transmitidas que constituem o património cultural. Dispomos hoje de um consenso em torno do objectivo estratégico de defesa e valorização do património cultural, desde que defendido de utilizações puramente ideológicas. O consenso democrático em torno do património pode e deve ser aprofundado.

Há em primeiro lugar que reconhecer que o conceito de património se ampliou muito e abrange realidades mais amplas e diversas do que há algumas décadas. É também indispensável garantir o maior rigor histórico na avaliação do património. Finalmente, importa que as políticas de património se articulem de forma consistente com a educação e a escola.

A unidade nacional cedo conseguida foi uma pedra chave da independência política. Poupou o país a rupturas fratricidas. A coesão nacional evitou que momentos de especial dramatismo, no passado mais longínquo ou em tempos mais recentes, como o 25 de Abril e a descolonização, tivessem originado uma conflitualidade incontrolável.

A coesão nacional, que hoje se revê num Estado de Direito e num regime Democrático, tem que ser também alimentada pela cidadania. Quem diz cidadania, diz autonomia dos indivíduos,

autonomia das comunidades, autonomia das organizações, e diz eliminação dos privilégios e dos corporativismos. Quem diz cidadania diz sociedade mais forte, instituições mais transparentes e sobretudo mais responsáveis. A partilha da responsabilidade tem de ser reequilibrada a favor das pessoas e da sociedade. O caminho do revigoramento da nação não é hoje o de um qualquer patriotismo fora do tempo mas o de uma verdadeira inversão de tendência a favor da cidadania.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Temos orgulho no que somos e nas realizações em que projectamos o que de melhor pudemos e soubemos, mas também estamos conscientes de que a encruzilhada é apertada e o espaço para a afirmação de Portugal e dos portugueses não nos é oferecido. Só nós o podemos garantir, com o nosso trabalho e com a nossa inteligência, com a nossa determinação e, atrevo-me até a dizer, com a nossa capacidade para superarmos os nossos próprios limites. António Vieira, um construtor de mundos — no velho mundo, peninsular, e no novo mundo, americano — recomendava frequentemente aos seus ouvintes que perscrutassem o futuro nas circunstâncias da história. «Em profecias e benefícios começados, o mesmo é referir o passado, que prognosticar o futuro», dizia. É desse prognóstico que me ocuparei agora, como sempre aliás o tenho procurado fazer, com o empenhamento e com o sentido das responsabilidades próprias por que pauto os meus actos.

A educação é e continuará a ser um factor absolutamente decisivo. Portugal joga a força da sua posição na Europa e no Mundo através da qualificação que o seu sistema escolar puder garantir. Se não conseguirmos converter este factor de atraso num factor de competitividade, o caminho será mais estreito.

A promoção da sociedade educativa terá de se articular com as exigências complexas de uma sociedade de informação que que-

remos que nos implique vantajosamente. Ora a vantagem só pode vir do facto de sermos capazes de mobilizar conhecimentos avançados em todos os domínios do saber, e nomeadamente nos domínios que se relacionem, directa ou indirectamente, com o desenvolvimento da base tecnológica e com a mudança organizacional das empresas. Em suma, temos que ter à nossa disposição o trunfo de uma atitude favorável à ciência e à inovação científico-tecnológica.

São desafios cruciais como não me canso de sublinhar.

Portugal prossegue com determinação o objectivo de fortalecer a sua posição na Europa. Com determinação e com sacrifícios, que muitos foram os que esta caminhada também já nos impôs. Eles não podem ter sido realizados em vão, e certamente continuaremos a ter de enfrentar desvantagens e a ter de vencer obstáculos difíceis para recuperar atrasos acumulados.

Esse caminho só pode ser trilhado de forma consistente desde que a democracia garanta, também ela, níveis mais elevados de qualidade no seu funcionamento. Este repto tem que ser enfrentado com muita clareza.

As instituições democráticas têm que dar prova de responsabilidade a todos os níveis e a todo o momento. A autoridade democrática é uma questão de regra e de escrupuloso cumprimento, e é uma questão de sentido de serviço público dos que exercem um mandato popular.

Não nos perdoariam, as gerações futuras e nesse caso justamente se deixássemos claudicar esse sentido da responsabilidade, se deixássemos ceder as finalidades das instituições aos pequenos interesses e às ambições pessoais.

Em nome dessa solidariedade com o futuro, temos de ser confiantes mas também exigentes até ao fim.

Viva Portugal.

CAPÍTULO II

JUSTIÇA E ESTADO DE DIREITO

«Nos últimos anos, as dificuldades do sistema de Justiça tiveram a virtualidade de tornar claro para a generalidade dos cidadãos que a qualidade de vida, o desenvolvimento e progresso sociais, a segurança de pessoas e bens, numa palavra, a qualidade da democracia estavam indissociavelmente dependentes de uma Justiça equitativa, pronta e eficaz.»

Sessão de Abertura do V Congresso dos Advogados Portugueses
Lisboa
17 de Maio de 2000

Ao saudar todos os congressistas, a quem me sinto particularmente ligado por mais de vinte e cinco anos de advocacia, saúdo, também, a iniciativa de serem temas deste V Congresso questões nucleares da sociedade portuguesa, em que os advogados têm voz exemplar — pelo conhecimento e pela função.

E a iniciativa é tanto mais de louvar quanto o país tem os olhos postos nas questões da Justiça, que atravessam, de modo particular, o quotidiano dos portugueses, e de cuja resolução depende, em apreciável medida, uma mais plena realização do Estado de Direito.

É matéria sobre a qual tenho feito insistentes apelos, com especial detalhe nas sessões solenes de abertura do ano judicial, quando estão reunidos todos os profissionais do foro.

Mas nesta hora, cabe aos advogados falar, com a certeza de que estaremos atentos à sua voz.

Voz enriquecida pela experiência do dia-a-dia, pelo enfrentamento dos bloqueios do sistema, pela busca de caminhos que ladeiem práticas obsoletas e tantas regras desajustadas. Mas voz responsável, e no registo de quem sabe os pressupostos e os limites das reformas a empreender.

Servidores do direito e da Justiça, na magnífica expressão do seu Estatuto, cabe aos advogados estar na primeira linha da promoção e defesa do Estado de Direito — pela reflexão crítica, pela

intervenção profissional, pelo compromisso e militância associativa, que em todas as trincheiras há combates a travar.
Essa luta desenrola-se, todavia, num mundo novo.
A vontade política dos povos reuniu espaços e esbateu fronteiras.
As novas formas de comunicação aceleraram o tempo e anularam distâncias.
Os instrumentos de trabalho revolucionaram-se, num percurso sem limites visíveis, e exigindo que da identidade de cada um passe a fazer parte a capacidade de mudança.
É neste quadro que os contratos começam a ser negociados em teleconferência, para serem firmados na *Internet;* e até o velho e canónico «contestando diz» já não participa dos vagares do papel selado e está prestes a chegar a tribunal, pelo correio electrónico, feito empregado forense da era digital.
Mas a aceleração do tempo e a inelutável globalização dos espaços e das relações trazem consigo um direito novo, também ele global, com novas regras e novas atitudes, a exigir disponibilidade para todas as aprendizagens e formação permanente como projecto de vida.
Tudo isto interpela os modelos tradicionais de exercício da advocacia; obriga a repensar o lugar e o modo da profissão e as estruturas societárias em que, cada vez mais, se insere; postula crescentes especializações e acrescidas exigências de informação, de rigor e de responsabilidade, quando não renovadas deontologias, que respondam, com ética suficiente, aos padrões de comportamento emergentes.
A hora é de desafios.
Para responder, com informação actualizada e indeclinável responsabilidade, às exigências de protecção do património, da honra e da liberdade, que tanto estão em risco na *Internet,* como no adro da aldeia mais remota.

Para encontrar e formular regras que, tendo em conta a competitividade profissional sem fronteiras, não façam, todavia, do advogado, que tem o homem como medida, mais um produto da publicidade excedentária.
Para compatibilizar os interesses dos constituintes e da Justiça com os insistentes apelos dos *media*, a que nem sempre sabemos *se* e *com*o dar resposta.
E aqui impõe-se uma reflexão árdua e inadiável, que terá de ser feita, em conjunto e em insubstituível cooperação, pelos profissionais do foro e pelos profissionais da comunicação social.
Vivemos um tempo em que não é mais possível coutar a Justiça num gueto que a defenda da vertigem dos factos em tempo real.
Preciso é que haja regras.
Regras que permitam a convivência do tempo da decisão judicial — e a delonga que lhe é própria — com o tempo da informação.
Regras que estabeleçam um equilíbrio entre a notícia, que a pessoa e o seu litígio sempre podem constituir, e os limites inafastáveis da ética e da Justiça.
Regras que respeitem a fronteira exígua que separa o direito à presunção de inocência da antecipada e irremediável condenação, sem defesa, nem apelo, no palco da comunicação social.
Mas a resposta aos tempos novos exige ainda que a Ordem dos Advogados, a quem está atribuída, por lei, a função de verificar as condições de acesso à profissão e zelar pela disciplina do seu exercício, veja o seu Estatuto reformulado; sem esquecer a indispensabilidade de se esclarecer e precisar, uma vez por todas, o que é próprio do advogado, e só dele, para que não andem os mandatos ao sabor do amadorismo e da usurpação, e o mercado sem regras se não sobreponha ao saber e à experiência, controladas por quem de direito.

Caros Colegas,
Estou certo de que este V Congresso abrirá novas vias de resposta para as questões da Justiça e para a reformulação de uma profissão que, interpelada pelos tempos novos, tem créditos antigos na defesa do Estado de Direito.
Que dos vossos trabalhos, neste Congresso, haja notícia.
Notícia que represente para a comunidade ocasião de renovada confiança numa profissão que é, antes de mais, serviço público, e sem a qual não há administração da Justiça digna desse nome.

Posse do Procurador-Geral da República
Palácio de Belém
9 de Outubro de 2000

Na saudação e votos de sucesso que, neste momento, dirijo a V. Ex.ª, Senhor Procurador-Geral da República, quero englobar todos os magistrados do Ministério Público, a cuja estrutura orgânica V. Ex.ª passa a presidir.

Ao Ministério Público cabe, efectivamente, com os limites e estatuto que lhe são próprios, a promoção e defesa do Estado de Direito, sem o qual toda a democracia é menor.

E se é importante quem preside, certo é que o quotidiano da Justiça, para que seja equitativa, pronta e eficaz, exige o saber, a isenção e o zelo das centenas de magistrados do Ministério Público, que, nas várias instâncias, contribuem, insubstituivelmente, para a defesa dos interesses do Estado e dos cidadãos e, por essa via, para a realização do Estado de Direito.

Passa V. Ex.ª a presidir a um corpo institucional que enfrenta, de par com os demais agentes da Justiça, a interpelação de uma comunidade que, legitimamente, reclama mais e melhor do seu sistema judicial.

E nessa interpelação, vai a exigência de maior celeridade na aplicação da lei, de acréscimo e aperfeiçoamento de meios pessoais e materiais, de renovado suplemento de engenho e de vontades. E que tudo junto possa dar, em tempo, combate mais eficaz a todas as formas de criminalidade, com especial relevância, como são os casos de corrupção e de branqueamento de capitais, para os crimes cuja impunidade poria em risco a confiança no funcio-

namento das instituições e, no limite, a própria qualidade da democracia.
Houve um tempo de procurar causas e razões. Como há um tempo para extrair daí todas as consequências.
Só não há um tempo para dar tréguas à realização da Justiça possível.
E isso, cumpre reconhecê-lo, tem norteado sempre a acção do Ministério Público.
Desta acção, passa a ser V. Ex.ª, Senhor Procurador-Geral da República, o primeiro responsável.
As qualidades de magistrado de que V. Ex.ª tem dado provas publicamente e o conhecimento profundo do corpo institucional a que agora preside são garantia de que prosseguirá na reflexão das mudanças da estrutura institucional que reforcem a democraticidade interna do Ministério Público e a sua descentralização.
E que na promoção de uma cultura de acrescido rigor, responsabilidade e isenção, estará atento a todas as vozes, para que à humildade de quem conhece os limites do poder corresponda a preocupação de tirar do escrutínio público os necessários ensinamentos.
Para fazer melhor e, quando necessário, diferente.
A realização da Justiça pede espírito cívico e capacidade de cooperação.
Trata-se de um serviço à comunidade que, exigindo o empenho responsável de todos os cidadãos e o combate permanente a uma cultura de laxismo, depende em medida apreciável de uma cooperação, sem reservas, nem crispações corporativas, de todos os agentes da Justiça — funcionários judiciais, solicitadores, advogados, magistrados do Ministério Público e juízes.
Esse caminho está em boa hora a ser percorrido.
É preciso que prossiga.

Agora, e por parte do Ministério Público, com o suplemento de entusiasmo que sempre traz consigo quem inicia funções.
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Nos últimos anos, as dificuldades do sistema de Justiça tiveram a virtualidade de tornar claro para a generalidade dos cidadãos que a qualidade de vida, o desenvolvimento e progresso sociais, a segurança de pessoas e bens, numa palavra, a qualidade da democracia, estavam indissociavelmente dependentes de uma Justiça equitativa, pronta e eficaz.
E essa tomada de consciência, que só a democracia permite, passou a constituir um desafio permanente a todos os poderes, que, por isso, terão de responder perante a comunidade pelo estado da Justiça.
Tem V. Ex.ª, Senhor Procurador-Geral da República, a plena confiança do Presidente da República para, no âmbito do Ministério Público, dar à comunidade a resposta que ela legitimamente exige.
Para isso, conta V. Ex.ª com um corpo institucionalizado e de elevado sentido de serviço público, para o que contribuiu, de modo decisivo, o Conselheiro José Narciso Cunha Rodrigues, figura maior da cultura e do foro, que pelo seu mérito irrecusável passará a exercer as funções de juiz do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, por certo com o mesmo saber e a mesma dedicação que caracterizaram o seu mandato como Procurador-Geral da República.
Estou certo de que V. Ex.ª se mostrará digno da confiança depositada e que sob a sua Presidência o Ministério Público continuará a ser um dos elementos estruturadores da nossa democracia.
Nesta hora de renovação, saiba V. Ex.ª seguir o rumo certo — com espírito de serviço, isenção e humildade.
É o que a República espera de si.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial
Supremo Tribunal de Justiça — Lisboa
8 de Fevereiro de 2001

No momento em que a inquietação com o estado da Justiça atravessa, fundadamente, toda a comunidade, não quero deixar sem uma palavra de apreço todos aqueles que, com enorme empenho e dedicação — magistrados, advogados, solicitadores, oficiais de justiça — têm contribuído, em condições particularmente adversas, para que a administração da Justiça se faça — com múltiplos bloqueios, disfunções várias, inaceitável morosidade, é certo, mas garantindo, apesar disso, o essencial da segurança das pessoas e dos bens, sem a qual soçobrariam os próprios fundamentos do Estado.

Esta palavra de apreço, que é justa e que é devida, não se esgota, todavia, em si própria.

Pretende ainda significar que a abordagem dos graves males de que padece o sistema judiciário tem de ser feita com o senso e a ponderação de quem sabe que se a mudança é imprescindível e inadiável, a sua própria natureza e objectivos impedem resultados de um dia para o outro.

Exige-se, por isso, no entretempo, uma consciência expressa e vigilante quer das debilidades, quer das valias do sistema, sob pena de a exclusiva acentuação das fragilidades distorcer a realidade e ser factor de acrescida descredibilização da Justiça e dos seus agentes.

Com o que todos perderíamos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
Tenho privilegiado a abertura solene do ano judicial, quando se reúnem os mais altos responsáveis pela administração da Justiça e larga audiência dos seus vários agentes, para uma chamada de atenção sobre alguns dos males do sistema e riscos que comportam, *pari passu* com a identificação de vias de abordagem de soluções e de remédios.
Referi-me, então, à toxicodependência como factor de criminalidade, à insuficiência de resposta à intranquilidade urbana, à frequente impunidade dos poderosos, aos excessos da prisão preventiva, ao escândalo das prisões sobrelotadas e doentes, com a maior taxa média de encarceramento de toda a Europa, à confrontação, ora expressa, ora enviesada entre agentes do poder político e do poder judicial. Sem esquecer as crispações corporativas e a progressiva constatação de que a Justiça, sendo serviço público, com frequência prestava mal ou a desoras as utilidades que a justificam, exigindo-se uma ordenação do sistema de harmonia com os novos saberes no domínio da concepção e gestão de organizações e de procedimentos.
De alguma coisa valeu.
Cito, a título de exemplo, a toxicodependência, responsável por larga fatia da insegurança urbana, que passou a ser considerada como exigindo intervenções de natureza vária, com abandono da perspectiva tradicional de tratamento do fenómeno da droga no mero circuito da repressão; ou a diminuição do uso da prisão preventiva, agora ordenada de modo mais criterioso, e com melhor avaliação da sua necessidade em concreto, como a estatística tem evidenciado; ou ainda a intenção proclamada de aplicar à mudança do sistema judiciário os novos métodos de gestão de organizações e de procedimentos, que exigem colaboração pluridisciplinar entre juristas e gestores, cujos saberes diferenciados são, todos eles, indispensáveis para a reforma da Justiça.

Devo, no entanto, reconhecer que o aplauso suscitado pelas anteriores intervenções nesta sede e pelas iniciativas que propus, nem sempre foi acompanhado quer nas intenções, quer nos actos. Apesar disso, não posso, não devo esmorecer.

É esse o imperativo da cidadania e da função suprema para que fui eleito. E não serão razões de calendário político que levarão o Presidente da República a mudar o tom e os termos em que tem intervindo nas anteriores sessões de abertura do ano judicial.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Entrados no ano 2000, o sentimento de Justiça da comunidade é, de novo, abalado, agora pelo risco de prescrição do procedimento criminal de casos que, pela sua natureza e gravidade, foram causa de profunda e compreensível perturbação da confiança nas instituições, que só o apuramento de responsabilidades em Juízo e o julgamento tempestivo dos eventuais culpados poderia restabelecer de modo pleno. E vem isto de par com a divulgação dos milhares de casos prescritos nos últimos anos, a suscitar compreensível perplexidade.

Pôs-se o acento tónico na inaceitável morosidade dos procedimentos; e medidas foram, em boa hora, tomadas, para ajuizar se a negligência de alguns não se terá associado à lentidão do próprio sistema.

Mas convém não esquecer que a responsabilidade desta situação terá de ser partilhada com o legislador de 87, que, sem se dar conta das consequências que as alterações então introduzidas na lei de processo traziam para a prescrição do procedimento criminal, manteve essa desatenção até 1995, deixando o sistema, quanto a este período de tempo, desarmado contra os males, que são de décadas, da lentidão dos processos.

E isto porque, relativamente a todos os crimes praticados entre 1988 e 1995, deixou de ser possível beneficiar da ampliação que,

na prática, sofria o prazo de prescrição do procedimento criminal, por via de um acto processual que tinha esse efeito ampliativo, e que, com o Código de Processo Penal de 1987, desapareceu da nossa ordem jurídica, sem nada de equivalente que o substituísse.

É bom que a comunidade saiba que esta omissão legislativa é irreparável, seja pela Assembleia da República, seja pelo Governo; e que só a aceleração dos processos criminais relativos àquele período, que ainda se encontram pendentes, impedirá que, aqui e ali, sejamos defrontados com novas situações de prescrição e com o cortejo de danos daí emergente.

E isso conduz-nos à questão que, afligindo a Europa inteira — não tenhamos ilusões —, assume entre nós contornos particulares — a morosidade dos processos judiciais, a impedir uma decisão pronta e eficaz das questões submetidas a Juízo, sem o que não é possível falar de verdadeira Justiça.

Tem sido traçado o quadro de razões que explicam a inaceitável lentidão do sistema judicial, com largo consenso, no diagnóstico, entre decisores políticos e agentes da Justiça. E se divergências se suscitam no domínio das soluções, todos conviremos em que a mudança terá de se fundar numa cultura de rigor e de responsabilidade, que todos assumam e que a todos se aplique.

E é, por isso, que se impõe, desde logo, ter por claro que o facto de constituir regra comum de todas as profissões forenses serem os magistrados, os advogados, os solicitadores, os oficiais de justiça, servidores do Direito, tal não passará de pia intenção, enquanto não tiver correspondência adequada no estatuto de cada profissão.

A tutela que esse estatuto comporta será, por certo, reforçada, pelo brio profissional de tantos deles e pela ética irrepreensível com que exerçam a sua função.

Mas a garantia de um estatuto, se sai fortalecida pela virtude de cada um, não é nela que tem de assentar, mas na sanção que corresponda à sua violação.

A experiência de mais de vinte e cinco anos de exercício da advocacia, autoriza-me a recordar perante V. Ex.as, com conhecimento de causa, o rigor e a responsabilidade que é o quotidiano da vida dos advogados.

Nesse quotidiano, por exemplo, a propositura de acções tem de ser feita dentro dos prazos previstos na lei; as pretensões da contraparte, contestadas em tempo; as testemunhas cujos depoimentos podem fazer absolver o réu hão-de ser apresentadas no período assinalado pela lei; e o recurso de uma sentença que manda encarcerar o constituinte tem de ser interposto no prazo legal.

Se o advogado assim não fizer, deitará a perder a causa que lhe foi confiada, tantas vezes com lesão definitiva e irreparável dos interesses ou da liberdade dos constituintes e, portanto, da própria Justiça.

E digo da própria Justiça, porque a lei quer que os direitos contestados, ou em risco, sejam protegidos pelos tribunais; que as pretensões de cada um não sejam decididas sem audição da contraparte; que a sanção pelo crime imputado a um arguido não se aplique sem a produção das provas de que ele disponha para contrariar a acusação; ou que uma condenação em primeira instância não determine a prisão do acusado sem que um tribunal de recurso a reaprecie.

Ora, quando os advogados não cuidam, no tempo legalmente determinado, dos interesses dos seus constituintes, ou quando, por sua negligência, cometem um erro profissional que lesa tais interesses, estão sujeitos a punição disciplinar e obrigados a indemnizar os constituintes pelos prejuízos causados.

E é por isso que, para cumprirem em tempo e tratarem de modo profissionalmente eficaz as causas que lhe são confiadas, têm de limitar a quantidade de mandatos que aceitam.
É esta exigência de rigor e de responsabilidade que tem de ser estendida aos magistrados judiciais, ao Ministério Público e aos oficiais de Justiça.
A benefício de uma Justiça pronta e eficaz, sobretudo quando sabemos que é aí que reside um segmento importante da morosidade na sua administração.
É, na verdade, inaceitável que os prazos para os actos dos magistrados e das secretarias judiciais sejam tão-só ordenadores, isto é, uma referência meramente programática, e não representem, com rigor, o tempo de duração de um processo.
Para que deixe de ser assim, para que, também eles, estejam obrigados a um estatuto de rigor e de responsabilidade, tornam-se necessárias condições.
Por um lado, que, em cada período de tempo, os processos a cargo de cada magistrado e, portanto, das respectivas secretarias, não ultrapassem um limite razoável, embora exigente, que tenha, obviamente, em conta as várias espécies de processos.
Depois, uma clara simplificação dos actos, quer dos magistrados, quer das secretarias, com adequado aproveitamento dos meios expeditos de comunicação, de modo que possam ser praticados em tempo útil e em tempo útil produzirem os seus efeitos.
E isto tanto em processo criminal, como em processo civil e laboral.
Permito-me questionar três exemplos.
Na fase de investigação criminal, responsável por tanta da morosidade existente, por que razão, apresentada uma queixa-crime na Polícia Judiciária, não deverá ser ela, de imediato, remetida ao Ministério Público, sendo as diligências que este entenda deter-

minar àquela Polícia, comunicadas por meios electrónicos e informáticos, alguns já disponíveis, com o que se poupariam semanas de trânsito entre edifícios, a determinar, logo de início, um inútil atraso?
Ou, na mesma fase, qual a utilidade de, formulada uma queixa com detalhe e circunstâncias, se fazer perder uma manhã ou uma tarde a um funcionário, quando não ao Ministério Público, e sempre ao queixoso, para, em Juízo ou na Polícia Judiciária, se proceder à mera confirmação do que já consta da queixa?
Ou ainda para que se mantêm as exigências de forma das sentenças, que continuam a pesar, injusta e inutilmente, sobre os magistrados judiciais?
Para a sua suficiência, terá o relatório, em que se descreve longa e detalhadamente o litígio, alguma utilidade, quando tudo já consta do processo e bastaria remeter para as peças processuais pertinentes?
Ou em matéria cível, para que servirá relatar os factos provados, quando já constam da decisão sobre a matéria de facto, para que simplesmente se remeteria?
Ficaria, então, e apenas, a identificação do direito aplicável e, em face dele, a decisão.
E aí, deveria ter-se por regra, nas classificações de serviço, que as sentenças, como, aliás, os acórdãos, não são dissertações de mestrado, nem monografias curriculares. E que, por isso, quer a justeza da identificação do direito aplicável, quer o mérito da decisão, em nada saem beneficiados por largas exposições doutrinárias, recheadas de citações, ou por extensas excursões jurisprudenciais. Doutrina e jurisprudência, devem conhecê-las, quer os patronos das partes, quer os magistrados que reapreciem a decisão.
E se as não conhecem, não é o abono doutrinário ou jurisprudencial que tornará mais clara ou mais justa a decisão proferida.

Estes exemplos, e tantos se poderiam citar, aconselham uma revisão criteriosa das exigências de forma dos actos dos magistrados e das secretarias, para que possam ser, na medida em que fique cumprida a sua função, simplificados; e quando representem mera inércia da burocracia processual, eliminados.
Merece aqui especial atenção o regime das notificações, significativamente melhorado na anterior legislatura, mas que constitui ainda um dos factores preocupantes da inaceitável morosidade na administração da Justiça.
É matéria em que terá de se exigir aos cidadãos que cumpram com especial diligência o seu dever de cooperação com as instituições judiciárias, que faz parte de um mínimo de ética democrática.
Para isso, deverão ser ponderados os critérios de domicílio que viabilizem, com segurança, a notificação postal, dando-se para todos os efeitos como notificados aqueles que não comuniquem a alteração de domicílio ou que não cumpram as diligências normais para tomar conhecimento da correspondência judicial que lhes seja endereçada.
É óbvio que uma medida deste tipo não deve ser posta em prática, sem uma adequada campanha de informação pública. Mas feito o esclarecimento, não pode a comunidade inteira ter mais um factor de bloqueio do sistema, pela incúria de muitos em cumprir o dever cívico de cooperar na administração da Justiça.
A tutela desse dever de cooperação passa, também, por os tribunais disporem de meios que lhes permitam fiscalizar, ainda que aleatoriamente, a genuinidade das faltas por doença a actos judiciais. E de utilizarem tais meios de forma habitual.
Trata-se de uma escandalosa situação de laxismo cívico, a que importa pôr cobro, e cujo combate constitui mais um elemento de valia para que os processos cheguem a seu termo em tempo útil.

Mas se há muito a reformular para que se torne visível a mudança necessária, impõe-se um melhor aproveitamento de meios processuais, quer na jurisdição penal, quer na civil, introduzidos, ou ampliados, na anterior legislatura, e cujos efeitos ainda se não fazem sentir.

Refiro-me, em matéria penal, ao reforço de atenção e de empenho do Ministério Público, quer na utilização dos processos abreviados, quer na iniciativa de suscitar a suspensão dos processos.

Previstas, uma e outra, em condicionalismo legalmente fixado, para crimes com penas de prisão até cinco anos — e são tantos — poderão representar, no caso dos processos abreviados, um acréscimo de celeridade das decisões finais, e, no caso da suspensão dos processos, um significativo alívio para os tribunais de julgamento.

Quanto à jurisdição civil, exige-se uma maior largueza na aplicação, pelos tribunais superiores, do regime de rejeição liminar dos recursos sem fundamento sério, que poderá fazer diminuir, em medida apreciável, a carga que impende sobre estas instâncias, e constituirá, a médio prazo, valioso elemento dissuasor para tantos litígios levados a tribunal, ou aí mantidos, com meros propósitos dilatórios.

E aqui terá, por certo, o aplauso de todos os agentes da Justiça uma mais corajosa e frequente condenação como litigantes de má-fé de todos aqueles que prejudicam uma boa administração da Justiça com pretensões sem qualquer fundamento.

Impõe-se, aliás, rever, tanto em matéria penal, como em matéria cível, o regime de recursos e seus fundamentos, para que meras questões instrumentais ou acessórias não continuem a entravar a acção da Justiça e a impedir uma efectiva tutela dos direitos dos cidadãos.

As mais das vezes, em benefício dos ricos e dos poderosos, que podem dispor de meios para eternizar a duração dos litígios.
Trata-se de medidas que, com utilidade, poderiam ser complementadas por uma reponderação do valor das alçadas, proposto pelo Governo na anterior legislatura, e que só em tímida medida foi acolhido pela Assembleia da República.
Sobretudo se pensarmos que o valor actual, em termos reais, é sensivelmente menor do que há vinte anos, quando os litígios eram em número significativamente inferior.
Será também por estas vias, estou certo, que os cidadãos encontrarão Justiça mais pronta e melhor garantia dos seus direitos.
A este propósito, seja-me permitido invocar uma vida inteira de militância pelos direitos do homem, de denúncia das injustiças do dualismo, de combate contra a discriminação e a exclusão social, para não ser mal entendido quando aqui me referi, em anos anteriores, ao excesso de garantismo das leis de processo.
Não estavam, obviamente, em causa os direitos dos arguidos e das vítimas, que ainda se não encontram suficientemente protegidos.
É o caso, a título de exemplo, da prisão preventiva, de tão graves e irreparáveis consequências para o detido, e que continua a ser decretada sem sujeição ao princípio do contraditório.
Ou do registo de prova, tantas vezes em condições tecnicamente deficientes, e com o ónus de transcrição para o recorrente, sem que haja meios expeditos e economicamente suportáveis de a efectuar.
Tão-pouco do acesso ao direito, que continuará a exigir sucessivas melhorias, até que todos possam aceder à Justiça em condições mínimas de igualdade.
O que estava em causa era a necessidade de restrição de meios processuais de utilidade discutível, ou a sua desadequada ritologia.
A excessiva largueza do regime de recursos, com inútil reapreciação

de questões laterais, propiciando um aproveitamento dilatório do processo, com grave dano para a Justiça.
Ou a possibilidade indiscriminada de recurso para os tribunais da Relação, por exemplo, em matéria de contra-ordenações, tantas vezes em valores inadmissíveis, como é o caso das coimas por infracções de trânsito, com o mero propósito de fazer prescrever o procedimento judicial, face à curteza dos prazos e à morosidade do sistema.
Ou ainda a inexistência de meios que impeçam o aproveitamento das questões de constitucionalidade como mero expediente dilatório, desacreditando, por essa via, a Justiça constitucional, e contribuindo para a lentidão do sistema.
Ora nada disso tem que ver com as legítimas garantias dos cidadãos. Ou melhor, tem tudo a ver. Pois é, entre outras razões, por esses excessos que o sistema bloqueia e fica insuficientemente disponível para a tutela dos direitos das pessoas e dos interesses da comunidade, que é a sua razão de ser.
E é por isso que a reforma da Justiça também passa pela eliminação destes excessos.
Importa, todavia, ter presente que a mudança não se poderá fazer sem que os tribunais sejam dotados dos meios materiais e humanos que continuam a escassear.
A anunciada instalação de redes informáticas em todos os tribunais até 2001 e o investimento na construção e apetrechamento de novos tribunais, sendo de louvar, representam apenas parte do esforço que se torna indispensável para que a prioridade assinalada para a Justiça possa estar adequadamente sustentada por correspondente prioridade orçamental.
Sem o que grande parte do esforço será vão.
A generalização das redes informáticas representa, efectivamente, uma oportunidade única e decisiva para a simplificação e agilização

de procedimentos, e para uma aceleração das comunicações no interior do sistema e para fora dele.
Tenha-se, todavia, em conta, que a concepção e reformulação de tudo deve ser feita, de parceria, entre juristas e gestores de sistemas, aproveitando, no caso destes, um saber já trabalhado e padronizado — aqui, e sobretudo fora de portas — e de que a ordenação do sistema judiciário tem estado arredia ou, pelo menos, considerado de modo reticente.
E se o investimento na construção e apetrechamento de tribunais corresponde a uma necessidade patente, importa não esquecer que uma administração de Justiça com qualidade e eficácia exige também que os juízes dos tribunais superiores passem a ter instalações com um mínimo de dignidade e de meios.
Então, haverá condições para que possam trabalhar, diariamente, no tribunal, e reunir aí, com a periodicidade e o tempo necessários, deixando de se ver obrigados a preparar em casa as decisões e a vir ao tribunal uma vez por semana, às vezes percorrendo centenas de quilómetros, para discutir e votar os acórdãos.
Tudo isto, ou seja, a limitação razoável, embora exigente, do número de processos a cargo dos magistrados e das suas secretarias, a simplificação dos actos processuais e das comunicações, a revisão do regime das notificações, o melhor aproveitamento dos mecanismos de intervenção já existentes, a disciplina dos recursos, o alargamento dos meios materiais e humanos, tudo isto, dizia, poderá contribuir para a inadiável reforma e para a introdução de uma cultura de rigor e de responsabilidade, quer dos agentes da Justiça, quer dos cidadãos em geral.
Criadas estas condições, impõe-se, porém, que a inobservância pelos magistrados e pelas secretarias dos prazos legalmente fixados para os seus actos deixe de ser um mero elemento da classificação de serviço e passe a ter consequências disciplinares, res-

taurando-se igualmente a autoridade dos magistrados sobre as suas secretarias.

E será mesmo de ponderar, em matéria criminal, em que medida, e em que casos, a inobservância dos prazos para acusar, para submissão a julgamento, para prolação da sentença, ou para decidir de um recurso, não deverá determinar a extinção do processo, com adequada punição dos responsáveis.

É que se o Estado exige aos seus cidadãos que cumpram os prazos legais, sob pena de preclusão dos seus direitos, seja a fazenda, seja a liberdade, por que razão não há-de ter ele o mesmo regime, impondo aos seus agentes igual diligência e sancionando as condutas que dela se afastem?

O que vale, ainda, para a responsabilidade civil do Estado e dos magistrados pelos danos que, por sua negligência, causem na administração da Justiça, impondo-se, a esta luz, a revisão do regime em vigor.

Tudo isto é indispensável e inadiável.

Mas não nos iludamos.

A reforma da Justiça é um processo longo, cujos resultados só se fazem sentir, de modo eficiente, a médio prazo.

É, por isso, decisivo que não nos deixemos seduzir quer por tremendismos, quer por utopismos, que trazem em si o risco de destruição do sistema.

Sistema que tem vícios, disfunções e bloqueios, é certo.

Mas é o que temos.

E é a partir dele, e com ele, e não pelo seu maior descrédito, que é o que sempre resultará dos anúncios de catástrofe, ou da promessa de *eldorados,* que poderemos vencer esta crise que tão fundadamente nos inquieta.

A agilização do sistema que temos não nos pode, todavia, dispensar de reflectir sobre um novo modelo de administração da Justiça.

Modelo que responda, de modo eficaz, quer à aceleração do tempo, resultante da revolução nas comunicações e da generalização informática, quer às expectativas geradas pelo aumento progressivo dos padrões de vida, com o *boom* de litígios que potencia. Sem esquecer as novas formas de conflitualidade ou de criminalidade, a exigirem especialização, que o sistema, em larga medida, ainda ignora.

Esse modelo, com formas mais imediatas de resolução de conflitos, predomínio da oralidade sobre a forma escrita, e o aproveitamento das novas tecnologias para reduzir drasticamente a duração dos processos, permitirá a obtenção de decisões que sejam consistentes com um mundo em que, cada vez mais, todo o acontecimento é vivido em tempo real.

E será, porventura, esse o momento de ponderar se deve ser ampliado no nosso sistema o princípio da oportunidade de exercício da acção penal, numa reflexão que resista aos apelos, quer para o diabolizar, quer para fazer dele o milagreiro de todos os males.

Estarão em causa questões essenciais no âmbito do princípio da igualdade e riscos, nem sempre evitáveis, de abusos, excessos e aproveitamentos ilícitos.

Mas isso não é obstáculo a que, sem deixar de se considerar tudo isso, se debata em que medida uma mais equilibrada e eficaz gestão do sistema exige que, em determinado momento, se dê prioridade à investigação de certa categoria de crimes, em detrimento de outros; ou ainda se o Ministério Público, por razões de gestão de meios, ou por exigências do interesse público, deverá abster-se, conjunturalmente, ou em dadas condições, de exercer a acção penal relativamente a um determinado tipo de delitos. E a ser assim, a quem caberá a responsabilidade de tal decisão e o seu controlo.

É um tema fundadamente polémico, que só ganhará em ser discutido com serenidade, de modo a que, na sede própria, se decida o que melhor convém a uma boa administração da Justiça.
Minhas Senhoras e meus Senhores,
É bom que seja claro para todos que temos pela frente um longo combate, que a todos compromete — responsáveis pelo sistema de Justiça e cidadãos em geral.
Mas é aos responsáveis pelo sistema de Justiça que cabe a iniciativa e a condução do processo de reforma.
Nele estão comprometidos todos os órgãos de soberania, de gestão das magistraturas e de representação e disciplina dos agentes da Justiça.
É indispensável que a cooperação entre eles estabelecida se reforce e não seja perturbada por quem, não tendo uma ideia, nem se esforçando por tê-la, substitui propostas por encenações de catástrofe, ou projectos realistas e eficazes por soluções milagreiras.
Isso não significa que deixem de ser ponderados os princípios em que assenta o sistema de Justiça; e que se avalie se o seu aperfeiçoamento é melhor servido, mantendo-se o quadro existente, ou alterando-o.
Tenha-se, todavia, por certo, que não se resolvem problemas com a criação de bodes expiatórios, sejam pessoas, sejam instituições; e que o que foi decidido e mantido, com demorada e séria ponderação, não deve ser alterado, sem que se faça uma cuidadosa contabilidade de custos e de benefícios.
Mas que a necessária ponderação não nos distraia da necessidade, que não pode sofrer delongas, de prover, no imediato, à eliminação dos bloqueios do sistema, cujas virtualidades para vir a prestar uma Justiça pronta e eficaz estão longe de estar esgotadas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
A reforma da Justiça não é um leilão de poderes, nem uma feira de vaidades.
É vontade política e trabalho, muito trabalho, que, como responsável pelo funcionamento das instituições, reclamo a todos — aqui e nesta hora, em que todos estão aqui presentes ou representados. Para que possa chegar, na democracia moderna que queremos, a Justiça que tarda.

CAPÍTULO III

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

«A democracia necessita de cidadãs e de cidadãos empenhados, capazes de resolverem problemas e de defenderem os valores em que acreditam, de contrariarem o espírito de indiferença. Capazes de reagirem perante injustiças, de se baterem com persistência e generosidade pela solução dos problemas que afectam as pessoas, a sociedade e o planeta.»

Comemoração do Dia Internacional da Mulher

Palácio Nacional da Ajuda
11 de Março de 2000

Quero, com esta iniciativa, assinalar a passagem do Dia Internacional da Mulher, como tem sido hábito ao longo do meu mandato. Faço-o, em primeiro lugar, porque desejo partilhar convosco uma reflexão sobre a evolução do papel das mulheres na sociedade portuguesa, e sobre os obstáculos que se colocam a uma efectiva igualdade de oportunidades. Faço-o, também, porque considero que é necessária uma maior participação feminina como contributo decisivo para o desenvolvimento. Mas faço-o, acima de tudo, porque esta é uma questão essencial de direitos humanos e de democracia.

Quero começar por salientar a evolução verificada no plano jurídico ao longo do século, visando pôr termo às desigualdades entre homens e mulheres. As medidas tomadas permitiram a um número mais significativo de mulheres alcançar uma maior realização pessoal e autonomia na definição dos seus projectos de vida. Tenho consciência de que a evolução no plano legislativo nem sempre teve tradução nas práticas sociais, o que torna necessária uma profunda transformação nos hábitos culturais e nos modos de vida, para garantir a alteração de situações de grande injustiça ainda existentes. Refiro-me em concreto à violência física, existente nas culturas do mundo inteiro, e que atinge, umas vezes de forma flagrante, outras vezes de forma subtil, muitas mulheres e crianças, sendo considerada com frequência como a violação mais generalizada dos direitos humanos.

Gostaria de me referir em particular à progressiva conquista dos direitos cívicos pelas mulheres, questão essencial em que a maioria das sociedades registou importante evolução. Esta não é ainda uma realidade universal, não devendo ser esquecido que nalguns países a marginalização da vida social, cívica e política, é a regra. Não devemos tão-pouco esquecer que a conquista de direitos cívicos não é necessariamente acompanhada de uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso a funções de responsabilidade na esfera política, persistindo ainda fortes desequilíbrios com prejuízo da democracia e do desenvolvimento.

O segundo aspecto, igualmente condicionante da evolução das mulheres, diz respeito ao acesso à educação e formação. Progredimos muito neste domínio, no nosso país. De uma educação reservada a elites muito restritas, a democratização do acesso à educação realizada pela democracia transformou-a num meio potencial de integração e mobilidade social, e numa possibilidade acrescida de afirmação profissional.

A situação da população jovem é hoje bem diferente, visto que em cada três diplomados do ensino superior, dois são mulheres e que as mulheres se vêm afirmando em áreas de formação tradicionalmente reservadas aos homens.

Não devemos, porém, esquecer a dívida da democracia relativamente às gerações privadas do acesso à educação e qualificação profissional e condenadas pela ditadura ao analfabetismo. Temos no nosso país um elevado número de mulheres ainda jovens que encontram graves dificuldades quando pretendem iniciar uma actividade profissional ou mudar de emprego.

O terceiro aspecto diz respeito à afirmação progressiva das mulheres no domínio profissional. A utilização crescente da mão-

-de-obra feminina, a revelação de uma grande diversidade de competências e comportamentos, afirmou novos valores e criou uma nova imagem da mulher.

Mas este tem sido um dos domínios onde é mais difícil concretizar a igualdade de oportunidades.

Os estudos mostram que, apesar da legislação existente o proibir, existe uma discriminação, forte e persistente, entre as remunerações dos homens e das mulheres.

Sabe-se igualmente que as mulheres com a mesma qualificação e o mesmo nível de remunerações que os homens são, em regra, mais escolarizadas que estes, tal como não restam quaisquer dúvidas de que a diferenciação dos rendimentos médios entre homens e mulheres é tanto maior quanto mais alto é o nível de qualificação considerado.

Embora a percentagem de mulheres portuguesas que trabalham seja das mais elevadas da União Europeia, as mulheres estão menos presentes do que os homens no mercado de trabalho e estão-no em piores condições. De facto, as percentagens de mulheres que trabalham em empregos precários ou a tempo parcial são superiores às dos homens, do mesmo modo que as taxas de desemprego feminino — total, juvenil ou de longa duração — são sempre superiores às masculinas.

Vale a pena lembrar que, se é certo que o absentismo feminino é superior ao masculino, tal deixa de ser verdade se não se tiver em conta o absentismo ligado à assistência à família.

Tais discriminações sexuais nos mercados de emprego e de trabalho limitam a liberdade, e reduzem as possibilidades das mulheres exercerem os seus direitos de cidadania.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A democracia portuguesa constituiu e constitui um marco decisivo para a evolução do estatuto da mulher.

Na maioria das sociedades modernas, as mulheres ganharam em dignidade, realização pessoal e afirmação nos planos familiar, profissional e cívico.
Não seria porém justo ignorar as lutas, por vezes muito difíceis, que a conquista dos direitos das mulheres implicou. Queria por isso salientar o papel das mulheres e dos homens que, pondo de lado velhos preconceitos, abraçaram a causa dos direitos das mulheres, com muita persistência e dedicação.
Permitam-me que homenageie de forma muito particular, congratulando-me pela honra que nos dá com a sua presença aqui hoje, a Senhora Simone Veil, pela extraordinária dignidade, empenho e coerência de uma vida distinta em que o combate pela dignidade da mulher é nota marcante.
Num mundo em que os jovens são cada vez mais cépticos relativamente à política, e em que existe uma desmotivação crescente face à participação cívica, o exemplo da sua vida e a persistência com que tem defendido as causas em que acredita, constitui uma referência essencial.
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Ao longo do meu mandato, nos contactos desenvolvidos no país, confrontei-me com experiências muito interessantes de pessoas que, com generosidade e persistência, defendiam causas visando resolver problemas reais da sociedade.
Muitas dessas causas representam a dedicação de uma vida, e deram origem a projectos de intervenção desenvolvidos com competência e com criatividade, mesmo se os motores dessas causas são pessoas cujo trabalho a sociedade ignora.
São as heroínas e os heróis desconhecidos deste país, a que frequentemente me tenho referido e cujo contributo para aliviar o sofrimento humano, para a defesa do planeta, dos direitos humanos, da liberdade não me cansarei de sublinhar.

Tenho-me interrogado sobre a perda para a democracia que constitui a invisibilidade de muitas dessas acções, privando a sociedade de exemplos de intervenção cívica, demonstrativos de que a solidariedade vale a pena.
A democracia necessita de cidadãs e de cidadãos empenhados, capazes de resolverem problemas e de defenderem os valores em que acreditam, de contrariarem o espírito de indiferença.
Capazes de reagirem perante injustiças, de se baterem com persistência e generosidade pela solução dos problemas que afectam as pessoas, a sociedade e o planeta.
Permitam-me que recorde o empenhamento colectivo dos portugueses na defesa da independência de Timor. Tratou-se, neste caso, de uma causa com grande visibilidade mediática, aliás decisiva para o seu sucesso.
Mas muitas outras causas mobilizadoras do empenhamento de cidadãos poderiam ser dadas como exemplo. São, em geral, momentos de vitalização da democracia que considero importante apoiar.
Tive o privilégio de conhecer e contactar nos últimos anos muitas iniciativas exemplares de mulheres e de homens defensores de causas, muito valiosas para a democracia e para o desenvolvimento do nosso país.
Convidei, por isso, alguns deles para estarem aqui presentes hoje.
Quero felicitar-vos vivamente pela acção que têm vindo a desenvolver e agradecer o contributo que têm dado ao país.
Quis neste Março do ano 2000, agraciar mulheres que se distinguiram na defesa de causas relacionadas com a melhoria da educação; a promoção da cultura; a defesa da língua portuguesa; o desenvolvimento da compreensão internacional; a integração social e o fim do trabalho infantil; o cumprimento dos direitos humanos; a defesa dos direitos dos trabalhadores; a defesa da família e

dos direitos das mulheres e das crianças, o apoio a doentes e a protecção da natureza.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ao terminar a minha intervenção quero referir quatro orientações que considero essenciais para uma maior dignificação de homens e mulheres na sociedade portuguesa. Refiro-me, em primeiro lugar, à necessidade de melhorar a compatibilidade entre a vida pessoal e familiar e a vida profissional dos homens e das mulheres. Todos, e sublinho o *todos,* todos sabemos, dizia, como é desigual a repartição das tarefas entre homens e mulheres dentro das famílias. E, evidentemente, não ignoro que este é um terreno particularmente sensível, em que a influência das tradições e dos estereótipos em que fomos educados pesam de forma significativa.

A sociedade portuguesa precisa de continuar e de ampliar os esforços que vêm sendo feitos para fornecer às famílias os apoios de que estas carecem.

Mas se a intervenção cívica e política deve ser especialmente prudente quando intervém na esfera privada, nem por isso a sociedade está condenada a aceitar que a família seja um reduto inexpugnável onde nada há a fazer para banir a violência física, reduzir a desigualdade e promover a equidade.

Em segundo lugar, uma palavra quanto ao mundo do trabalho. Sei bem, e tenho-o dito em múltiplas ocasiões, que vivemos um tempo em que as empresas têm de enfrentar desafios cada vez mais exigentes de competitividade, o que, num país com as características do nosso, é e será um desafio particularmente difícil e prolongado.

Mas é possível, também nesse domínio, fazer mais e melhor para conciliar os desafios da produtividade com os direitos cívicos e sociais que constituem um património da nossa sociedade.

E, se o incumprimento da lei é sempre uma forma de limitar o Estado de Direito, o desrespeito, nalguns casos reiterado, das normas de protecção da mulher no trabalho é particularmente chocante e inaceitável.

Apelo, pois, às empresas e às organizações de trabalho para que as suas estratégias de desenvolvimento concedam uma importância crescente às medidas de redução da desigualdade e de promoção da equidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e à formação, no desenvolvimento do profissionalismo e na retribuição do trabalho.

Quero, em terceiro lugar, afirmar a importância de prosseguir a aposta na educação e em especial na educação ao longo da vida como instrumento essencial de realização pessoal e integração social e profissional. Mas a educação é igualmente um instrumento essencial para vencer estereótipos e desenvolver novos equilíbrios.

Uma preocupação final prende-se com a necessidade de melhorar a qualidade da democracia, nomeadamente através de uma maior participação de todos os cidadãos nas decisões políticas, e de uma abertura dos círculos do poder a novos públicos e a novos problemas. Já tenho dito noutros contextos que acredito que uma maior participação feminina nos partidos políticos poderá contribuir para a renovação da agenda política e para a sua aproximação das preocupações dos cidadãos. Esta transformação não se dará automaticamente com um mero aumento do número de mulheres na política. Ela exige que nos questionemos sobre ritmos, rituais e conteúdos do trabalho político, por forma a atrair novas e novos protagonistas.

A transformação exige que a política assuma também, e cada vez mais, a defesa de causas.

Sessão de Encerramento
do Seminário sobre
«Cidadania Enquanto Participação Cívica»
Universidade de Aveiro
24 de Março de 2000

Com a minha presença aqui, quero afirmar, uma vez mais, a importância que atribuo às Comemorações dos vinte e cinco anos do 25 de Abril. Quis um conjunto de circunstâncias fortuitas que eu me tivesse referido a elas pela primeira vez, numa Universidade, para vir hoje marcar o final desse ciclo nesta magnífica Universidade.

Do acaso não se podem deduzir ilações, mas não me parece imprudente aproveitá-lo como circunstância para algumas reflexões.

A primeira, naturalmente, é sobre o papel do ensino superior na sociedade portuguesa contemporânea.

O 25 de Abril veio encontrar a Universidade num processo lento, mas já iniciado anteriormente, de democratização do acesso. A revolução permitiu a aceleração desse processo a um ritmo sem paralelo na Europa; permitiu a democratização da sua gestão, a autonomia, uma maior abertura ao sector privado do ensino superior, a criação do ensino politécnico, este, como uma parte essencial do sistema de ensino superior.

Foi uma evolução muito significativa, com a qual nos devemos congratular.

O ensino superior transformou-se sob a conjugação de todos esses impulsos, a que se acrescenta a profunda mudança da composição social dos alunos, bem como a possibilidade de recurso a fundos europeus. Gostaria de salientar, também, o grande inves-

timento em matéria de edifícios escolares, quer ao nível das novas construções quer no que diz respeito à recuperação e adaptação de importante património. A arquitectura portuguesa muito ficou a ganhar com este investimento, sendo a Universidade de Aveiro testemunho vivo do que acabo de afirmar.

Tive já, por mais de uma vez, oportunidade de fazer um balanço dessas mudanças e dos desafios que hoje se colocam. Não me parece necessário repetir neste contexto essas reflexões. Prefiro esboçar uma ambição, que julgo se coloca como prioridade, quando se procura perspectivar o futuro do país.

Vinte e cinco anos depois da democratização da sociedade portuguesa e da transformação, então iniciada no Ensino Superior, parece ser de novo necessário repensar a relação das suas instituições com a sociedade, o seu papel na educação ao longo da vida, a sua relação com o ordenamento do território, a sua interdependência com o mundo empresarial e o seu investimento num ensino de excelência que prepare as novas gerações para a difícil tarefa de concorrer num mercado de trabalho aberto e cada vez mais exigente.

O tempo para realizar essa reflexão e executar as políticas necessárias é muito escasso. É necessário andar depressa. Quase diria muito depressa, com a coragem de vencer inércias corporativas, hábitos arreigados e estruturas pouco flexíveis. O ensino superior é um produtor de conhecimento, mas é também, um prestador de serviços à comunidade nacional. São necessários novos métodos de trabalho e um sistema de avaliação das instituições cada vez mais rigoroso e com consequências reais nas práticas desenvolvidas, para permitir vencer as resistências que ainda hoje se colocam.

Este enorme investimento, que é necessário fazer para dar resposta às novas exigências que se colocam ao desenvolvimento do

ensino superior e à sua relação com a sociedade, é essencial ao futuro do país. Dele depende um conjunto de aspectos essenciais do nosso desenvolvimento.

Sublinharei seguidamente cinco desafios que se colocam hoje ao ensino superior:

Primeiro: o ensino superior deve ter um papel de relevo no planeamento, já que se transforma num pólo de desenvolvimento e, nesse sentido, é também um instrumento de políticas de equidade territorial. A sua rede não deve por isso, desenvolver-se ao sabor de pressões de natureza diversa, mas antes, assentar numa visão equilibrada e contratualizada do planeamento. Não tenho dúvidas de que é necessário apostar numa reflexão séria sobre este temas e, não menos necessário, repensar a rede existente e as suas valências.

Segundo: o ensino superior tem um papel decisivo a desempenhar na educação ao longo da vida e deve dedicar a este tema a maior atenção. O estudo atento — e preocupante — da evolução da curva demográfica do país, exige respostas atempadas do ensino superior, preparando-o para esta nova realidade que se oferece, já, perante nós, em toda a sua evidência, sem encontrar ainda eco suficiente nas políticas que têm vindo a ser desenvolvidas.

Portugal atingiu níveis de frequência do ensino superior muito favoráveis no contexto internacional. Esta aposta nas gerações mais jovens, que importa prosseguir, é, a meu ver, essencial. Existe ainda, porém, um défice de formação e uma dívida da democracia para com as populações com mais de 35 anos, detentoras de qualificações profissionais muito baixas a que é necessário dar especial atenção. É por isso essencial repensar o papel das instituições educativas, criando estímulos para que criem novas formações destinadas a novos públicos.

Terceiro: o ensino superior tem que reforçar a sua interligação com a comunidade empresarial, estando atento às suas necessidade de formação e de investigação, de modo a poder com ela colaborar na criação de redes de inovação, e de padrões mais modernos e competitivos de actividade empresarial. Tenho dedicado especial atenção a esta dimensão do desenvolvimento, felicitando a Universidade de Aveiro pelo seu trabalho neste domínio. Terei o prazer de participar, ainda hoje, numa actividade de um projecto em curso, neste domínio.

Quarto: o ensino superior terá de repensar conteúdos, métodos de trabalho e processos organizativos, por forma a responder às exigências da formação cultural, cívica e às necessidades do mundo do trabalho. É também importante atender à necessidade de dar respostas adequadas aos novos públicos que frequentam hoje as suas escolas. Há que enfrentar com rigor, mas também com inovação, o problema colocado pelos elevadíssimos níveis de insucesso escolar. Trata-se de um problema novo no contexto do ensino superior, que não pode ser ignorado.

A diversidade cultural dos alunos que frequentam hoje o ensino superior, tem de ser tida em consideração. É ilusório pensar que se resolvem todos os problemas atribuindo responsabilidades pelos défices de formação, aos níveis de ensino precedentes.

Tenho afirmado, em vários contextos, que as transformações do ensino básico e secundário são necessárias para melhorar a qualidade das aprendizagens realizadas, e tenho afirmado também, que é necessário rigor e exigência, atendimento e apoio personalizados. Este esforço de resposta do ensino aos problemas de generalização do acesso, terá de abranger, igualmente, universidades e institutos politécnicos.

Quinto: o ensino superior tem um papel determinante a desempenhar na educação para a cidadania. Formar pessoas capazes de

executar com qualidade uma profissão e, nesse sentido, competir num mercado aberto, é um objectivo essencial. Mas é também importante formar cidadãos, pessoas que compreendam bem a sociedade em que se inserem, e o papel que devem exercer para contribuir para o aperfeiçoamento dessa mesma sociedade. Não podemos continuar a ter uma sociedade em que os cidadãos se alheiam, cada vez mais, da coisa pública, como se isso fosse tarefa dos outros que, sem a sua participação, resolvem os problemas. A crescente corporativização da sociedade portuguesa é sinal de uma fraca cidadania activa. E, em boa verdade, o aumento dos elementos corporativos traduz-se sempre em menor defesa dos direitos individuais e na concentração de poderosos instrumentos de pressão sobre o Estado ao serviço de interesse organizados. A educação para a cidadania, reveste-se hoje, de uma função modernizadora da sociedade e é um instrumento essencial para o reequilíbrio do papel do indivíduo no contexto de um sociedade cada vez mais globalizada.

A educação para a cidadania tem que ser assumida como uma das missões do ensino superior. Saúdo, por isso, a iniciativa do colóquio que agora se encerra.

Permitam-me que deixe sobre esta matéria três interrogações:

Em que medida, conteúdos e métodos da formação geral e cultural do ensino superior, não deverão contemplar a necessidade de desenvolver competências para a compreensão e intervenção no mundo actual?

Em que medida, as Leis de Autonomia proporcionam hoje, um enquadramento motivador de uma participação alargada, como processo privilegiado de aprendizagem da cidadania?

Como encontrar novas formas de motivação e valorização do Associativismo Juvenil e do voluntariado? Sei que está em curso, no quadro do movimento associativo, um projecto que visa

incentivar a participação. Iniciativas como esta merecem ser apoiadas.

Termino deliberadamente estas minhas breves palavras em torno do tema da cidadania. Faço-o em homenagem a este ciclo de Comemorações dos vinte e cinco anos do 25 de Abril, porque, sem sombra de dúvida, foi a longa luta de muitos cidadãos que permitiu que um dia se chegasse ao 25 de Abril, e foi uma participação activa na vida política do país que permitiu que a democracia portuguesa estabilizasse um sistema de partidos em que todos os portugueses se reconheciam.

Termino agradecendo o esforço de todos aqueles que tornaram possível estas comemorações, a quem reconheço um empenho e dedicação inexcedíveis.

Infelizmente o Victor Cunha Rego já não se encontra entre nós. Já só lhe podemos prestar uma homenagem: procurar, como ele, ser sempre fiel a valores e princípios e ser sempre exigente na análise dos desafios que se colocam ao país.

Sessão de Abertura
do IV Congresso Português
de Sociologia
Universidade de Coimbra
17 de Abril de 2000

No momento em que se iniciam os trabalhos de mais um Congresso Português de Sociologia, saúdo todos os participantes e felicito vivamente a Associação Portuguesa de Sociologia, entidade organizadora, pelo trabalho que tem realizado em favor do desenvolvimento das Ciências Sociais no nosso País. Tenho acompanhado a vossa actividade e apraz-me registar, nesta oportunidade, quanto ela tem contribuído para uma aproximação entre estudiosos da sociedade portuguesa, situem-se eles em instituições de ensino e investigação ou noutros terrenos, igualmente difíceis e exigentes, da profissionalização e intervenção social.

Para quem, como eu, tem alguma dificuldade em aceitar fechamentos e incomunicabilidades institucionais, sobretudo quando impedem o confronto de pontos de vista e a livre troca de saberes, esse papel de charneira entre profissionais da Sociologia que a vossa Associação tem desempenhado tão eficazmente constitui exemplo a saudar e apoiar. Não tenho dúvidas que se traduzirá em avanços muito significativos em termos de conhecimento e de capacidade de intervenção fundamentada sobre os problemas da sociedade portuguesa. Atrevo-me, por isso, a pedir que não esmoreçam nesse vosso militantismo associativo.

Caros Amigos:

Nos raros momentos em que decido pôr ordem na minha caótica biblioteca pessoal, tenho podido verificar até que ponto é antiga e intensa a relação que mantenho com a Sociologia.

Nesse exercício de conciliação entre trabalho manual e trabalho intelectual que consiste em colocar o livro certo no sítio mais ou menos incerto da estante (depois de lhe tirar algum pó e de reler uns tantos sublinhados e anotações), tenho descoberto que, afinal, durante toda uma vida que acabou por saltar do estudo e da prática do Direito para a Política, a Sociologia foi para mim uma companhia particularmente fiel e inspiradora.

Devo aos contactos com a sociologia e com outras ciências sociais um interesse e uma atenção, que não param de se desenvolver e de se aprofundar, com alguns aspectos da desigualdade e da iniquidade social que, escondidos por detrás da igualdade perante a lei, dividem e, por vezes opõem, muitos dos nossos concidadãos.

Aliás, só não me atrevo a confessar aqui que me considero, de algum modo, ainda hoje, sociólogo a tempo parcial, por dois motivos óbvios: primeiro, o de não querer ofender, com tal afirmação, legítimas prerrogativas dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia; e, depois, por estar genuinamente convencido que o cargo que ocupo implica, pela sua natureza e não apenas por força da lei, dedicação inteira e exclusiva.

A verdade é que no exercício — que já vai longo — das minhas actividades políticas tenho beneficiado muitas vezes da colaboração com especialistas desta área do saber.

A propósito de questões tão diversificadas como o planeamento urbanístico, o combate à pobreza e exclusão social, as assimetrias regionais de desenvolvimento, o hiato entre as leis e a sua aplicação, o insucesso escolar e a iliteracia, a qualidade do emprego, as perspectivas de renovação dos pactos sociais, as oportunidades e novas discriminações associadas ao uso das tecnologias de informação — para citar só algumas das que mais recentemente me têm ocupado —, sempre tem sido para mim especialmente

proveitosa a partilha de pontos de vista com os especialistas das ciências sociais.

Por detrás dos argumentos que utilizam, descubro muitas vezes uma espécie de sussurro, misto de lucidez analítica e de instinto crítico, a que concedo cada vez mais atenção. É um sussurro que me fala dos fundamentos materiais e simbólicos do poder, de todos os poderes, e me põe a pensar sobre as possíveis formas de usar o poder para melhor o distribuir. Questão para outras oportunidades.

Meus Amigos:

Entre os vários subtemas que o IV Congresso Português de Sociologia se propõe abordar, um há que gostaria de realçar, não apenas pelo carácter transversal de que se reveste, mas porque diz respeito a alguns problemas da sociedade portuguesa que me preocupam especialmente.

Refiro-me ao tema das desigualdades e cidadania.

Está por fazer, tanto quanto sei, um inventário exaustivo e actualizado, nas suas múltiplas dimensões, dos fenómenos da desigualdade social em Portugal. Mas nenhum de nós ignora que estamos longe de viver numa sociedade isenta de assimetrias estruturais no acesso a recursos económicos e culturais básicos, a equipamentos sociais de primeira necessidade, a serviços da administração pública que lidam com direitos fundamentais da cidadania, etc.

A génese de tais assimetrias e desigualdades, sabemo-lo bem, inscreve-se em passados que, para parafrasear o título do vosso Congresso, estão longe de ser recentes. A verdade, porém, é que o que temos ao nosso alcance prático são o presente e os «futuros próximos».

Que fazer com eles? Que fazer deles?

A resposta a estes desafios tem de ser colectiva e, seguramente, não diz respeito apenas aos responsáveis políticos ou a grupos

profissionais, como o dos sociólogos, especialmente preparados para objectivar os fundamentos da vida social e das suas mais arbitrárias e injustas desigualdades.
Mas uns e outros não podem furtar-se ao exercício.
Trata-se, nalguns casos, de desvendar, sem complacências, o interesse particular por detrás da virtude pública, a rotina conservadora por detrás da modernidade ostentada, a armadilha da exclusão por detrás do igualitarismo formal, a violência por detrás de estereótipos de pura harmonia, a mudança de valores por detrás de práticas aparentemente intocadas.
Trata-se, noutros casos, de analisar, com perícia e objectividade, as políticas e os seus efeitos, para encontrar, umas vezes, a consagração insidiosa de privilégios, outras vezes verdadeiras transformações em direcção a equilíbrios sociais mais justos.
Não perder de vista, no tal exercício, o quadro estrutural e institucional em que nos movimentamos, incluindo as desigualdades fundamentais que o atravessam, parece-me continuar a ser pedra de toque do trabalho sociológico.
Essa mesma preocupação permitirá, entretanto, a descoberta de factores que, nas nossas sociedade, põem em risco e podem inviabilizar o exercício dos mais elementares direitos civis, políticos e sociais.
A cidadania — vale a pena lembrá-lo — não é um dado da existência humana, é um produto de circunstâncias histórico-sociais concretas; e também não deve ser tomada como um estado a que os membros da sociedade acedem como que por encanto ou inerência — a cidadania é um processo, sempre inacabado, sempre imperfeito em que todos intervêm mas em que nem todos participam em igualdade de condições.
A produção e difusão do saber sociológico tem, para além de todas as virtualidades que decorrem do aperfeiçoamento do co-

nhecimento científico em geral, a grande virtualidade que consiste em identificar os obstáculos estruturais e os processos sociais perversamente circulares que tão frequentemente impedem o livre acesso à condição cidadã e à participação de corpo inteiro na edificação de sociedades mais justas.

Compreendam que, nestas condições, sejam muito grandes as minhas expectativas quanto aos resultados do vosso Congresso, nomeadamente no que respeita aos tópicos que salientei.

Sinto que, ao desejar os melhores êxitos para os vossos trabalhos, estou afinal a invocar os meus desejos e, claro, os interesses do País.

CAPÍTULO IV FORÇAS ARMADAS

«É prioritário completar os processos de modernização qualitativa e de profissionalização das Forças Armadas, impostos, nomeadamente, pelas mudanças internacionais que condicionam a definição das nossas políticas de defesa e segurança. Esses processos foram fortemente estimulados pela participação portuguesa em missões militares internacionais.»

Cerimónia de Recepção ao Contingente Militar Regressado de Timor

Tomar
7 de Setembro de 2000

Nos últimos cinco anos, a participação das Forças Armadas Portuguesas em missões internacionais, no quadro das Nações Unidas e da Aliança Atlântica, adquiriu uma projecção sem precedentes e abriu um capítulo tão inovador como notável na história moderna da instituição militar.

Na Bósnia-Herzegovina, a presença de um significativo contingente nacional na missão das Nações Unidas para a implementação dos acordos de paz marcou a primeira intervenção de Portugal num teatro de guerra na Europa desde a Primeira Grande Guerra.

A decisão de participar na IFOR e em todas as subsequentes missões militares de resposta às situações de crise balcânicas, incluindo o Kosovo, ao lado dos nossos aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte, foi crucial para consolidar a nossa posição internacional.

Nessas missões, os Portugueses revelaram uma nova confiança, restaurada com a democracia. Portugal demonstrou ser capaz de assumir, plenamente, as suas responsabilidades como membro da comunidade internacional e parte integrante da Aliança Atlântica, bem como o nosso empenho na construção de uma Europa unida pelos valores da liberdade. Nessas missões, os soldados dos três ramos das Forças Armadas fizeram prova de profissionalismo, competência e bravura, que as prestigiam como instituição nacional e honram o nome de Portugal.

Essa credibilidade acrescida foi crucial na resposta à crise timorense, quando, há um ano atrás, o desespero desencadeou uma onda bárbara de violência e destruição no Território, na sequência do *referendum* organizado pelas Nações Unidas, que garantiu o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação em Timor-Leste e a expressão, clara e inequívoca, do voto dos timorenses a favor da sua independência nacional.

Nessas circunstâncias dramáticas, ao lado dos Timorenses, Portugal pôde mobilizar os seus aliados ocidentais e os seus parceiros europeus e obter, num prazo sem precedentes, uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para pôr fim ao caos imposto pelas formações paramilitares e pelas milícias, perante a passividade dos responsáveis pela segurança no Território.

Porque não era possível negar em Timor-Leste os valores que tinham justificado a intervenção da comunidade internacional e dos aliados, incluindo Portugal, nas crises balcânicas, foi possível restaurar a ordem no Território através do envio da uma missão militar internacional.

Naturalmente, Portugal esteve pronto para participar na INTERFET desde a primeira hora, com uma força muito significativa, envolvendo todos os ramos militares. As circunstâncias impuseram que essa presença inicial fosse assegurada, de resto com grande mérito, apenas pela fragata *Vasco da Gama*. Posteriormente, com a formação da UNTAET e da força de manutenção da paz, as forças armadas portuguesas puderam passar a assegurar uma intervenção essencial para a segurança de Timor-Leste e dos Timorenses.

Tive o privilégio de assistir, em Díli, à instalação do contingente nacional. Encontrei um comando experiente, tropas profissionais, soldados com elevada motivação. Parti certo de que saberiam cumprir a sua missão, difícil e arriscada, bem como repre-

sentar Portugal e os Portugueses perante o martirizado povo irmão de Timor-Leste, numa fase crítica da sua transição para a independência.

Nos meses seguintes, fui testemunha grata dos elogios, reiterados, designadamente, pelos mais altos responsáveis das Nações Unidas e por todos os dirigentes timorenses, às qualidades excepcionais do contingente nacional em Timor-Leste. Essas posições, registadas publicamente, constituem um contributo muito importante para a reputação internacional e regional de Portugal e, sobretudo, são penhor da nossa profunda solidariedade para com a nação timorense.

Um ano depois da consulta democrática em Timor-Leste e dos trágicos acontecimentos de Setembro, os Timorenses podem viver em paz e em liberdade, concentrados nas tarefas da reconstrução nacional, no caminho pacífico para a independência e a formação do Estado. Essa situação não seria possível sem a intervenção de Portugal e sem a presença do seu contingente militar na força das Nações Unidas.

É pois de toda a justiça prestar aos soldados que agora regressam, cumprida a sua missão, com grande valor, dignidade e distinção, a homenagem de Portugal e dos Portugueses.

Posse do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
Palácio de Belém
12 de Outubro de 2000

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar Vossa Excelência, Senhor General Alvarenga de Sousa Santos, no momento em que toma posse como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Uma distinta carreira como Oficial da Força Aérea Portuguesa, a vasta experiência internacional, o consolidado prestígio como chefe militar no exercício de funções de comando são testemunho das suas altas qualidades e penhor do seu espírito de bem servir. Estou certo que saberá desempenhar o mais alto cargo da hierarquia militar com o rigor, a determinação e o sentido de responsabilidade indispensáveis nesta fase de evolução da instituição militar.

Quero também reiterar o meu elevado apreço pelo modo exemplar como o General Espírito Santo exerceu as suas funções na chefia do Estado-Maior General. A sua lealdade, dedicação e inteligência, bem como as qualidades de comando, reveladas, designadamente, nas crises do Kosovo e de Timor-Leste, tornaram-no merecedor do reconhecimento de Portugal e das Forças Armadas.

As Forças Armadas portuguesas tiveram uma significativa evolução na última década, designadamente pela sua projecção internacional, que se iniciou com a participação de forças militares portuguesas nas missões das Nações Unidas em Moçambique e em Angola, a partir de 1993. A sua presença não só revelou as

melhores qualidades dos nossos soldados, como contribuiu, decisivamente, para fortalecer as relações bilaterais com os dois maiores Estados africanos de língua portuguesa, uma prioridade permanente da política externa portuguesa.
Nos últimos cinco anos, num quadro de mudanças acentuadas na política internacional, Portugal teve de responder a circunstâncias imprevistas, que puseram à prova a sua credibilidade externa e a sua posição na comunidade internacional.
Em condições difíceis, a capacidade de resposta das suas Forças Armadas foi decisiva para enfrentar, com pleno sucesso, esses desafios e consolidar o nosso estatuto como membros de parte inteira da Aliança Atlântica, da União Europeia e das Nações Unidas.
A participação de um forte contingente nacional na Força de Implementação dos acordos de paz na Bósnia-Herzegovina demonstrou a nossa determinação de intervir, ao lado dos nossos aliados, para restaurar a segurança e pôr fim a uma guerra atroz. Pela primeira vez, desde o fim da Grande Guerra em 1918, as forças armadas portuguesas voltaram a estar empenhadas num teatro de guerra europeu, em nome do direito internacional e dos valores humanitários partilhados pelas democracias e no cumprimento das nossas responsabilidades pela segurança europeia.
Idênticas motivações justificaram a nossa intervenção na crise do Kosovo, no quadro da Aliança Atlântica, perante a perseguição indiscriminada e a deportação forçada de uma comunidade indefesa, bem como a presença de forças militares portuguesas na missão de paz das Nações Unidas que assegurou o seu regresso e a instalação da administração internacional no Kosovo.
Os mesmos valores e as responsabilidades próprias de Portugal em Timor-Leste determinaram a nossa resposta à crise timorense.

A diplomacia portuguesa pôde mobilizar a comunidade internacional a favor da independência de Timor, como resultado do voto expresso dos Timorenses, e garantir uma intervenção militar imediata em Timor-Leste em nome da coerência com os mesmos valores humanitários que justificavam a nossa presença na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo.

Desde a primeira hora, as autoridades portuguesas puseram à disposição das Nações Unidas uma importante força militar, incluindo meios terrestres, aéreos e navais. Na fase seguinte, com a formação da administração transitória das Nações Unidas, as forças armadas portuguesas passaram a garantir a segurança de Díli e de uma parte significativa do Território, indispensáveis no contexto da transição pacífica para a independência de Timor-Leste.

Em três crises sucessivas, superando a complexa questão dos recursos e meios, as Forças Armadas portuguesas souberam estar à altura das respostas determinadas pelas nossas obrigações internacionais. Revelando as suas qualidades de coragem, dedicação e profissionalismo, os soldados portugueses desempenham com grande distinção as suas missões, prestigiam a condição militar e honram o nome de Portugal.

É inestimável o serviço que as Forças Armadas prestam aos interesses nacionais no cumprimento das missões de paz na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e em Timor-Leste e em todas as acções de cooperação militar que estão em curso em vários países, nomeadamente da CPLP. A posição de Portugal na Aliança Atlântica, na União Europeia e nas Nações Unidas adquiriu uma relevância acrescida, ganhou credibilidade a democracia portuguesa pela sua determinação na defesa dos valores da liberdade e do direito, fortaleceram-se as nossas relações externas, a começar pela profunda solidariedade que nos une à nação timorense.

Contra os mais pessimistas, mostrámos ser capazes de nos ultrapassar, numa linha de coerência com os valores da nossa democracia e a nossa vocação universalista, que recusam um isolamento egoísta e a mediocridade da resignação.
Na fase presente, torna-se imperativo consolidar posições. Nesse contexto, é prioritário completar os processos de modernização qualitativa e de profissionalização das Forças Armadas, impostos, nomeadamente, pelas mudanças internacionais que condicionam a definição das nossas políticas de defesa e segurança. Esses processos foram fortemente estimulados pela participação portuguesa em missões militares internacionais. Mas se a modernização das Forças Armadas é uma tarefa essencial e incontornável, ela não pode ser dissociada das opções a tomar no sentido da necessária reconfiguração e racionalização do sistema de forças nem das indispensáveis acções de reestruturação e redimensionamento. São processos que estão interligados e que se inserem no grande desafio que é, para Portugal, a reforma estrutural das Forças Armadas.
O sucesso da reforma — que é um processo em curso e de longa e faseada execução, que vai muito para além da temporalidade das legislaturas — está dependente, em larga medida, do desejável equilíbrio que, permanentemente, se consiga obter entre a eficácia, o redimensionamento, a optimização dos recursos criteriosamente disponíveis, no contexto orçamental do país e, finalmente, a dignificação da condição militar.
Trata-se de questão de grande importância para o futuro de Portugal, visto na dupla perspectiva da sua solidez interna e da sua projecção internacional.
Porém, devo uma vez mais referir, agora em cerimónia de grande importância porque portadora de futuro, que muito dependerá de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, o que

releva da função político-legislativa. Não se trata de literatura, mas sim de opções e prioridades. Como está legalmente fixado, e também resulta da experiência e do bom senso, só a partir desse conceito poderemos chegar — porque teremos incorporados os novos dados — a um conceito estratégico militar realista e eficaz, e também à enumeração das missões das Forças Armadas no novo contexto e dos sistemas de forças a constituir e ao modo de assegurar o seu estado de prontidão.

Todo este vasto processo, onde não pode haver equívocos nem sobressaltos estéreis, exige clareza na actualização dos conceitos fundadores de todo o sistema, firmeza na condução das políticas de reestruturação e redimensionamento, empenho na dignificação realista das carreiras militares, no contexto das possibilidades nacionais, e a continuação de um espírito de unidade na instituição militar.

Pela minha parte, e no quadro estrito das minhas competências, sempre me pronunciei — com os pressupostos acima enunciados — a favor da modernização e reequipamento das Forças Armadas, atentas as prioridades decorrentes do emprego efectivo de forças e os condicionamentos financeiros do Estado. É indispensável garantir uma maior capacidade às Forças Armadas, que lhes permitam desempenhar, com crescente eficiência, as suas funções insubstituíveis de defesa da soberania e dos interesses nacionais. Mas sem esquecermos, como elemento de necessária ponderação, o país que somos.

Sei, Senhor General, que considera estimulantes os desafios, conheço a sua determinação para reformar e modernizar as Forças Armadas, confio na sua capacidade de decisão e comando.

Estou certo que cumprirá, com distinção, as missões que lhe estão confiadas, e quero reiterar-lhe a expressão do meu apoio institucional e pessoal no desempenho das suas altas funções.

CAPÍTULO V

TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESÃO NACIONAL

«Não se pense que o facto de Portugal ser um país pequeno e culturalmente homogéneo lhe confere uma unidade natural e espontânea. Pelo contrário, as assimetrias existem e ameaçam a coesão, pelo que exigem um combate permanente. A construção da unidade de um país é um trabalho permanente e uma responsabilidade indeclinável de cada geração.»

Sessão de Abertura do Conselho Internacional da Federação Mundial das Cidades Unidas

Estoril
1 de Abril de 2000

Quero começar por agradecer à Federação Mundial das Cidades Unidas e ao Presidente Daby Diagne, o convite para participar neste Conselho Internacional, o que faço com todo o prazer em termos pessoais. Como Presidente da República a minha presença é natural, uma vez que tenho pautado o exercício das minhas funções ao longo dos últimos quatro anos por um interesse e uma intervenção permanentes junto do poder local realçando a sua importância no contexto nacional e procurando contribuir para o debate em torno dos respectivos problemas.

Em segundo lugar, quero manifestar ao Presidente José Luís Judas, o gosto que tenho em poder participar numa acção desta natureza organizada pela Câmara Municipal de Cascais, que tem desenvolvido um trabalho internacional notável, promovendo externamente o municipalismo português e participando activamente no crescente debate global das questões urbanas.

Saúdo ainda, deixando uma palavra de apreço e amizade, os participantes neste Conselho, muitos dos quais amigos e antigos companheiros dos tempos em que convosco militava nesta Federação, desenvolvendo uma actividade com vista à promoção da Paz, da Democracia e do Desenvolvimento através da acção das colectividades locais.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Acompanho interessadamente, como se sabe, a discussão dos temas relacionados com as negociações entre a FMCU e a IULA, com

vista à fusão das duas organizações e ao nascimento de uma única e forte entidade capaz de enfrentar os desafios que crescentemente se colocam às autoridades locais e regionais num quadro de globalização mundial.

Vejo com agrado que esse é um dos temas principais da vossa reunião. Pela minha parte queria hoje reiterar a mensagem que vos enviei por ocasião do Congresso de Lille em 1998, no sentido de manifestar o meu firme desejo de que todas as iniciativas tomadas até este momento possam culminar com o estabelecimento de uma nova organização mundial de autoridades locais. Na minha anterior condição de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e de Presidente da FMCU empenhei-me durante seis anos, conjuntamente com um notável conjunto de dirigentes municipais internacionais, dos quais cumpre destacar os nomes de Pierre Mauroy, Pasqual Maragall, Jaime Ravinet e Riccardo Triglia, no sentido de fomentar a união do movimento municipalista a nível mundial, com vista a encontrar uma plataforma e um interlocutor que pudesse constituir uma resposta credível e responsável aos desafios da comunidade internacional e, em especial, das Nações Unidas nos domínios que respeitam aos estabelecimentos humanos. A realização da 1.ª Assembleia Mundial das Cidades e Autoridades Locais em associação com a Cimeira das Nações Unidas Habitat II foi um exemplo vivo dessa nossa vontade e determinação, com vista a melhor corporizar os desejos e os anseios de todos os que, por todo o mundo, desejam mais e melhor para as populações que representam.

Quero assim reiterar o meu apreço pelos resultados das negociações que a nível oficial decorrem desde 1998 entre as duas organizações. Sendo certo que um processo desta natureza é complexo e difícil para ambas as partes e que encontrará sempre resistências por parte de alguns, quero saudar os avanços alcan-

çados, nomeadamente no que toca à definição dos estatutos da futura organização e da respectiva estrutura financeira e técnica — em que o Município de Cascais tem tido um papel relevante —, e à preparação do congresso da unificação no Rio de Janeiro, em 2001.

Senhor Presidente,

Se é de saudar o trabalho com vista à unificação das autoridades locais é necessário não esquecer que o crescimento urbano em geral nos coloca perante desafios complexos e exigentes. Desafios no plano da gestão do território, desafios no plano da competitividade, desafios no plano da participação cívica.

Há pois que enfrentar estes desafios relativos à concentração crescente das pessoas nas zonas urbanas em busca de pólos de emprego e de serviços de qualidade e derivados da incapacidade dos gestores e decisores políticos de encontrarem, em tempo útil, respostas técnicas e sócio-culturais à pressão que este crescimento rápido determina.

As perspectivas de resolução destes desafios, que são globais e são locais, materializam-se em domínios diversificados, tais como as possibilidades disponibilizadas pela generalização das novas tecnologias permitindo a desconcentração de funções e empregos sem perder ou mesmo ganhando em termos de produtividade, permitindo portanto, pela primeira vez, inverter viavelmente as causas da concentração urbana, a necessidade de afluir ao local de trabalho ou de prestação de serviços.

Tornar-se-á assim possível reabilitar do ponto de vista social, económico e cultural as chamadas áreas de dormitório em núcleos urbanos autónomos e recuperar outros núcleos populacionais em regressão, reconstituindo redes urbanas que se degradaram ao longo dos últimos decénios, muitas vezes fruto de um crescimento desordenado e sem planificação.

Ao nível mundial, europeu, transnacional ou nacional, a dinâmica das grandes e médias cidades assenta cada vez mais em estratégias de competitividade externa, baseadas na oferta de melhorias de infra-estruturas e serviços, ambiente urbano, equipamentos de excelência. Mas essas estratégias supõem elevados níveis de consenso sobre a sua complementaridade e coesão interna, como condição para rendibilizar os recursos sempre escassos e o aproveitamento de oportunidades de investimento não menos escassas. As tarefas que se nos colocam pela frente são pois imensas, impondo soluções diversificadas na sua natureza e no seu prazo de implementação. O caminho que a FMCU percorreu até hoje e os novos horizontes com que se depara justificam uma palavra de optimismo para este esforço conjunto com vista à resolução dos problemas dos que nos estão mais próximos.
Bom trabalho e boa estadia em Portugal.

Sessão de Abertura
do I Congresso do Oeste
Torres Vedras
28 de Abril de 2000

Agradeço o convite para a abertura deste 1.º Congresso do Oeste, e o empenhamento pessoal que nele puseram o Sr. Presidente da Associação de Municípios do Oeste (Presidente da Câmara de Alenquer, Sr. Álvaro Gomes Pedro) e o Sr. Presidente do Congresso (Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Dr. Jacinto Leandro). É com muito gosto que estou presente, para transmitir pessoalmente a todos os participantes os meus votos de bom trabalho, numa jornada que se pretende ponha em comum mais do que expectativas, vontades e orientações de uma região que tem todas as condições para se elevar a um novo patamar de desenvolvimento, harmonioso e equilibrado, em suma, sustentável.

Depois de durante alguns dias, no mês passado, ter percorrido diversos concelhos do Oeste, devo confessar que fiquei mais desperto para a realidade que aqui se vive, mais conhecedor dos problemas e também mais consciente das inúmeras potencialidades deste território. Particularmente útil para esse conhecimento, foi, além das visitas concretizadas, uma reunião com os Presidentes das Câmaras da Associação de Municípios do Oeste que aceitaram o meu convite para trocar impressões informalmente em volta de uma mesa de jantar (e, devo acrescentar, para não omitir nada, também em frente de um televisor…). Conversámos então sobre agricultura e pecuária, sobre acessibilidades e turismo, sobre portos e pesca, sobre ambiente e cultura, em suma sobre o

que permanece e o que está a mudar na região, sobre o que se espera da Administração Central e o contributo que os agentes e poderes locais estão a dar para a grande transformação do Oeste, que se pressente e já está a ocorrer em múltiplos domínios.
Tive oportunidade de contactar pessoalmente com alguns desses domínios nesta visita (e noutras, anteriormente efectuadas, nomeadamente às Caldas e a Peniche) a concelhos do Oeste. A título de exemplo: o empresariado agrícola tanto na área da vitivinicultura como da hortofruticultura, o ensino superior politécnico, o termalismo, as actividades portuárias, o associativismo empresarial, o desenvolvimento e modernização do núcleos urbanos e a qualificação dos espaços urbanos mais antigos, a recuperação patrimonial integrada, as iniciativas locais de solidariedade social, a produção e a animação cultural. Esse conjunto diversificado de contactos reforçou em mim a seguinte ideia: o Oeste é um conjunto com uma identidade forte, onde sobressai uma paisagem rural marcada pela acção secular do homem na agricultura.
Provavelmente esse conjunto enfrentou durante décadas problemas delicados de isolamento e fragmentação, e está hoje confrontado com não menos delicados problemas que resultam de uma verdadeira revolução do sistema de comunicações que o insere num mundo global, com regras de competição muito agressivas. Diria então que se aplica aqui aquela fórmula de que os teóricos do desenvolvimento tanto gostam: é preciso fazer de cada problema uma oportunidade. Com a concretização das novas acessibilidades, algumas já postas em marcha, abrindo ligações mais rápidas a Norte e a Sul, e a Leste, com o futuro aeroporto da Ota, com a melhoria das instalações portuárias e a modernização da linha férrea, o Oeste sofrerá, queira ou não, uma profunda renovação. Os especialistas que intervirão neste Congresso co-

nhecem, bem melhor que eu, os dados dessa renovação previsível: no plano social e urbano, empresarial e cultural.
A identidade forte do Oeste vai sofrer transformações. Nalguns casos, elas serão bem assimiladas e noutras talvez não.
Acredito que se possam minorar os riscos, antecipar as dificuldades e preparar adequadamente as estruturas para tirar vantagem das novas oportunidades. Acredito, porque ouvi essa disposição da boca dos responsáveis com quem contactei e porque este Congresso é em si mesmo a prova duma intenção de discutir os problemas, carrear informação e encontrar projectos de acção comum.
Este caminho que agora recebe, com este Congresso, um impulso que espero seja decisivo, tem que ser aprofundado. Passa esse caminho pela qualificação das pessoas, do território e das organizações. Não estou a dar-vos novidade nenhuma.
O Oeste precisa de mais gente preparada para entender e dar resposta aos problemas complexos que se colocam à sua economia e à sua sociedade. O Oeste precisa de um território mais ordenado, em condições de enfrentar os novos predadores do ambiente e do mundo rural, de forma a conferir ao turismo, por exemplo, um potencial de desenvolvimento, em vez de suportar os seus efeitos desestruturadores da paisagem e dos aglomerados.
O Oeste precisa de organizações mais sólidas e estruturadas do seu mundo empresarial, social e cultural.
Costumo dizer: o facto de a regionalização não ter sido votada pelo povo português, não nos isenta da responsabilidade de promover a descentralização. Até porque os problemas estão aí, e se não forem resolvidos — a meu ver de forma mais participada e legitimada — pelos actores locais, terão de ser resolvidos de fora para dentro e de cima para baixo.
Ora, não há nenhum motivo para não acreditar que há capacidade para propor e ensaiar soluções ajustadas, de baixo para cima

e de dentro para fora. É esse desafio que este Congresso aceitou, com as associações que o convocaram. Unir vontades e protagonistas, explorar complementaridades e avançar projectos de interesse comum. Em suma, preparar as condições para a afirmação de uma unidade e de um impulso criador que projecte o Oeste para os níveis de organização e desenvolvimento das áreas que lhe estão mais próximas, tanto a Área Metropolitana de Lisboa como a do Vale do Tejo.

É o País que precisa de um Oeste mais forte e mais capaz de potenciar a sua enorme riqueza económica e cultural!

Sessão de Apresentação do Plano Estratégico do Vale do Ave 2000-2006

Universidade do Minho — Pólo de Guimarães
24 de Maio de 2000

Permitam que vos transmita, na sequência da apresentação das linhas fundamentais do Plano Estratégico do Vale do Ave para o período 2000-2006, alguns motivos de grande satisfação. O primeiro diz respeito ao facto de me poder associar a uma iniciativa em que se tornam patentes todas as virtualidades de uma boa articulação entre estratégias de desenvolvimento de âmbito nacional, regional e local, tendo em vista potenciar as oportunidades abertas pelo III Quadro Comunitário de Apoio.
As Associações de Municípios — de que a AMAVE é um bom exemplo — têm conseguido promover formas criativas de conjugação de esforços, de recursos e de meios organizacionais, por forma a superarem algumas limitações com que o poder local se confronta no seu trabalho em favor do desenvolvimento das populações.
Pois bem: é gratificante darmo-nos conta de que, com esse salto no sentido da cooperação intermunicipal, é possível conferir maior racionalidade e operacionalidade aos desígnios de desenvolvimento do todo nacional, numa perspectiva tanto quanto possível integrada e socialmente justa.
O segundo motivo de satisfação prende-se com o facto de saber que o Plano Estratégico aqui apresentado partiu de um diagnóstico rigoroso da situação económico-social da região, em que além da equipa técnica de coordenação, colaboraram individualidades e núcleos de estudos da Universidade do Minho.

Embora conheça a disponibilidade desta instituição universitária para estabelecer uma forte ligação ao meio e à comunidade, não quero perder a oportunidade de, mais uma vez, a saudar. Estamos diante de um exemplo óbvio — tão óbvio, que custa a aceitar que não se expanda, sem reticências, em todo o País — de como é possível, sem perda de identidade académico-científica, fazer crescer a utilidade social da Universidade.

E passo a um terceiro motivo de satisfação: o de saber que o documento aqui apresentado integrou, na sua elaboração, sugestões, resultados de debates especializados e outros contributos parcelares que, no conjunto, envolveram um leque significativo de actores, instituições da administração e outras organizações da sociedade civil.

Perceber que a participação dos cidadãos passou a ser tida em conta na elaboração dos projectos de desenvolvimento que lhes dizem respeito é, para mim, motivo de grande júbilo. Afinal, talvez não seja mera utopia admitir que as competências técnicas se podem cruzar com as reais aspirações dos cidadãos, com isso dando útil sentido à democracia participativa.

O quarto motivo de satisfação assenta no facto de se pressentir, através do documento que aqui foi apresentado, que há, por parte dos seus promotores, consciência de que não é legítimo deixar perpetuar dualismo e bloqueamentos estruturais que contribuam, também à escala regional, para marginalizar sistematicamente municípios já antes periféricos.

É certamente um exemplo de solidariedade sobre o qual deveriam meditar todos aqueles que, tantas vezes, insistem em confundir a justa defesa dos interesses locais e regionais com regionalismos agressivos e de vistas curtas.

O quinto motivo de satisfação decorre de o conjunto de propostas apresentado no Plano Estratégico partir de um exame ao

modo como foi executado o anterior Plano e aos pontos fortes e principais fragilidades das realizações a que, na prática, deu lugar. Só esse exercício de avaliação permite desvendar e fundamentar as linhas de intervenção agora seleccionadas como essenciais.

Parece-me estar aqui um bom exemplo de uma atitude que gostaria de ver generalizada a toda a administração pública — antes de traçar caminhos para o futuro, é importante parar para pensar, avaliar realizações e omissões, pontos fortes e pontos fracos da acção passada. Doutro modo, corre-se o risco de tornar o planeamento um exercício redundante e inconclusivo ou, pior do que isso, um factor de desmobilização para os que, no terreno, tentam melhorar a vida das populações.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Inicio hoje um conjunto de encontros com instituições, responsáveis políticos, agentes económicos e cidadãos anónimos de alguns Municípios da região do Ave.

Após esta reunião, parto para o contacto com as realidades locais e regionais com o olhar mais preparado.

Entretanto, procurarei, como sempre, aproveitar esta vinda ao terreno para ouvir de perto as pessoas e tentar captar as suas preocupações e aspirações, certo de que algumas delas nem sempre conseguem obter o eco necessário nos documentos e guias de acção dos responsáveis políticos, entre os quais obviamente me incluo.

Confesso que não consigo separar a minha actividade de uma permanente preocupação em olhar para além das aparências e visões oficiosas que, todos nós, temos tendência a construir no exercício dos nossos cargos. Sair do universo mental e linguístico dos técnicos e dos políticos, em direcção ao discurso directo dos cidadãos parece-me ser um caminho que todos temos vantagem

em percorrer, ainda que isso imponha, por vezes, incómodas mudanças nas rotinas de pensamento ou mesmo nas agendas políticas estabelecidas.
Afinal, pôr à prova as nossas certezas, confrontando-as com outros pontos de vista, é sempre a melhor forma de homenagearmos e robustecermos a Democracia.

Sessão de Abertura das Comemorações do 80.º Aniversário da Associação Industrial e Comercial de Fafe
Câmara Municipal de Fafe
24 de Maio de 2000

Ao visitar o Município e os Paços do Concelho de Fafe — desta feita no âmbito de uma jornada em que procuro informar-me sobre os problemas e projectos que mais preocupam e mobilizam as populações da Região do Ave —, quero voltar a realçar a importância da acção das autarquias e dos eleitos locais em favor do desenvolvimento do País.

Felizmente, já lá vai o tempo em que as orientações nesta matéria eram traçadas no silêncio dos gabinetes do Poder Central, sem auscultação prévia dos representantes directos dos cidadãos, sem discussão pública das opções em confronto, em suma, sem a participação activa dos autarcas e dos serviços das Câmaras Municipais. Esta salutar mudança no sentido de uma maior e mais qualificada intervenção do poder local no desenho das políticas de desenvolvimento foi influenciada, sem dúvida, por uma inflexão do pensamento dos responsáveis políticos e dos economistas acerca destas questões. De facto, foram eles próprios a dar-se conta que os planos de desenvolvimento traçados de cima para baixo, sem atender às especificidade locais e sem mobilizar conhecimentos e vontades dos cidadãos directamente implicados na acção, continham, mesmo no plano estritamente económico, grandes ineficiências, para além, obviamente, de não respeitarem nem estimularem o controlo democrático do poder político.

Ainda assim, estou em crer que a aposta no planeamento participado e descentralizado para o desenvolvimento das regiões

só se impôs verdadeiramente a partir do momento em que se desvaneceram dúvidas sobre a capacidade dos órgãos democraticamente eleitos da administração local para resolverem os problemas dos cidadãos com competência, eficácia e sentido de equidade.

É conveniente recordar que, em apenas um quarto de século, Portugal pôs de pé, quase a partir do zero, todo o edifício institucional exigido por um Estado de Direito, incluindo nesse esforço a edificação do Poder Autárquico. Pois bem: foi a acção concreta dos eleitos locais que consolidou este patamar fundamental da Democracia. Primeiro, enfrentando com coragem a resolução dos problemas infra-estruturais básicos das populações locais; depois, deitando mãos à obra em domínios cruciais para o bem-estar dos cidadãos, como sejam a habitação, o ensino, a saúde; mais tarde, abraçando as causas da qualidade ambiental, da recuperação do património arquitectónico, da animação cultural, da cooperação com outras instâncias em projectos de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Nesse longo e esforçado caminho — um caminho sem o qual Portugal teria hoje um rosto bem diferente, bem menos promissor, o que definitivamente se conquistou foi uma imagem muito palpável do que são as potencialidades de um desenvolvimento feito à medida das especificidades dos territórios e das aspirações dos seus habitantes. É um caminho que está por fazer em toda a sua plenitude, mas é um caminho em que o poder autárquico constitui elemento e parceiro imprescindível.

Temeu-se, a certa altura, que o poder local ficasse condicionado por uma perniciosa tentação: a de se fechar nos estritos limites da autarquia, cobiçando as melhores fatias do Orçamento ou dos financiamentos comunitários, sem qualquer sentido de equilíbrio e de cooperação com municípios vizinhos.

Fugindo, felizmente em muitos casos, a tal tentação, os eleitos locais têm procurado, bem pelo contrário, encontrar fórmulas associativas justas e eficazes. A melhor forma de defender os interesses locais — demonstram-nos eles, na prática, de forma bem conclusiva — consiste, afinal, em estudar colectivamente problemas que são colectivos, em discutir em conjunto opções que são comuns, em encontrar soluções genuinamente partilhadas e em defender solidariamente a sua concretização.

As Associações de Municípios, tão exemplarmente representadas na Região do Vale do Ave através da AMAVE, são a face mais visível deste esforço para, transcendendo os limites do local, melhor defender os interesses locais.

Apraz-me saudar, neste prestigiado espaço de exercício do poder autárquico — a Câmara Municipal de Fafe —, o exemplo de cidadania e largueza de vistas que os autarcas portugueses tantas vezes nos têm propiciado. Prometo que continuarei a lutar pela dignificação das suas funções, certo de que, sem o seu contributo, a Democracia se fragilizará irreversivelmente.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A ninguém pode passar despercebido o papel que os responsáveis municipais têm tido na defesa e dinamização das actividades económicas das suas regiões. Trata-se, umas vezes, de pugnar pela defesa de postos de trabalho em risco, noutras de cooperar activamente em políticas de reconversão industrial que evitem fracturas sociais demasiado dolorosas, noutras ainda de fomentar a preservação de actividades económicas tradicionais, sem as quais as regiões perdem a sua identidade e, a prazo, os seus próprios equilíbrios sociais básicos.

Integram-se neste último caso as preocupações com a defesa do pequeno comércio local, tão importante para garantir a animação do espaço público dos centros urbanos, para preservar

postos de trabalho, para apoiar o turismo, para, em suma, «fazer cidade».
É com grande satisfação que me associo, nesta cerimónia realizada nos Paços do Concelho de Fafe, ao ciclo de comemorações da sua Associação Comercial.
Com a bonita idade de oitenta anos, vê-se que não se resigna perante as dificuldades que, hoje, enfrentam muitos dos seus associados. Sei que a Cidade se prepara, nesta altura, para, muito justamente, homenagear os seus comerciantes.
Pois bem: vejo, nesse gesto, não apenas, ou não tanto, o respeito pelo passado, mas acima de tudo uma crença muito forte no papel de dinamização económica, social e até cultural que o pequeno comércio pode desempenhar numa estratégia de desenvolvimento integrado de Fafe e da sua região.
É necessário vencer a ideia de que o comércio local é actualmente um parceiro negligenciável nos processos de desenvolvimento local e regional. De facto, a dinamização de centros urbanos de média dimensão, tão importante para combater conhecidas assimetrias regionais do espaço nacional, é inconcebível sem um claro reconhecimento das múltiplas contribuições do comércio para a criação de modos de vida citadinos equilibrados e que se tornem atraentes para as gerações mais jovens.
Os estudos preparatórios do Plano Estratégico do Vale do Ave para 2000-2006, a cujos resultados tive acesso, apontam o Concelho de Fafe como sendo aquele que, na Região, apresenta a maior densidade de estabelecimentos retalhistas. Aludem, esses estudos, ao pessimismo que se terá apoderado de alguns destes agentes económicos, embora também reconheçam que, na altura de realização dos trabalhos, se registava uma conjuntura favorável ao comércio na região.

O futuro do sector, concluem os autores do estudo, «passará pela aposta numa concorrência baseada na informação, na qualificação e formação contínua dos recursos humanos, pela organização do espaço urbano, pela proximidade ao cliente, pela qualidade e diversidade dos produtos, pela facilidade e acessibilidade do consumidor aos espaços comerciais e pela flexibilidade dos comportamentos» (fim de citação).

Tenho de concordar que são muitos e difíceis os desafios que aqui se enunciam. Acredito, no entanto, pelo que conheço das gentes de Fafe e do dinamismo e competência dos seus responsáveis políticos e agentes económicos, que se desenham soluções para, a curto prazo, lhes dar as respostas mais adequadas.

Permitam que, nesta minha passagem por Fafe, associe, numa mesma homenagem, e por todas as razões que enunciei, autarcas e comerciantes. Uns e outros contribuem, à sua maneira, para defender o bem-estar e o futuro dos seus concidadãos. Merecem o nosso agradecimento, e aqui estou, com toda a convicção, a transmitir-lho.

Sessão de Abertura do Seminário sobre «Participação dos Escalões Infra-Estruturais na Governância Europeia»

Lisboa
23 de Junho de 2000

Quero em primeiro lugar agradecer o convite para participar na abertura deste seminário.

Acompanho de forma interessada o debate sobre o tema da descentralização das tomadas de decisão política, que têm hoje em toda a Europa uma importante dimensão. É um debate que se inscreve no tema geral das dificuldades e desafios da governação em democracia, cuja actualidade é reconhecida tanto por estudiosos académicos como por decisores institucionais.

Quero igualmente saudar esta iniciativa da Conférence des Régions Périphériques Maritimes d'Europe, realizada em Lisboa, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia.

Representa um apelo oportuno, que me apraz sublinhar, no sentido de reflectir sobre a experiência da descentralização territorial dos diversos países europeus e de lançar um olhar prospectivo sobre o lugar das instâncias locais e regionais na construção da Europa alargada.

Esta saudação é naturalmente extensiva a todos os participantes e convidados desta «Jornada de Reflexão».

Novos dados da discussão relativa ao binómio centralização/descentralização.

Proponho-me, nesta breve intervenção, reflectir sobre o binómio centralização/descentralização, em dois movimentos. O primeiro convoca aspectos da discussão em curso sobre o futuro do Estado-Nação para equacionar o papel que às instâncias locais

e regionais lhe pode ser reconhecido. No segundo movimento, tentarei exemplificar as mudanças que é necessário introduzir nesse quadro, tomando como referência os modelos de políticas sociais.

A crescente mundialização dos sistemas produtivos e dos mercados introduziu novos dados no debate.

Numa perspectiva que poderíamos denominar de optimista, há quem entenda que a lógica de rede, que tende a substituir o princípio da soberania, é favorável à afirmação do espaço local e regional como espaço de desenvolvimento de novas identidades e de novas solidariedades. A crise do Estado-Nação teria assim como contrapartida a reemergência de processos de raiz local e regional os quais surgiriam, inevitavelmente, como parceiros da decisão e da acção políticas.

Para outros esta situação representa um grave risco. Nesta perspectiva, os Estados-Nação e respectivos Governos, condicionados por factores supranacionais e por impulsos localistas, vêem ameaçada sua capacidade de elaboração de estratégias minimamente coerentes. O jogo de forças contraditórias impediria uma governação fundada em objectivos democraticamente sufragados, consistente, e capaz de se auto-reformar.

Há que reconhecer aos mais pessimistas alguma pertinência nos seus argumentos. Mas também é verdade, que a definição de estratégias políticas sempre teve que atender aos dois condicionamentos, de natureza supranacional e de natureza local e regional. Sempre houve que enfrentar constrangimentos exógenos e pressões locais e regionais no processo de governação. Por outro lado, a experiência acumulada das últimas décadas em diversos países da Europa revelou novas modalidades de associação das instâncias locais e regionais ao processo de decisão pública, e que podem ser avaliadas e aprofundadas. Existem muitas soluções para

adequar as políticas de base nacional aos novos contextos de globalização, por um lado, e de localismo, por outro.
Arriscar-me-ei a dizer, a este propósito, que as mudanças em curso exigem de nós acima de tudo que tenhamos presente as exigências da democracia. Em última análise o que há que defender é a participação dos cidadãos na definição das políticas, e, nesse sentido, há certamente adequações importantes a promover.
A internacionalização das economias e o policentrismo das sociedades introduziu uma complexidade acrescida na vida dos povos. É então indispensável que os governos e os Estados nacionais aperfeiçoem alguns instrumentos da sua intervenção, tornando claros os novos compromissos públicos a que se obrigam, isto é, os próprios fundamentos da sua legitimidade democrática.
Havendo, além disso, novas exigências de adequação das políticas às condições concretas de base local e regional em que decorre a vida dos cidadãos, importa saber encontrar instrumentos de acção descentralizados, e que não prescindam igualmente de uma base de legitimação clara.
Conseguir um equilíbrio flexível entre acção governativa do poder central e das instâncias da administração pública local e regional parece-me ser uma das chaves para uma política adequada às dinâmicas de mundialização e de integração supranacional com que estamos confrontados.
Trata-se, por um lado, de dar corpo a destinos e projectos colectivos que o Estado-Nação foi, é, e será capaz de definir melhor do que qualquer outra instância. E trata-se, por outro, de saber catalisar iniciativas, conhecimento sobre as situações concretas, e energias colectivas que as populações, nos seus espaços vitais e de afirmação identitária, vão elegendo como estratégias concretas de desenvolvimento.
Um exemplo: o binómio centralização/descentralização nas políticas sociais.

Gostaria de concretizar este ponto de vista, invocando o caso das políticas sociais que hão-de enfrentar as novas desigualdades que decorrem precisamente das novas condições da concorrência económica.

De facto, a coesão social sofre o efeito perturbador de factores que directa ou indirectamente resultam de pressões competitivas da economia internacional.

Refiro, a propósito, e apenas para ilustrar o essencial, a desestabilização imposta às estruturas económicas nacionais pelas lógicas de um mercado financeiro escassamente regulado e condicionado por movimentos eminentemente especulativos. E assinalo, por outro lado, a ameaça de deslocalização que perturba tão seriamente o horizonte existencial de tantos cidadãos, incluindo parte significativa das gerações mais jovens.

Cabe aos governos nacionais, neste contexto, uma missão fundamental: a de adequarem com oportunidade e rigor as suas políticas económico-sociais, incluindo as que mais directamente influenciam o emprego e as que pugnam pela reinserção social de cidadãos marginalizados pelo rigor da competitividade.

O que se tem verificado, entretanto, é que algumas das fórmulas mais inovadoras em matéria de combate ao desemprego, à pobreza, aos círculos viciosos do subdesenvolvimento têm sido desenhadas e levadas a cabo por instâncias descentralizadas da Administração Pública, muitas vezes, aliás, em parceria com actores colectivos da sociedade civil.

Quase insensivelmente, o velho Estado de Bem-estar foi sendo realimentado e renovado por iniciativas de âmbito local e regional, e dando lugar a redes de protecção social de tipo novo, cuja vitalidade resulta em grande parte de acolherem, mais genuinamente do que outrora, a própria participação dos cidadãos implicados.

Outros contributos positivos da descentralização para a modernização e eficácia das políticas públicas.

Outro bom exemplo das virtualidades de uma articulação sensata entre a acção do Estado Central e da Administração Pública descentralizada diz respeito aos problemas da dinamização económica e ordenamento do território, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Estão, hoje, felizmente, ultrapassados os modelos centralistas de planeamento do desenvolvimento regional. Verificou-se, na verdade, que eles foram demasiadas vezes responsáveis pela criação ou agravamento de injustas assimetrias regionais, que nem sempre souberam respeitar equilíbrios ambientais, que raras vezes se preocuparam, como se impunha, com a preservação de patrimónios culturais e arquitectónicos riquíssimos.

A inflexão das estratégias de desenvolvimento regional no sentido de um maior envolvimento e participação das populações e dos seus eleitos locais e regionais tem permitido dar outra autenticidade, eficácia e sentido de equidade social às intervenções para o desenvolvimento.

Este retorno ao território, ao local, não está, ele próprio, isento de dificuldades — e a maior delas será, por certo, a de poder implicar alguma perda de eficiência, por adiamento de investimentos estruturantes de âmbito supra-regional, pelo emergir de corporativismos e regionalismos de vistas curtas, por ausência de escala de actuação adequada.

E aqui está como, também neste caso, volta a impor-se a obtenção de equilíbrios entre práticas descentralizadoras e a intervenção reguladora e orientadora do poder central.

Termino, afirmando a minha convicção de que o aperfeiçoamento de tais equilíbrios constituirá no futuro uma peça-chave da gestão da complexidade imposta pela crescente globalização das actividades económicas e dos modos de vida.

Estou certo, além disso, que este é um domínio em que as potencialidades das novas tecnologias da informação e da comunicação mais eficazmente poderão ser colocadas ao serviço dos cidadãos, e de cidadãos cada vez mais conscientes e participativos. Eis uma razão mais para reflectirmos com profundidade sobre o tema da descentralização política em contexto democrático.
É um tema que tanto importa ao Estado, e à sua eficiência, como aos cidadãos, e à sua participação na vida colectiva.

Inauguração da Nova Pista do Aeroporto da Madeira

Funchal
15 de Setembro de 2000

A inauguração das obras do Aeroporto da Madeira assinala a conclusão de um empreendimento de grande impacte para a Região Autónoma e para o país.

A ampliação deste Aeroporto, conferindo-lhe uma capacidade intercontinental, correspondia a uma necessidade imperiosa, reconhecida, quer pelo Governo Regional, quer pelo governo da República, como condição essencial de desenvolvimento.

A dimensão do investimento necessário tornou imprescindível a conjugação de recursos financeiros oriundos de fundos europeus, dos orçamentos de Estado e da Região, bem como de fundos próprios da Empresa ANA, Aeroportos de Portugal.

Esta é por isso uma obra que resulta de um conjunto de princípios que me apraz sublinhar.

Primeiro, o de uma visão estratégica para o desenvolvimento do país. O governo regional e o governo da República identificaram uma necessidade da qual dependia a continuidade e o reforço das capacidades de desenvolvimento económico e social da Madeira. Fizeram-no atempadamente e realizaram-na em tempo oportuno, aproveitando as circunstâncias de que o país dispunha, fruto da disponibilidade de fundos europeus e de um ciclo longo de crescimento económico. Na vida dos países, um dos piores erros que se podem cometer é o de não se ser capaz de identificar as prioridades de investimento de que depende o futuro colectivo e as oportunidades que as conjunturas expansionistas oferecem.

Sublinho, em segundo lugar, o princípio das solidariedades institucional e territorial como condição indispensável da coesão nacional. Os governos devem manter uma atenção constante e ter claramente identificadas as necessidades prioritárias para o desenvolvimento das diversas parcelas do território.
Só assim se pode assegurar a coesão do todo nacional. Não se pense que o facto de Portugal ser um país pequeno e culturalmente homogéneo lhe confere uma unidade natural e espontânea. Pelo contrário, as assimetrias existem e ameaçam a coesão, pelo que exigem um combate permanente. A construção da unidade de um país é um trabalho permanente e uma responsabilidade indeclinável de cada geração.
A desatenção ao desenvolvimento equilibrado do país pode dar origem, goste-se ou não da expressão, a regionalismos e localismos exacerbados, tensões entre as diversas partes do todo nacional e entre estas e o poder central, que passa, nestes casos, a ser visto não como um referencial de equidade e um garante da solidariedade nacional, mas como um factor de desigualdade. Esta não é uma questão menor. Consciente da dimensão deste problema, tenho-lhe dedicado uma atenção constante, porque reconheço que neste domínio não se pode perder tempo que é sempre difícil de recuperar.
Em terceiro lugar sublinho o princípio da estabilidade e continuidade nas opções estratégicas fundamentais para o país. Esta obra atravessa vários actos eleitorais e diversos governos, de partidos distintos. Todos souberam honrar compromissos assumidos como compromissos nacionais.
Refiro este facto para sublinhar a importância que tem para Portugal este princípio segundo o qual o desenvolvimento reclama continuidade das principais opções estratégicas. Importa por isso que, independentemente das naturais divergências entre os

partidos e dos seus programas e iniciativas distintos, permaneça sempre em aberto a capacidade de eles concertarem entre si as grandes linhas mestras de que depende o nosso futuro colectivo. Sei que essa nem sempre é tarefa fácil. Mas foi essencial para a consolidação do regime democrático a seguir ao 25 de Abril e continua hoje a sê-lo para ultrapassar os desafios que temos perante nós.

A Democracia portuguesa precisa sempre de dispor de partidos políticos fortalecidos e acreditados aos olhos do eleitorado, capazes de gerar opções credíveis, de avaliar em cada momento as condições de governabilidade do país e de contribuir positivamente para ela, num quadro de compatibilização com os seus interesses e objectivos próprios.

Reconheço que vivemos um momento singular, perante o qual cada um de nós tem responsabilidades próprias. As minhas são inquestionavelmente perante os portugueses no seu todo, porque na necessária isenção desta magistratura não podem caber considerações partidárias. Como tem acontecido todos os anos, à apresentação do Orçamento de Estado na Assembleia da República corresponderá um diálogo alargado tendo em vista a sua votação. Como sempre, é preciso dar espaço para esse diálogo no quadro parlamentar, procurando que ele se desenrole sem dramatismos, e com os vários interlocutores possíveis e disponíveis.

As nossas instituições democráticas funcionam e compete-nos, na pluralidade das nossas convicções, credibilizá-las todos os dias na acção política.

A evolução das conjunturas política e económica em todas as suas vertentes, em especial a externa, mostram a complexidade das condições de governabilidade do país. O tema da estabilidade e da governabilidade políticas está de novo colocado em muitos

países europeus e também perante nós. Entendo por isso que é cada vez mais necessário assegurá-las. Precisamos de mobilizar esforços e energias, construir consensos e fazer concertação política e social que consolide o nosso apertado percurso estratégico neste mundo globalizado. Só assim, em minha opinião, se continuarão a assegurar as condições de desenvolvimento que permitam a melhoria do bem-estar dos portugueses, a correcção das assimetrias regionais, e a realização de obras infra-estruturais como esta que nos reúne hoje aqui.

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A circunstância da inauguração de um Aeroporto pouco mais consentiria do que palavras de circunstância e votos de pleno sucesso para o aproveitamento das potencialidades geradas por este empreendimento. Permiti-me, todavia, extrapolar os princípios em que assentou o esforço de realização desta obra, para problemas nacionais que dependem da aplicação rigorosa desses mesmos princípios.

Antes de terminar devo, porém, fazer justiça ao empenhamento daqueles de que dependeu esta obra notável. Aos primeiros-ministros e ministros da Obras Públicas dos governos do PSD e do PS que tornaram possível esta realização. Ao Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim pelo empenho persistente na viabilidade de uma obra decisiva para a Região.

Às empresas envolvidas de concepção, de gestão de projecto, de construção civil, etc., à ANA, Aeroportos de Portugal e à ANAM, Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira e naturalmente aos milhares de trabalhadores que ao longo dos anos transformaram em realidade este projecto, que dignifica as capacidades técnicas e empresariais portuguesas.

Esta é, sem dúvida, uma grande realização da engenharia portuguesa que se integra e projecta no futuro uma tradição de grande qualidade da nossa engenharia que há muito ultrapassou fronteiras.
Do contributo de todos nasceu esta obra que ficará como mais um símbolo material do Portugal moderno de que todos nos orgulhamos.

Sessão de Abertura do V Congresso das Comunidades Madeirenses

Funchal
16 de Setembro de 2000

Agradeço o convite para a sessão de abertura do Congresso das Comunidades Madeirenses e começo por saudar todos os emigrantes aqui presentes. Mas deixem-me saudar de uma forma especial os que vieram da Venezuela e pedir-lhes que transmitam aos vossos compatriotas nesse país a nossa solidariedade e os votos para que a sua situação possa melhorar, com a concretização de medidas de apoio decididas pelas autoridades portuguesas.

É com todo o gosto que participo nesta iniciativa. Por três motivos fundamentais, a que me vou referir nesta breve intervenção:

Primeiro motivo — quero prestar homenagem aos emigrantes madeirenses e, por seu intermédio, aos emigrantes portugueses.

A diáspora é uma realidade da nossa história. A emigração é sem dúvida um aspecto estrutural da nossa história, e, muito especialmente, da nossa história contemporânea. Teve implicações profundas no nosso país, tanto no plano económico como social, tanto no plano cultural como na vida e nos sentimentos colectivos.

Não tenho uma visão heróica, nem miserabilista, da emigração portuguesa. O que tenho é respeito. Respeito pelas razões e pelos sonhos que levaram os emigrantes a sair, pelas dificuldades que tiveram de enfrentar. Respeito também pela vontade sempre afirmada de manter uma relação viva com a pátria, até de para ela voltar um dia, se possível.

A Madeira tem sido, ao longo dos tempos, uma das regiões portuguesas onde a emigração tem tido uma presença mais importante.
De facto, entre os traços de identidade da Madeira tanto encontramos a insularidade, que nalguns aspectos significou isolamento, como a partida para outras paragens, o que por seu turno significou contacto com outros povos e abertura a outras culturas.
É este imenso património de resistência às adversidades, de determinação em melhorar, de afirmação de valores fortes (como o da predisposição para vencer desafios e do diálogo com culturas diferentes e o do sentimento das raízes que ficaram longe) que eu quero homenagear.
Não é um gesto isolado. O Estado português tem por diversas formas reconhecido o papel dos emigrantes, e a Madeira e os seus órgãos de governo próprio sempre estiveram na primeira linha desse reconhecimento.
Segundo motivo — quero exortar-vos à participação cívica nos países que vos acolheram, como forma de valorizar a vossa presença na sociedade em que estão inseridos.
Tenho feito este apelo nos diversos países da Europa e do Mundo em que me encontrei com comunidades portuguesas. Trata-se, no fundo, de um apelo para que continuem a vossa batalha pela dignificação das vossas famílias, designadamente dos vossos filhos, com um sentido de responsabilidade próprio dos novos tempos, deste século global.
Creio que neste aspecto muito tem sido feito pelos Governos da República, no sentido de proteger os emigrantes, melhorar a informação disponível e tornar mais simples e expedito o acesso aos nossos serviços consulares e mais eficiente a sua actuação. Em boa medida, essa eficácia depende do prestígio alcançado por

Portugal no plano externo, e a esse prestígio não é alheio também o comportamento e atitude dos emigrantes.
Terceiro motivo — quero pôr em destaque precisamente este ponto: o exercício pleno dos direitos de cidadania por parte dos emigrantes nos países onde trabalham é um objectivo mobilizador. Durante décadas, o problema da emigração foi sobretudo encarado em Portugal como um problema interno, com algumas vantagens, digamos assim, domésticas. Hoje, os problemas da emigração têm que ser vistos no contexto das relações externas que os portugueses souberam criar e sedimentar. Tanto num sentido como no outro. Isto é tanto no sentido em que uma forte posição portuguesa no plano externo é favorável aos nossos emigrantes, como no sentido de que uma posição forte das comunidades emigrantes portuguesas é favorável ao estatuto internacional do nosso país.
Repare-se, por exemplo, no seguinte. O estatuto internacional de Portugal foi decisivo, por exemplo, na questão que há cerca de um ano vivemos com grande intensidade: Timor. A extraordinária mobilização que a causa timorense então provocou entre comunidades emigrantes portuguesas também não deve ser menorizada. A persistência da emigração, os quantitativos de emigrantes, a variedade dos destinos daqueles que emigraram fizeram da emigração portuguesa um facto relevante não apenas para Portugal, mas também para muitos dos países onde residem e trabalham emigrantes portugueses.
Reforçar e aprofundar esse contributo, também no plano da participação na vida colectiva do país de destino é pois fundamental, e com ele é Portugal no seu conjunto que se valoriza e projecta no mundo.
Quero por fim também regozijar-me convosco pela inauguração do novo aeroporto da Madeira e partilhar convosco as expecta-

tivas por esta obra, que abre novas possibilidades às ligações internacionais da Madeira, designadamente às ligações intercontinentais.
Este aeroporto vai aproximar a Madeira do resto do mundo, e das suas comunidades também. Por isso a realização deste Congresso, nesta ocasião, é tão oportuna.
Quero igualmente saudar a organização, todos os participantes, e desejar-vos as maiores felicidades tanto nos trabalhos deste Congresso como nas vossas vidas pessoais.
Muito obrigado pelo que têm feito por Portugal!

Sessão Solene
na Câmara Municipal de Viseu
Viseu
9 de Outubro de 2000

Dando neste momento início às comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, quero começar por saudar Viseu, agradecer a disponibilidade e o carinho que a população e as mais diversas instituições têm prestado ao conjunto de iniciativas que ficam a assinalar esta data, no ano 2000. A todas sobreleva a Câmara Municipal, cuja proposta para acolher as comemorações foi feita em termos praticamente irrecusáveis, e que se não poupou a esforços para conferir a maior dignidade às cerimónias que irão decorrer na cidade de Viseu. Quero pois publicamente manifestar a V. Ex.ª, Senhor Presidente da Câmara, a expressão do meu reconhecimento, a qual é extensiva a todos os vereadores e colaboradores do município. Não esqueço também, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o órgão a que preside, que, que na pluralidade que lhe é própria, conferiu aos passos fundamentais da decisão de aqui estarmos o indispensável consenso político.

Creiam que é com o maior gosto que me encontro hoje em Viseu. Permita-me Senhor Presidente, Minhas Senhoras e meus Senhores, que convoque neste momento a minha própria experiência de observador desta cidade e desta região, cujo percurso tenho podido verificar por vezes de bem perto. Como sucedeu a outras regiões do país, marcadas por uma forte ruralidade, sofreu transformações profundas nas ultimas três décadas. Depois do êxodo migratório — que levou braços destas terras para outras para-

gens, não só de Portugal como da Europa da América e da África, e que empurrou para a desertificação muitos núcleos populacionais, Viseu aplicou-se de forma determinada a inverter a situação de isolamento e quase paralisia económica. Recorreu a uma multiplicidade de meios — da melhoria de comunicações à valorização do património cultural, do investimento industrial à terciarização, da qualificação da mão-de-obra à modernização da agricultura, nomeadamente da vitivinicultura, da organização de um sector de ensino superior à implantação dos novos domínios da produção imaterial. Em suma, Viseu deu combate à tendência para a perda de efectivos populacionais e para o envelhecimento da população, e, mantendo embora uma elevada percentagem de população agrícola, a indústria e os serviços atingiram uma notável projecção.

A urbanização deu um salto e a cidade modernizou-se, assegurando um padrão de qualidade de vida aos seus residentes muito atractivo. No interior do País, o caso de Viseu tornou-se exemplar: uma cidade aberta ao exterior, que adquire uma centralidade própria, um dinamismo surpreendente.

Estamos assim chegados ao primeiro tema que gostaria hoje de enunciar: a necessidade de olharmos para as nossas cidades como centros vitais do nosso desenvolvimento actual e futuro. Reconhecendo o lugar eminente que a resposta aos problemas das cidades deve ocupar nas políticas públicas em Portugal, é fundamental que o sistema urbano se fortaleça mais e se articule melhor.

A urbanização cresceu rapidamente nas últimas décadas em Portugal e o dinamismo urbano tornou-se o principal factor de estruturação do território.

Mas os desequilíbrios sociais resultantes da aceleração da urbanização, e os impactos da concentração urbana sobre os recursos

patrimoniais e paisagísticos trouxeram a primeiro plano uma problemática urbana múltipla e complexa.
As políticas urbanas tem de ser capazes de corrigir e qualificar o ordenamento das cidades e aprofundar as suas faculdades de integração cultural e social.
Três grande desafios enfrentam as políticas urbanas no nosso País.
Em primeiro lugar, o desafio da competitividade. Trata-se aqui de dar ao sistema urbano os meios necessários ao papel insubstituível que as cidades têm no desenvolvimento dos seus territórios, quer esses meios sejam da ordem das infra-estruturas, quer sejam da ordem do imaterial. Mas trata-se também — e este aspecto é porventura tão decisivo — de reconhecer que a intensidade dos processos de mundialização, num contexto de forte desregulação dos mercados, torna mais difícil ser competitivo por si só, individualmente.
É por isso que se torna necessário pensar e falar cada vez mais em redes de cidades, em formas de complementaridade, em coordenação de recursos e de estratégias.
O segundo desafio é o da coesão. Coesão quer aqui dizer capacidade de resposta à mobilidade das pessoas, qualidade de vida, segurança, emprego e qualidade de emprego, justiça na cidade. Quer dizer respeito pela diferença e eliminação dos factores de exclusão, das barreiras entre grupos e entre indivíduos, ou seja humanização da vida urbana.
O terceiro desafio é precisamente o da cidadania. Ou seja, o da afirmação plena dos valores duma sociedade plural, onde a legitimidade da representação política ande a par de outras formas de expressão participativa da vontade popular. A cidade tem que ser o espaço privilegiado dos cidadãos, numa altura em que cada vez mais a participação cívica se enraíza na experiência do quotidiano.

Há um debate em curso sobre o modelo institucional que melhor se ajusta a esses desafios. Não nego a pertinência dessa discussão, até porque o Estado português perdeu o impulso descentralizador e o poder local parece ter esgotado o patamar das suas capacidades de gestão no âmbito das competências e meios atribuídos.
Não será demais insistir neste ponto.
É necessário avançar de forma decidida para um novo patamar de desconcentração e descentralização administrativa. Há que fazê-lo com envolvimento das autarquias locais e no mais escrupuloso cumprimento do resultado político da consulta já realizada ao eleitorado.
Senhor Presidente,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Com isto, eis-me chegado ao segundo tema desta intervenção: a reforma do Estado, enquanto parte essencial da preocupação em melhorar os processos de decisão pública. Trata-se de um tema que está hoje no centro da reflexão política em toda a Europa, onde se reconhece que a mundialização, por um lado, e as desigualdades e processos de exclusão social, por outro, se traduziram em complexidades e dificuldades, sem paralelo no passado.
Alguns dos problemas que em Portugal enfrentamos, estão identificados. O Estado é fraco na defesa do interesse colectivo em face dos grupos de interesses organizados, quando devia ser forte.
A capacidade de controlo e regulação, indispensável para promover a equidade e defender o interesse público não é satisfatória.
Por outro lado, os sectores mais inovadores da economia e da sociedade esbarram contra o obstáculo constituído por um Estado pesado e lento, onde a burocracia domina.
Tenho também entendido que se justifica interpelar o sistema político, até porque a decisão pública, é sempre uma decisão

política. E de facto, sentimos muitas vezes que o sistema político parece não apenas longe de expectativas dos cidadãos e dos mecanismos da sociedade, mas também alheado da emergência das novas problemáticas que a sociedade e a cultura reflectem mais depressa. As consequências dessa distância, ou indiferença perante parece reflectir-se, por exemplo, no modo como os jovens vêm a política e com ela se relacionam.

Estabeleceu-se na relação sociedade civil — Estado um círculo vicioso que é preciso romper.

A sociedade civil parece pouco apta a exprimir aspirações de autonomia e comunicação face ao Estado, cujas prioridades e formas de intervenção são, por sua vez, pouco estimulantes a uma abertura da sociedade.

Finalmente, o sistema político não promove um debate público vivo, participado, estimulante. Pelo contrário, o debate é muitas vezes fechado, pouco permeável ao quotidiano dos cidadãos, e desenrola-se em termos que não mobilizam a opinião pública, tudo isso favorecendo a impressão de que a decisão resulta exterior àqueles a quem efectivamente se dirige.

Ora o processo de decisão é, como se costuma dizer, tão importante como a decisão propriamente dita. Sem debate público vivo, sem diagnósticos precisos e atempadamente partilhados, sem informação técnica rigorosa, como esperar que a comunidade partilhe também os riscos das decisões que sempre antecipam alguma coisa do futuro e da incerteza que lhe está sempre associada?

Estou profundamente convencido que este combate pela reforma do sistema político é crucial.

Por isso me tenho empenhado nele e vou continuar a insistir na necessidade de mudanças que permitam adoptar decisões mais rápidas e capazes de antecipar os problemas, associar mais parcei-

ros ao processo de decisão e contribuir para ampliar a capacidade de reflexão crítica da sociedade.
Senhor Presidente da Câmara,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Comecei esta intervenção pelo tema das cidades, a propósito de Viseu. A ambos, quero voltar, para uma última palavra.
Creio que todos concordarão que a tarefa que se nos coloca é transformar as cidades numa fonte de oportunidades, de identidades, de cultura cívica, isto é redescobrir a função histórica dos espaços urbanos.
Percebe-se que em Viseu este encargo está aceite e que, na pluralidade das perspectivas que certamente aqui se confrontam, há uma agenda de preocupações partilhadas. Quero, a este propósito, salientar que o futuro em construção se alimenta, em Viseu, de uma sólida e brilhante tradição cultural.
Correndo o risco de pecar por defeito, não posso esquecer neste momento quatro grandes figuras da cultura portuguesa com ligações ao território de Viseu: o pintor Grão Vasco, o antropólogo Leite de Vasconcelos, o escritor Aquilino Ribeiro, a figura ímpar de gestor cultural que foi Azeredo Perdigão. Na sua diversidade de áreas de criação e de intervenção, e na diversidade de tempos históricos que viveram, eles testemunham de forma eloquente a força de uma identidade que também expressaram e ajudaram a construir.
Ter orgulho no que fomos pode representar um valor de futuro. Nas realizações em que projectamos o que de melhor pudemos e soubemos, encontramos inspiração e ânimo para novos desafios. Sabemos que a encruzilhada é apertada e o espaço para a afirmação de Portugal e dos portugueses não está garantido para todo o sempre. Mas há uma história em que nos reconhecemos e homens — como aqueles viseenses — cuja projecção nos honra.

Digamos então que só nós podemos garantir esse futuro, com o nosso trabalho e com a nossa inteligência, com a nossa determinação, e, atrevo-me até a dizer, com a capacidade de superarmos os nossos próprios limites.

Sessão de Abertura do I Congresso da Ordem dos Arquitectos

Évora
26 de Outubro de 2000

Quero começar por expressar a minha satisfação pela oportunidade que tenho em presidir ao primeiro Congresso da Ordem dos Arquitectos, realizado na bela cidade de Évora — Património da Humanidade — impregnada de história, em cada uma das suas ruas e praças. É uma das cidades em que o urbanismo e a arquitectura se traduzem num lugar único construído ao longo dos séculos e que nos cumpre preservar e tornar apto para a vida contemporânea, demonstrando capacidade de encarar o futuro sem renunciar ao passado.

A minha presença neste congresso assume um significado especial, pelo valor que atribuo ao longo percurso que a classe dos Arquitectos teve de fazer, desde o célebre I Congresso dos Arquitectos Portugueses, em finais dos anos 40, em que se procurou discutir uma actividade profissional e o lugar da arquitectura e dos arquitectos na sociedade portuguesa, subvertendo os modelos da propaganda oficial.

Ao fim dum longo processo, a Associação dos Arquitectos, transformou-se em Ordem, já no ano de 1998.

O grande passo dado representa o reconhecimento que a arquitectura e os arquitectos têm alcançado e isto é essencial para responderem aos desafios que se colocam à sociedade contemporânea, nomeadamente às questões que se põem quando se trata do espaço urbano. As reivindicações e a reflexão sobre estas matérias são essenciais para que se chegue a conclusões que se possam traduzir em alte-

rações qualitativas, independentes de interesses particulares ou de grupos.
Por outro lado, a temática escolhida para este I Congresso, *Humanizar a Cidade e o Território*, é-me particularmente cara, pois liga-se ao tema da «Cidadania e Arquitectura». Estas são questões nas quais me tenho envolvido, passaram a ser transversais.
Nesse sentido, o vosso Congresso terá concerteza, continuidade e aprofundamento sério, sem o qual, esta reunião perderá muito da sua justificação ou finalidade. Sei que é o que vai acontecer, pois a classe dos arquitectos sempre deu em Portugal sintomas de vitalidade e tem demonstrado uma consciência crítica e grande capacidade de inovação.
É sobretudo nas questões da função social da arquitectura que quero aproveitar este ensejo para tecer algumas considerações, à luz do momento actual, num Mundo em evolução acelerada. Se a sociedade actual vem criando novas necessidades, novos costumes, novas formas de vivência e novos desafios ao Homem, que é o centro da criação arquitectónica — o resultado desta evolução, exige um repensar permanente da própria função da arquitectura no futuro.
A evolução dos critérios e métodos urbanísticos e as exigências da sociedade tecnológica vêm obrigando à introdução de novas funções e à alteração de características construtivas dos edifícios. Por estes motivos, os novos desafios que se colocam à Arquitectura e à sua prática são fundamentais para uma desejada qualificação e humanização do espaço, seja ele urbano ou rural. A arquitectura é o rosto e o bilhete de identidade duma cidade, representando qualquer intervenção uma questão artística e técnica, mas igualmente uma questão ética, social e, sem dúvida, cultural.

A situação em Portugal, como aqui se pretende pôr em evidência, está nalguns aspectos, ainda longe do desejável, seja pelo panorama que o edificado nos oferece, como lá se chegou e porquê, seja pela ainda escassa, mas cada vez mais necessária, participação dos cidadãos na programação e realização das obras. A Arquitectura e a sua prática deve e merece ser apreciada e discutida por todos, pelos arquitectos e pelos destinatários das suas obras.

É cada vez mais evidente a importância das políticas sobre os solos, as expropriações, os promotores, a especulação imobiliária e as vastas querelas sobre as áreas expectantes.

Como é afirmado, o tema deste congresso «coloca à profissão um urgente desafio, face à situação de desordem que continua a alastrar à nossa volta». Estamos, portanto, perante uma oportunidade a não perder! A modernização e evolução de Portugal depende também da arquitectura que se faz e da melhoria da nossa paisagem urbana.

É necessário saber definir estratégias voltadas para o futuro, com a participação de todas as gerações de arquitectos, especialmente os jovens recém-formados, apostar na diversificação e especialização das áreas da actividade arquitectónica e no alargamento do contributo que os arquitectos podem dar numa sociedade moderna, que não se restringe à arquitectura propriamente dita. Basta lembrar toda a nova temática social nas periferias e na gestão e produção de novos conteúdos programáticos.

Matérias como o Planeamento, o Ordenamento do Território, o Restauro, o Urbanismo, o Ensino, a Direcção de Obras, a Construção, ou mesmo a Economia, precisam do contributo dos arquitectos, da mesma forma que os arquitectos necessitam para, qualificar o seu trabalho, de atender ao contributo de especialistas.

O poder local é um dos intervenientes mais importantes na questão da arquitectura. A sua acção directa e indirecta sobre o espaço edificado é fulcral na construção do quadro físico e do futuro da sociedade. A articulação entre as autarquias e os arquitectos deve ser feita na lógica de um desenvolvimento e de uma requalificação urbana mais humanizada.
Um poder local forte, assente em programas eleitorais claros com as apostas dos candidatos e dos partidos, sobre as matérias que dizem respeito ao ambiente, ao urbanismo, à arquitectura, em suma, à paisagem urbana, evitará as soluções casuísticas, em PDMs, em planos regionais de primeira e segunda gerações.
É necessário garantir o direito à arquitectura para todos os cidadãos, como forma de promoção da qualidade de vida, mas é igualmente imperioso que os cidadãos, as suas organizações e órgãos representativos se tornem interlocutores válidos, com um papel verdadeiramente insubstituível e determinante no resultado dos projectos e obras, sejam elas de construção nova, ou de simples beneficiação ou restauro. Desta maneira estaremos a fazer uma pedagogia, de duplo sentido.
A qualidade do resultado final depende substancialmente também do papel dos interlocutores dos arquitectos e potencia a capacidade técnica e artística do arquitecto, para que a obra cumpra eficazmente a sua função.
É por isso indispensável alargar a discussão da arquitectura e da sua humanização, promover o debate público sobre o que queremos e sobre a preparação do quadro físico do nosso futuro.
Precisamos de ter presente, como disse, a colaboração de disciplinas como o Urbanismo, o Planeamento, a Sociologia, a Engenharia, as Artes Plásticas, a Psicologia, a Matemática e até a Filosofia, de modo a assegurar o equilíbrio entre o Homem, o seu meio e a Natureza.

Sabemos que a valorização e a promoção da qualidade da arquitectura estará certamente no equilíbrio da resposta a todas as questões de interdisciplinaridade que se lhe colocam.
O I Congresso da Ordem dos Arquitectos será mais uma oportunidade para um novo início — um novo Começar, como diria Almada Negreiros.
Termino saudando vivamente os órgãos directivos da Ordem dos Arquitectos, na pessoa da sua Presidente, a Arq. Olga Quintanilha.
Felicito o Senhor Presidente da Câmara de Évora, que ao associar-se a esta iniciativa deu um sinal e um precioso contributo da sua cidade, onde a arquitectura representa um dos principais tesouros.
A todos os congressistas que participam activamente neste I Congresso desejo bom trabalho, na certeza de que este será histórico para a Ordem dos Arquitectos. Muito obrigado por me terem associado a este dia. Tenho aprendido sempre com muitos de vós ao longa da vida e estou seguro que assim continuará a ser.

CAPÍTULO VI

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

«Tenho assumido a educação como o sector mais determinante para o futuro dos portugueses. A consciência dos prejuízos para a democracia, a economia e a cultura resultantes dos atrasos que o sector da educação apresentou durante décadas, tem-me levado a defender persistentemente a necessidade de concentrar esforços para prosseguir no caminho da democratização do acesso e para investir na qualidade.»

Visita ao Instituto Politécnico de Castelo Branco

Castelo Branco
13 de Abril de 2000

Quero felicitar os responsáveis pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco, pelo trabalho que vêm realizando.

A minha deslocação a esta instituição insere-se no quadro da iniciativa temática dedicada ao ensino superior. Tenho ouvido, em vários momentos, os principais responsáveis e alunos das instituições de ensino público e privado e tenho visitado universidades e institutos politécnicos.

É meu objectivo acentuar a importância do ensino superior para a realização das pessoas e para o desenvolvimento do país e das suas regiões. Sabemos como a educação e a formação são hoje, e cada vez mais, sectores decisivos para o futuro.

Pretendo realçar o esforço nacional de crescimento deste sector, sem paralelo noutros países da OCDE, e quero conhecer e valorizar inovações positivas em curso. Não podemos nem devemos ignorar todo o caminho percorrido.

Considero que vivemos um tempo de balanço em que é necessário conhecer o que temos, as dificuldades e erros dos percursos efectuados, para o que devemos avaliar situações, e repensar ritmos e formas de crescimento.

A primeira parte da minha intervenção será dedicada ao ensino superior politécnico, cuja realidade pretendo conhecer melhor. Permitam-me que partilhe convosco algumas preocupações e vos coloque algumas questões e desafios sobre este sector que representa cerca de um terço do ensino superior público.

A sua criação, em finais da década de 70, dando em parte continuidade a estudos e projectos anteriores, abriu novas possibilidades de expansão e desenvolvimento ao ensino superior. Parece-me justo sublinhar o esforço e exigência então colocados ao nível da construção e reconversão de espaços, da aquisição de equipamentos e da formação de um corpo docente próprio.

A instituição em que nos encontramos ilustra bem esse esforço. Gostaria de salientar quatro aspectos que constituem em minha opinião contributos do ensino politécnico para o desenvolvimento do ensino superior.

1 — O primeiro aspecto diz respeito ao desenvolvimento de novas estratégias curriculares traduzindo preocupações de formação profissional e ligação ao mundo do trabalho. Em encontros que tenho mantido com empresários ouvi frequentes elogios a estas formações, designadamente nos domínios das técnicas e das tecnologias. Os dados disponíveis mostram que os diplomas do ensino politécnico têm maiores níveis de empregabilidade. É importante avaliar e prosseguir a construção de novos modelos curriculares mais motivadores para os jovens, e que não ignorem as exigências da formação cultural e cívica.

As inovações desenvolvidas neste sub-sistema de ensino superior são hoje cada vez mais assumidas também por instituições de ensino universitário.

2 — O segundo contributo prende-se com o reforço de algumas áreas de formação que encontram no ensino politécnico novas possibilidades de afirmação com especial destaque para o ensino das artes, das tecnologias, da gestão, da agricultura, da saúde e da formação de professores. São áreas de formação essenciais ao desenvolvimento económico, social e cultural do

país, que poderão contribuir para a fixação de quadros no interior.
Tive hoje a oportunidade de visitar as escolas superiores de Educação, de Artes Aplicadas e Agrária, que exercem a sua actividade em sectores essenciais ao desenvolvimento do país. Conheci também os projectos da Escola Superior de Gestão e da área da saúde. Foi com muito agrado que me inteirei das vossas interessantes e pertinentes iniciativas.
Permitam-me que me refira em particular ao ensino superior artístico, cuja relevância poderá ser grande, nesta região.
Com efeito, apostar na arte e na cultura é contribuir não só para o progresso económico mas também para o equilíbrio social e para a realização das pessoas.
É grato verificar o alargamento do ensino superior artístico concentrado durante décadas em Lisboa e no Porto, a outras regiões do país. O contributo do ensino politécnico para o reforço do ensino artístico pode ser muito importante.
Por outro lado:
3 — A existência de uma rede de âmbito nacional de formação superior, investigação e prestação de serviços constitui um terceiro contributo do ensino politécnico, essencial ao desenvolvimento das regiões e, em particular, ao interior do país.
4 — Em quarto lugar quero sublinhar o papel deste ensino na democratização do acesso ao ensino superior. Verificou-se com efeito a abertura a grupos de estudantes com um novo perfil sócio-económico, o que torna necessário o reforço de mudanças pedagógicas e culturais, bem como a definição de maiores apoios sociais e económicos.
Estes são aspectos em que o contributo do ensino politécnico tem sido muito significativo e que devem, a meu ver, merecer uma reflexão do conjunto do ensino superior.

No âmbito desta reflexão sobre o ensino superior politécnico gostaria de formular algumas questões para o debate:
Em que medida os pontos que referi constituem elementos de uma identidade que a evolução das instituições universitárias e politécnicas tem contribuído para atenuar?
Como evitar a desvalorização social da imagem do politécnico, contrastando com a satisfação que tenho encontrado nos seus alunos e com os pareceres positivos que dele fazem os empresários?
Como valorizar as experiências curriculares em curso?
Como promover a articulação entre instituições de ensino politécnico e universidades?
Como estabelecer o reconhecimento mútuo dos estudos realizados?
Na segunda parte desta intervenção, referir-me-ei à ligação entre o ensino superior e o desenvolvimento. Queria sublinhar dois aspectos que considero decisivos.
O primeiro aspecto diz respeito à relação entre o ensino superior e o mundo empresarial.
No âmbito de várias intervenções e chamadas de atenção sobre problemas fundamentais da sociedade portuguesa, em que privilegiei o contacto directo com experiências de terreno inovadoras, pude aperceber-me de avanços significativos que se vêm realizando em termos de cooperação entre instituições do ensino superior e actividades económico-empresariais locais e regionais.
Assim, e em especial durante as semanas que dediquei aos temas da inovação empresarial e do desenvolvimento do interior, tornou-se-me claro que, felizmente, está ultrapassada a fase em que, no nosso País, existia um divórcio absoluto entre instituições de ensino e investigação, por um lado, e vida empresarial, por outro.

Participei, recentemente em Aveiro, num encontro de trabalho entre universidade, empresários e autarcas no qual pude testemunhar uma evolução muito interessante.
É certo que as iniciativas ligadas a actividades de I&D no interior do tecido empresarial não têm ainda, globalmente, a expressão necessária e desejável. Parece ser verdade, por outro lado, que o grau de abertura das unidades de ensino superior à resolução de problemas das empresas continua, nalguns sectores e regiões, a ser bastante limitado.
De um modo geral, porém — e faço questão de insistir neste ponto —, considero que o País demonstrou, nos últimos anos, não haver qualquer incompatibilidade essencial entre os objectivos próprios das instituições de ensino superior e as exigências de desenvolvimento das actividades económicas.
São prova disso os resultados muito promissores alcançados em matéria de requalificação de certos produtos agrícolas, de concepção e certificação de procedimentos e produtos em indústrias transformadoras com grande impacte nas exportações, de difusão e utilização criteriosa de novas tecnologias de informação e comunicação em áreas decisivas da economia digital emergente, de criação de soluções técnicas que compatibilizem produtividade com bons níveis de qualidade ambiental — e a listagem podia, seguramente, ser alargada.
Julgo que, continuando nesta direcção, será possível, a curto prazo, alcançar patamares de muito maior exigência.
Permito-me, a tal propósito, lembrar que, a partir de iniciativas recentes de criação de redes de cooperação interempresarial com incidência regional, nacional ou mesmo supranacional, pode estar a constituir-se um espaço muito estimulante de expansão das ligações entre empresas e estabelecimentos de ensino superior.

Na verdade, revelando-se tais iniciativas particularmente favoráveis a intercâmbios institucionais de largo espectro e a fórmulas técnico-organizacionais afastadas dos modelos rígidos e compartimentados de outrora, talvez se possa concluir que, neste quadro, se abre, em termos da sempre almejada competitividade internacional, um leque de oportunidades para o conjunto das pequenas e médias empresas de algumas regiões do País que de nenhum modo devemos desprezar.

Seria importante que um tal movimento viesse acompanhado de melhorias significativas nas próprias condições de trabalho. Sabendo-se que Portugal tem, neste aspecto, défices muito penalizadores, bom seria que os empresários e as suas associações, os organismos da administração pública ligados à segurança e qualidade de vida nos locais de trabalho e, claro está, as Universidades e Institutos Politécnicos inscrevessem, nos seus programas de acção, linhas de actuação coordenada que permitissem ao País fazer dos saltos em capacidade tecnológica, outros tantos saltos em termos organizacionais e de condições de segurança, saúde e qualidade de vida nos locais de trabalho.

O segundo aspecto diz respeito ao apoio que o ensino superior poderá dar ao desenvolvimento regional.

Do meu ponto de vista, a ligação dos estabelecimentos de ensino superior aos problemas do desenvolvimento está longe de se reduzir ao mundo empresarial e do trabalho.

Desenvolvimento e, em particular, desenvolvimento regional, significam bem mais do que actividade económica dinâmica e tecido empresarial competitivo. Significam protecção do património ambiental e paisagístico; significam preservação de heranças culturais e símbolos de identidade colectiva; significam reabilitação criteriosa do património edificado; significam busca de qualidade de vida para as populações; significam combate contra vulnera-

bilidades sociais e formas injustas de desigualdade social; significam capacidade de integração dos que foram marginalizados.
Pois bem: haverá algum obstáculo de fundo impedindo que as escolas de ensino superior, seja das áreas científico-tecnológicas «duras», seja das ciências económicas e sociais, seja ainda das artes e humanidades, participem activamente em todas estas dimensões do desenvolvimento das regiões em que se inserem?
Penso que não. Quer através de fórmulas mais convencionais de estudo-diagnóstico das situações, quer através de propostas integradas de desenvolvimento local e regional, quer através da promoção de um debate rigoroso, sistemático e continuado sobre os problemas dos cidadãos, podem e devem as instituições de ensino superior participar activamente no desenho das estratégias de desenvolvimento do País.
Não se trata, obviamente, de defender que as instâncias de produção e difusão de saber se substituam aos órgãos de representação democrática das populações na resolução dos seus problemas. Não é isso, evidentemente, o que estou propondo. O que quero dizer é que me parece possível pensar em moldes alargados a função de prestação de serviços ou de ligação ao exterior das Universidades e Politécnicos, concebendo abertamente estas últimas como agências de desenvolvimento por excelência (e de excelência…).
Tivemos hoje a oportunidade de conhecer interessantes exemplos de colaboração com o exterior e apoio das Escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco ao desenvolvimento regional.
E não estou convencido que, com esta extensão do papel das instituições de ensino superior, se coloque em risco o exercício de outras das suas funções tradicionais: o ensino e a investigação de qualidade.
Admito mesmo que a renovação das metodologias de ensino, que parece indispensável para sacudir alguma desmotivação de

docentes e estudantes e resolver problemas como o insucesso escolar, poderia ser facilitada num quadro de actuação como o que acabo de desenhar.

Quanto à participação das Universidades e Politécnicos na formação ao longo da vida — uma linha de actuação que é urgente desenvolver numa sociedade de conhecimento e tendo em conta os atrasos existentes em Portugal neste domínio — é óbvio que ela só beneficiaria com a referida aproximação aos problemas de desenvolvimento concretos das regiões.

Vários estudos sobre a realidade social portuguesa indicam que o desenvolvimento de um conjunto de cidades de dimensão intermédia permitiram atenuar a intensidade das assimetrias inter-regionais de desenvolvimento no País, ainda que à custa, eventualmente, de um desequilíbrio intra-regional reforçado entre os centros urbanos e as respectivas periferias rurais. Considera-se, geralmente, que a criação de instituições de ensino superior teve papel decisivo nesse processo de desenvolvimento urbano, ao induzir ou fortalecer certas actividades económicas, ao estimular a criação de infra-estruturas e outros equipamentos sociais.

Durante esta visita tenho verificado com agrado os frutos positivos da excelente colaboração entre o Instituto Politécnico de Castelo Branco e as autarquias da região. Frutos esses traduzidos designadamente nos projectos de apoio ao desenvolvimento.

Ao terminar a minha intervenção, que pretendo que seja de estímulo às intervenções e debate que se seguem, gostaria de vos deixar ainda a seguinte questão:

Como poderão as universidades e institutos politécnicos, sem perder a sua identidade académica-científica, aumentar o seu papel como autênticos promotores do desenvolvimento cultural, social e económico?

Visita à Universidade do Minho

Braga
2 de Maio de 2000

Quero felicitar os responsáveis por esta instituição pelo excelente trabalho que vêm realizando e pelo importante esforço desenvolvido em prol da educação e da investigação científica. Permitam-me que aproveite a circunstância de me encontrar numa instituição cujo papel pioneiro na promoção da formação de professores e da investigação em educação é por todos reconhecido, para dedicar a primeira parte da minha intervenção ao desenvolvimento educativo do país.

Ao longo do meu mandato tenho assumido a educação como o sector mais determinante para o futuro dos portugueses. A consciência dos prejuízos para a democracia, a economia e a cultura resultantes dos atrasos que o sector da educação apresentou durante décadas, tem-me levado a defender persistentemente a necessidade de concentrar esforços para prosseguir no caminho da democratização do acesso e para investir na qualidade.

Considero meu dever sublinhar o extraordinário desenvolvimento deste sector verificado nas últimas décadas. Apesar do muito que há para realizar não devemos esquecer o caminho percorrido em todos os níveis da educação formal, que deve ser motivo de orgulho para todos.

Destacarei três mudanças que considero muito positivas e portadoras de esperança:

A primeira mudança diz respeito à capacidade de acolhimento de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar, aos ensinos

básico, secundário e superior. Esta evolução é particularmente sensível na educação pré-escolar e no 3.º ciclo do ensino básico, tendo-se registado aí um aumento das taxas de escolarização na ordem dos 27 % na última década. Também no ensino superior o aumento da frequência verificado não encontra paralelo em qualquer outro país da OCDE. Esta foi porventura a maior transformação da nossa sociedade nos últimos anos, graças à qual os portugueses têm hoje maior capacidade de exercício da cidadania e de participação no desenvolvimento.

É grato verificar, em segundo lugar, o modo como as famílias portuguesas valorizam e apostam cada vez mais na educação dos seus filhos. Com efeito, para um crescente número de famílias a educação é considerada um importante investimento e um bem a que aspiram.

A terceira mudança respeita o modo como as empresas e a sociedade em geral consideram o investimento na educação e na formação, como um elemento essencial ao desenvolvimento. Se há ainda poucos anos os orçamentos para a educação eram considerados como uma despesa de que muitos se queixavam, hoje o discurso que ouço com maior frequência é o da necessidade de investir neste sector como forma de resolver a maioria dos problemas da sociedade que vão desde o ambiente, à saúde, à economia, à exclusão e ao racismo, ao desemprego e ao desenvolvimento cultural. São expectativas por vezes demasiado elevadas, mas que denotam o lugar que os portugueses atribuem à educação no desenvolvimento do país.

Sei que há ainda muito por fazer quer para aumentar os níveis de escolarização quer para melhorar a qualidade da educação e da formação. É com pesar que constato que esta expansão do acesso à educação deixou ainda de fora grande parte dos cidadãos excluídos da escola durante o Estado Novo. Sei também que o sistema

permitiu durante anos que muitas crianças e jovens abandonassem precocemente a escola, o que justifica hoje as baixas qualificações dos activos portugueses.

Penso contudo que, apesar destes problemas, nos devemos regozijar por esta autêntica revolução a que pudemos assistir na última década, e que terá seguramente profundas consequências ao nível do desenvolvimento educativo, sócio-económico e cultural do nosso país. Ninguém poderá negar que os portugueses são hoje mais capazes de enfrentar o seu futuro como profissionais e como cidadãos.

Trata-se de um esforço que importa prosseguir de forma persistente criando novas oportunidades, designadamente para as populações adultas, e assumindo uma perspectiva de educação ao longo da vida. A democracia deve saldar a sua dívida para com aqueles que foram privados do acesso à educação.

É agora necessário investir com firmeza na reorganização das escolas de forma a que se transformem em instituições humanizadas, responsáveis pelos percursos escolares dos alunos e pela eficácia nas aprendizagens. As escolas deverão constituir-se como centros de aprendizagem ao longo da vida e de educação para a cidadania.

O conhecimento da evolução da educação, bem como a identificação de caminhos para uma maior igualdade de oportunidades e melhoria da qualidade, são tarefas enormes em que nunca será demais o contributo dos investigadores, dos professores e dos estudos. Quero salientar, uma vez mais, o papel destacado desta Universidade neste domínio.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A segunda parte da minha intervenção é consagrada ao ensino superior ao qual tenho vindo a dedicar, ao longo deste semestre, um conjunto de iniciativas. Tenho a consciência de que se trata de

um sector onde os desafios à inovação são grandes. Só o conhecimento desses desafios e o debate em torno das mudanças necessárias permitirão encontrar consensos e produzir respostas adequadas. Entendi ser este o momento próprio para ouvir os principais responsáveis pelas instituições públicas e privadas e os seus alunos e para visitar universidades e institutos politécnicos. Esta experiência permitiu-me conhecer melhor iniciativas positivas em curso e também problemas.

Tenho sentido uma grande preocupação com o futuro. Há hoje a consciência de que não podemos continuar com o modo de crescimento seguido até agora e que é necessário conciliar crescimento e qualidade, consolidar o sistema de avaliação, articular redes e sub-sistemas de ensino superior, instituir processos de cooperação inter-institucional, e incentivar a mobilidade de professores e alunos.

Em tempos de mudança — sobretudo em tempos de mudança — temos de manter o rumo dos nossos ideais, não esquecendo nunca as missões de referência do ensino superior. Permitam-me que retome neste capítulo três preocupações que tenho manifestado nas visitas às instituições:

A primeira, com os elevados níveis de insucesso escolar, o que nos obriga a pensar de novo as questões da pedagogia universitária e a encontrar as formas mais adequadas para promover, com exigência e rigor, a formação. É necessário, a meu ver, instituir práticas de orientação dos alunos e maior recurso a novas tecnologias, bem como responder com flexibilidade à evolução dos públicos que pretendam frequentar o ensino superior.

A segunda preocupação, com a proliferação de cursos e diplomas, criados por vezes para dar resposta a necessidades pontuais, mas que acabam desvalorizados no plano universitário e no plano social.

A terceira preocupação prende-se com a dificuldade de adaptação das instituições à mobilidade de professores e alunos no contexto nacional e internacional e de reconhecimento de formações e de diplomas.

Não há respostas fáceis. Para cada pessoa a oportunidade universitária é única e insubstituível. Por isso, não podemos falhar. Cada aluno tem o direito de sair da Universidade com uma boa formação científica e cultural, com as condições que lhe permitam concretizar os seus projectos de carreira profissional.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Proponho-me ainda partilhar convosco três reflexões resultantes deste meu recente percurso pelo ensino superior.

Uma primeira reflexão diz respeito à sua autonomia e democratização do ensino. Pertenço a uma geração que se formou na luta pela autonomia e pela democratização da Universidade. Pertenço a uma geração que se orgulha da forma como a Universidade cresceu e abriu as suas portas a um número cada vez maior de portugueses. Hoje, o tempo é de reflexão e de balanço. Confiantes no muito que já foi conseguido, temos de trabalhar, com determinação, para realizar o muito que ainda nos falta.

A ideia de autonomia é inseparável da ideia de Universidade. Uma e outra constituem um todo que consagra os princípios de liberdade científica e de independência académica. Por isso, não podemos permitir que a autonomia seja desvirtuada, posta ao serviço de interesses particulares, legitimando inércias corporativas ou burocráticas.

Não esqueço a advertência formulada, há trinta anos, por Miller Guerra e Sedas Nunes: «Só a instituições inovadoras a autonomia servirá como instrumento de inovação. Em instituições de tendência conservadora, representaria, essencialmente, um instrumento de conservação.» Ninguém ignora que o impulso da

mudança vem, frequentemente, de fora da Universidade. Assim sendo, é fundamental que a autonomia não se traduza num «isolamento» e que permita «abrir as instituições de maneira que o influxo inovador aí penetre a tempo».

Em Portugal, urge repensar o conceito e as práticas da autonomia universitária, no sentido do seu aperfeiçoamento e aprofundamento. É preciso assegurar a especificidade e a diferença das instituições, permitindo-lhes que adoptem formas próprias de governo e de gestão, que definam projectos científicos e pedagógicos distintos, que afirmem as suas posições sobre o acesso dos alunos. É nestas questões que se define a autonomia, uma autonomia construída na participação e na abertura ao exterior, e não na rigidez das estruturas ou no seu fechamento corporativo.

Mas a autonomia não deve pôr em causa objectivos nacionais. Com efeito, as universidades e os institutos politécnicos inscrevem-se numa rede de instituições que, para além dos seus projectos científicos e pedagógicos próprios, têm de produzir respostas adequadas às necessidades do desenvolvimento e aos desafios da sociedade. Há que encontrar um equilíbrio entre autonomia e metas definidas a nível nacional, baseado em regras claras e contratualizadas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Todos nos orgulhamos do processo de democratização do ensino superior nas últimas décadas. O contributo das Universidades Novas e dos Institutos Politécnicos foi decisivo. Mas também aqui temos de estar conscientes do caminho que ainda falta percorrer. Não basta termos 350 000 alunos. É preciso que estes alunos tenham uma formação de qualidade e não vejam goradas as suas expectativas.

Hoje, o debate universitário faz-se na procura de equilíbrios vários. Entre o reforço da autonomia e a urgência de uma maior

abertura ao exterior. Entre a resolução dos problemas de insucesso escolar e a necessidade de assegurar uma sólida formação universitária. Entre a resposta às exigências do desenvolvimento local ou económico e o cuidado para não defraudar as expectativas dos alunos atribuindo-lhes diplomas com menor valor ou prestígio.
A definição dinâmica destes equilíbrios só será possível se formos capazes de apoiar os elementos mais favoráveis à inovação e à mudança, quebrando rotinas burocráticas e anacrónicas, abrindo novas perspectivas de carreira científica e universitária, promovendo o mérito e a qualidade do ensino e da investigação.
É preciso estimular uma reflexão intelectual colectiva, e a «consciência crítica» dos universitários sobre o seu próprio trabalho. É deles que depende, em última análise, o futuro do ensino superior e, em grande parte, o nosso próprio futuro como país.
Uma segunda reflexão que vos quero propor diz respeito a um necessário equilíbrio entre as diferentes missões do ensino superior. A formação, a investigação e a prestação de serviços à comunidade, são funções necessárias a um projecto institucional de qualidade. A rapidez vertiginosa do crescimento do ensino superior levou a que algumas instituições se desenvolvessem sem tempo para o amadurecimento dos seus projectos institucionais. Muitas vezes a investigação científica ficou prejudicada. Creio ser este o momento de repensar projectos. O investimento actualmente em curso na formação avançada de jovens cientistas e dos docentes das instituições portuguesas poderá, a breve trecho, contribuir para o desenvolvimento da ciência e para a sua articulação com o ensino superior.
Considero importante tornar o panorama científico nacional atractivo para as jovens gerações e criar estímulos e estratégias de abertura, sem o que o investimento realizado pelo país não terá as consequências esperadas.

De igual modo a investigação não pode fazer esquecer a missão de formação e a necessidade de dar respostas a públicos diversificados no que diz respeito à idade, formação e experiência.
A prestação de serviços à comunidade e a ligação das instituições de ensino superior ao desenvolvimento, essenciais num projecto institucional moderno, podem igualmente contribuir para a pertinência da formação e da investigação. Nos diálogos que mantive e nas instituições que visitei pude verificar uma profunda transformação neste domínio, que confirmei uma vez mais nesta instituição.
A terceira reflexão diz respeito ao reforço da componente cultural e da educação para a cidadania nas instituições do ensino superior. A evolução tecnológica e a quantidade de informação, hoje disponível no mundo, tornam necessário que as instituições de ensino superior assumam um papel de promoção do debate, desenvolvimento de capacidades de distanciamento e organização de ideias. É também importante motivar os jovens para a participação nas instituições e na sociedade, como forma de aperfeiçoamento da democracia.
Antes de terminar quero saudar a Universidade do Minho pelo esforço investido na construção dos seus novos espaços. Permitam-me que felicite a equipa projectista pelo magnífico edifício que tive o prazer de inaugurar. Já disse noutros momentos que considero o ensino superior um verdadeiro laboratório urbanístico e arquitectónico, onde os arquitectos portugueses têm inovado, e confirmado a qualidade e a projecção da nossa arquitectura. Tenho apelado à necessidade de se desenvolver uma pedagogia deste património arquitectónico construído em todo o país, e que constitui, a meu ver, uma imensa valia para a imagem de um Portugal moderno e criativo.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
Vivemos, hoje, num mundo marcado pela internacionalização. Portugal faz parte do espaço universitário europeu, e tem sabido integrar-se no movimento científico, tecnológico e cultural que atravessa as sociedades contemporâneas.
É preciso que continuemos a participar na criação de ambientes favoráveis às novas ideias, de ambientes propícios à reforma das nossas instituições de ensino superior. Não nos podemos acomodar. Precisamos da crítica vigorosa, da força dos nossos jovens, da competência dos nossos professores e investigadores. Precisamos de uma vontade política que favoreça as mudanças em curso, de uma determinação para enfrentar interesses instituídos e para construir, a partir do que já temos, a «Universidade nova» que o país exige.
Como escreveu António Sérgio: «Sejamos cidadãos a todas as horas, por um esforço quotidiano de autonomia, no palmo de terra em que temos os pés: esse, ao cabo de contas, é o caminho seguro da liberdade. O remédio para os erros da liberdade é uma liberdade mais bem entendida, mais concreta, mais espiritual, mais de raiz.»

Visita à Universidade Portucalense
Porto
2 de Junho de 2000

É com muito prazer que visito a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no final do ciclo de visitas a instituições de ensino superior.

Quero felicitar os responsáveis por esta instituição, os seus professores, alunos e funcionários pelo esforço que têm realizado, em particular na formação avançada dos seus docentes e no lançamento de programas de investigação. É grato verificar, também, o investimento realizado na construção de instalações e na criação de boas condições de trabalho.

Ao longo do meu mandato tenho assumido a educação como uma prioridade nacional e como um sector essencial ao desenvolvimento e à democratização do país. No início deste ano decidi realizar uma série de iniciativas, tendo como objectivo aprofundar o conhecimento do sistema de ensino superior e da sua organização.

As reuniões de trabalho com alunos e responsáveis pelas instituições públicas e privadas, bem como as visitas a universidades e institutos politécnicos foram extremamente enriquecedoras. Hoje pretendo conhecer a vossa Universidade e contactar mais de perto com a realidade do ensino superior particular e cooperativo, valorizando o seu papel na democratização do acesso ao ensino superior.

Se temos níveis de frequência do ensino superior próximos da média dos países da OCDE, o crescimento rápido a que se assis-

tiu nos últimos anos deve-se de modo significativo ao vosso contributo. E se os caminhos percorridos nem sempre foram os mais adequados, considero que estão reunidas hoje as condições para o desenvolvimento da qualidade do ensino e da investigação, para uma melhor organização do sistema e para a sua adequação às necessidades do país.

Tenho dito em vários momentos que a criação de uma Universidade necessita de tempo, de pessoal docente qualificado e de projectos científicos e culturais próprios. Em Portugal, o ensino superior cresceu de forma por vezes vertiginosa e, em muitos casos, sem essas condições.

É tempo de repensar a rede e a identidade das instituições, de investir mais na ciência, na cultura, na acção social escolar. É tempo, sobretudo, de adaptar os projectos institucionais aos novos públicos que frequentam o ensino superior. Constato com agrado as oportunidades oferecidas por esta instituição em matéria de cursos pós-laborais, dando novas oportunidades de formação a alunos-trabalhadores.

Neste esforço de adaptação das instituições a novos desafios da sociedade e a novos públicos acredito que o sistema de avaliação pode ser de grande utilidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permitam-me que partilhe convosco algumas das reflexões que tive a oportunidade de fazer ao longo destes últimos meses.

A primeira reflexão diz respeito à evolução positiva em matéria de crescimento do ensino superior, formação avançada de docentes, construção de edifícios e aquisição de equipamentos destinados a aulas, bibliotecas, laboratórios, informatização das instituições. Hoje são cerca de 350 000 os alunos a frequentar o ensino superior. Infelizmente o retrato das qualificações dos portugueses menos jovens é ainda muito negativo, o que nos penaliza em

termos sociais, culturais e económicos. Não devemos, contudo, permitir que uma onda de pessimismo nos impeça de ver e tomar consciência da evolução da educação em Portugal e de uma importante obra da democracia que é absolutamente necessário prosseguir. Penso que é meu dever chamar a atenção para os aspectos que necessitam de ser mudados, mas devo igualmente valorizar esforços e iniciativas positivas.

A segunda reflexão prende-se com a necessidade de tornar efectiva a democratização do ensino. O acesso ao ensino, por si só é insuficiente. É necessário que esse acesso se traduza num aumento significativo do número de diplomados. A elevada taxa de repetências e abandonos escolares constitui um forte obstáculo à democratização efectiva do ensino superior. O fenómeno do insucesso e dos abandonos na primeira fase do ensino superior é hoje fonte de preocupação também noutros países da Europa. Sendo consequência do alargamento da base de recrutamento deve ser objecto de políticas de inovação ao nível das pedagogias, da formação de professores, da orientação dos alunos, das estratégias de articulação do ensino secundário com o ensino superior.

A terceira reflexão, também associada à democratização do acesso ao ensino superior, diz respeito à necessidade de produzir respostas em matéria de educação ao longo da vida. Apesar de o número de alunos com mais de 25 anos a frequentar o ensino superior ter tendência a crescer, tenho verificado a existência de dificuldades em produzir novas respostas destinadas aos estudantes que interromperam os estudos e pretendem retomá-los. Essas respostas devem ter em conta a experiência profissional dos alunos, uma vez que a maioria já trabalha, e devem também validar as competências adquiridas e articular a formação teórica com a prática. É necessário que esta formação dos adultos constitua um elemento essencial do mercado de trabalho.

Sei que se trata de novos caminhos cujas dificuldades não podemos negar, mas torna-se cada vez mais importante que as instituições educativas se organizem de modo a articular a sua oferta com os percursos de formação individuais realizados por processos formais e não-formais.
Não é fácil à instituição educativa reconhecer que existem outras instituições e espaços de formação, entre os quais a família, os *media,* as associações e as empresas, espaços esses onde muito se aprende. Não é fácil à instituição universitária assumir que o seu futuro será menos de transmitir e deter o saber, do que de fazer adquirir métodos de trabalho e organização do saber, de investigação, de debate e de intervenção. Não é fácil a construção de percursos de formação cada vez mais individualizados e adaptados à experiência e aos interesses de cada estudante.
Estes serão, porém, percursos necessários de inovação, desde que experimentados com cuidado e construídos em diálogo com o exterior e, em particular, com as empresas e as instituições da cultura e da ciência. São animadoras as experiências já existentes neste domínio. Gostaria de salientar, a este propósito, a importância do aumento das ofertas de ensino nocturno.
Uma quarta reflexão prende-se com os problemas que me foram frequentemente relatados para assegurar a mobilidade entre instituições portuguesas, bem como no espaço europeu. A falta de flexibilidade e a dificuldade de reconhecimento de competências são uma das causas desta situação.
Gostaria de salientar dois aspectos desta questão. O primeiro aspecto prende-se com as dificuldades que encontram os alunos que pretendem mudar de instituição ou fazer uma parte dos seus estudos noutra instituição congénere de um país europeu. As dificuldades ao reconhecimento das aprendizagens realizadas e das competências adquiridas são muitas vezes obstáculos à mu-

dança. O segundo aspecto diz respeito à falta de estímulos nas carreiras docentes permitindo a abertura e a mobilidade profissional, essenciais à renovação de projectos pedagógicos.
Uma quinta reflexão diz respeito às consequências da evolução demográfica na vida das instituições públicas e privadas e, provavelmente, à necessidade de reformulação das suas missões, por exemplo com um peso maior nos sistemas de formação ao longo da vida. Esta preocupação face a um futuro difícil de planear poderá a meu ver ser aproveitada como motor de inovação e mudança.
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Este é um momento importante para o ensino superior em Portugal, no qual se debatem questões decisivas para o seu futuro. Debates em que estão em causa matérias tão diferentes como o governo e a autonomia das instituições, os processos de avaliação, as formas de acesso e de democratização do ensino, as modalidades pedagógicas mais adequadas ou os problemas da mobilidade e da empregabilidade.
Em tempos de interrogação, e até de incerteza, é importante não perder de vista os grandes valores de referência que norteiam a nossa acção. Temos a obrigação de fornecer a todos os alunos um ensino de qualidade, de lhes facultar uma formação científica e profissional de alto nível. O tempo vivido na Universidade é essencial para a construção de cada um como pessoa, para a definição de uma maneira própria de ser e de estar no mundo. Por isso, a qualidade de uma Universidade mede-se, também, pela riqueza das experiências humanas e culturais que é capaz de proporcionar. Os anos aqui passados recordam-se pela vida fora, porque são anos que marcam a nossa identidade pessoal e colectiva. O drama da educação é que nunca temos o direito de falhar, porque estes alunos concretos só aqui estão uma vez. Mas não

será, justamente, esta a razão que transforma a educação na mais difícil e na mais nobre de todas as missões sociais? Não será, justamente, esta a razão que vos traz aqui, professores e alunos, unidos neste esforço de erguer a vossa Universidade, a Universidade Portucalense?
Pela vossa dedicação, quero deixar-vos, como Presidente da República, uma palavra de reconhecimento e de apreço.

Comemoração do Ano Mundial da Matemática

Palácio de Belém
2 de Outubro de 2000

Quero com esta iniciativa associar-me às comemorações do Ano Mundial da Matemática.

Permitam-me, no início desta intervenção, algumas considerações sobre a importância do papel da matemática no mundo. As grandes descobertas que serviram de base à construção da modernidade — de novas gentes, de novos céus e novas estrelas — favoreceram uma nova visão do mundo, assente no estudo da transformação e no primado do movimento. E é a ciência moderna o instrumento que permite descrever essa nova atitude perante o cosmos.

O edifício civilizacional que construímos desde então está indelevelmente marcado pela frase lapidar de Galileu, de que «a natureza é como se fosse um livro escrito em linguagem matemática».

Esta ideia fundadora atravessa todo o raciocínio científico. Da física, à química e à biologia, das novas aplicações até às ciências sociais, o movimento e a transformação são o centro de todas as preocupações societais. Conhecer as leis dessa transformação, do que se conserva e gera a mudança, é o grande objectivo do esforço de investigação científica.

A matemática está pois indissociavelmente ligada ao modo como foi construído o passado recente e o presente das nossas sociedades. E gostaria também de afirmar, sem receio, que a matemática tem que ser assumida como um vector básico da caminhada para o futuro.

A história da matemática no nosso país tem mostrado pela negação a verdade desta afirmação. A um período de florescimento, ligado às necessidades da astronomia para a navegação, seguiu-se um longo torpor, um isolamento de séculos, onde apenas aqui e além despontaram figuras dignas de registo.
Lucidamente, Antero de Quental apontou, nos finais do século passado, como causa principal do nosso atraso a repressão do espírito crítico, experimental, inovador, universalista.
Assim, é fundamental recordar hoje o esforço da notável geração de matemáticos da década de 1940, consciente da situação do país, interessada nos problemas do mundo, empenhada na tarefa de preparar novas gerações de matemáticos em articulação com o movimento matemático internacional.
Foi graças à coragem e ao entusiasmo de grandes figuras como António Aniceto Monteiro, Bento de Jesus Caraça, Hugo Ribeiro, José da Silva Paulo, Manuel Zaluar Nunes, Ruy Luís Gomes, Luís Neves Real, já falecidos, e de outros, felizmente ainda entre nós, como Alfredo Pereira Gomes e José Morgado, que se implantou um processo novo de entender a criação científica, baseada em instituições modernas: centros de investigação, projectos e artigos científicos, organizações e revistas dedicadas à difusão e ao alargamento dos valores e das práticas da comunidade matemática.
A repressão fria e bruta que se abateu sobre este ilustre conjunto de cientistas e investigadores na segunda metade da década de 1940 quase abafou a lufada de ar fresco que o movimento matemático representou no panorama da ciência em Portugal.
Foi graças à capacidade e ao génio de um dos mais notáveis matemáticos portugueses, José Sebastião e Silva, também já falecido, mas então um jovem investigador regressado do estrangeiro, que foi possível reconstituir o Centro de Estudos Matemáti-

cos de Lisboa. No dizer pertinente de um dos matemáticos resistentes que há pouco mencionei, Alfredo Pereira Gomes, «a semente fora lançada e continuava a germinar».

E foi assim, quebrado o isolamento, lutando contra a arrogância e o obscurantismo, contra o conservadorismo e o horror à mudança, reforçando o exercício do poder democrático, alargando o acesso à educação e ao conhecimento a todos os cidadãos, que chegámos ao presente… um presente com novos problemas e novos desafios, mas para cuja resolução o contributo da matemática é certamente cada vez mais decisivo, cada vez mais imprescindível.

Aprender matemática é, pois, uma tarefa central do presente, de qualquer presente de uma sociedade que a si própria se caracterize como moderna.

Por outro lado a matemática constitui um património cultural da humanidade e um modo de pensar. Devemos por isso proporcionar a sua aprendizagem a todas as crianças e jovens.

Evidentemente, nem todos podem, nem devem, ser matemáticos, ou investigadores. Mas todos podem, e devem, saber matemática. Uma sociedade que se desenvolve e se aperfeiçoa tem de conseguir que todos aprendam matemática.

Daqui os enormes desafios que se colocam no campo da educação. Será este o objecto da segunda parte da minha intervenção.

Aprender matemática é um direito de todos e uma resposta a necessidades sociais e individuais.

Por isso, o apelo que faço hoje aqui é para que se conjuguem os esforços de matemáticos e professores de todos os níveis de ensino para que a aprendizagem desta disciplina mobilize o esforço dos alunos e também a vontade de aprender mais, desenvolvendo o gosto pelo pensamento matemático.

Tradicionalmente sublinha-se muito a dificuldade da aprendizagem e compreensão da matemática dando-se-lhe, mesmo sem o

assumir, o papel de um instrumento de selecção social. Trata-se, com efeito, de uma área de trabalho escolar onde a acumulação de dificuldades conduz a processos de abandono e exclusão. Para muitas crianças e jovens a organização da escola não proporciona a recuperação e os apoios necessários para ultrapassarem os obstáculos que vão surgindo. Por outro lado muitas famílias também não podem mobilizar esses apoios.

Todos conhecemos casos de pessoas que não puderam prosseguir nas vias académicas e profissionais escolhidas por terem encontrado dificuldades na aprendizagem da matemática. Ora a «fuga» à matemática, por razões que a maioria das vezes não se prendem com capacidades individuais, mas sim com situações pontuais, não deveria constituir um elemento de orientação vocacional. As transformações exigidas ao nível dos ensinos básico e secundário constituem hoje um grande desafio, mas apresentam também grandes dificuldades. Permitam-me que recorde que em 1975 havia cerca de 80 000 alunos a frequentar a escola secundária entre o 7.º e 11.º anos de escolaridade. Hoje, nos mesmos anos de escolaridade, englobando o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, estão inscritos cerca de um milhão de alunos. Esta vertiginosa evolução, que deve ser motivo de regozijo para todos nós, torna necessário introduzir mudanças e pesquisar caminhos adaptados a contextos sociais e culturais bem diversos dos que conhecemos. É necessário que se concilie exigência e esforço com capacidade de produzir respostas adaptadas a diferentes públicos. Temos de ter permanentemente como meta proporcionar um ensino de qualidade, mas não nos podemos abandonar à tentação das interpretações simplistas que ignoram a evolução e a situação das escolas.

Tenho seguido com atenção o esforço que está a ser realizado para melhorar a situação do ensino da matemática em Portugal.

Sei que estão a ser acompanhadas no terreno essas transformações. É importante que se produzam avaliações rigorosas sobre as iniciativas em curso, que se analisem com serenidade os resultados e que estes sejam divulgados.

A matemática é, porventura, a área curricular que maiores debates tem suscitado ao longo de décadas. Os desafios em jogo nem sempre são claros para quem está de fora. As análises que se fazem pecam, muitas vezes, por desconhecimento. Há por isso uma pedagogia a desenvolver sobre os desafios colocados no ensino da matemática.

Este é um apelo que aqui lanço a todos.

Visitei hoje duas turmas em que está em curso um trabalho meritório dos seus professores visando num caso evitar o abandono da escolaridade obrigatória e garantir as aprendizagens essenciais num contexto difícil. Noutro caso assisti a demonstrações de um trabalho interessante realizado por alunos do ensino secundário inseridos num meio social e cultural bem diferentes. O trabalho que presenciei deixa-me esperançado na capacidade de criar respostas quer para um trabalho de democratização das aprendizagens quer para um ensino da matemática mobilizador.

Penso, contudo, que terão de ser desenvolvidos mais esforços em três domínios:

Em primeiro lugar, é necessário um maior empenhamento da sociedade no debate e acompanhamento das reformas e dos problemas do ensino da matemática, não podendo estes ser exclusivamente encarados como uma questão dos alunos e dos pais.

Em segundo lugar, há que melhorar os apoios aos alunos que encontram dificuldades nos seus percursos escolares e também reforçar os meios destinados à orientação pedagógica e educativa.

Em terceiro lugar há que concentrar esforços na formação inicial e contínua de professores. Sei que tem sido desenvolvido um

trabalho muito meritório neste domínio e quero felicitar, em particular, a Associação de Professores de Matemática pelo esforço que vem desenvolvendo neste sentido.
Permitam-me que refira ainda, a propósito da necessidade de proporcionar uma educação de qualidade para todos, a importante função de educar para a cidadania, citando um dos mais ilustres matemáticos portugueses: Bento de Jesus Caraça, segundo o qual o cidadão é o indivíduo culto, que tem a noção da sua posição na sociedade e no universo, que tem a noção dos seus direitos e dos seus deveres, que faz da afirmação da sua cidadania um processo renovado de aperfeiçoamento pessoal.
O quotidiano de um cidadão na época contemporânea é diverso, complexo, multifacetado, tecnológico. Somos chamados a fazer escolhas, a decidir, a criticar, a optar entre caminhos cujas implicações estão muitas vezes ocultas por espessos mantos de incertezas e ameaças. Como proceder, gerando continuamente respostas colectivas adequadas?
As soluções passam por nós, cidadãos, e pelo modo como nos organizamos para as formular. Teremos que saber educar os mais jovens nesta direcção, mas teremos também de tornar a educação ao longo da vida uma realidade.
É neste percurso que se tem que perceber que é despertando a curiosidade que nos habituamos a que as regras mudam. É neste percurso que é preciso entender que a enorme variedade de valores e percepções constitui um inestimável património para basear a nossa ideia de um futuro melhor e mais solidário.
É, assim, neste quadro que a matemática, como ciência, como linguagem, como cultura, nos aparece como essencial na definição do rumo em direcção aos possíveis amanhãs. Não há cidadãos dispensáveis, como não me tenho cansado de afirmar. Não há, pois, tempo a perder.

Quis hoje distinguir o esforço de matemáticos portugueses e professores de matemática que ao longo das últimas décadas se têm destacado ao nível da investigação científica e da formação de matemáticos, ou como professores dos ensinos básico e secundário, ou ainda como formadores de professores. Foi com agrado que encontrei um campo onde existe um grande trabalho associativo e onde muitas pessoas aposentadas continuam a apoiar as escolas e os colegas. Será também homenageada hoje a Sociedade Portuguesa de Matemática pelo trabalho meritório que vem desenvolvendo ao longo dos anos.

Sessão Solene de Abertura
do Ano Lectivo 2000-2001
do Instituto Politécnico de Santarém
Santarém
17 de Outubro de 2000

É com muito prazer que participo na cerimónia de abertura do ano lectivo do Instituto Politécnico de Santarém desejando aos seus alunos, docentes e funcionários os maiores êxitos.

Quero felicitar-vos pelo desenvolvimento do vosso Instituto e pela vossa capacidade de iniciativa. Quero também manifestar a minha satisfação por ter verificado o modo empenhado como o património da Escola Superior Agrária, onde nos encontramos, foi preservado e valorizado.

Permitam-me que partilhe hoje convosco algumas reflexões sobre o ensino superior e, em particular, sobre o ensino politécnico em Portugal.

Como é do vosso conhecimento, no passado ano lectivo levei a cabo, ao longo de vários meses, uma iniciativa com a qual quis conhecer melhor o ensino superior português, público, privado, universitário e politécnico. Não é uma tarefa fácil a de pretender conhecer uma realidade que evoluiu de forma extraordinariamente rápida surpreendendo-nos a todos com a capacidade de produzir novas respostas, com o crescimento exponencial do número de alunos e com o ritmo de criação de instituições. Este crescimento, com o qual todos nos devemos congratular, trouxe problemas que nos obrigam a concentrar esforços para que o desenvolvimento quantitativo, a que assistimos, se traduza em claros benefícios para os alunos e para o país.

Nas visitas e reuniões que realizei com responsáveis pelas instituições e com empregadores, pude constatar que a qualificação das pessoas é hoje assumida por todos como uma prioridade. Verifiquei também como é sentida a urgência da mudança, ditada não só pela evolução da ciência e da tecnologia e pela competitividade existente hoje no mundo como também pelos baixos níveis de formação da população adulta portuguesa.
Foi com agrado que encontrei vontade de inovar no ensino superior, no sentido de serem dadas respostas aos desafios do nosso tempo. Tive contacto com experiências muito positivas, designadamente num esforço de adequação dos cursos às características do mercado de trabalho, ao acolhimento de novos públicos, à produção de formações em novas áreas, ao relacionamento com o mundo económico e cultural.
Na renovação do ensino superior tem sido marcante o contributo do ensino politécnico, sendo de salientar três dimensões a que já me tenho referido noutros contextos:
A primeira dimensão diz respeito à adopção de novas estratégias curriculares traduzindo preocupações de formação profissional e ligação às regiões. É importante avaliar a inovação neste domínio e aprofundar quer ao nível do ensino politécnico quer ao nível da universidade o desenvolvimento destas formações, que devem contemplar igualmente a formação cultural e cívica dos alunos.
A segunda dimensão prende-se com o reforço de algumas áreas de formação tais como o ensino das artes, da saúde, da gestão, da agricultura, da formação de professores. Ao contribuir para a descentralização da rede de ensino superior, o ensino politécnico assume um papel essencial como instrumento de desenvolvimento local e regional e de fixação de quadros.
Em terceiro lugar, é importante sublinhar o contributo do ensino politécnico para a democratização do acesso ao ensino superior.

Estes elementos de uma identidade, reconhecida como muito positiva pelos seus docentes, alunos e empregadores são, contudo, muitas vezes pouco conhecidos. É com preocupação que constato quer a injustiça de uma imagem social desvalorizada, ainda muito presente na sociedade portuguesa, quer o desconhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelas instituições de ensino politécnico.

Desvalorização que tem levado a que se procure aumentar indefinidamente o número de universidades ou de pólos universitários em vez de se investir na consolidação de um ensino superior de qualidade.

Já tenho afirmado, noutras circunstâncias, que uma instituição de ensino superior tem de ter massa crítica, tempo para afirmar o seu projecto e criar interacções com as regiões onde se insere. Ao pensar o futuro do ensino superior devemos ter essencialmente como preocupação garantir a qualidade pedagógica, a capacidade científica e cultural e a pertinência da sua acção. O tempo consagrado ao planeamento e desenvolvimento das escolas politécnicas públicas e à sua inserção regional é, à partida, um dado muito positivo.

Há que desenvolver um trabalho sistemático para que a imagem social das instituições se faça com bases factuais e sem preconceitos. E aí a avaliação terá de desempenhar um papel essencial. O conhecimento das instituições e dos resultados dos processos de avaliação bem como a observação dos percursos profissionais das gerações de diplomados deverão constituir elementos determinantes.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permitam-me que, nesta reflexão sobre o ensino superior, utilize como referência as preocupações manifestadas por vinte e nove países europeus através dos seus Ministros da Educação reunidos

em Bolonha no ano passado. As questões que se colocam na Europa têm a sua correspondência a nível nacional.
A primeira preocupação diz respeito à necessidade de aumentar os níveis de empregabilidade dos cursos, via para tornar as instituições mais solidárias com o futuro das pessoas que formam. Não quero com isto afirmar que os cursos devam prescindir de preocupações científicas, culturais e cívicas determinantes do seu carácter de ensino superior. Entendo, porém, que tem de ser realizado um importante trabalho de desenvolvimento curricular com o objectivo de pensar a formação também em termos de competências necessárias para enfrentar um futuro profissional que se adivinha incerto e pelo qual cada um terá de lutar.
O caminho seguido neste domínio pelo ensino politécnico deve ser valorizado, dando-nos os dados existentes indicações de bons resultados comparativos em termos da empregabilidade dos seus diplomados.
A segunda preocupação prende-se com a mobilidade. É importante que, numa economia aberta, a circulação de estudantes e diplomados se processe com maior intensidade e facilidade. Este é também um factor decisivo para a construção de uma identidade europeia. Todos sabemos como pode ser rica, em termos culturais e de desenvolvimento pessoal, uma experiência de estudo num país diferente.
Existem, todavia, numerosos problemas de reconhecimento dos estudos realizados. Ao falar com estudantes portugueses senti que este era um obstáculo de base quer para a circulação entre países da Europa quer sobretudo no interior do nosso país. É necessário assegurar que os estudos realizados ou os conhecimentos e competências adquiridos, em qualquer instituição de ensino superior ou por qualquer outra via são devidamente valorizados por todos. Só assim será possível promover a mobilidade e a aprendizagem ao longo da vida.

Sei que existe no ensino politécnico um trabalho muito significativo que é importante prosseguir. O apelo que quero deixar é para que se processe uma maior articulação entre os sub-sistemas de ensino superior portugueses de modo a que Portugal possa vencer os obstáculos à mobilidade tanto ao nível nacional como europeu.
Uma terceira questão, identificada a nível europeu, refere-se à competitividade dos sistemas de ensino superior, traduzida pela capacidade de atrair estudantes do resto do mundo e de ver os seus diplomas reconhecidos.
Esta é uma questão que se coloca ao sistema de ensino superior português no contexto europeu, mas que sugere uma reflexão interna. A qualidade da formação oferecida não é a única, nem será a principal, razão para a escolha que os candidatos têm realizado da instituição onde pretendem estudar.
A par de melhor informação sobre as perspectivas profissionais é necessário compreender a influência de outros factores onde se incluem o próprio estatuto e designação da instituição.
Ao colocar estas questões temos a consciência de que muito há a mudar ao nível da organização e do funcionamento das instituições.
É preciso ter coragem para enfrentar os efeitos perversos da expansão do ensino superior, corrigindo-os.
É preocupante constatar, por exemplo, a generalização da ideia de que é possível criar em quase todo o país instituições de ensino superior, dando lugar à organização de movimentos nesse sentido. Sem pretender pôr em causa a legitimidade da existência destes movimentos, há que clarificar os limites para o aumento do número de instituições.
Tenho defendido e defendo a importância do acesso de um número cada vez maior de jovens e adultos ao ensino superior. No entanto, o alargamento do acesso não significa, necessariamente, o aumento do número de instituições.

Pelo contrário. O futuro obrigará, porventura, a uma reorganização e articulação das instituições existentes potenciando a sua experiência, os seus recursos humanos e as suas infra-estruturas. A evolução do ensino superior nos últimos anos tem conduzido a uma aproximação de objectivos dos diferentes sub-sistemas que é necessário ter em conta, valorizando as inovações e experiências de cada um.

Seria, no entanto, inaceitável que a aproximação de sub-sistemas condenasse ao desaparecimento as diferenças existentes e os aspectos positivos de cada um deles, ou contribuísse para diminuir a capacidade científica das instituições.

Não devemos encarar o futuro com tabus que poderão conduzir a inexplicáveis investimentos em novas instituições por meras razões de preconceito. Há que valorizar as instituições já existentes em cada região dando-lhes condições para consolidarem os seus projectos e se afirmarem no campo científico, cultural e cívico e para que sejam capazes de se adaptar aos desafios colocados pela educação ao longo da vida.

É urgente o debate e a construção de consensos sobre o ensino superior em Portugal.

Por isso apelo, uma vez mais, à participação de todos para a definição de linhas de orientação que permitam a reforma do ensino superior público, privado, politécnico e universitário. A educação é tão importante que exige uma participação de cada um de nós, condição para tornar possível a afirmação da qualidade científica e pedagógica de todas as nossas instituições.

Sessão Solene Comemorativa do 20.º Aniversário da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
Lisboa
9 de Novembro de 2000

É com muito prazer que participo nesta sessão comemorativa do 20.º aniversário da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação felicitando-vos pelo importante trabalho que têm desenvolvido ao longo destes anos.

A Democracia trouxe a Portugal novas possibilidades de desenvolvimento do ensino da Psicologia e das Ciências da Educação, até então sem expressão significativa no nosso ensino público. Lembro-me do tempo em que eram receadas as consequências que o aprofundamento do estudo sobre o Homem e sobre as Instituições Educativas pudesse trazer ao regime.

A criação das Faculdades de Psicologia e Ciências de Educação constituiu um marco importante no desenvolvimento das Ciências Humanas em Portugal.

A Educação tem sido uma prioridade do meu mandato. Porque acredito que é uma base da democracia, essencial também ao desenvolvimento das pessoas e das sociedades.

Tenho procurado, por isso, acompanhar de perto a evolução das situações educativas e conhecer os seus problemas.

Permitam-me que partilhe convosco algumas das reflexões que tenho vindo a fazer ao longo dos últimos anos e que vos deixe alguns desafios. Conheço o vosso trabalho prestigiado nos campos da Psicologia e da Educação e sei que são uma escola que pode desempenhar um papel de relevo para o desenvolvimento educativo.

Uma primeira reflexão diz respeito à expansão do acesso a todos os níveis de ensino verificada, desde o pré-escolar, aos ensinos básico, secundário e superior. Essa evolução tem sido particularmente sensível na educação pré-escolar e no terceiro ciclo do ensino básico, onde se registou, na última década, um aumento de frequência que ronda os 27 %. No ensino superior o crescimento verificado foi igualmente muito elevado, não existindo paralelo nos outros países da OCDE.

Esta nova possibilidade de acesso dos portugueses à educação foi, porventura, a maior transformação dos últimos tempos na nossa sociedade, que terá seguramente consequências ao nível do desenvolvimento educativo, sócio-económico e cultural do nosso país. Graças a este crescimento os portugueses estão hoje mais habilitados para enfrentar o futuro como profissionais e como cidadãos.

Foi-me grato verificar, igualmente, que a sociedade portuguesa atribui uma importância crescente à educação, encarada hoje como um investimento importante que interessa prosseguir.

Apesar deste progresso, de que nos devemos orgulhar, sei que há ainda muito a fazer, quer para aumentar os níveis de escolarização de todos os portugueses quer para melhorar a qualidade dos processos educativos e o funcionamento das instituições. Nunca será demais lembrar a dívida da democracia para com as gerações que foram privadas do acesso à educação e à cultura.

Uma segunda reflexão — em que tenho muitas vezes insistido — diz respeito à necessidade de melhorar as oportunidades de educação e formação ao longo da vida. Uma aprendizagem ao longo da vida iniciada na escolaridade básica, ponto de partida essencial para que cada um saiba e possa gerir o seu processo educativo. O mundo precisa de cidadãos mais conscientes dos riscos que corre hoje o nosso planeta, mais capazes de fazer opções em

matéria da informação que consomem, mais preparados para assimilar a evolução do conhecimento científico e para contribuir, designadamente, para a prevenção das doenças. Todos sabemos que a informação que adquirimos na escola é rapidamente ultrapassada, sendo necessário adquirir competências de aprendizagem e, sobretudo, o gosto pelo trabalho e pelo conhecimento.

Considero da maior importância organizar respostas formativas para os portugueses que foram vítimas de uma educação que excluía a maior parte das pessoas. E essas respostas têm de ser diferentes, exigindo uma compreensão psicológica destes novos públicos e das suas formas distintas de aprendizagem, sendo necessária uma atenção privilegiada às questões de orientação e desenvolvimento das carreiras. Para que cada pessoa tenha a possibilidade de direccionar o seu percurso formativo, é preciso desenvolver a oferta de oportunidades de aprendizagem, formais e não formais, e criar as condições para a participação em processos de formação, que respondam, em cada momento, às suas necessidades. Por outro lado, embora reconheça as dificuldades envolvidas, terão de se desenvolver meios e processos de reconhecimento de saberes e de competências que valorizem o esforço e as diferenças individuais.

Tenho de admitir, com pesar, que tem sido difícil encontrar os projectos e os meios de acção adequados em matéria de educação e formação de adultos. O seu desenvolvimento tem de ser, a meu ver, objecto da maior atenção de todos exigindo um esforço de redefinição de políticas de coordenação intersectorial e da missão das instituições educativas, designadamente no que diz respeito à sua adaptação a novos públicos.

Sei que a educação de adultos é um domínio em que a vossa Faculdade se tem destacado. Gostaria de vos pedir que conti-

nuem esse percurso, contribuindo para a melhoria de um sector tão importante para o desenvolvimento do país.
Uma terceira reflexão diz respeito à inovação necessária no funcionamento das escolas de modo a prevenir os abandonos precoces e a exclusão escolar.
A democratização do acesso à educação trouxe às instituições novas realidades, designadamente no que diz respeito à heterogeneidade cultural e social dos seus alunos e à necessidade de assumirem novas funções, visando a sua integração. Nos meus contactos com as escolas tenho sentido que esta é uma das principais dificuldades com que se defrontam os professores.
Algumas das escolas que visitei encontraram processos para fazer face a esses problemas, nomeadamente através da organização de projectos de escola inovadores, de parcerias com entidades locais e do trabalho com as famílias. Ainda no início desta semana, tive a oportunidade de conhecer um projecto desenvolvido numa escola de ensino básico, em Vialonga, no qual existe um ambiente educativo notável e um grande envolvimento colectivo dos professores visando a integração escolar dos alunos.
Ao visitar estas escolas tenho pretendido não só valorizar e, de alguma forma, homenagear o trabalho realizado, como também conhecer os processos adoptados para uma melhor integração educativa, designadamente em zonas urbanas com problemas sociais particularmente difíceis, situação que muito me tem preocupado.
Saio destas visitas profundamente reconhecido por um trabalho de grande dedicação e qualidade. Mas também com grande apreensão face às dramáticas situações vividas por muitas crianças e jovens. Tenho a consciência de que é urgente actuar, criando condições para que a mudança das escolas se processe de forma regular, não dependendo tanto de condições de militância e de

meios extraordinários. Condições que têm conduzido ao desencanto que sobrevem, muitas vezes, a um grande investimento. Considero, e tenho-o dito em vários contextos, que hoje se pede demais à escola e que só com uma coordenação, por exemplo, de esforços de autarquias, pais, autoridades ligadas à saúde, à protecção de menores, poderemos prevenir, de forma mais eficaz, as situações de exclusão. A educação exige uma responsabilidade social assumida por todos.

A gestão das escolas exige mudanças que devem ser apoiadas através de formação e avaliação. É preciso tornar possível uma maior responsabilidade pelos percursos escolares dos alunos, um maior apoio ao desenvolvimento das suas carreiras e mais qualidade nas aprendizagens. O contributo da Psicologia e das Ciências da Educação pode ser muito importante. Este é mais um desafio que deixo à vossa Faculdade, sabendo que também nestes domínios vêm desenvolvendo um trabalho significativo.

Uma quarta reflexão diz respeito às consequências do importante e necessário crescimento do ensino superior.

Parece haver unanimidade sobre a existência hoje de um número exagerado de cursos e instituições. Importa agora corrigir esta situação, reflectir sobre factores como a empregabilidade, a pertinência dos cursos e os elevados níveis de insucesso escolar existentes.

É, igualmente, preciso organizar a rede de ensino superior, coordenando recursos e projectos existentes. Há que flexibilizar o relacionamento entre instituições encontrando formas inovadoras e criativas de articulação e cooperação designadamente entre universidades e institutos politécnicos. Não podemos fechar-nos nas nossas instituições e no nosso país. As nossas formações devem ser repensadas num contexto europeu, sendo necessário um trabalho em conjunto para a sua valorização e competitividade.

É, igualmente, necessário encontrar novas respostas para os elevados índices de insucesso escolar. Nesse sentido, é importante repensar conteúdos, métodos de trabalho e processos organizativos. Há que enfrentar com rigor, mas também com inovação o acesso ao ensino superior de novos públicos. Estamos face a um novo problema do ensino superior que não pode ser ignorado e que exige um grande esforço dos seus docentes. Repensar a sua formação, critérios de acesso, progressão na carreira e mobilidade, parece-me hoje uma necessidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A democratização das escolas portuguesas exige hoje, mais do que nunca, mudanças consistentes e apoiadas. Mudanças que integrem os esforços de muitos que se empenharam ao longo dos últimos anos em experiências com resultados positivos e úteis à melhoria da qualidade da educação. A avaliação e o conhecimento da experiência dos últimos anos deve, a meu ver, ser tida em conta.

Mas, acima de tudo, é necessário conceber processos de apoio e de formação inicial e contínua de professores de todos os níveis de ensino. O apelo que vos deixo, ao terminar esta intervenção, é para que se concentrem e coordenem esforços neste domínio que considero decisivo.

Muito obrigado pelo importante trabalho, científico e pedagógico, realizado por esta instituição.

CAPÍTULO VII | CULTURA

«Inventar o futuro das nossas sociedades,
dando à cultura um lugar central, conscientes
como estamos de que, tanto ou mais do que os níveis
económicos, é a formação cultural, educativa e científica
que determina o futuro dos indivíduos e dos países.
Sabemos que o grande investimento deve ser feito
na formação permanente das pessoas, habilitando-as
a enfrentar as mudanças e tornando-as aptas
à criatividade que os novos desafios exigem.»

Sessão Solene de Abertura
da Conferência Internacional
«Bibliotecas Públicas: Inventando o Futuro»
Centro Cultural de Belém
11 de Maio de 2000

A minha presença nesta Conferência Internacional traduz o meu muito interesse pelos temas que aqui vão ser tratados e a grande importância que lhe atribuo. Como é reconhecido, com felicidade, no programa dos vossos trabalhos, esses temas têm, naturalmente, um âmbito cultural, mas o seu alcance é também cívico.

«Bibliotecas Públicas: Inventando o Futuro» — é este o lema geral da reunião, que tem, penso, uma dupla leitura. Significa, desde logo, inventar o futuro das bibliotecas, fazendo-as participar na espantosa revolução tecnológica da informação e da comunicação que estamos a viver e cujos efeitos, tão surpreendentes, não conseguimos ainda avaliar em toda a sua extensão.

Mas o lema da conferência significa também inventar o futuro das nossas sociedades, dando à cultura um lugar central, conscientes como estamos de que, tanto ou mais do que os níveis económicos, é a formação cultural, educativa e científica que determina o futuro dos indivíduos e dos países. Sabemos que o grande investimento deve ser feito na formação permanente das pessoas, habilitando-as a enfrentar as mudanças e tornando-as aptas à criatividade que os novos desafios exigem.

As bibliotecas públicas constituem espaços de sociabilidade, de animação cultural, de abertura e são centros que cumprem várias e importantes funções culturais e sociais. Nessa medida, dão um contributo muito positivo para assegurar a igualdade de oportu-

nidades e combater a exclusão, de que uma das formas que se vem afirmando como mais grave é a exclusão da informação e do conhecimento.
As bibliotecas públicas dão possibilidades de aceder à informação disponível e actualizada, envolvendo todas as gerações, desde as mais jovens às mais idosas, e propiciando a co-existência de funções tradicionais com a utilização dos novos recursos tecnológicos.
Visando todas as gerações, todos os públicos, todas as regiões, uma rede de bibliotecas contribui decisivamente para a democratização do acesso à informação e para a descentralização cultural, uma vez que, como serviço público, assegura a gratuitidade. Pelo seu alcance universal, que a *Internet* tornou mais efectivo e mais instantâneo, e pelo se enraizamento local, que deve cada vez mais ter um carácter interactivo, as bibliotecas ajudam a assegurar a diversidade, o pluralismo de interesses e de perspectivas, o espírito crítico e a consciência dos problemas do nosso tempo. Favorecem também a intervenção das cidadãos na vida pública, contribuindo para quebrar o isolamento, e tornando disponível uma informação que, pela análise, pela reflexão e pela sua contextualização, se pode transformar em conhecimento, em cultura, em participação.
A experiência portuguesa é, nesta matéria, muito significativa. O modelo de parceria entre o Estado central e as autarquias locais criou uma dinâmica duradoura e tem proporcionado a instalação de uma rede nacional de bibliotecas públicas, que tem como objectivo a cobertura de todos os concelhos do País.
Os índices existentes e que decerto irão ser aqui ponderados, permitem concluir que a instalação desta rede aumentou os hábitos de leitura, tornando não apenas acessível, mas pondo verdadeiramente em uso uma informação mais vasta e actualizada.

Penso que a Europa que queremos construir — a Europa da cultura de que falaram os fundadores há cinquenta anos — tem de fazer das infra-estruturas culturais uma prioridade, pois são elas que, num tempo de globalização da cultura e das indústrias culturais, garantem a ligação de qualquer pessoa, encontre-se onde se encontrar, ao progresso e à evolução.

Esta Conferência reúne os técnicos de muitos países e é uma boa ocasião para um debate sobre as várias experiências. Desejo o maior êxito aos vossos trabalhos, felicito os organizadores e saúdo todos os presentes. A democracia portuguesa tem muita honra em acolher os participantes que vêm de fora. Sejam bem-vindos!

A todos, portugueses e estrangeiros, quero dizer-vos: sei que o vosso esforço, a vossa acção e as vossas preocupações estão ao serviço da cultura e participam do combate pela universalização dos bens criados pelos homens e de que nenhum ser humano deve ser excluído. Quero, por isso, agradecer-vos, incentivando a que se prossigam o vosso trabalho e o vosso esforço.

Em todas as civilizações, as bibliotecas têm representado o tesouro do saber e da experiência humana acumulados, a sua preservação e a sua transmissão de geração em geração. Demos consistência a esse simbolismo e reconheçamos nele a nossa responsabilidade actual — responsabilidade de respondermos aos desafio do presente, contribuindo, assim, para inventar um futuro melhor, mais esclarecido e com menos exclusões.

Cerimónia de Entrega do Grande Prémio do Romance e da Novela da Associação Portuguesa de Escritores

Tróia
8 de Julho de 2000

É com muito gosto que estou aqui, mais uma vez, na cerimónia da entrega do Grande Prémio do Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores.

Quero, como é natural, começar por saudar a APE, na pessoa do seu Presidente e meu querido amigo, José Manuel Mendes, a quem me ligam laços antigos e tão fortes de afecto e apreço. Ao fazer esta saudação, envolvo nela todos os escritores que, com as suas obras, enriquecem a nossa cultura e a nossa língua, contribuindo para a afirmação plural da nossa identidade. Desejo ainda cumprimentar aqueles que acolhem esta cerimónia e tornam possível este Prémio.

Pela segunda vez, o Grande Prémio do Romance e Novela distingue um livro do escritor António Lobo Antunes. Só esta reiteração já diz tudo sobre a importância e a permanência de uma obra que não tem cessado de se acrescentar, constituindo, no seu conjunto, um políptico extenso e rico sobre as raízes da nossa contemporaneidade, os nossos falsos mitos e os nossos mitos negativos, os nossos fantasmas, complexos, traumas e mesmo tiques. Fazendo da sua experiência humana e profissional um observatório, Lobo Antunes renovou os processos e as técnicas narrativas e provocou uma abertura da língua portuguesa a novos horizontes e dimensões.

Cronista do quotidiano e repórter da memória profunda, o autor do *Auto dos Danados* tem procurado, na sua escrita, aquele ponto

em que as vozes, as personagens, as situações, os sentimentos, os desejos são criados pela linguagem e, ao mesmo tempo, criam a linguagem.
Assumindo uma atitude de deliberado inconformismo, Lobo Antunes tem reflectido sobre a condição do escritor no nosso tempo, nomeadamente quanto à distinção radical que faz entre o artista e o intelectual e também sobre as relações entre a literatura e a sociedade, entre o escritor e o leitor. Essas reflexões têm, penso, um acutilante interesse e uma flagrante actualidade.
Como é sabido, a obra de António Lobo Antunes alcançou uma grande projecção internacional, mesmo em países onde a literatura portuguesa não tem facilidade de penetração. Quero expressar-lhe aqui o nosso reconhecimento por essa projecção, que sabemos ser um importante factor de prestígio para a nossa cultura.
Felicito António Lobo Antunes por este Prémio que o coloca, pela segunda vez, numa galeria ilustre, que conta com grandes escritores, como José Cardoso Pires. Sei que, ao citar o nome, para nós tão querido, do autor do *Delfim* e da *Balada da Praia dos Cães,* faço uma evocação que é muito grata ao nosso homenageado de hoje e que é acolhida com amizade, saudade e recordação afectuosa.
Parabéns a António Lobo Antunes e à APE.

Cerimónia Comemorativa do Centenário da Morte de Eça de Queirós

Tormes
16 de Agosto de 2000

Interrompi as férias para estar, hoje, aqui, pois penso que devo, em nome de Portugal, prestar homenagem a Eça de Queirós, no dia em que se cumprem cem anos sobre a sua morte.

Os actos de homenagem têm o valor de símbolos. Sintetizam e expressam, de alguma maneira, um sentimento colectivo de admiração e reconhecimento, contribuindo para criar ou afirmar referências de identidade. Não devem, porém, esgotar-se em si-mesmos e, ainda menos, servir para encobrir com retórica uma realidade vazia ou pobre.

Eça de Queirós, com a sua inteligência e a sua ironia, foi o primeiro a pôr a nu o que se escondia por detrás de algumas grandes convenções políticas, sociais e culturais ritualizadas, mostrando as contradições e os equívocos. Eça seria o primeiro a recusar que o sepultassem na sua própria glória oficial.

A pergunta prévia que devemos, pois, fazer, neste centenário, é àcerca da qualidade e do vigor daquilo que mantém um escritor vivo. Ou seja, a genuinidade e autenticidade das edições dos seus livros, a sua presença nos currícula escolares, a vitalidade da relação que os leitores mantêm com a obra, a sua fortuna crítica. Sabemos que há muitos escritores celebrados, cujas obras necessitam urgentemente de divulgação, de edições capazes, de estudo. Embora haja sempre mais a fazer e nunca estejamos satisfeitos, é lícito dizer-se que Eça de Queirós é um dos escritores mais vivos, mais presentes, mais actuais, não só em Portugal, como no Brasil

e mesmo em muitos outros países onde está traduzido. Isto sem prejuízo de fazermos um esforço para o divulgar mais ainda e para se completar a edição crítica das suas obras.
Para esta actualidade, contribui fortemente a sua espantosa modernidade estético-temática. A obra de Eça, rica e variada, dá-nos o retrato de uma sociedade nas suas contradições, vícios e inércias. Esse retrato, o qual reflecte a sociedade portuguesa que lhe era contemporânea, teve, porém, a mestria de se universalizar no espaço e no tempo.
Há tipos queirosianos que, para o bem e para o mal, os reconhecemos hoje e, mesmo noutras sociedades, são identificáveis. Não pensemos que temos, em Portugal, o exclusivo daquelas personagens em que Eça satirizou os pesos mortos da sociedade: o Conselheiro Acácio, o Gouvarinho, o Conde de Abranhos, o Pacheco, o Dâmaso Salcede e tantos outros, que existem um pouco por todo o lado.
Muito se tem discutido a relação de Eça de Queirós com o País. Eu penso que há nele uma insatisfação que não é predominantemente negativa, pois assenta num desejo de transformação e de aperfeiçoamento. Quase podíamos dizer que a intensidade da sua ironia é directamente proporcional à sua vontade de regeneração e de social, às escolas. mudança, mas também ao amor à terra portuguesa.
Quero agradecer à Fundação Eça de Queirós, nossa anfitriã, e à Comissão destas Comemorações o esforço feito. Agradeço também a todos aqueles que, ao longo dos anos, têm dedicado o melhor do seu talento e do seu trabalho ao estudo e à divulgação da obra queirosiana. O Congresso, que se reunirá proximamente em Coimbra, será o momento certo para a necessária reflexão sobre o que já que se fez e o que deve ser feito no futuro próximo. Dirijo-vos um apelo, que sei ir ao encontro dos vossos de-

sejos: não deixem estas comemorações confinadas a um espaço reservado. Façam-nas chegar ao grande público, aos órgãos de comunicação.

Homem do seu tempo, o autor de *A Cidade e as Serras* foi um dos mais lúcidos pensadores das condições do progresso e das exigências da modernidade. Há em toda a obra de Eça de Queirós um sentido que aponta ao progresso, à solidariedade e ao futuro, ainda quando, no final da vida, se transmuta em franciscanismo, em amor da natureza e de todos os seres vivos.

É no seio dessa natureza que ele tanto amava e onde agora repousa que estamos hoje a lembrá-lo e a prestar-lhe homenagem. Ele acreditava que *«só a Arte realmente pode dizer aos seus eleitos, com firmeza e certeza: — tu não morrerás inteiramente […] tu poderás continuar por mim a viver»*. É pela sua Arte que ele está vivo e nos reúne aqui, pois essa Arte fez dele um dos maiores cultores da língua portuguesa e um escritor de projecção universal.

Sessão Solene de Abertura
do Congresso de Estudos Queirosianos
Coimbra
6 de Setembro de 2000

Este Congresso de Estudos Queirosianos é, do programa destinado a assinalar o centenário da morte do grande escritor, um dos acontecimentos mais relevantes e decerto um dos mais fecundos.

De facto, penso ser esta a pergunta que devemos fazer, a propósito da passagem de uma efeméride como esta: que fica das comemorações quando acabam? Delas, o que deixamos às gerações seguintes?

E podemos dizer que as comemorações valeram a pena se, a esta pergunta, respondermos: resultou um maior e mais amplo conhecimento do escritor e uma vontade renovada de leitura dos seus livros; aumentou o interesse para aprofundar o estudo da sua obra, abrindo novas perspectivas de abordagem e iniciando caminhos inovadores de análise. É isso que mostra a actualidade de um escritor e que torna viva a homenagem que lhe prestamos.

Sei que este Congresso tem este grande objectivo: abrir a obra queirosiana ao nosso tempo e abrir o nosso tempo à obra do grande romancista.

Com efeito, cada época tem, de um artista e da sua obra, uma visão que lhe é própria, valorizando aquilo que corresponde aos seus interesses e preocupações.

Perguntemos, pois: que Eça é o nosso e de que modo ele é diferente do Eça dos que nos antecederam? Como o viram eles e como o vemos nós? Que Eça é o nosso, neste ano 2000 e num

país democrático e europeu? Em que medida ele é diverso, por exemplo, do Eça, das comemorações do centenário do seu nascimento, celebradas nesse ano de 1945 em que a Guerra terminou, e em que, num país isolado e oprimido, havia a esperança de uma abertura, que, afinal, não se veio a verificar?

Ao reflectir sobre as «continuidades do legado queirosiano na língua e na literatura portuguesa», ao avaliar «a sua fortuna cultural: traduções e interpretações», ao deter-se sobre as suas «representações: no cinema, no teatro e na televisão, nas artes plásticas e na banda desenhada», o Congresso vai, de certa maneira, responder às perguntas que referi, na busca de conclusões actualizadas. Se, no final, Eça de Queirós surpreender o próprio Congresso que reúne os seus especialistas, essa é a melhor prova da sua vitalidade e da sua riqueza. Como já tive ocasião de dizer, Eça seria o primeiro a recusar que o sepultassem na sua glória póstuma.

Este Congresso congrega cerca de 400 participantes, muitos vindos de diversos países, como é natural, uma vez que a obra do autor de *Os Maias* não tem cessado de alargar a sua irradiação. Essa irradiação, sendo embora assinalável, merece ser maior, pois penso que os seus romances e os seus outros escritos, pela sua superior realização artística e pelo alcance da sua visão, constituem um património de toda a humanidade.

Quero ainda assinalar o facto de, entre os congressistas, estarem muitos professores do ensino secundário. Considero isso um bom sinal. Como tive ocasião de dizer recentemente, pela experiência que tive com os meus próprios filhos, não tenho dúvidas de que o papel dos professores é fundamental para suscitar o interesse por uma obra literária.

Quase sempre são os professores os responsáveis por que se fique atraído e ligado para sempre a uma obra ou, pelo contrário, que,

passada a obrigação do seu estudo curricular, nunca mais se regresse a ela. Essa responsabilidade torna a presença dos professores aqui muito importante. A continuidade de uma obra no tempo, assegura-se pela passagem do testemunho de umas gerações para as outras.

Estamos em Coimbra, «na encantada e quase fantástica Coimbra», nesta Universidade onde Eça, os seus companheiros e muitas das suas personagens estudaram. E não estudaram, apenas: amaram, estroinaram, fizeram revoluções, desafiaram convenções, sonharam o futuro.

Coimbra e a sua Universidade têm, na obra do autor d'*O Primo Basílio,* uma importância capital — para o bem e para o mal. Creio que ainda é pedagógica para todos a leitura das páginas que Eça consagra a Coimbra, quer n'*Os Maias,* quer nas *Notas Contemporâneas* (nesse testemunho extraordinário sobre Antero, intitulado «Um Génio que era um Santo»), quer ainda n'*A Ilustre Casa de Ramires*» ou n'*A Relíquia.*

Podemos dizer que a geração de Eça foi uma geração pioneira das lutas académicas, visando melhorar a Universidade. Mas a sua ambição, como a de outros mais tarde, foi maior: era de melhorar o País que se tratava. Oiçamos Eça: «A Universidade era, com efeito, uma grande escola de revolução: — e pela experiência da sua tirania aprendíamos a detestar todos os tiranos, a irmanar com todos os escravos.» Muitos de nós, poderíamos, noutros tempos que felizmente passaram, ter feito nossas estas palavras de Eça.

Ao traçar o retrato de Antero, Eça diz: «ninguém resumia com mais brilho os defeitos e as qualidades daquela geração rebelde a todo o ensino tradicional, e que penetrava no mundo do pensamento com audácia, inventividade, fumegante imaginação, amorosa fé, impaciência de todo o método, e uma energia arquejante

que a cada encruzilhada cansava. Coimbra vivia então numa grande actividade, ou antes num grande tumulto mental».
Este texto resume o que Portugal deve a esta geração que inquietou e que nos fez mais modernos. Quase todos eles acabaram por declarar-se «vencidos». Podemos, hoje, dizer, que, feitas as contas, o não foram, pois o que nos legaram foi imenso e constituiu semente de futuro. Está agora nas nossas mãos fazer com que não se considerem mais vencidos aqueles que, no nosso tempo, continuam a luta pelas grandes reformas que podem fazer de nós um país mais europeu, como queriam Eça e Antero.
Grande artista, escritor dos maiores da nossa língua, homem que olhava para o futuro, Eça de Queirós deixou-nos uma mensagem de inconformismo e de exigência.
Ao terminar estas palavras que vos dirijo, desejando os maiores êxitos a este Congresso e saudando todos os participantes, deixo uma reflexão do escritor que homenageamos. Creio que a devemos ter como uma actualíssima mensagem dirigida a nós, homens e mulheres do Portugal democrático do ano 2000: «Uma nação vale pelos seus sábios, pelas suas escolas, pelos seus génios, pela sua literatura, pelos seus exploradores científicos, pelos seus artistas. Hoje, a superioridade é de quem mais pensa, antigamente era de quem mais podia».

CAPÍTULO VIII

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

«Sublinho este ponto, que me parece crucial. A economia portuguesa, por razões que muitos julgam estruturais, tem tido dificuldades em dar o salto que ambicionamos para os níveis de produtividade que nos aproximem mais rapidamente dos países mais desenvolvidos da Europa. Apesar dos extraordinários avanços das últimas décadas, os caminhos rasgados são mais estreitos do que gostaríamos e, por vezes, com barreiras cuja ultrapassagem se revela difícil.»

Sessão Solene de Abertura
da 22.ª Conferência Regional Europeia
da FAO
Porto
24 de Julho de 2000

As primeiras palavras são de saudação a VV. Ex.as Senhores Ministros da Agricultura e Pescas dos países membros europeus da FAO e, de modo particular, para Vossa Excelência, Sr. Jacques Diouf, Director-Geral da FAO, com quem aliás tive já o prazer de trocar impressões sobre as preocupações que vos trazem aqui.

Com a minha presença, pretendo prestar homenagem e reconhecimento ao imenso trabalho que a FAO tem realizado a favor do desenvolvimento da agricultura, das pescas e da alimentação das nações mais pobres, mobilizando para tal sinergias dos países mais ricos.

Com efeito, não é demais recordar que a FAO foi criada com o fito de — como então se dizia — «libertar os povos das necessidades alimentares» (leia-se, da «fome»), quando o mundo saía destruído de uma II Guerra Mundial que, envolvendo territórios de três continentes e forças combatentes oriundas de quase todo o mundo, deixou uma significativa parte da população mundial sem agricultura produtiva e incapaz de gerar meios para o comércio de bens alimentares e vestuário.

Por isto a tónica da FAO começou por ser o aumento da produção. Mas com a reconstrução rápida do após-guerra, em breve começaria a debruçar-se também sobre a distribuição mundial dos produtos alimentares e a estudar a subnutrição que, esta sim, continuou a alastrar por numerosas regiões do globo.

Acresce que, desde o momento em que a Organização das Nações Unidas, em boa hora, criou esta instituição, profundíssimas foram as alterações no mundo e nos sectores agrícola e da pesca em particular.
Até o vocábulo «agricultura» viu alterado a sua semântica nesta velha sociedade europeia. Basta ler e ouvir a comunicação social: abundam as referências aos sistemas de agricultura, ao ambiente, à sustentabilidade, à pluriactividade, aos recursos renováveis.
Deverá salientar-se ser esta uma nova roupagem para velhas realidades: aquela em que os agricultores foram inventando os socalcos, estrumações, pousios, pastagens permanentes, rotações, consociações de plantas herbáceas e lenhosas e outras inumeráveis *boas* práticas culturais.
Eram práticas que estavam adaptadas a uma actividade fitotécnica trabalho-intensiva e com tracção animal. O mundo era um grande conjunto de recursos naturais renováveis e com uma população reduzida; também as tecnologias eram muito extensivas e incapazes de intensificar a produção agrícola.
Depois registou-se uma explosão demográfica, o capital financeiro entrou na agricultura e na pesca, descobriram-se novas tecnologias que libertaram mão-de-obra. A concentração urbana, sobretudo nos países pobres, foi o novo modelo que, por vezes de modo anárquico, as sociedades encontraram para as realidades do final do século.
É conhecida a relação de um agricultor familiar com os seus vinte a quarenta hectares de agricultura itinerante, que alimentavam mal a dezena de pessoas do agregado. Após escasso meio século passou-se para um só agricultor a produzir alimentos e fibras para mais de uma centena de seres humanos. Mas agora utilizando uma panóplia de ferramentas que a tecnologia pôs a seu dispor: tractores e alfaias pesadas, combinadas, doses elevadas de

fertilizantes, energia fóssil e, sobretudo, o potencial genético dos animais e das plantas.

A agricultura europeia foi causa e tomou rumos consequentes com as transformações que atrás se referiram. E a política agrícola comum da UE pouco demorou a criar excedentes. Donde algumas críticas ao empenhamento da Europa, em geral, e da União Europeia em especial, naquilo que historicamente preocupou a FAO: o aumento da produção agrícola (culturas, florestas e animais) para debelar a fome existente no mundo. Como português e usando a mesma língua, aliás, não posso deixar de aqui recordar o grande doutrinador destas matérias, o saudoso Prof. Josué de Castro e a sua célebre obra *Geopolítica da Fome.*

Há agora que responder a perguntas oriundas de outros sectores das nossas sociedades de consumo, nomeadamente das mais urbanizadas: o que sucede com os recursos naturais não-renováveis? E quais as causas para os níveis de acumulação de CO_2, originando o buraco de ozono e o aquecimento global? E o que se passa quanto à perda de diversidade da flora e da fauna (nas pescas, por exemplo)? E relativamente ao contributo da agricultura dos excedentes para a nitrificação das toalhas freáticas?

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Variados são os temas na vossa agenda de trabalhos. Como não poderia deixar de ser, eles procuram sobremaneira ajustar o passo às grandes mutações já referidas, registadas no domínio da agricultura e das pescas, provocadas pelo conhecimento científico, pelo progresso das tecnologias, também pela globalização das actividades terciárias e consequente interpenetração cultural, de tanta importância nos hábitos alimentares e no vestuário, cujas respectivas matérias-primas interessam à FAO.

Assim verifico que preencherão o vosso programa questões da maior oportunidade: sequência da Conferência Mundial da Ali-

mentação, em que muitas esperanças se depositam, nomeadamente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's) mais fragilizados; realização de uma mesa-redonda sobre segurança e qualidade alimentar; a reconstrução e o desenvolvimento da agricultura nas regiões europeias atingidas por catástrofes naturais ou directamente causadas pelo homem (v. g. o que aconteceu nos Balcãs). São problemáticas que carecem de debate aprofundado mas também urgente.

Por outro lado VV. Ex.as terão de procurar definir as prioridades que nortearão a acção da FAO no longo período que decorrerá até 2015. Isto depois de passar em revista o que se realizou no biénio 1998/99, no quadro duma situação em que o grupo dos países pertencentes à União Europeia têm políticas fortemente articuladas e defendidas, em relação aos restantes países europeus e ao mundo exterior em geral. Também neste âmbito será indispensável acordar numa posição progressivamente comum para toda a Europa. Outra questão que vos ocupará é a agricultura biológica, cuja elevada relação custo/benefício tem dificultado uma boa divulgação e assim obstado a que se generalizem as vantagens ambientais que lhe são inerentes. Também o vasto sector da qualidade e segurança dos alimentos para animais não poderá deixar de ser analisado, pelas dificuldades de compatibilização entre os seus efeitos na saúde pública e os interesses económicos da indústria de rações, o que está na origem da terrível crise da BSE, que continua a fustigar países de pecuária débil como o nosso, para além das possíveis consequências para a saúde humana.

Finalmente os Senhores Ministros estudarão um tema bem europeu: o do carácter multifuncional do uso da terra, da agricultura e dos seus agentes, procurando assim evitar a desertificação de vastas manchas do nosso território e a urbanização descontrolada, com aumento quer da exclusão quer dos custos sociais.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
A fome no mundo tem-se de facto reduzido, seja em numerosas áreas geográficas seja em percentagem da população global, mas atinge hoje ainda uma parte significativa da humanidade. Há pois que reconhecer que a FAO cumpriu no essencial as suas missões, apesar da reconhecida limitação de meios disponíveis para as tarefas que lhe foram exigidas pela comunidade internacional.
Não nos iludamos, todavia. Se à realidade da fome, juntarmos a realidade da «população vivendo abaixo do limiar de pobreza», seguros estaremos que fome e limite de pobreza abrangem perto de metade da humanidade. A luta para vencer estes dois obstáculos ao desenvolvimento é muitas vezes a mesma ou, pelo menos, segue caminhos paralelos.
Não cremos que se possa ceder à tentação de confiar esta batalha só à cooperação privada ou bilateral, de raiz empresarial, ou a organizações vocacionadas para o comércio internacional (como a Organização Mundial do Comércio). Estas instituições têm, sem dúvida alguma, um papel imprescindível na organização duma relação global mais justa, tal como as ONG e suas congéneres. Mas não basta.
Também a Organização Mundial do Comércio, embora sendo o novo fórum de discussão das políticas comerciais, não o pode ser em exclusivo. Nem tudo na agricultura é somente financeiro ou tecnocrático. Aí está por exemplo a nova linha política do desenvolvimento rural, que certamente vai granjeando a vossa atenção e em que a multifuncionalidade, o ambiente e a ocupação do território são factores determinantes.
Sabendo embora que hoje a produção alimentar é suficiente para a satisfação das necessidades básicas da nutrição da população do globo, continuamos contudo com o fardo das guerras e tam-

bém com a falta de solidariedade no mundo mais rico, onde o consumismo reina, esquecendo-nos facilmente dos países mais necessitados.

Minhas Senhora e meus Senhores,

Portugal não tem podido oferecer a esta organização, de que é membro fundador, tudo o que desejaria, pois é uma nação que no quadro da UE tem vindo a fazer um grande esforço de desenvolvimento económico e social.

Tem, no entanto, podido dar um contributo de natureza qualitativa; com efeito, dispõe de quadros técnicos em número razoável, com larga experiência e saber sobre países de geografia inter-tropical, colocados desde há muito à disposição da FAO. E vários museus, arquivos e universidades do nosso país possuem uma vastíssima informação sobre o mundo tropical que, sobretudo em África e desde há muito, se foi colhendo, estudando e cotejando com o saber vindo doutras paragens e que é património universal.

Termino reafirmando a minha convicção na importância mundial da FAO na luta contra a pobreza e a exclusão sobretudo nas economias predominantemente agrícolas e pesqueiras.

Estou certo de que o vosso contributo será essencial.

Faço votos para um trabalho eficaz e profícuo.

Sessão Comemorativa do 10.º Aniversário da Confederação dos Empresários do Algarve
Vilamoura
29 de Setembro de 2000

Obrigado, Dr. José Vitorino pelas suas palavras, obrigado também pelo gesto com que a Confederação a que preside me quis distinguir. Não posso deixar de me sentir tocado, digamos assim, não só pelo galardão que me atribuíram, mas também pelos termos em que o fizeram. Neles se aponta a prioridade e ênfase que tenho dado, no exercício das minhas funções políticas, à participação das forças da sociedade civil na modernização do país. Não me é devido qualquer reconhecimento especial por esse facto, trata-se de um compromisso que assumi livremente com os portugueses, mas é sempre gratificante perceber que o nosso empenhamento foi sentido, isto é, foi considerado oportuno, pertinente e, como tal, valorizado.

Estamos aqui, porém, em primeiro lugar, para celebrar o 10.º Aniversário da Confederação dos Empresários do Algarve.

Quero felicitar todos os associados, os corpos dirigentes da Confederação, os fundadores, e, de forma especial, creio que todos concordarão comigo, o grande protagonista deste projecto, o Dr. José Vitorino, que, com o seu entusiasmo e voluntarismo, tem sido o primeiro animador da vida da CEAL.

Dez anos é um período de tempo significativo. A CEAL tem uma idade suficiente para que possamos dizer que, sem perda de juventude, adquiriu estabilidade e solidez. Importa que assim seja, para os interesses que a Confederação representa e promove, em termos sociais e económicos, em termos regionais também.

Permitam-me que, aproveite este ensejo comemorativo, para deixar três apontamentos breves que são suscitados pela análise da acção e do exemplo da CEAL.
O primeiro apontamento pode resumir-se assim: o reforço do associativismo empresarial está e estará na ordem do dia.
Talvez não se tenha vincado suficientemente o contributo do associativismo empresarial para a institucionalização dos interesses legítimos, para a transparência das relações entre mundo económico e Estado, para afinal a própria democratização da sociedade.
Não pretendo recorrer a um chavão, mas o associativismo empresarial, com o que ele pode traduzir de autonomia e representação de interesses, e com o que ele pode significar de participação de um sector de actividade na vida colectiva, o associativismo empresarial tem de ser visto como um elemento valioso da própria cidadania. Como aliás todo o associativismo livre e responsável.
Tenho procurado vincar este aspecto nos múltiplos contactos com associações empresariais de carácter nacional ou regional. Neste último caso, em que se inclui também a CEAL, com o seu enraizamento no tecido económico do Algarve, justifica-se que aponte o seu exemplo.
As associações empresariais regionais podem funcionar como catalisadores das capacidades regionais, como potenciadoras das energias endógenas duma região, processo absolutamente indispensável à coesão nacional, de que tanto se fala, mas nem sempre é compreendido no seu alcance real: só pode haver coesão nacional se garantir igualdade de oportunidades em todo o território, se perceber que a diversidade territorial não é factor de discriminação.
Ora, a CEAL tem estado em muitos momentos na primeira linha da valorização do Algarve, pelo lado que ele merece ser va-

lorizado, que é o do desenvolvimento equilibrado, da afirmação das potencialidades próprias, o da procura da excelência nos produtos e serviços. Assim cumpre uma nobre missão do associativismo empresarial.

O segundo apontamento é uma constatação e um apelo. As associações empresariais têm de constituir-se, seja qual for o plano em que actuem, como um factor de modernização.

Não há, meus amigos, nos dias de hoje, não pode haver, verdadeira modernização empresarial imposta pelas autoridades.

Têm que ser os empresários, através das suas próprias associações, a impulsionar o processo modernizador. Com o Estado, sem dúvida, com as Universidades, cada vez mais, com todas as agências de inovação, mas os verdadeiros motores dessa modernização têm que ser os empresários e as suas associações.

O terceiro apontamento é igualmente simples. Nesta fase de globalização das economias, em que inevitavelmente os Estados deixaram de dispor de certo tipo de instrumentos de actuação no domínio económico, a competitividade deverá ser fruto de uma acção conjugada das autoridades e das associações, sejam estas empresariais sejam sindicais.

Peço licença para sublinhar este ponto, que me parece crucial. A economia portuguesa, por razões que muitos julgam estruturais, tem tido dificuldades em dar o salto que ambicionamos para os níveis de produtividade que nos aproximem mais rapidamente dos países mais desenvolvidos da Europa.

Apesar dos extraordinários avanços das últimas décadas, os caminhos rasgados são mais estreitos do que gostaríamos e, por vezes, com barreiras cuja ultrapassagem se revela difícil.

Sou dos que, como sabem, combate o fatalismo e a resignação e considera ser seu dever permanentemente apelar ao que de capaz, de criativo, de determinado, se afirma todos os dias em Portugal.

Esta mobilização a que incessantemente apelo, meus amigos, não é uma figura de retórica. Sem ela, não conseguiremos vencer as distâncias, que aliás já foram incomensuravelmente maiores. Nessa mobilização das coisas vivas do nosso Portugal, as associações como o CEAL, são insubstituíveis.

Minhas Senhoras e meus Senhores, caro José Vitorino, por todas estas razões aqui estou, e é com muito gosto que me associo ao décimo aniversário da CEAL e faço votos para que tenha uma longa vida ao serviço dos empresários do Algarve, e consequentemente de todo o país.

Sessão de Abertura do X Congresso das Comunicações «A Concorrência e a Economia Digital»
Lisboa
7 de Novembro de 2000

Esta conferência é dedicada à Economia Digital e, como foi referido pelos organizadores, este é o momento de proceder a uma reflexão sobre o tipo e a dimensão das mudanças que as tecnologias de informação e comunicação estão a introduzir nas diferentes esferas da nossa sociedade e da sociedade global em que participamos.

Embora não me considere um especialista em tecnologias de informação e comunicação, tenho vindo nos últimos anos a dedicar uma crescente atenção a este sector e à necessidade, julgo por todos vós sentida, de questionar que tipo de sociedade queremos construir no quadro de um espaço social baseado na informação e como podemos criar as competências necessárias à sua realização.

Julgo que, em abono da verdade, ainda existem muitas incertezas sobre o grau e tipo de mudanças a que iremos assistir. Mas, importa constatar que o ponto agregador dessa mudança parece ser a *Internet* e que a sua importância não se reduz ao mero plano tecnológico.

A *Internet,* tal como o surgimento da fábrica há cerca de dois séculos, representa uma alteração da forma de organização social, cujos impactos vão muito para além da economia e do trabalho e incidem sobre esferas tão diversas como a família, a cultura ou a política.

Tendo presente essa leitura das mudanças em curso, irei centrar a minha intervenção em torno de um tema que considero como

fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, uma sociedade onde o acesso ao conhecimento e à informação são factores quer de igualdade de oportunidades quer de maior justiça na repartição da riqueza.
Esse tema é o da Liberdade e como as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação nos colocam, no campo das organizações e dos indivíduos, novos, e por vezes velhos, desafios.
A descoberta da liberdade económica tem dois séculos de vida e nasce a partir do momento em que se sintetizaram um conjunto de princípios assentes na ideia do mercado e do seu papel dinamizador das sociedades.
O princípio base era o da existência de operadores iguais em que nenhum pudesse exercer um papel dominante, em que o risco não podia ser dominado e por consequência nenhum poderia impor a sua vontade aos restantes.
Isto é, nenhum dos concorrentes detinha capacidade de acesso e análise da informação para obter posições dominantes. Esta é a lógica da mão invisível do mercado em que o inimigo da liberdade era identificado no poder que alguém detinha e os outros não.
Esse é o sistema económico em que vivemos ao longo dos últimos séculos e cujas imperfeições e crises, ao nível nacional, tivemos de combater através da regulação e da acção política no campo da concorrência.
Será que na Era da Informação a economia digital nos coloca novas questões no campo da liberdade de actuação das organizações?
Serei tentado a afirmar que sim. O facto de actuarmos em mercados à escala global e em novas unidades de tempo, quase instantâneas, coloca novos desafios à nossa capacidade de intervenção.

A acumulação de informação e o decorrente exercício do poder que essa acumulação confere, a alguns poucos, deve-nos levar a interrogar se a liberdade no campo concorrencial poderá ser apenas assegurada pelo exercício da política na esfera nacional ou se cada vez mais o espaço político de regulação da igualdade de oportunidades ocorrerá em espaços políticos supranacionais e em redes entre Estados.

Para todos aqueles que pretendem estar, ou já estão presentes, no campo da economia digital, casos como as tentativas de aliança entre as grandes companhias ligadas ao entretenimento e à informação com os fornecedores de acesso à *Internet,* os processos em curso entre a Administração Norte-Americana e grandes empresas de *software* ou os acordos e litígios ainda existentes entre editoras e as novas distribuidoras de música na *Internet* são situações que devem merecer toda a nossa atenção.

Isto porque, sendo Portugal um país possuidor de um mercado de pequena intensidade, muito do nosso sucesso empresarial passa na nova economia, tal como na velha, pela presença global e aí é condição de sucesso o preservar da liberdade concorrencial.

Mas o digital não se circunscreve às organizações. Também na esfera individual novas configurações e desafios se colocam. Nunca é demais insistir na urgência da criação de condições de acesso a este novo espaço social que é a *Internet.*

É fundamental garantir uma igualdade de oportunidades no quadro da Sociedade de Informação, quer dentro de cada Estado quer entre Estados.

Mas creio, igualmente, que não existe uma só solução para a generalização do acesso e que o único caminho é o explorar das diversas opções disponibilizadas por Operadores de telecomunicações, *Internet Service Providers* e pelo Estado.

A generalização do acesso é uma tarefa que nos deve preocupar a todos, pois quantos mais houver com acesso também maior será a falta de liberdade para todos aqueles que ficarem de fora. No entanto, o acesso não é um fim em si para os cidadãos. Da utilização destas tecnologias devem resultar novas formas de exercício da liberdade e não uma potencial restrição da mesma.

De facto, nos últimos anos, tem aumentado a preocupação dos cidadãos face à relação entre novas tecnologias e privacidade. Por exemplo, no âmbito do comércio electrónico é quase unânime a vontade de políticas de privacidade mais respeitadoras dos direitos dos consumidores.

Alguns poderão objectar a afirmação da necessidade de manutenção da privacidade com a constatação de que o sistema dos *media,* como um todo, é cada vez mais percebido como um lugar onde não faz sentido falar de vida privada. Pois, câmaras de filmar em páginas pessoais na *Internet* ou programas que relatam a vida íntima são exemplos da voluntária exposição pública.

Mas importa aqui relembrar que o problema essencial não é o da exposição voluntária ao olhar do público, mas o assegurar do exercício da legítima recusa de divulgação de um «olhar indesejado» sobre a vida de cada cidadão.

O uso maciço de tecnologias com capacidade de registo e, consequentemente, de vigilância coloca sempre em perigo esta liberdade existencial, à qual se ligam a espontaneidade dos gestos da vida quotidiana e a livre construção da personalidade.

As nossas sociedades não devem, em condição alguma, transformar-se em sociedades da identificação forçada das pessoas ou da sua classificação analítica.

Por muito que as possibilidades nos sejam oferecidas pelas tecnologias a sua utilização em definitivo depende não da neces-

sidade económica ou burocrática, mas sim das escolhas partilhadas pelas sociedades.

E a sociedade em que vivemos é uma sociedade que valoriza o direito a ser «deixado em paz» a par do direito de controlar o uso da própria informação como forma de não ser simplificado, objectivado e avaliado fora de contexto.

Liberdade concorrencial, liberdade de acesso e privacidade são conquistas fundamentais das nossas sociedades.

Na Era da Informação existem desafios herdados, novos desafios e outros permanentes como a defesa da liberdade.

A experiência de séculos, sobre a qual construímos a convivência humana, diz-nos que são necessárias regras. Pois atrás do grande horizonte da liberdade de tantos continua a esconder-se a possibilidade do poder de poucos.

Importa, assim, lembrar que não basta exercer a liberdade, mas igualmente defendê-la, pois só assim poderemos assegurar uma real igualdade de oportunidades e essa é uma tarefa partilhada por Cidadãos, Estado e Organizações.

Entrega do Prémio PME Excelência do IAPMEI
Santa Maria da Feira
14 de Novembro de 2000

Dediquei boa parte deste meu mandato a contribuir para uma batalha, que creio longe de estar ganha, em que as armas do rigor e da exigência na crítica às realidades que nos cercam são usadas não para cultivar a lamúria, a desesperança e a maledicência mas, pelo contrário, para identificar com rigor e para trilhar com determinação os caminhos do desenvolvimento económico, do progresso social e da universalidade da cidadania.

Nos inúmeros contactos que tive com os especialistas e os académicos das mais variadas áreas do conhecimento, com os empresários e os dirigentes empresariais, com os trabalhadores e os sindicalistas, com a comunicação social e os líderes de opinião, com os mais diversos actores da sociedade portuguesa e, naturalmente, com os dirigentes e responsáveis políticos, tive sempre a preocupação de fazer notar que, em minha opinião, é tão importante identificar bem os problemas como aprender o mais que nos for possível com os que foram bem sucedidos na procura das soluções.

É, pois, com genuíno prazer que, também aqui, junto a minha voz à dos que pugnam pelo reconhecimento público e pela criação de condições para que as PME que buscam a excelência empresarial disponham de apoios que lhes facilitarão o prosseguimento da sua actividade económica com o alto de nível de eficiência que já as caracteriza.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
As informações divulgadas pelos organizadores deste encontro mostram que a decisão de premiar as pequenas e médias empresas que atingiram patamares particularmente relevantes de eficiência e de rentabilidade é, simultaneamente, uma boa ideia, bem desenvolvida e bem aplicada.
E é-o, antes do mais, porque a sua aplicação aos sectores da indústria, do comércio, da construção, dos serviços e do turismo, o elevado número de concorrentes e a manutenção de critérios exigentes de qualificação e de atribuição dos benefícios demonstram que é possível desenvolver em Portugal empresas capazes de trilhar com assinalável êxito os caminhos do progresso económico.
Acresce que a caracterização das empresas que atingiram o estatuto de PME de Excelência comprova que existem segmentos muito dinâmicos do tecido empresarial nacional, que o País ganharia em conhecer melhor, o que constitui uma factor adicional de confiança no nosso futuro colectivo.
Num País em que cerca de 90 % das empresas são pequenas ou médias e em que é decisiva a vitória na batalha pelo aumento da competitividade, é certamente motivo de alegria e motivo de esperança dispor de mais de 1000 empresas que, com uma média de menos de 60 trabalhadores, facturam acima de 1 milhão de contos, dispõem de uma razoável autonomia financeira e obtêm uma rentabilidade dos capitais próprios superior à média das empresas cotadas no mercado de capitais.
Eis, portanto, um primeiro facto que deve ser assinalado com o devido relevo.
O segundo aspecto que quero vincar é que essas empresas se distribuem pelo centro, pelo norte e pela região de Lisboa e Vale do Tejo concentrando-se na faixa litoral, mas estão também presentes em distritos como Braga, Coimbra e Viseu, facto que não

pode passar despercebido a quem se bate pela coesão nacional e pelo equilíbrio do desenvolvimento regional.
Em terceiro lugar, não posso deixar de fazer algumas referências ao que, de acordo com a informação que me foi fornecida, são as características destas empresas de excelência.
São empresas que dispõem de ideias claras quanto aos seus objectivos, empresas em que as preocupações em satisfazer os clientes, em manter altos padrões de qualidade, em acompanhar a inovação tecnológica e em motivar os trabalhadores ocupam lugar destacado nas prioridades de quem as dirige.
São, também, empresas cujos trabalhadores são predominantemente jovens ou muito jovens, empresas que tomam em consideração as opiniões dos seus trabalhadores, a quem são dadas boas oportunidades de formação profissional.
São, além disso, empresas que participam frequentemente em feiras, reuniões e congressos ligados à sua actividade e que estão integradas em associações profissionais.
São, igualmente, empresas em que o esforço persistente e continuado em conjugar a melhoria da rentabilidade empresarial com a motivação dos que nelas trabalham e com a responsabilidade social da empresa perante a comunidade em que inserem ocupam lugares cimeiros entre os critérios de quem as dirige.
São, por último, empresas e em que os investimentos visam prioritariamente a aquisição de novas tecnologias, a melhoria da qualidade dos produtos e dos processos de produção, das condições de trabalho e o respeito das normas ambientais.
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Todos sabemos que os próximos anos são decisivos para o futuro de Portugal porque o País tem perante si o desafio de garantir um importante esforço de modernização sem gerar fracturas políticas e sociais que minem a coesão nacional.

Eu olho com confiança para o futuro de Portugal.
Sei que o momento que vivemos corresponde a uma maior exigência dos Portugueses no seu relacionamento com o sistema político, sobretudo à necessidade de maior transparência, de maior equidade e de uma renovada capacidade de responder com eficiência às expectativas e às ansiedades dos cidadãos.
Sei, também, que as necessidades de maior qualidade e de maior competitividade marcarão o quotidiano das empresas, ao mesmo tempo que os serviços públicos terão de enfrentar crescentemente as consequências do desenvolvimento cultural, social e económico que o País vem conhecendo e que, felizmente, torna os cidadãos e as organizações em que trabalham mais conscientes dos seus direitos.
Mas sei, igualmente, que o nosso País tem razões para acreditar em si próprio, na capacidade de realização dos seus cidadãos, das suas empresas e das suas instituições porque já deu provas de que sabe enfrentar e vencer batalhas difíceis, que é capaz de conceber e de realizar grandes empreendimentos, que sabe e quer contribuir para as tarefas da paz, do desenvolvimento e da solidariedade internacionais.
Estou, por todas estas razões, certo de que Portugal vai responder com êxito aos desafios de que depende a construção dum futuro mais próspero, mais justo e mais livre, de que Portugal vai vencer as batalhas do aumento da competitividade empresarial, aproximando-se decisivamente — como é necessário — dos níveis de produtividade que caracterizam os países com que concorremos, dentro e fora da União Europeia, e que crescentemente nos respeitam.
Os prémios que vão ser atribuídos e os apoios que eles traduzem constituem mais uma passo — e um passo muito relevante! — nesse caminho.

Aos empresários e aos trabalhadores das empresas a quem foi reconhecida a excelência dos resultados a que chegaram, ao IAPMEI e às instituições financeiras que com ele cooperam para darem a notoriedade e os apoios que merecem quem atinge padrões de desempenho tão elevados, é devida uma palavra de aplauso e um voto de confiança quanto ao futuro do seu trabalho pela contribuição que estão a dar e que, estou certo, quererão continuar a assegurar para melhorar as condições do desenvolvimento sustentado de Portugal.
Muito obrigado pela vossa atenção.

CAPÍTULO IX

DIREITOS SOCIAIS

«Penso que muito do nosso futuro como cidadãos europeus depende das respostas que formos capazes de construir para enfrentar esse duplo desafio permanente das sociedades avançadas que consiste em, por um lado, assegurar o desenvolvimento económico que o mercado permite, e, por outro lado, limitar as desigualdades que ele engendra e potencia.»

Sessão Solene de Abertura
da 1.ª Reunião Comité Europeu
da Union Network International
Lisboa
13 de Abril de 2000

É minha convicção profunda que uma das principais responsabilidades de todos aqueles a quem o voto conferiu o dever de velar pelo bem comum e pela coesão das sociedades que os escolheram é a de garantirem a efectividade dos direitos dos cidadãos e o desenvolvimento da cidadania.
E porque assim penso, entendo que a questão social deve ocupar um lugar central na acção política.
Ora, como sabemos, as mudanças em curso em cada um dos nossos Países, na Europa e no Mundo, afectaram profundamente as relações entre as esferas do político, do económico e do social. Tais transformações trouxeram à superfície os sinais da crise do pacto social tradicional, sinais esses que, apesar das características próprias de cada um dos Estados-membros da União Europeia, são iniludíveis em todas as sociedades europeias.
Sei bem que os esforços para encontrar novos meios de conjugar a cidadania e o desenvolvimento económico, o progresso social e a competitividade empresarial motivam inteligências, saberes, vontades, e organizações como as que aqui estão.
Sei, igualmente, que o movimento sindical vem tentando identificar e responder aos desafios criados quer pela transnacionalização e concentração das empresas, quer pela globalização dos mercados financeiros e de outras áreas de negócios, de que as tecnologias da informação e da comunicação constituem um dos exemplos mais notórios.

É positivo para a democracia que assim seja.
Por isso, como cidadão, motivado pelo combate a favor da limitação das desigualdades sociais e económicas, e como Presidente da República, ciente de que um dos deveres da política é o de garantir a soberania da lei e a efectividade dos direitos dos cidadãos, quero sublinhar, uma vez mais, o meu apoio a todos os esforços que estão a ser feitos para criar as instituições e adoptar as medidas necessárias a que a Europa se mantenha como uma das referências mundiais da cidadania democrática.
Minhas Senhoras e meus Senhores,
O futuro de cada um de nós e dos nossos países está hoje profundamente ligado ao da União Europeia, em cuja construção temos o direito e o dever de participar.
E é porque estou certo de que queremos continuar nesse caminho, exigente e rigoroso, do desenvolvimento económico, da solidariedade social e do aprofundamento da cidadania que julgo indispensável melhorar a eficiência e a qualidade das respostas que têm vindo a ser dadas, dentro e fora de Portugal, à crise do acordo social que garantiu às democracias desenvolvidas da Europa décadas consecutivas de crescimento económico e de progresso social.
Os sinais das dificuldades em que nos encontramos são claros e bem conhecidos.
Em primeiro lugar, os altos níveis de desemprego que conhecemos e, em particular, a permanência de elevadas taxas de desemprego de longa duração.
Em segundo lugar, as persistentes desigualdades sociais no acesso ao trabalho, ao emprego e aos rendimentos. Atingindo de forma particularmente intensa as mulheres, os menos qualificados e os mais idosos, tais desigualdades também não poupam alguns grupos de jovens muito escolarizados.

Em terceiro lugar, a insegurança de uma parte crescente dos cidadãos quanto aos seus níveis de rendimento no presente e no futuro e o desenvolvimento de novas formas de pobreza, associadas às mutações em curso nos mercados de trabalho.
Em quarto lugar, os problemas de financiamento da segurança social, derivados tanto das mudanças demográficas, como do aumento das necessidades de protecção social; tanto do aumento do desemprego, como, ainda, das pressões para a redução da carga contributiva ligada ao trabalho e ao emprego.
Em quinto lugar, mas não menos importante, a desatenção, por vezes mesmo a ofensa, aos valores do diálogo social que constitui uma das marcas da identidade europeia contemporânea.
É sabido que existem divergências — umas científicas, outras políticas — quanto às causas da crise do pacto social tradicional e à modificação da agenda das relações industriais.
Mas, qualquer que tenha sido o caminho predominante nos diferentes países, os especialistas, os agentes sociais e económicos, os decisores políticos e a comunicação social convergem muitas vezes na ideia de que, enquanto se ampliaram os problemas sócio-económicos com que nos deparamos, as alternativas políticas susceptíveis de os enfrentar se estreitaram.
É esta situação, com muito de paradoxal, que ainda hoje vivemos e que parece insustentável a muitos de nós.
Julgo, e faço questão de o reafirmar perante esta audiência, que a política não é um espaço virtual, tornado cada vez mais exíguo pela evolução dos mercados, e que os direitos sociais não são, não podem ser, um luxo que se deve reservar para épocas de abundância.
Pelo contrário, parece-me que as transformações que o mundo está a conhecer exigem de todos nós mais empenhamento nos valores da democracia e da equidade social.

Dir-se-á que, sobretudo na última década, se multiplicaram iniciativas, algumas de indiscutível importância, destinadas ao debate das reformas que a situação exige e que, desde o Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego, até às Cimeiras do Luxemburgo e de Lisboa se fez uma parte do caminho que, respeitando as especificidades próprias de cada Estado-membro, permite pensar no futuro da cidadania social europeia com essa mistura de optimismo e de determinação que leva as mulheres e os homens a construírem o seu futuro.

Mas estou igualmente certo que partilharemos da insatisfação quanto às respostas de que já dispomos para tentar conciliar de forma mais equitativa o aumento da competitividade empresarial e a cidadania social dos europeus, para melhorar a eficiência e a equidade dos sistemas de emprego, tantas vezes discriminatórios, quando não mesmo segregacionistas.

Que novos direitos é preciso assegurar para que os cidadãos, para além de disporem de reais possibilidades de adaptação à situação presente, possam encarar o futuro como um tempo mais promissor do que o passado?

De que alternativas dispomos para assegurar que, numa União Europeia monetariamente unificada, os diferentes mercados de trabalho, com as características que os individualizam, consigam responder às alterações conjunturais e estruturais em curso, sem darem lugar a crises sociais graves dentro de cada Estado e a crises políticas relevantes entre Estados-membros?

Quem pode e quem deve fazer o quê para criar um conjunto de instrumentos de solidariedade económica e social que garanta a coesão europeia?

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Penso que muito do nosso futuro como cidadãos europeus depende das respostas que formos capazes de construir para enfren-

tar esse duplo desafio permanente das sociedades avançadas que consiste em, por um lado, assegurar o desenvolvimento económico que o mercado permite, e, por outro lado, limitar as desigualdades que ele engendra e potencia.

Temos pela frente desafios novos que, todos o sabemos, não poderão ser ganhos com estratégias cujos resultados ficaram aquém do que prometiam.

Espero e desejo que esta vossa reunião constitua um instrumento mais dessa fábrica de solidariedade que constitui um dos motivos de orgulho do sindicalismo e da cidadania.

E espero, também, que os se deslocaram propositadamente a Portugal, tenham uma estadia agradável e proveitosa no nosso País.

Sessão Especial
da 88.ª Conferência Internacional
do Trabalho
Genebra
5 de Junho de 2000

Permitam-me que comece por agradecer as palavras, tão amáveis e tão estimulantes, do Embaixador Juan Somavia e que saúde vivamente o modo como vem exercendo o seu importante cargo de Director-Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Foi com muita honra que aceitei o convite para me dirigir a esta ilustre assembleia, onde marcam presença personalidades e organizações com funções e responsabilidades tão decisivas perante o presente e o futuro da dignidade no trabalho das mulheres e dos homens do mundo inteiro.

Uma das principais responsabilidades de todos aqueles a quem o voto conferiu o dever de garantir a liberdade e de promover a equidade das sociedades em que vivemos é a de contribuírem activamente para que a efectividade dos direitos dos cidadãos ocupe um lugar central nas decisões políticas que condicionam o futuro da humanidade.

Como português e como europeu, a honra e o prazer de me dirigir a esta Conferência são tanto maiores, quanto é de elementar justiça reconhecer que, quer o modelo de protecção social dominante na Europa, quer a evolução das relações industriais em Portugal devem muito a décadas de investigação séria e de cooperação técnica com a OIT.

Quero ainda agradecer a oportunidade que me foi dada de vos falar em português, uma língua na qual se expressam, nos vários

continentes, duzentos milhões de pessoas, com culturas tão ricas quanto variadas.
Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
A segunda metade da década de 90 mostrou que a OIT encara com lucidez e com determinação o desenvolvimento do seu lugar no sistema das Nações Unidas e está a consolidar novos métodos de actuação, susceptíveis de optimizar o papel do tripartismo internacional na reinvenção progressista dos direitos no trabalho.
Porque considero essencial que esses esforços sejam bem sucedidos, desejo dar um contributo para o debate sobre as velhas e as novas formas de desigualdade induzidas pela economia, bem como sobre a definição das fronteiras da decência e da dignidade do trabalho.
O mundo em que vivemos é, todos o sabemos, muito diferente daquele que nos viu nascer.
Os sistemas de valores e aspirações sociais, as relações entre os cidadãos e os Estados-nação e entre os diferentes países e espaços regionais estão hoje sujeitos a condicionalismos que não existiam na época que fez nascer e desenvolver a Organização Internacional do Trabalho.
Sem esquecer outros factores condicionantes, gostaria de sublinhar três dimensões: a globalização dos fluxos financeiros, a transnacionalização das actividades empresariais e o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Estou convicto de que tais factores alteraram, em todo o mundo, as premissas do desenvolvimento económico, da própria solidariedade social, da governabilidade das sociedades contemporâneas e as representações colectivas de tempo, de espaço e, o que é extremamente importante, as relações de poder dos nossos dias.

É certo que a globalização dos mercados financeiros, o aumento do poderio das empresas transnacionais e a revolução das tecnologias da informação e da comunicação, ao mesmo tempo que criaram oportunidades de desenvolvimento sem precedentes, vieram agravar a situação de desigualdade em que vivem regiões imensas do mundo e amplos grupos de pessoas, que se viram ainda mais afastados do que antes, quer do jogo competitivo mundial, quer dos benefícios das mudanças em curso.

No meu entender, estamos perante novos riscos e sérias ameaças a regras, sistemas e organizações a quem a história reconhece um papel decisivo na promoção e na defesa dos valores da dignidade humana e da solidariedade social.

Não considero que os imperativos da competitividade empresarial nos condenem à opção, mutuamente exclusiva, entre a eficiência económica e a justiça social.

Recuso a tese segundo a qual a intervenção dos poderes públicos nacionais e das organizações internacionais está hoje limitada a um espaço tão exíguo que, em muitos casos, seria incapaz de assegurar a efectividade dos direitos cívicos e políticos, ao mesmo tempo que transformaria os direitos sociais num luxo só possível nas regiões e nas épocas de maior prosperidade.

Como todos sabemos, dentro da comunidade científica, nos sindicatos, nas organizações empresariais e nas instituições políticas, cresce o número de vozes e multiplicam-se os argumentos contra a inevitabilidade desses pretensos determinismos económicos e tecnológicos.

É cada vez mais claro que o mundo em que vivemos e o futuro que podemos construir não estão condenados a ser um espaço e um tempo em que os maiores e mais poderosos vencem sempre os mais pequenos e mais vulneráveis, e em que a ética social tem de ser sacrificada à competitividade empresarial ou mesmo às lógicas especulativas dos mercados financeiros.

Quanto a este último aspecto, não quero deixar de afirmar que me parece necessário desenvolver no seio de organizações internacionais, como a OIT e outras, o debate aprofundado sobre os modos de regulação dos mercados internacionais de capitais face a alguns movimentos que são de natureza eminentemente especulativa. Sabe-se que eles têm sido responsáveis por choques e perturbações na economia e nos sistemas de emprego com repercussões sociais de enorme gravidade. E também é sabido que existem propostas, subscritas por reputados economistas, que apontam no sentido de disciplinar esses movimentos e de minimizar os seus efeitos mais funestos, não sem ao mesmo tempo criarem condições para consolidar formas mais equilibradas e solidárias de relacionamento entre as nações.

Não me parece legítimo ignorar estas contribuições, nem adiar por mais tempo um esforço sério e conjugado, no plano das instituições internacionais, para avaliar o seu rigor e operacionalidade. Estou convencido que, se não caminharmos nesta direcção, acabará por se ir perdendo a esperança na possibilidade de introduzir racionalidade acrescida no sistema económico internacional.

A meu ver, podemos e devemos fazer muito para que a economia aumente e melhore as condições de que a humanidade dispõe para satisfazer as suas necessidades e os seus anseios.

Mas é no quadro de uma ética social humanista que se têm de encontrar os valores que organizam e dão coesão às sociedades, assim como é às instituições políticas democráticas que compete regular as relações entre os homens e entre estes e a natureza.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Terminada a primeira parte da minha intervenção, permitam-me que me ocupe seguidamente de alguns temas que, embora

referenciados à Europa, espaço económico, social e cultural em que o meu País se integra, me permitirão abordar as questões mais gerais do trabalho e do emprego.

Durante as duas últimas décadas, o chamado *welfare state* europeu esteve debaixo do fogo dos que consideram que é impossível responder simultaneamente, com eficiência, ao triplo desafio da competição económica, da promoção do emprego e da limitação das desigualdades sociais.

Apesar dos milhões de pobres e de desempregados que existem na Europa, os sistemas de relações industriais, os modelos de protecção e a generalidade dos instrumentos de promoção da cidadania social foram, e nalguns casos ainda são, criticados por alegadamente serem responsáveis pela perda da competitividade europeia.

Todos estaremos lembrados das receitas simplistas que, em nome da promoção do emprego, afirmavam a necessidade da Europa reduzir os níveis e limitar drasticamente o alcance das garantias cívicas e sociais que a singularizam no Mundo.

Conto-me entre os que consideram que o chamado modelo social europeu, com o sistema de relações industriais que o integra, está na base das décadas de crescimento económico e de progresso social que os países democráticos da Europa conheceram no pós-guerra.

Mas pertenço também ao grupo dos que sabem que tal modelo não resultou de qualquer automatismo económico ou tecnológico. Resultou sim, pelo contrário, de um esforço continuado das sociedades democráticas avançadas para limitarem e corrigirem, através de um quadro institucional adequado, as desigualdades induzidas pelas economias de mercado.

Não creio que a solução para as dificuldades de competitividade das empresas ou para os problemas de emprego e de desemprego

que as sociedades europeias vêm conhecendo, possa ou deva passar pelo desmantelamento, mesmo que cautelosamente realizado, desse traço comum da nossa identidade colectiva que é a ligação estreita entre os direitos cívicos, sociais e políticos dos cidadãos.
Perante esta audiência, não me deterei a enumerar e a discutir os motivos que me têm levado a juntar a minha voz à dos que, constatando a crise do sistema de emprego, do sistema de relações industriais e dos modelos de protecção social europeus, se batem pela sua reinvenção, isto é, pela sua melhor adequação aos desafios que a equidade social e eficiência económica colocam nos nossos dias.
Sei bem que falo de uma das tarefas mais difíceis, mas também das mais importantes, que a governabilidade das nossas sociedades hoje nos impõe.
Reinventar as condições do pleno emprego, adaptar os sistemas de relações industriais à mudança económica e às novas clivagens sociais e melhorar o nível e a equidade dos sistemas de protecção social em função das mudanças já verificadas ou previsíveis são, evidentemente, tarefas cuja importância não carece de qualquer sublinhado.
Acresce que, também o sabemos, tais transformações, sendo urgentes, nem podem ser realizadas da noite para o dia, nem podem ser concretizadas apenas pelo Governo de cada um dos actuais dos Estados-membros da União Europeia, ou de quaisquer outros países europeus.
O desafio com que estamos confrontados na Europa não é o de defendermos, a qualquer preço, um modelo que precisa de ser reformado.
O desafio para que temos o dever de encontrar respostas eficazes é o de adaptarmos a legislação do trabalho, as instituições e as práticas de diálogo social e de negociação colectiva às exigências

duma competição económica em que a inovação e o conhecimento ocupam um lugar sem precedentes; é o de reestruturarmos os sistemas de protecção social de modo a erradicar a pobreza; é o de facilitarmos a integração social dos grupos mais vulneráveis; é, em suma, o de limitarmos as desigualdades e promovermos a equidade social e a dignidade no mundo do trabalho.

Acredito firmemente que a resposta a tão complexo desafio não pode prescindir de um esforço sério de concertação social tripartida, e que esta última obriga, por seu turno, a alguma ousadia e disponibilidade recíproca em matéria de compromissos políticos. Sem essa abertura ao diálogo e à partilha de responsabilidades por parte dos protagonistas institucionais da vida política e social, sem essa consciência de que o bem colectivo e a noção de serviço público se devem sobrepor a interesses e estratégias de acção particulares — diminuirá fortemente, quanto a mim, a probabilidade de contribuirmos para a edificação de sociedades realmente inclusivas. A acção política, a administração pública e, de um modo geral, o conjunto de instituições sociais correm o risco, nessa eventualidade, de serem vistos não como um instrumento activo da democracia participativa, mas sim, como um adereço supérfluo na vida dos cidadãos. Não o podemos consentir.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A Cimeira de Copenhaga, de 1995, a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Singapura em 1996, definiram a via que a «Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos princípios e aos direitos fundamentais no trabalho e à sua aplicação», aqui adoptada em 1998, veio desenvolver e explicitar.

Faço questão de reafirmar, nesta Conferência, a adesão de Portugal a esse núcleo essencial de valores, bem como de vos garantir

que estou profundamente convicto de que a dignidade humana e o progresso social do conjunto da humanidade têm muito a esperar dos métodos de acompanhamento estipulados por aquela Declaração.

Portugal, que integra a OIT desde a sua fundação, orgulha-se de pertencer ao grupo dos países que ratificaram as oito convenções que consagram as normas da OIT que dão corpo a esses quatro pilares de direitos fundamentais no trabalho. Tenho o prazer de vos dizer em primeira mão que acabamos de ratificar a Convenção Contra a Exploração do Trabalho Infantil 182, de 1999.

O meu País, onde, durante décadas de ditadura, foram coarctados os direitos de cidadania e as oportunidades de desenvolvimento económico e social, sabe dar todo o valor à liberdade sindical e ao reconhecimento efectivo do direito de negociação colectiva, à eliminação do trabalho forçado, à abolição efectiva do trabalho infantil, bem como à eliminação da discriminação no domínio do emprego e da formação.

Portugal encara com optimismo o papel da OIT no mundo actual e entende que deve contribuir para que esta organização internacional disponha dos meios necessários para que possa realizar plenamente a sua indispensável função de fórum de regulação social do desenvolvimento económico e do progresso social.

Nos últimos anos, Portugal tem vindo a desenvolver a sua cooperação com a OIT, tanto no plano bilateral, como no plano multilateral.

Dessa cooperação desejo salientar, quer o programa visando o desenvolvimento do diálogo social nos países africanos de língua oficial portuguesa, quer o projecto, pioneiro em países desenvolvidos, de cooperação técnica para a erradicação efectiva do trabalho infantil no nosso País.

Num caso como noutro, avaliamos de forma muito positiva os resultados obtidos, o que constitui uma razão adicional para nos assumirmos como adeptos entusiastas das vantagens da cooperação com a OIT, quer para os países desenvolvidos, quer para os países com níveis de desenvolvimento menos consolidado.

Neste ano em que a Conferência Internacional do Trabalho aplica, pela primeira vez, a metodologia adoptada em 1998 para avaliar os progressos realizados no primeiro dos quatro pilares que estruturam os direitos fundamentais no trabalho — a liberdade sindical e o direito de negociação colectiva —, quero congratular-me com os esforços que estão a ser desenvolvidos para complementar o conjunto de instrumentos de intervenção do tripartismo.

Também por isso, gostaria de terminar a minha intervenção fazendo uma sugestão e lançando um apelo.

A sugestão consiste em que se usem todas as potencialidades criadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação para que as opiniões públicas do mundo inteiro conheçam melhor e mais depressa os problemas do trabalho no mundo e o que vem sendo feito para que, em todo o planeta, cada vez menos crianças, mulheres e homens sejam forçados a trabalhar em condições indignas.

Todos os que, como eu e, felizmente, tantos outros no mundo inteiro, se bateram pela dignidade e pelo direito do Povo de Timor-Leste a dispor de si próprio, sabem que as opiniões públicas podem constituir um factor decisivo na criação de condições para que a liberdade e a cidadania percorra o caminho que vai das proclamações abstractas ao seu exercício quotidiano pelas pessoas.

Daí decorre o apelo que aqui gostaria de lançar à comunidade internacional dos intelectuais, dos artistas, dos escritores e dos jornalistas. Peço, a partir desta prestigiada tribuna, que apoiem a

Organização Internacional do Trabalho, com a generosidade própria dos que decidiram pôr-se do lado das grandes causas da Humanidade, na realização de uma campanha mundial a favor da dignificação do trabalho.

Através da palavra escrita, da imagem, da dança, da *performance* teatral, e recorrendo a meios de difusão com toda a eficácia dos velhos e novos *media*, seria possível criar, dessa maneira, um movimento de consciencialização da opinião pública internacional para a injustiça das desigualdades e exclusões que continuam a impedir a realização plena, no mundo do trabalho, das extraordinárias capacidades humanas de criação e progresso.

Estética, técnica e ética não têm de permanecer como momentos isolados da vida — por que não uni-las num magnífico laço solidário?

Fica o apelo.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Sessão Comemorativa do 30.º Aniversário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — IN
Costa da Caparica
30 de Setembro de 2000

Resolvi aceitar o convite para participar nesta festa de aniversário porque a CGTP merece o meu respeito e a minha esperança.

O respeito que nutro pela CGTP tem várias razões de ser.

Em primeiro lugar, pelo papel desempenhado pelos sindicalistas que, a partir das direcções desses quatro sindicatos que ousaram defrontar a ditadura, foram organizando o debate e a acção em favor dos direitos dos trabalhadores.

Trata-se, aliás, de uma parte da nossa história recente que, não sendo património de ninguém, é preciso não deixar esquecer, não tanto porque ela constitui — para mim como para tantos que aqui estão — motivo de orgulho, mas sobretudo porque é preciso dar às gerações mais jovens, que já não conheceram a ditadura, a possibilidade de compreender o valor que têm a liberdade, a democracia e a participação na construção do nosso futuro colectivo.

Em segundo lugar, porque os sindicatos oferecem quotidianamente à nossa vida colectiva um contributo inestimável, que consiste em dar expressão à insatisfação de grandes grupos de trabalhadores, contribuindo para que a questão da desigualdade económica tenha a importância política que lhe pertence.

Mesmo quando não se está de acordo com alguns pontos de vista sindicais — é por vezes o caso — ou quando se discorda do modo ou da oportunidade com que alguns protestos se exprimem, o apego

aos valores democráticos e também a verdade exigem que se reconheça que, sem a presença activa dos sindicatos, a vida política portuguesa seria mais pobre e, com grande probabilidade, algumas decisões seriam mais injustas para os trabalhadores.
A terceira razão deriva do papel fundamental e insubstituível que o sindicalismo pode ter no desenvolvimento da cidadania e na modernização da sociedade portuguesa.
Pertenço ao grupo daqueles para quem os futuros desejáveis não podem ser construídos sobre a derrota sistemática das reivindicações dos trabalhadores.
Quero reafirmar, uma vez mais que, no meu entender, há muito a mudar no mundo do trabalho.
Mas, depois de duas décadas de flexibilização das relações de trabalho — coisa de que se fala pouco —, julgo que é indispensável traçar algumas fronteiras que não podem ser transpostas, seja onde for, sem que se tire ao trabalho a dignidade e a decência que ele tem e deve ter.
Refiro-me, evidentemente, a essa batalha fundamental dos nossos dias que vem sendo travada pela OIT, pelas organizações sindicais internacionais e por muitos dirigentes políticos e que consiste em confrontar as reivindicações do mundo económico com os quatro pilares fundamentais dos direitos do trabalho. São eles, como se sabe: a liberdade sindical e o efectivo direito à negociação colectiva; a eliminação do trabalho forçado; a erradicação do trabalho infantil e a eliminação da discriminação no domínio do emprego e da formação.
Tornar efectivos os direitos económicos, sociais e políticos dos cidadãos, promover um emprego com futuro e com direitos para todos, reduzir as desigualdades de oportunidades entre as mulheres e os homens que vivem e trabalham em Portugal são mais do que reivindicações sindicais.

São, a meu ver, algumas das mais importantes exigências da promoção e do desenvolvimento da cidadania e constituem, por isso mesmo, outros tantos motivos para que os democratas e progressistas assegurem ao sindicalismo a respeitabilidade a que tem direito, mesmo quando, aqui e ali, se não concorda com as suas teses ou com as suas acções.

Deixem-me terminar esta saudação ao vosso 30.º aniversário com uma palavra de esperança.

A primeira razão da minha esperança reside no facto de estarmos aqui reunidos nesta data tão especial. E se aqui estamos é porque estes trinta anos deram a muitos de nós, senão mesmo a todos nós, uma noção muito vincada das responsabilidades de cada um perante as gigantescas mudanças que estão em curso.

No respeito pelos valores que dão coerência e dignidade à vida de cada um, é indispensável que se tome a sério a exigência, que é a nossa, de termos de encontrar novas formas de promover a dignidade do trabalho e a solidariedade social.

Este dia de festa não é, certamente, o momento adequado para discutir o passado ou o que, ao longo dos anos, nos uniu e nos dividiu.

Sei, por experiência própria, que não é fácil assumir a responsabilidade de estar permanentemente a chamar a atenção para os problemas que estão por resolver, a criticar as soluções que se consideram inadequadas ou a combater os egoísmos individuais ou grupais em nome do bem comum e da equidade social.

E sei também, graças ao que aprendi nos muitos anos que já levo de vida e de luta política — e não esqueço nem a luta contra a ditadura nem estes anos como Presidente da República —, que falo a um conjunto de mulheres e de homens que impuseram a si próprios o dever de se baterem pelos direitos e pelos interesses dos que aceitaram representar.

É verdade que a acção quotidiana do sindicalismo nem sempre convida à reflexão estratégica.
Mas estou convencido que se pode e deve contar com os sindicalistas e com os sindicatos portugueses para assumirem plenamente as responsabilidades, que lhes cabem e que não são transferíveis. Trata-se de usar inteiramente essa escassa margem de liberdade que permite conjugar melhor a eficiência económica, de que não podemos prescindir, com a dignidade do trabalho e a solidariedade social, que não devemos nem queremos sacrificar.
Sei que se pode e se deve contar com os sindicatos nessa tarefa — difícil e exigente entre todas — que é a construção dum Portugal capaz de erradicar o trabalho infantil, de reduzir drasticamente o trabalho ilegal, de melhorar a qualidade do emprego, de enfrentar as velhas e as novas fracturas sociais com políticas capazes de limitar as desigualdades económicas e sociais sem travar o crescimento económico.
E sabê-lo constitui, para mim, apesar das dificuldades de tal caminho, uma das causas da esperança e da confiança que mantenho no presente e no futuro de Portugal.

Conferência «Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil nos Países da Europa»
Lisboa
1 de Fevereiro de 2001

É com muito gosto que saúdo a realização desta Conferência e que desejo a todos os que nela participam três dias de trabalho produtivo e agradável.
Permitam-me que interprete a presença de todos os que estão nesta sala num duplo sentido.
Antes de mais, como uma demonstração da vontade comum de contribuir para a erradicação da exploração do trabalho infantil das sociedades contemporâneas.
Depois, como uma homenagem a todos os que, em Portugal como noutros países, se batem por um desenvolvimento económico que reconheça e respeite os limites impostos pela dignidade humana e pela solidariedade social.
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Portugal realizou no último quarto de século um conjunto de transformações políticas, económicas e sociais muito profundas.
Do derrube da ditadura à institucionalização da democracia, do fim da guerra colonial à integração dos retornados, do isolamento internacional à integração nas Comunidades Europeias vai um caminho onde as dificuldades já vencidas não ocultam a dimensão das que temos de ser capazes de ultrapassar.
Portugal, que é hoje um país de acolhimento para um número crescente de cidadãos estrangeiros que aqui procuram paz, segurança e condições mais dignas de existência, quer, como tem sido

notório, continuar a desenvolver activamente as políticas de integração e de solidariedade social.
Erradicar a exploração do trabalho infantil é uma das grandes causas sociais que temos assumido com coragem e que temos de vencer numa luta sem tréguas. Portugal pode e deve desenvolver-se sem explorar o trabalho das crianças. O esforço realizado deve dar-nos alguma auto-estima, (que não esquece sentido crítico) de que andamos por vezes tão arredios. Ver palavras dos Srs. Hans Kruger e Kari Tapiola.
Em respeito pelas vítimas da exploração do trabalho infantil reconheçamos, porém, que não se trata de tarefa simples nem fácil.
De facto, as mudanças científicas, tecnológicas, económicas, demográficas, sociais e políticas que as sociedades conheceram nas últimas décadas transformaram profundamente as lógicas do desenvolvimento económico e das clivagens sociais, alteraram as relações de poder e fizeram emergir novas reivindicações e novos factores de risco social e ambiental.
Em consequência, quer a agenda política, quer a governabilidade das sociedades contemporâneas estão hoje perante um conjunto de oportunidades e de condicionalismos sem precedentes.
Nunca como hoje a humanidade viu o desenvolvimento científico e tecnológico coabitarem tão facilmente com o analfabetismo e a iliteracia, nunca como hoje as oportunidades de crescimento económico acompanharam tão de perto um aumento notório das desigualdades entre regiões e grupos sociais.
Uma situação com estas características é, certamente, uma época que mostra à saciedade a crise das estratégias e dos instrumentos tradicionais de intervenção política.
Mas, ao contrário do que afirmavam certas ideologias que fizeram moda durante os anos 80 e 90, não é, não pode ser, uma época de subalternização da política.

Bem pelo contrário, a responsabilidade colectiva pela garantia da efectividade dos direitos cívicos, políticos e sociais exige que façamos o que estiver ao alcance de cada um de nós para que os imperativos da competitividade empresarial não nos condenem à opção, mutuamente exclusiva, entre eficiência económica e justiça social.

Por mim, recuso a tese segundo a qual os poderes públicos nacionais e das organizações internacionais estariam hoje tão limitados que seriam incapazes de assegurar a efectividade dos direitos cívicos e políticos, ao mesmo tempo que os direitos sociais seriam um luxo só possível em momentos e em regiões excepcionais.

É cada vez mais claro que o mundo em que vivemos e o futuro que podemos construir não estão condenados a ser um espaço e um tempo em que os maiores e mais poderosos vencem sempre os mais pequenos e mais vulneráveis.

O mundo em que vivemos pode e deve transformar-se.

Pode e deve ser um espaço e um tempo em que a lógica do desenvolvimento sustentável se sobrepõe à extracção descontrolada e irresponsável dos recursos naturais.

Pode e deve ser um espaço e um tempo em que os valores da dignidade e da decência do trabalho humano e da universalidade dos direitos de cidadania definem as fronteiras que se impõem à procura legítima do aumento da competitividade empresarial.

Pode e deve ser um tempo e um espaço em que a luta contra a exclusão social não faz esquecer o combate à exploração do trabalho.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A batalha que Portugal está a travar contra a exploração do trabalho infantil tornou-se, nos últimos anos, um ponto importante da agenda política, social e laboral nacional.

Espero que a Conferência que agora se inicia permita melhorar a compreensão que temos desta importante questão social, dentro e fora do nosso País.
Pela minha parte, quero começar por saudar os que vêm contribuindo para que fosse e seja possível confrontar todos e cada um de nós com a responsabilidade — intransferível! — de contribuir para que hoje conheçamos melhor as causas, a dimensão, as formas e as consequências da exploração do trabalho infantil em Portugal e no mundo.
Nas famílias e nas comunidades locais, nos sindicatos, nas associações cívicas e religiosas, nas empresas, nos departamentos da administração pública, nas universidades, nos meios de comunicação social, nos partidos políticos e nos órgãos de soberania há pessoas que se tornaram credoras do reconhecimento público pelo que vêm fazendo neste domínio.
Em segundo lugar, quero salientar a importância e agradecer o contributo que algumas organizações e personalidades deram, em diferentes instâncias europeias e internacionais, para que Portugal tenha podido dispor dos apoios qualificados com que contou e conta no combate que estamos a travar contra a pobreza e a favor do direito de todas as crianças que vivem em Portugal terem uma infância digna e saudável.
É um combate decisivo, até porque dele depende que as crianças e os jovens possam acreditar que o futuro que estão a construir com as suas famílias, com as escolas que frequentam e com as comunidades a que pertencem será mais livre e mais justo do que aquele que marcou as vidas das gerações que os precederam.
Por último, quero juntar a minha voz e garantir o meu apoio aos que, perante uma avaliação lúcida do caminho já percorrido, estão determinados a prosseguir essa longa e complexa batalha pela

erradicação da exploração do trabalho infantil, seja ele feito nas empresas ou realizado a coberto da privacidade da família.
Os êxitos que já obtivemos mostram que, com o conhecimento aprofundado dos problemas, com o desenvolvimento, a adaptação e a coordenação de políticas e de instrumentos de intervenção e com a cooperação entre a esfera pública e privada é possível obter resultados mensuráveis nessas exigências centrais dos nossos dias que são a universalidade e a efectividade dos direitos de cidadania.
Mas, como bem sabemos, é ainda longo o caminho que há a percorrer.
Reitero, pois, o meu desejo de que os trabalhos desta Conferência permitam dar, dentro e fora de Portugal, alguns passos mais nessa direcção e desejo aos estrangeiros que connosco quiseram partilhar estes dias de reflexão uma estadia agradável no nosso país.
Muito obrigado pela vossa atenção.

CAPÍTULO X | EUROPA

*«Estamos na Europa por interesse e convicção.
Estamos empenhados na construção
de uma União Europeia que desejamos mais forte,
mais coesa e mais unida, e na qual todos
os seus membros, presentes e futuros possam encontrar
um lugar próprio. Estamos convencidos de que a união
das democracias europeias é decisiva para o futuro
da paz e da liberdade na Europa.»*

Jantar em Honra do Presidente da Eslovénia

Palácio Nacional da Ajuda
29 de Março de 2000

Quero, em primeiro lugar, desejar as boas-vindas a Vossa Excelência, a Sua Excelentíssima Mulher e à ilustre comitiva que vos acompanha, e, em nome de Portugal e dos Portugueses, exprimir quanto nos congratulamos com a vossa presença entre nós.

Guardo da visita de Estado que efectuei à Eslovénia, em Abril de 1999, uma recordação viva e sentida, quer pela forma tão calorosa como fui recebido, quer pelo país europeu e voltado para a modernidade que encontrei e cujas principais instituições tive a honra de visitar.

É por isso com grande prazer que acolho Vossa Excelência em Portugal para esta visita de retribuição que constituirá, estou certo, um marco importante no fortalecimento da sólida amizade que liga os nossos dois países.

Senhor Presidente,

Todos os povos têm uma história. Só por isso podem existir como nação e, assim, projectar um futuro no concerto das nações.

A Eslovénia, sendo um Estado recente, é, tal como Portugal, uma nação antiga. Poderíamos remontar até aos arcanos da antiguidade, para, dos confins do império romano, evocar uma paternidade cultural e de civilização única.

Evocar a história da Eslovénia é refazer a história da Europa, com a sua diversidade de povos e nações, cuja organização política e social nem sempre coincidiu com a dos Estados soberanos que,

desde muito cedo, formaram a sociedade internacional. O caso da Eslovénia é paradigmático, a vários títulos.
Primeiro, porque a coesão e unidade da nação eslovena é uma constante da sua história, apesar das condições o mais das vezes adversas com que se deparou, a permanente instabilidade territorial e a mobilidade das suas fronteiras, bem como as vicissitudes que regeram a sua subordinação a potências e poderes sucessivos.
Em segundo lugar, porque os Eslovenos souberam tirar partido do seu posicionamento estratégico, sempre tão ambicionado por uns e outros, tendo aproveitado a riqueza inerente aos pontos de passagem e de transição, em que se cruzam povos, culturas, civilizações e mentalidades diversas, para reforçarem a sua identidade colectiva, cujo factor de coesão inalienável foi a língua.
Em terceiro lugar, porque com o virar da página que correspondeu enfim à proclamação da sua independência, em 1991, a Eslovénia soube, no espaço de uma década, remar contra o tempo perdido e estabelecer bases sólidas de um Estado de direito, democrático, com uma economia de mercado viável, na firme determinação de preparar a sua integração nas estruturas euro-atlânticas e consolidar a sua credibilidade no plano externo.
Quero aqui prestar uma merecida homenagem à acção esclarecida e determinante de Vossa Excelência nesse reencontro feliz da Eslovénia com a sua história.
Senhor Presidente,
O início das negociações de adesão à União Europeia, em 30 de Março de 1998, bem como a sua eleição, nesse mesmo ano, para membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, expressam o reconhecimento da Comunidade Internacional não só dos esforços desenvolvidos pela jovem democracia eslovena como também da seriedade dos resultados obtidos.

A intensa actividade diplomática que a Eslovénia tem desenvolvido para reforçar o seu papel enquanto força estabilizadora na região, o esforço efectuado para resolver os diferendos que a opunham a alguns parceiros mais próximos, a moderação de que deu provas quando conflitos armados deflagraram em países vizinhos e o apoio concedido às forças da NATO no contexto da intervenção no Kosovo atestam a sua preparação e maturidade para enfrentar os desafios que a futura integração nas estruturas euro-atlânticas trará consigo.

Vossa Excelência sabe que Portugal apoiou, desde a primeira hora, a candidatura eslovena às estruturas euro-atlânticas, na dupla vertente da União Europeia e da NATO. Acresce que, a nível bilateral, o relacionamento luso-esloveno é excelente e multifacetado. Também não esquecemos o apoio que a Eslovénia sempre deu às posições portuguesas sobre a questão de Timor, que tem constituído uma das prioridades máximas da diplomacia portuguesa nos últimos anos.

As nossas relações assentam hoje em dia em bases sólidas. Mas é o futuro que se afigura ser o grande elo de ligação entre os nossos povos e países. Portugal e a Eslovénia têm interesses comuns e deverão unir os seus esforços para os fazer valer no quadro da União Europeia, na qual, estou certo, serão em breve parceiros a parte inteira.

Ninguém ignora que, há quinze anos atrás, quando, por exemplo, Portugal estava no lugar da Eslovénia e era país candidato, o processo de adesão, embora exigente e rigoroso, não revestia a complexidade de hoje. Não me apaziguaria ocultar que se trata de um processo que tem as suas dificuldades e que exige da vossa parte, importantes esforços de preparação. Também gostaria de salientar que importa, acima de tudo, uma adesão nas melhores condições possíveis, e que, desde já, estas pressupõem um empe-

nhamento activo da Eslovénia no debate sobre a reforma institucional. Se Portugal, no âmbito da condução dos trabalhos atinentes à Conferência Intergovernamental, optou por consultar os candidatos sobre esta questão foi justamente porque entendeu ser a sua voz parte integrante da Europa do futuro.
Não duvido, no entanto, que esses esforços serão bem sucedidos. A solidariedade entre Estados-membros e países candidatos é dever comum: são reptos de todos quer os obstáculos com que a Eslovénia e os outros países candidatos se depararão no processo de adesão, quer as dificuldades que nós, Estados-membros da União Europeia, teremos de vencer no âmbito da reforma institucional.
Senhor Presidente,
A Europa dos seis, depois dos nove, dos dez, em seguida dos doze e dos quinze, a Europa que em breve passará para a vintena tem-se alargado sucessivamente e, paralelamente, aprofundado. Primeiro, era um mercado comum do carvão e do aço, tendo incluído, mais tarde, a energia atómica. Abarcou em seguida bens, serviços, capitais. Integrou igualmente a agricultura, a política de transportes, a concorrência. Previu a livre circulação de pessoas, a liberdade de estabelecimento, a política social.
O mercado interno realizado, passou-se à fase seguinte, da realização da União Monetária e Económica. Entretanto, a justiça e os assuntos internos (JAI), de um lado, a política externa e de segurança (PESC), de outro, são matérias que, vencendo resistências particulares, foram fazendo o seu percurso de combatente, acabando por ganhar letras de legalidade no Tratado de Maastricht, consolidadas no de Amesterdão. Outros desafios se perfilam hoje diante de nós: a elaboração de uma política de defesa comum, o emprego e a competitividade da economia europeia, a protecção do ambiente.

Pese embora todas as dificuldades e demoras, a Europa sempre soube conciliar alargamento e aprofundamento. Estou seguro que mais uma vez o conseguiremos. Mas estamos conscientes que o actual processo de alargamento representará para a União, e para os países candidatos, um desafio e um salto qualitativo sem precedentes. As instituições comunitárias terão de se adaptar a novas exigências.

A Conferência Intergovernamental, actualmente em curso deverá, num prazo razoável, resolver as questões mais urgentes de modo a tornar a União apta a receber os primeiros candidatos. Impõe-se, todavia, lançar uma reflexão mais profunda sobre os modelos políticos que permitirão construir a Europa do futuro. Há que mobilizar, desde já, energias criadoras, talentos visionários e sentido da oportunidade, por forma a darmos continuidade à obra dos pais fundadores. Há que ter a mesma visão antecipadora, a mesma capacidade de aliar sentido da história e percepção do interesse geral, realismo pragmático e visão do futuro.

Uma Europa alargada só poderá funcionar se cada Estado tiver um lugar próprio assegurado, independentemente do seu tamanho, da sua população e da sua riqueza. Haverá que acomodar a vontade de uns e de outros, definir um mecanismo de salvaguarda do interesse geral que proteja igualmente os interesses particulares. Não queremos apenas uma Europa de políticas comuns, de regulamentos, de burocracia. Queremos uma Europa na qual todos se possam rever, na dupla qualidade de europeus e cidadãos de Estados soberanos, um espaço de paz, de liberdade, de democracia e de prosperidade, com vocação para se expandir, mas ancorado em valores seguros e compartilhados, que é nosso dever defender de forma intransigente sempre que se encontrem ameaçados.

Precisamos de ideias novas e criativas, fundadoras de um regime próprio à União dos Estados da Europa. É necessário fomentar o debate e reflectir em conjunto sobre as bases de uma organização política à medida do projecto europeu. Não escapa a ninguém que é necessário inventar conceitos novos adaptados às realidades, novas, em construção.

Estas são questões que teremos de resolver, reptos da nossa época de mudanças. Estou certo de que, se unirmos os nossos esforços, conseguiremos delinear uma via de equilíbrio que crie as condições para que os nossos jovens de hoje sejam amanhã cidadãos do mundo, orgulhosos da Europa a que pertencem e empenhados no seu aperfeiçoamento.

Senhor Presidente,

Termino esta intervenção, reiterando as boas-vindas a Vossa Excelência, saudações que, naturalmente, são extensivas a Sua Excelentíssima Mulher e à ilustre comitiva que o acompanha. Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais de Sua Excelência o Presidente da República da Eslovénia e da Senhora Kucan, pela prosperidade da Eslovénia, pelo fortalecimento dos laços de cooperação e de fraternidade entre os nossos dois povos e países.

Jantar em Honra dos Grão-Duques Herdeiros do Luxemburgo

Palácio Nacional de Queluz
17 de Abril de 2000

É para mim uma honra e também um prazer acolher Vossas Altezas em Portugal. Atribuo a esta visita um grande significado. Dentro de poucos meses Vossas Altezas serão chamados a assumir a alta e nobre missão para que estão destinados. A vossa presença entre nós constitui mais um testemunho das sólidas relações de amizade entre os nossos dois povos, relações que se foram enriquecendo ao longo dos tempos, e que Vossa Alteza, estou certo, saberá promover e acarinhar.

O Grão-Ducado do Luxemburgo, enquanto Estado soberano, soube aliar tradição e modernidade, tendo alicerçado o seu regime de monarquia constitucional e parlamentar numa administração exemplar, que levou o país a tornar-se num parceiro respeitado e ouvido da Comunidade Internacional, quer no âmbito da NATO, quer da União Europeia, de que é membro fundador.

Em Julho de 1998, tivemos o grato prazer de acolher, em Lisboa, Suas Altezas Reais o Grão-Duque Jean e a Grã-Duquesa, visita que nos permitiu uma vez mais reforçar os laços de amizade que nos unem e reafirmar o nosso empenho conjunto em construir uma Europa solidária e coesa, firme nos seus princípios e orientações políticas. Eu próprio me desloquei ao Luxemburgo, no início de 1999, onde, para além de simbolicamente ter visitado a Europa das instituições, tive outrossim o prazer de observar a Europa dos cidadãos.

O Luxemburgo é para milhares de Portugueses uma segunda casa. Portugueses e Luxemburgueses souberam desenvolver uma forma harmoniosa de adaptação e estima mútuas que me apraz salientar perante Vossa Alteza. É este um caso paradigmático de uma comunidade emigrada e de um povo de acolhimento que, postos lado a lado por um dos acasos da história das migrações, souberam transformar uma coexistência fortuita numa convivência sã e amistosa, de que ambos colhem benefício.

Se dúvidas houvesse sobre o sentido do projecto europeu, sobre o significado de uma cidadania europeia, sobre as vantagens da criação de um espaço de livre circulação, se, aos candidatos ao alargamento houvesse que referir exemplos concretos de integração europeia, não seria excesso de orgulho referir o caso, exemplar, luso-luxemburguês. Esta é a Europa que queremos fazer vingar, o projecto em que, a prazo, pretendemos ver unidos todos os Estados do continente.

Só sociedades com sólidas bases democráticas, de elevado grau de civismo, abertas, tolerantes, prósperas e respeitadoras dos valores humanos estão aptas a enfrentar o repto da construção europeia que, ninguém ignora, atravessa actualmente uma fase crucial de mudança, exigindo criatividade, espírito crítico, sentido prático, conhecimento da história e visão do futuro.

Portugal e o Luxemburgo, estão ambos animados pelo mesmo ensejo, empenhados na progressão do projecto europeu, em prol de uma União em que, pequenos ou grandes, mais ou menos prósperos, todos os Estados tenham uma voz própria, sem prejudicar, no entanto, o equilíbrio, a unidade e a coesão de conjunto. Na história da integração europeia, os pequenos países desempenharam muitas vezes um papel precursor na identificação de vias inovadoras, dando um contributo decisivo para a edificação da nova Europa.

Também, no plano das relações externas, Portugueses e Luxemburgueses partilham preocupações e orientações idênticas. Portugal não esquece a forma empenhada como os Luxemburgueses acompanharam o evoluir da questão timorense bem como o contributo, significativo, que têm dado para o desenvolvimento de alguns países da área lusófona, de que Cabo Verde é exemplo notório.

Altezas,

Esperamos vivamente que a vossa estadia entre nós corresponda ao vosso desejo de conhecer de uma forma mais directa a realidade moderna portuguesa, os meios através dos quais procura afrontar os desafios deste início de século, o progresso económico, a criatividade da nossa juventude, o nosso modo de ser e pensar.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelo bem-estar pessoal de Suas Altezas, o Grão-Duque Herdeiro Henri e a Grã-Duquesa Maria Teresa, pelas felicidades de suas Altezas Reais, o Grão-Duque Jean e a Grã-Duquesa, e pela amizade entre o Luxemburgo e Portugal.

Sessão de Abertura da Conferência «A Europa, a Globalização e o Futuro da Política Social»
Lisboa
5 de Maio de 2000

É com um grande prazer que presido à abertura desta conferência sobre o Futuro da Europa Social e que saúdo os representantes dos Governos e das instituições europeias, os ilustres oradores, os representantes dos parceiros sociais, os outros participantes e, naturalmente, os organizadores desta iniciativa. O meu gosto em aqui estar deve-se, antes de mais, a uma constatação: apesar de todas as dificuldades e insuficiências, o caminho percorrido nos últimos anos transformou profundamente os termos do debate sobre o presente e o futuro do modelo social europeu.

Há exactamente três anos atrás, numa conferência sobre a Europa Social organizada pela Fundação que hoje nos acolhe, um dos pontos principais consistia em saber se, com a criação da moeda única europeia, ainda seria possível fugir da questão que a década neoliberal dos anos 80 nos legou.

Refiro-me, evidentemente, à tensão, tida por inescapável, entre eficiência económica, emprego e equidade social, que deriva das mudanças que o mundo vem conhecendo e que tornaria impossível responder simultaneamente com eficiência àqueles três eixos da governação.

Todos estaremos lembrados das receitas simplistas que, no contexto do desemprego crescente que caracterizou a Europa até meados dos anos 90, então, apontavam a capacidade de criar empregos dos Estados Unidos da América para assim fundamen-

tarem a necessidade da Europa reduzir os níveis e limitar drasticamente o alcance dos modelos de protecção social que a singularizam no Mundo.
Com mágoa ou sem ela, os níveis europeus de protecção social eram, então, frequentemente apresentados como um luxo herdado de um passado que não conhecera nem a globalização dos mercados financeiros, nem a emergência de novos países industrializados, nem a integração monetária da Europa, nem as exigências da sociedade pós-industrial.
Nas vésperas do Tratado de Maastricht, a tentativa de ligar a criação do mercado interno europeu à definição de uma Carta Comunitária de Direitos Sociais Fundamentais juridicamente vinculativos tinha sido inviabilizada pela regra dos Tratados Europeus que impunha a unanimidade do Conselho Europeu.
Com as decisões então tomadas sobre a criação da moeda única e sobre o caminho para lá chegar, a situação social europeia tornava-se particularmente difícil, visto que os Estados-membros pareciam correr o risco de ser desapossados dos meios necessários para assegurar a viabilidade dos respectivos modelos de relações industriais e de protecção social, enquanto que até os mais optimistas reconheciam que, no plano europeu, as estratégias de harmonização social no progresso estavam bloqueadas.
Não precisarei de lembrar aqui que, a meio da década de 90, a criação da moeda única europeia aparecia a muitos especialistas como um passo mais das estratégias neoliberais, então predominantes nos governos europeus, segundo as quais a principal vocação da política económica era a de promover a competitividade empresarial, enquanto que as políticas sociais públicas, com um campo de intervenção já diminuto, deviam tomar a seu cargo a eliminação das barreiras à eficiência económica das empresas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,
Conto-me, como alguns dos presentes saberão, entre os que consideram que o chamado modelo social europeu está na base das décadas de crescimento económico e de progresso social que os países democráticos da Europa conheceram no pós-guerra.
Mas pertenço também ao grupo dos que sabem que tal modelo não resultou de qualquer automatismo económico ou tecnológico mas, pelo contrário, de um esforço continuado das sociedades democráticas avançadas para limitarem e corrigirem as desigualdades induzidas pelas economias de mercado.
Não creio, porém, que a solução para as dificuldades de competitividade das empresas ou para os problemas de emprego e de desemprego que as sociedades europeias vêm conhecendo, possa ou deva passar pelo desmantelamento, mesmo que cautelosamente realizado, desse traço comum da nossa identidade colectiva que é a ligação estreita entre os direitos cívicos, sociais e políticos dos cidadãos.
Perante esta audiência, não me deterei a enumerar e a discutir os motivos que me têm levado a juntar a minha voz à dos que, constatando a crise do sistema de emprego, do sistema de relações industriais e dos modelos de protecção social europeus, se batem pela sua reinvenção, isto é, pela sua melhor adequação aos desafios que a equidade social e eficiência económica colocam nos nossos dias.
Sei bem que falo duma das tarefas mais difíceis, mas também das mais importantes, que a governabilidade das nossas sociedades nos impõe nos nossos dias.
Reinventar as condições do pleno emprego, adaptar os sistemas de relações industriais à mudança económica e às novas clivagens sociais e melhorar o nível e a equidade dos sistemas de protecção social em função das mudanças já verificadas ou previsíveis são, evidentemente, tarefas cuja importância não carece de qualquer sublinhado.

Acresce que, todos o sabemos, tais transformações, sendo urgentes, nem podem ser realizadas da noite para o dia, nem podem ser concretizadas apenas pelo Governo de cada um dos Estados-membros da União Europeia.
Depois de Amesterdão, do Luxemburgo, de Cardiff, de Colónia e da recente Cimeira Extraordinária de Lisboa, estão abertas as vias e esboçados os processos de cooperação entre os governos e as instituições europeias que permitem entrever um futuro em que será possível atribuir à definição duma política social o lugar central que deve ter no desenvolvimento da cidadania e na construção europeia e que as ideologias do competitivismo sem limites lhe vem negando.
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Como bem sublinham os autores do estudo que está na base desta Conferência — e que eu desejo cumprimentar pela qualidade do trabalho que realizaram — o que está hoje em causa já não é a questão de saber se pode ou não existir alguma forma de compromisso entre as exigências da competitividade empresarial e o desenvolvimento da cidadania social europeia.
O desafio com que estamos confrontados é, hoje, o de saber quais são as escolhas políticas e os métodos de trabalho mais adequados para assegurar o futuro do modelo social europeu.
A meu ver, a comparação mais relevante já não é entre o passado e o presente dos direitos sociais na Europa, mas entre o presente e o futuro dessa teia relações sociais que justificam e que legitimam que homens e mulheres em situação de desigualdade social e económica sejam iguais perante a lei e possam exercer activa e plenamente a sua cidadania.
O que está hoje em causa é, sobretudo, o aprofundamento dos nossos conhecimentos sobre as diferentes realidades que coexistem na Europa e a elaboração das estratégias que nos tornarão

capazes, à escala da União Europeia e dentro de cada um dos Estados que a constituem, de promovermos o pleno emprego, de adaptarmos o diálogo social e a negociação colectiva às exigências duma competição económica em que a inovação e o conhecimento ocupam um lugar sem precedentes e de reestruturamos os sistemas de protecção social de modo a erradicar a pobreza, facilitar a integração social dos grupos mais vulneráveis, limitar as desigualdades e repor a equidade social.

Permitam-me, para terminar, que aborde duas questões a que atribuo a maior importância.

Em primeiro lugar, a da direcção e dos objectivos dos caminhos que nos poderão levar à construção da cidadania social europeia. Esclarecido, como já vai estando, que não se poderá atingir tal objectivo sem tomar na devida conta as potencialidades e as limitações dos sistemas de regulação e de protecção social que singularizam cada um dos Estados-membros, discutem-se hoje, como já acontecera durante o processo de convergência nominal que levou à criação do Euro, as vantagens e os inconvenientes de valorizar alguns traços comuns que permitem aos analistas identificar, dentro da União Europeia, diferentes 'famílias' de sistemas de protecção social.

Não creio que a construção europeia ganhe com tal estratégia, que tenderia sempre a transformar categorias analíticas em especificidades regionais que podem constituir barreiras adicionais à governabilidade dum processo já de si complexo.

No meu entender, o chamado método de coordenação aberta permite tomar adequadamente em conta as especificidades relevantes de cada um dos nossos Estados-membros no processo de construção da cidadania social europeia.

Mas, pelo contrário, penso que a proposta de incluir nos Tratados Europeus uma «carta de direitos cívicos e sociais fundamen-

tais», feita há anos pelo 'Comité des Sages', teria a grande vantagem de dotar a União Europeia de um conjunto actualizado de referências que permitiria orientar os processos de coordenação aberta para objectivos legitimados ao nível adequado.

A segunda questão que quero referir é a do sistema de tomada de decisões implícito num projecto desta dimensão e desta importância.

É para mim muito claro que o desenvolvimento da causa da Europa Social depende de um sistema de decisões muito complexo, em que as responsabilidades se repartem entre os Governos, os parlamentos e os parceiros sociais de cada Estado-membro, mas também entre as instituições e os parceiros europeus. Sou dos que pensam que, se cada um dos nossos países continua a dispor de um papel insubstituível neste processo, não é menos verdade que nenhuma entidade, por si só, o controla.

Entendo, por isso, que é preciso aperfeiçoar um sistema de tomada de decisões que nem sempre assegura a participação de todos os que carecem de ser ouvidos até porque constato, por vezes, que algumas organizações de interesses nem sempre são capazes de pôr o interesse colectivo acima dos seus interesses de grupo.

Há, pois, motivos fundados para que nos interroguemos sobre o que se poderá fazer para que os sistemas de diálogo e de participação dos actores sociais e económicos espelhem melhor o conjunto dos pontos de vista relevantes, limitem os poderes de veto que impedem o progresso social e económico e facilitem a construção de um novo corpo de direitos e de deveres que permitam limitar as novas e velhas desigualdades que corroem a solidariedade social e limitam a cidadania.

O presente e o futuro da cidadania social europeia e a coesão das sociedades em que vivemos dependem de nós, das decisões que

todos e de cada um de nós tomar, da capacidade que todos e cada um de nós for capaz de pôr ao serviço da construção de novas respostas para as novas e as velhas fracturas sociais.
Muito obrigado pela vossa atenção.

Cerimónia de Acolhimento dos Reis de Espanha
Torre de Belém
11 de Setembro de 2000

É com grande regozijo que vos acolho em Portugal neste local simbólico da gesta dos portugueses.
Na pessoa de Vossa Majestade, vêem os portugueses um homem de Estado que defendeu e ajudou a consolidar a democracia em Espanha, um monarca que soube unir num laço comum de afecto o seu reino, e um amigo fiel que conhece, estima e preza Portugal.
Estou seguro que esta visita, com que Vossa Majestade e a Rainha D. Sofia nos honram, sublinhará de forma eloquente a confiança, a solidez e a profundidade dos laços entre os nossos dois países, neste momento tão prometedor das suas respectivas histórias.
Majestade,
Há cinco séculos, rasgando mares ignotos, os dois Estados da Península Ibérica romperam o isolamento e lançaram-se numa aventura de descoberta, exploração e colonização que abriu o mundo à Europa.
Era daqui, desta ocidental praia lusitana, do areal que então cobria estas margens que partiam as caravelas lusas e que ficavam, olhos postos nos navegantes, velhos, mulheres e crianças. Na altura, nem todos os que ficaram perceberam que era esse um horizonte de futuro promissor. Não faltaram velhos do Restelo que então denunciaram a empresa, entendendo que esta não só hipotecava o futuro, como arruinava o presente, trazendo mortes, perigos, tormentas, crueldade e desastres.

A realidade revelou-se diferente: com as descobertas, tornaram-se os Portugueses e Espanhóis, cada um à sua maneira, cidadãos do mundo. A Península Ibérica tornou-se ponto de confluência de civilizações, saberes e gentes. Foi um tempo que se cumpriu e que se esgotou, por razões diversas que não importa agora aprofundar, mas que marcou o início do primeiro ciclo da globalização.

Há vinte cinco anos atrás, Portugal e a Espanha, rompendo mais uma vez o isolamento imposto pelos arcaicos regimes autoritários que os governavam, reencontraram-se com a democracia, que lhes restituiu a dignidade, a liberdade e a justiça, e lhes abriu as portas da Europa.

Essa mudança crucial fez escola e alastrou, nos anos seguintes, desde a América Latina até à Europa Central e Oriental, anunciando uma viragem decisiva na política internacional. Foi mais uma vez da Península Ibérica que partiu um sinal precursor desse novo ciclo de globalização em que nos encontramos, o qual, ao contrário dos anteriores, não se desenrola já sob o signo do espírito de conquista, mas sob a égide da democracia, da economia de mercado e do respeito pelo indivíduo.

Com a democracia e o ingresso nas Comunidades Europeias, os dois Estados da Península iniciaram uma nova descoberta, não já de distantes paragens e de gentes remotas, mas daquilo que lhes é mais próximo, ou seja das suas respectivas identidades enquanto povos e nações europeias. Com o processo de integração europeia, Portugal e Espanha criaram uma nova cumplicidade, encontraram eixos comuns de solidariedade e abraçaram um projecto partilhado — a grande aventura da construção europeia. Daqui resultaram relações bilaterais reforçadas, animadas por uma vontade política firme e esclarecida e que, superando rivalidades antigas e desconfianças ancestrais, permitiram o estreitamento dos laços políticos, económicos, culturais e sociais entre os dois países.

Mais ainda, por via da participação no projecto da União Europeia, redescobriram as velhas nações da Península que poderiam cumprir mais um ciclo da sua vocação universalista, reforçando a sua presença internacional e contribuindo para, desta feita, aproximar a Europa do mesmo mundo que, séculos antes, tinham aberto à curiosidade e ao mando dos europeus.

Conjugando esforços e participando activamente na edificação de uma nova Europa, baseada no respeito pelos valores incondicionais da democracia, da paz, da solidariedade, da equidade e do respeito pelos direitos humanos, está nas nossas mãos traçar a linha intangível do horizonte de convivência que desejamos estabelecer entre nós, como Estados soberanos e iguais, parceiros e aliados, vizinhos e amigos, com vista a, utilizando palavras de Fernando Pessoa, «outra vez conquistar a Distância — do mar ou outra, mas que seja nossa!».

Sejam Vossas Majestades bem-vindas a Portugal.

Banquete Oferecido em Honra dos Reis de Espanha
Palácio Nacional da Ajuda
11 de Setembro de 2000

É com grande honra e satisfação que vos recebemos em Portugal.
A presença entre nós dos Reis de Espanha constitui sempre uma ocasião muito especial e de alto significado.
Em nome dos portugueses e no meu próprio, saúdo-vos com o carinho que nos merecem os amigos e com o respeito devido aos soberanos desse grande país que é a Espanha.
Majestades,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Esta visita de Estado, a terceira que Vossas Majestades efectuam ao nosso país, ocorre num período em que as relações entre Portugal e Espanha se encontram numa fase de grande dinamismo e maturidade.
Nos últimos vinte e cinco anos, percorremos, lado a lado, um longo caminho.
No princípio desse percurso está o nosso reencontro com os valores da liberdade, da democracia, do pluralismo, do respeito pelos direitos humanos e da convivência pacífica entre os povos.
O restabelecimento da democracia nos dois Estados da Península Ibérica abriu-lhes o caminho para a adesão às Comunidades Europeias, essencial para ambos poderem participar plenamente no processo de integração regional e recuperar o seu lugar no concerto europeu, como membros respeitados da Comunidade Internacional.

Por sua vez, a opção europeia originou uma viragem histórica no nosso relacionamento bilateral. A Europa colocou-nos frente a frente, reiterando o nosso estatuto de Estados soberanos, livres, independentes e iguais, e acrescentando-lhe uma dimensão de parceria na construção de um espaço único de livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, com profundas repercussões para as nossas relações bilaterais, repercussões essas que ainda estão longe de se poderem considerar esgotadas.

Hoje, podemos afirmar com segurança que estas opções estão consolidadas e deram os seus frutos. Portugal e Espanha estão na vanguarda do processo de integração europeia e o seu relacionamento bilateral, solidamente assente numa comunidade de valores políticos, é mais íntimo e intenso do que nunca.

As relações entre os dois países expandiram-se, aprofundaram-se e dinamizaram-se a todos os níveis e em todas as dimensões — políticas e económicas, sociais e culturais.

Em poucos anos, a Espanha tornou-se o nosso primeiro parceiro comercial, tanto do lado das importações como — assim o mostram os números mais recentes — do lado das exportações. Do mesmo modo, também para a economia espanhola os mercados portugueses adquiriram uma importância que nunca tiveram — basta referir que a Espanha exporta, actualmente, para Portugal mais do que para a América Latina no seu conjunto.

Os investimentos recíprocos multiplicaram-se.

A livre circulação e a melhoria das acessibilidades criaram condições para que milhões de espanhóis e portugueses conhecessem, muitos pela primeira vez, os seus vizinhos.

Também no plano militar, a adesão da Espanha à Aliança Atlântica e a respectiva integração nas estruturas militares da NATO proporcionaram uma maior aproximação entre os dois países. As forças armadas portuguesas e espanholas encontram-se empenha-

das em conjunto no Kosovo e na Bósnia. Oficiais portugueses e espanhóis servem lado a lado nos comandos da NATO. Multiplicam-se os contactos entre as instituições militares dos dois países.

À semelhança do que sucede entre outros países vizinhos, no quadro da União Europeia, as cimeiras anuais bilaterais tornaram possível institucionalizar uma relação mais estreita entre os dois governos e as duas administrações, abrindo caminho, designadamente, para a negociação de um número muito significativo de convénios.

No plano tão sensível da água, foi possível, desde 1998, com a assinatura da Convenção sobre Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas garantir que Portugal receba os caudais indispensáveis dos rios que nascem em Espanha e desaguam no nosso país. As estruturas de acompanhamento previstas nesse Convénio constituem um valioso instrumento de diálogo que deve ser privilegiado.

Estamos agora a negociar uma Convenção de Cooperação Transfronteiriça, que nos permitirá regular os diversos aspectos dessa cooperação.

Dispomos também de uma oportunidade única, no quadro da Agenda 2000, para dotar os dois países com novas infra-estruturas rodoviárias ferroviárias e portuárias, fundamentais tanto para valorizar as respectivas posições internacionais e regionais de Portugal e Espanha, como para acomodar o previsível aumento do nosso intercâmbio bilateral.

Majestades,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A crescente convergência e a intensificação das relações entre Portugal e Espanha é uma história de sucesso, que constitui, para os dois Estados, um factor e uma oportunidade de desenvolvi-

mento e modernização, mas comporta também, para cada um de nós, desafios.
É natural que, entre dois Estados soberanos e vizinhos, tão grande intimidade de contactos e tão elevado grau de interdependência produzam ocasionais atritos e conflitos de interesses, incluindo em domínios de relevância estratégica.
Temos de saber responder a essas situações com sabedoria, prudência e respeito de modo a não prejudicar a excelência de um relacionamento que considero de interesse vital para ambos os países.
Precisamos sempre de nos conhecer melhor, de forma a reforçar a confiança mútua e vencer preconceitos que, apesar de atenuados, ainda perduram na consciência colectiva dos nossos dois países.
Precisamos de aprender a valorizar a identidade, a especificidade e a diversidade das nossas nações e descobrir as suas complementaridades.
Devemos também assumir, de forma clara e inequívoca, a defesa dos interesses comuns dos dois Estados, bem como os valores partilhados da democracia, do respeito pelos direitos humanos, da solidariedade. A memória ainda viva do autoritarismo e do isolamento fortalece o nosso apego à democracia; sabemos que ela é um bem precioso, que não foi fácil conquistar e que é imperioso defender, contra a xenofobia, a intolerância e a violência.
Não podemos por isso calar a nossa indignação perante a sucessão de actos criminosos que têm abalado a Espanha nos últimos meses e que visam desestabilizar a sua democracia e minar os fundamentos do Estado de direito.
Saiba Vossa Majestade que conta com a nossa solidariedade e a nossa cooperação no combate ao terrorismo.

Majestades,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Quando começa o novo século, Portugal e Espanha têm perante si a obrigação de responder aos novos desafios da construção de uma Europa unida e livre e de contribuir para a formação de uma sociedade internacional mais justa e mais humana.
O nosso estatuto como Estados-membros da União Europeia e da Aliança Atlântica, a prioridade que atribuímos ao reforço das relações com os países da orla sul do Mediterrâneo, o nosso comum empenho na criação de uma comunidade ibero-americana traçam linhas de rumo que cada vez mais nos aproximam e sublinham as nossas crescentes responsabilidades internacionais. Tal como a Espanha, estamos na Europa por interesse e convicção. Estamos empenhados na construção de uma União Europeia que desejamos mais forte, mais coesa e mais unida, e na qual todos os seus membros, presentes e futuros, possam encontrar um lugar próprio. Estamos convencidos que a união das democracias europeias é decisiva para o futuro da paz e da liberdade na Europa.
Nesse sentido, apoiamos, sem reservas ou ambiguidades, o alargamento da União Europeia. Desde logo, não podemos negar a outros as oportunidades de que nós próprios beneficiámos para a consolidação dos nossos regimes democráticos; consideramos, também, que o alargamento será decisivo para garantir a segurança, a estabilidade e a prosperidade da Europa, de que todos beneficiaremos.
Do mesmo modo, queremos aprofundar o processo de integração europeia, fazendo evoluir as instituições da União, numa linha de continuidade, no respeito pelo princípio da igualdade entre todos os Estados-membros e pelas suas identidades específicas. Consideramos, também, que a coesão económica e social

continua a ser um valor fundamental e um pressuposto indispensável do processo de construção europeia.
A consolidação de uma Europa livre e unida representa não só um pólo de estabilidade e equilíbrio na política internacional, como um exemplo de paz e cooperação nas relações entre os Estados, que considero ser um pilar fundador de uma sociedade internacional assente no respeito pelo primado da lei e da dignidade da pessoa humana.
Majestades,
Minha Senhoras e meus Senhores,
A Espanha é hoje em dia um país vibrante, que impressiona pelo seu dinamismo económico, pela sua criatividade intelectual, pela sua diversidade cultural. Vossas Majestades são o símbolo de união dessa nova Espanha, segura das suas capacidades e determinada a ocupar, na cena internacional, o lugar a que tem direito.
Portugal, pelo seu lado, é hoje uma nação confiante no seu futuro e um país aberto, orgulhoso da sua identidade secular, com ligações profundas à África, à América Latina, à Ásia. Permitam-me que refira, em particular, Timor-Leste, onde estamos empenhados em garantir, ao lado das Nações Unidas e dos responsáveis timorenses, a reconstrução nacional e um caminho pacífico para a independência.
Cada um dos nossos países possui um importantíssimo legado cultural que, hoje mais do que nunca, graças aos meios de comunicação electrónica, pode disseminar no mundo. Projectando as nossas identidades, daremos continuidade à nossa vocação universalista comum.
Temos as condições necessárias para assegurar aos nossos povos condições de estabilidade e desenvolvimento e para erguer ainda mais alto o prestígio de Portugal e Espanha na comunidade internacional.

É esta mensagem de optimismo e confiança que quero deixar a portugueses e espanhóis.
Na certeza que esta visita constituirá mais um marco na crescente aproximação entre os nossos dois países que Vossas Majestades tanto têm impulsionado.
Peço a todos que me acompanhem num brinde pela amizade entre Portugal e Espanha, pela prosperidade dos nossos dois países e pelas felicidades pessoais de Vossas Majestades e de toda a Família Real.

CAPÍTULO XI

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

«A CPLP é o espaço da lusofonia, espaço de afirmação da riqueza e de inovação da nossa língua, que a todos une e a todos pertence. O Português, nos seus variados falares, é hoje a quinta língua mundial. Constitui um património comum, em constante renovação e evolução, de que nos orgulhamos e que queremos, em conjunto, valorizar como instrumento de política externa, de difusão das culturas que nela se exprimem, de afirmação de identidade própria num mundo cada vez mais globalizado.»

Sessão Solene Comemorativa dos 500 Anos da Viagem de Pedro Álvares Cabral
Porto Seguro
22 de Abril de 2000

Há 500 anos, neste mesmo lugar, uma armada portuguesa em rota para o Oriente avistou sobre estas praias outros homens e outras mulheres, de traços e costumes bem diferentes. Com eles os marinheiros portugueses trocaram presentes e sinais de reconhecimento e até dançaram ao som de gaitas, procurando saber uns dos outros quem eram e ao que vinham. Começava aqui uma história, análoga a outras que se passavam noutros lugares, mas única naquilo em que cada história é única.

Quis a República Federativa do Brasil comemorar esta data afirmando-o como a da fundação da sua identidade nacional. Fê-lo por sua decisão livre e soberana e nós, portugueses, que desde há quase dois séculos respeitamos fraternalmente a liberdade e a soberania que os brasileiros souberam conquistar, associamo-nos com júbilo a esta comemoração, que também é nossa. Fazemo-lo com o mesmo espírito fraterno e democrático com que o Presidente de Portugal, meu antecessor, António José de Almeida veio em 1922 agradecer ao Brasil ter-se tornado independente.

Estamos na origem desta grande nação e disso nos orgulhamos. Nunca pretendemos que o nosso contributo tenha sido único, nunca nos arrogámos exclusivos fundadores ou progenitores de um Brasil que é grande na exacta medida da multiplicidade e da diferença dos povos que contribuíram para a sua identidade.

Em primeiro lugar, depois dos portugueses e dos índios que aqui mesmo se encontraram pela primeira vez, o contributo grandio-

so, ainda que manchado pela tragédia da escravidão, dos povos africanos, que tanto da sua cultura, dos seus saberes e das suas artes trouxeram e trazem à gente brasileira.
Depois, dos judeus portugueses, que foram, como é sabido, os grandes empreendedores do ciclo do açúcar no século XVII e sobre os quais assentou a breve colonização holandesa.
Mais tarde de todos aqueles, da Europa e da Ásia, alemães e libaneses, italianos e japoneses, espanhóis e ucranianos, judeus e cristãos, homens e mulheres de todas as raças e de todos os credos que para aqui emigraram em busca de melhores condições de existência e que contribuiriam com o seu esforço e com o seu espírito empreendedor para o progresso e para a modernização do Brasil.
Entre estes esforçados emigrantes contam-se também largos milhares de portugueses, que vieram constituir aqui uma comunidade tão leal à sua nova pátria brasileira como fiel às suas tradições portuguesas, reforçando dia-a-dia a amizade e a fraternidade entre Portugal e o Brasil.
Fernando Pessoa chamou a esse grande luso-brasileiro que foi o Padre António Vieira «o imperador da língua portuguesa». No Brasil, pátria do maior número dos falantes da língua portuguesa, sentimo-nos no coração deste Império que não tem centro nem ceptro e de que todos somos imperadores: o Império da nossa língua, língua de tantas culturas, registo de tantas histórias, expressão de tantos povos, que ninguém dela nunca se poderá dizer dono.
Mas a unidade da língua foi também decisiva para que o Brasil tenha conseguido constituir uma pátria de tantas e tão diferenciadas gentes, integrando-as plenamente no dinamismo da sua coesão nacional, sem abafar as suas diferenças, mas sem que a vivacidade do seu multiculturalismo se viesse a converter jamais em isolamento e antagonismo entre etnias incompatibilizadas.

Hoje, quando o racismo e a xenofobia constituem um sério problema no continente europeu, quando as tensões entre comunidades incapazes de coexistir pacificamente acendem focos de guerra civil em importantes Estados da Europa, da Ásia e da África, não podemos deixar de recordar a euforia de um Stefan Zweig ao descobrir, nos sombrios anos 40, a realidade da convivência étnica no Brasil.

Sabemos, é certo — porque conhecemos o pensamento crítico brasileiro, do qual o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso é um dos mais altos expoentes — sabemos que a «democracia racial» a que se referia Gilberto Freyre é ainda uma meta, um ideal e não uma realidade plena no Brasil de hoje. Mas permitam-me que vos diga que, olhando para o Mundo actual, somos levados a pensar que o Brasil — não ignorando os seus problemas — se encontra bem mais perto desse ideal histórico de plena convivência, diálogo e respeito entre as diferentes etnias e culturas do que a grande maioria das nações do Mundo.

As nações são feitas, como dizia Renan, pelas suas memórias e pelos seus cidadãos. Ao comemorarmos o que fomos devemos manter o olhar firmemente voltado para o que somos e para o que de nós projectamos no futuro.

Reitero as palavras que proferi quando comemoramos, em Lisboa, à partida da Armada.

Represento aqui, com muito orgulho, a pátria de Pedro Álvares Cabral. Mas represento sobretudo a nação que é feita todos os dias pelos portugueses e pelas portuguesas de hoje, um Estado democrático, um país cada vez mais integrado no projecto europeu e cada vez mais consciente da sua identidade nacional. Portugal tem hoje uma sociedade aberta e plural, capaz de ser solidária, como o demonstrou recentemente em relação a Timor, mas cada vez mais saudavelmente exigente e crítica em relação a todos os poderes,

uma economia dinâmica, susceptível de se internacionalizar com êxito e que escolheu decididamente como parceiro privilegiado para os seus investimentos no exterior do Brasil.
Comemoramos estes 500 anos com uma grande aposta no futuro: a assinatura do tratado que colige, actualiza e renova todos os instrumentos bilaterais firmados entre os dois Estados, por forma a construir uma base para um renovado relacionamento entre Portugal e o Brasil neste século que se inicia.
Por isso não têm mais lugar entre nós ressentimentos com um passado histórico que teve momentos de grandeza e de miséria, de liberdade e de sujeição, mas que devemos avaliar hoje na medida exacta dos seus resultados e dos caminhos que se abriram para o futuro. Os portugueses da minha geração, que sofreram intensamente os dramas da descolonização africana e sempre viram o Brasil como uma grande nação soberana, podem e devem sentir-se responsáveis pelos problemas do seu tempo, mas não pelos da inquisição, da exploração mineira ou da escravatura. Somos todos responsáveis pelo tempo que nos foi dado viver. E muitos erros e muitas tragédias tivemos que enfrentar no nosso tempo. Mas o passado herdámo-lo e o nosso dever é entendê-lo para transformar o presente, não rejeitá-lo com tardias culpabilidades.
Senhor Presidente,
Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Nós nunca nos esquecemos que o Brasil é só dos brasileiros e que é aos brasileiros que cabe fundamentalmente o enaltecimento e a alegria desta comemoração. É a grandeza do Brasil que hoje celebramos. Ser grande, dizia Shakespeare, é enfrentar grandes querelas. E é pensando nesse desafio que representa para um grande país o confronto com o seu passado e o seu futuro que vimos hoje dizer que acreditamos profundamente no Brasil.

Inauguração Conjunta da Exposição «Mostra do Redescobrimento»
São Paulo
23 de Abril de 2000

A palavra que vem aos nossos espíritos, natural e espontânea, perante esta monumental Mostra do redescobrimento é admiração, admiração profunda e imensa.
Admiração, desde logo, por este magnífico acontecimento cultural, realizado num espaço de tantas tradições e de tantas inovações, com recurso às mais avançadas técnicas de exposição e às mais pioneiras tecnologias de comunicação.
Ao querer mostrar o Brasil ao Brasil e ao Mundo, redescobrindo-o, esta Mostra sintetiza séculos de cultura, de criatividade, de realizações. Das descobertas arqueológicas à música electrónica, das culturas pré-coloniais à arte moderna e contemporânea, das artes populares e indígenas à herança barroca, do real ao imaginário, do passado ao futuro — tudo pode ser visto, porque tudo é mostrado com uma atitude assumidamente crítica, indagadora, prospectiva.
Depois, é também admiração o que sentimos pelo Brasil aqui revelado. Admiração por este país imenso e riquíssimo, feito de muitas culturas, de muitas gentes, de muitas influências, um país aberto ao mundo, lugar de cruzamento de civilizações. Se há país que conseguiu construir a sua identidade de uma forma dinâmica, multicultural e cheia de plasticidade, esse país é o Brasil.
Nesse sentido, o Brasil é um país de enorme modernidade, um país do futuro, como lhe chamou o grande Stefan Zweig, pois as suas características — o multiculturalismo e a diversidade — são

as do mundo do milénio que está a nascer. Essa é também a grande lição desta Mostra: evidenciar a grande criatividade da cultura brasileira, o seu extraordinário impulso para a novidade, para o sincretismo e para a invenção.

À admiração que sentimos pelo País, junta-se a admiração que temos pelo seu Povo. Ele é o garante e o sujeito desta prodigiosa construção que é o Brasil. Com a sua energia contagiante e a sua imaginação, o seu sentido do universal, o Povo brasileiro antecipa o futuro, tendo feito sempre da adversidade uma oportunidade para se recriar.

Portugal tem muita honra em estar presente nesta Mostra, actualizando o diálogo que tem a sua matriz fundadora nesse texto único que é a Carta de Pêro Vaz de Caminha. Desde então, esse diálogo não mais deixou de prosseguir. As comunidades de cada um dos nossos países que vivem no outro são desse diálogo o sinal mais vivo e permanente, o traço que nos une quotidianamente.

Como tenho dito, estas comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses a Porto Seguro têm de marcar uma nova era nas nossas relações, que devem ser refundadas na modernidade, na eficácia, no dinamismo.

Cooperamos, temos projectos e iniciativas em comum não porque a isso somos obrigados por qualquer fatalidade da História, mas por tal representar, no presente, um acto livre e assumido de vontade.

Há quase oitenta anos, num discurso que teve então uma grande projecção, o então Presidente da República Portuguesa, António José de Almeida disse, no Brasil, estas palavras memoráveis: «Não tenho dúvida em lhes dizer que estou aqui, em nome de Portugal, para agradecer aos Brasileiros o favor que eles nos prestaram, a nós, proclamando-se independentes no momento em que o fizeram.»

De facto, nesse momento, a liberdade do Brasil ficou indissoluvelmente ligada à liberdade de Portugal. Queremos que a modernidade dos nossos dois países, agora livres e democráticos, também se ligue, em projectos duradouros, dos quais o primeiro é a valorização da língua em que manifestamos mutuamente a nossa amizade e expressamos a vontade de, também nós, nos redescobrirmos neste ano 2000.

Imagem do Brasil, nesta grande Mostra, encontram-se o mais antigo e o mais moderno, o próximo e o distante, o concreto e o sonhado, o idêntico e o diverso. Cruzam-se técnicas que têm muitos milénios e tecnologias que têm apenas meses. Misturam-se a arte e a vida, a natureza e a cultura, a memória e as aspirações, as responsabilidades e a festa.

Penso que este é o lugar certo para dizermos que, se há quinhentos anos, o nosso encontro foi pioneiro da globalização do Mundo, devemos agora aproveitar esta globalização para nos aproximarmos de novo. Reafirmamos, por isso, a certeza de que os laços que unem o Brasil e Portugal, não são apenas os do passado, porque já são os do futuro. As novas gerações estão aí para dar disso testemunho.

Recepção Oferecida à Comunidade Portuguesa

Rio de Janeiro
24 de Abril de 2000

Reservei as últimas horas da minha estadia no Brasil para este encontro com a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, com os luso-descendentes e com todos os amigos brasileiros com quem a nossa comunidade sabe que pode contar.

Fi-lo para dirigir a todos uma mensagem de orgulho e de confiança. Orgulho em tudo o que a comunidade portuguesa representa, na sua história exemplar de dignidade e de trabalho, na sua inserção ímpar na sociedade brasileira. Confiança no futuro, no futuro do Brasil em que acreditamos e no futuro das novas gerações de luso-descendentes que trazem ao século que começa o valor inestimável da síntese das culturas em que nasceram e foram educados.

A comunidade portuguesa no Brasil tem uma longa história. Como em todas as emigrações, foram os mais carenciados e desprotegidos que decidiram partir; mas, também como em todas as emigrações, foram simultaneamente os mais arrojados e empreendedores que tomaram este caminho.

A emigração portuguesa para o Brasil foi numerosa e constante desde a independência até meados do século XX, constituindo sem dúvida o principal fluxo migratório proveniente do nosso país. Esta corrente de povoamento constituiu sempre um valor inquestionável no relacionamento luso-brasileiro, reforçando uma indesmentível afectividade entre os dois povos. A comunidade portuguesa no Brasil soube desde cedo construir uma riquíssima

rede de instituições e associações, quer de socorros mútuos, quer de beneficência, quer de ensino e cultura, de que destacaria as beneficências, os gabinetes de leitura, os liceus literários, as diversas casas regionais.
Essas instituições são expressão de uma vitalidade e de um espírito de solidariedade que souberam sempre assumir a total abertura à sociedade brasileira, a não exclusão dos mais humildes e a ausência de discriminação racial foi, por exemplo, o Vasco da Gama o primeiro clube de futebol brasileiro a admitir jogadores negros, no princípio do século XX. Mas esse acervo riquíssimo terá hoje de revitalizar-se através da participação dos jovens, dos luso-descendentes e dos brasileiros interessados na nossa cultura, na actividade dessas instituições. No novo contexto do relacionamento entre os dois países vai, sem dúvida, reforçar-se a presença da nossa comunidade no Brasil.
Meus amigos,
Se é certo que terminou a emigração, porque a nossa sociedade já não é falha de perspectivas como o era no passado, é de ressalvar agora que o volume de investimentos portugueses no Brasil atinge hoje um valor impensável há poucos anos. Portugal é o investidor estrangeiro no Brasil, com cerca de 45 % do nosso investimento no exterior aplicado neste país. Este facto, e a profunda mudança da imagem de Portugal no Brasil que ele veio acarretar, levam-me a reforçar a minha mensagem de confiança. Se Portugal está cada vez mais presente no Brasil, a nossa comunidade, que tanto contribuiu com o seu trabalho e com o seu espírito empreendedor para a economia brasileira, certamente irá adquirir uma ainda maior visibilidade e ver acrescido o respeito que de todos já merece.
Meus Amigos,
Portugal sabe quanto vos deve. Mas se Portugal não pode perder-vos, deveis também, pela vossa parte, acompanhar as profundas

mudanças que o nosso país conheceu nestes últimos anos. Sei que deixaram um país muito menos próspero, muito menos livre, muito menos justo. O Portugal de hoje tem, naturalmente, problemas, conhece injustiças, enfrenta carências. Mas o caminho percorrido nos últimos vinte e cinco anos constituiu um indesmentível progresso, que todos podem medir no dia-a-dia, quando visitam Portugal. É um desenvolvimento de que nos orgulhamos. Esse progresso deve-se ao regime democrático e ao esforço de todos os portugueses, onde quer que estejam, que apostam num Portugal cada vez mais moderno, mais justo e mais solidário.

Viva Portugal!

Jantar em Honra do Presidente de Cabo Verde

Palácio Nacional da Ajuda
8 de Junho de 2000

Em 1996, naquela que foi a minha primeira viagem ao estrangeiro como Presidente da República, tive o grato prazer de visitar Cabo Verde. Volvidos quatro anos e num momento em que o meu mandato, como também o seu, Senhor Presidente, se aproxima do seu fim, cabe-me agora a mim a honra de o receber em Portugal.

Faço-o com a satisfação de saber que o saldo destes quatro anos foi francamente positivo para o relacionamento entre os nossos dois povos e Estados. Ao longo deste período multiplicaram-se as visitas bilaterais, assinaram-se novos e importantes acordos, desenvolveu-se a cooperação, aprofundou-se a participação portuguesa no desenvolvimento da economia cabo-verdiana, estreitaram-se os laços da língua, travaram-se batalhas comuns na arena internacional. Trata-se de um dinamismo invulgar no quadro do nosso relacionamento com o continente africano, que muito me apraz registar.

Constitui também para mim motivo de redobrada satisfação poder acolhê-lo entre nós por ocasião de mais uma comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Neste dia tão especial, queremos associar à nossa alegria aqueles que nos são mais próximos e a que nos encontramos ligados por especiais laços de amizade e cooperação. A sua presença em Viseu, no próximo dia 10, será por isso, Senhor Presidente, motivo de particular regozijo para todos os portugueses, júbilo a que por

certo se associará a numerosa comunidade cabo-verdiana residente em Portugal e em particular naquela cidade.
Excelência,
A parceria estratégica que une os nossos dois países é hoje uma realidade incontestável, que ultrapassa os meros laços históricos e de amizade, projectando-os no futuro.
Vários são os factores em que se alicerça esta sólida parceria:
Ambos comungamos desse riquíssimo património comum que é a língua portuguesa, elemento aglutinador e de aproximação por excelência;
Ambos somos países atlânticos e de charneira com o outro continente, elos de ligação e pontes de contacto;
Ambos somos povos de diáspora, de fácil inserção em outros espaços sócio-culturais, mas arreigada ligação à Terra-Mãe;
Ambos, enfim, comungamos dos ideais e valores essenciais da democracia, da liberdade, da tolerância e do respeito pelos direitos humanos, que gostaríamos de ver universalmente reconhecidos e aceites.
Desta afinidade de percursos e de sentimentos, desta comunhão de princípios, resulta a nossa força.
Senhor Presidente,
A cooperação entre os nossos dois países — Sócio-Cultural, Técnico-Económica, Financeira e Empresarial — desenvolvendo-se nas mais diversas áreas e sectores e em distintos planos — bilateral, multilateral e intermunicipal — afirma-se hoje pelo seu dinamismo e carácter inovador.
Numerosas empresas portuguesas, graças ao profundo conhecimento que dispõem da realidade cabo-verdiana, participam hoje activamente no desenvolvimento económico do país, contribuindo assim, com o seu esforço, para a criação de melhores condições de vida.

No plano financeiro, pelo seu alcance, merece uma palavra de destaque o Acordo de Cooperação Cambial, assinado em Março de 1998, do qual se espera possa vir a resultar a convertibilidade do escudo cabo-verdiano. Já em plena aplicação, este acordo revestir-se-á naturalmente de particular importância para o incremento do investimento e da actividade económica em geral.
As vertentes da educação, da divulgação da língua portuguesa e da cultura, têm igualmente merecido especial atenção, sendo certo tratarem-se de áreas crescentemente mais importantes como factores de afirmação de identidade.
O apoio à consolidação das instituições e ao desenvolvimento sócio-económico e a promoção das condições sociais e de saúde, constituem também importantes prioridades.
Estou certo, Excelência, que este esforço comum não deixará de produzir frutos, fazendo votos para que novas e promissoras iniciativas de cooperação venham a ser desenvolvidas entre os nossos dois países.
Excelência,
No momento em que se prepara para celebrar o vigésimo quinto aniversário da sua independência nacional, Cabo Verde goza hoje na Comunidade Internacional de uma imagem de credibilidade e seriedade que soube conquistar através do funcionamento exemplar das suas instituições democráticas. A boa governação, aliada a uma intensa mas saudável vida política, fazem do seu caso um exemplo no contexto africano.
A riqueza da sua cultura e a sua identidade própria, contribuem também para o seu prestígio internacional, de que é testemunha o papel de relevo que o país tem vindo a assumir em numerosas organizações regionais.
Neste contexto, gostaria de me referir expressamente à excelente acção que as autoridades cabo-verdianas têm vindo a desenvolver

tendo em vista a dignificação, consolidação e aprofundamento da CPLP, patrocinando as mais diversas iniciativas e para elas mobilizando os vários sectores da sociedade civil.

Estou certo de que a próxima Cimeira da CPLP, que em breve terá lugar em Maputo, constituirá um fórum de diálogo e de troca de pontos de vista produtivo, de que resultará um novo impulso para a crescente afirmação internacional da nossa Comunidade.

Portugal encara também com apreço a forma empenhada e construtiva como Cabo Verde tem defendido a causa de Timor-Leste nos mais diversos organismos internacionais. Se algumas das mais difíceis batalhas foram já vencidas, batalhas que muitos julgavam perdidas, o caminho a percorrer até à independência total daquele território e à sua afirmação na cena internacional, apresenta-se ainda longo e semeado de dificuldades. Caberá aos países irmãos de língua portuguesa desempenhar um papel importante neste processo, sendo naturalmente nosso desejo que Timor-Leste possa dentro em breve integrar também a grande família da CPLP.

Senhor Presidente,

Não poderia por certo deixar de dirigir uma palavra de afecto, solidariedade, respeito e admiração à numerosa comunidade cabo-verdiana radicada em Portugal, que com o seu trabalho contribui para o desenvolvimento do país, que sente um pouco como seu.

É nosso desejo que esses cabo-verdianos, cuja capacidade de integração é aliás notável, participem activamente na vida da «polis» nacional, usufruindo dos mais vastos direitos e oportunidades e partilhando com os portugueses os mesmos desafios da modernidade.

Contamos com os cabo-verdianos para a contínua tarefa da construção do Portugal de hoje. Cabo Verde pode contar com os portugueses na sua decidida caminhada para o progresso e o desenvolvimento.

Peço-vos que me acompanhem num brinde pela saúde de Sua Excelência o Presidente Mascarenhas Monteiro, pela amizade fraterna que une cabo-verdianos e portugueses e pelo desenvolvimento das relações entre Portugal e Cabo Verde, a bem dos nossos dois países.

Almoço Oferecido em Sua Honra pelo Presidente de São Tomé e Príncipe
São Tomé
14 de Julho de 2000

É com grande satisfação que aqui hoje me encontro em terra amiga e entre amigos de longa data.
Tendo pela primeira vez visitado São Tomé e Príncipe em 1994, sendo então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e da UCCLA, fazia questão de visitar oficialmente este país irmão ainda durante o meu mandato presidencial, que se vai aproximando do seu termo, propósito agora concretizado, para meu contento.
A minha visita a São Tomé culmina, de resto, um ciclo de deslocações muito significativo, iniciado com a visita que a minha mulher aqui efectuou no ano transacto, da qual sei guarda a mais grata recordação, a que se seguiu a Visita Oficial de S. Ex.ª o Primeiro-Ministro, também no ano passado. No decurso desta última, seria nomeadamente assinado o Programa Indicativo de Cooperação para o triénio 1999-2001, instrumento fundamental do nosso relacionamento bilateral. Finalmente, no passado mês de Junho, S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República deslocou-se também aqui em Visita Oficial, tendo então sido assinado um Protocolo de Cooperação entre os parlamentos dos nossos dois países.
Encontro-me por outro lado em São Tomé e Príncipe num momento particularmente significativo da História do país, uma vez que, há apenas dois dias, aqui se celebrou o Vigésimo Quinto Aniversário da Independência, efeméride à qual, contrariamente

ao que era meu desejo, por motivos insuperáveis, não me pude pessoalmente associar.
Tendo em mente aquele marco histórico, gostaria no entanto, Senhor Presidente, de aqui publicamente felicitar e render as minhas homenagens a todos os santomenses. Se o percurso desde então percorrido não foi isento de dificuldades, facto aliás inerente a qualquer processo de transição democrática, conquistas fundamentais como a consolidação da democracia, o pleno respeito pelos direitos humanos e a supremacia dos valores da tolerância e do diálogo, devem hoje constituir motivo de justificado orgulho para os cidadãos deste país.
Honra-me também o facto de ser hoje aqui recebido por Vossa Excelência, que tive o privilégio de conhecer em circunstâncias assaz diversas das actuais e com quem tenho, desde então, mantido laços de estima e amizade. O nome de Vossa Excelência confunde-se com a História desde país, cujo nascimento acarinhou e com cujos destinos a sua vida se foi cruzando. Faz Vossa Excelência parte de uma muito limitada plêiade de santomenses, verdadeiros «Pais da Nação», a quem o país sempre tomará como referências e para sempre ficará devedor.
Senhor Presidente,
Para além de representantes dos diversos sectores do Estado, faço-me acompanhar, nesta minha deslocação, por um grupo de parlamentares portugueses, bem como por diversos Presidentes de Câmaras Municipais que mantêm acordos de geminação com municípios santomenses. Sei que nos dias que antecederam a minha chegada, aqui mantiveram diversificados e frutuosos contactos com os seus homólogos deste país, aprofundando assim os laços de cooperação já entre si existentes.
Parece-me ser este um sinal inequívoco da vitalidade do nosso relacionamento bilateral, o qual, não se confinando ao plano me-

ramente institucional, se multiplica em iniciativas dos mais diversos intervenientes da sociedade civil.
Para tal contribui indiscutivelmente o facto de portugueses e santomenses terem vindo, ao longo dos séculos, a tecer um relacionamento privilegiado, relacionamento que faz com que os portugueses aqui se sintam em sua casa, à semelhança do que sucede com os numerosos santomenses que vivem em Portugal.
A cooperação bilateral, de Estado a Estado, tem-se também mostrado particularmente dinâmica, bastando referir, em abono desta asserção, que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Portugal a São Tomé e Príncipe atingiu em 1999 o valor mais elevado dos últimos quatro anos, registando um acréscimo de cerca de 28 % em relação ao ano anterior!
De entre os sectores abrangidos destacam-se, pelo seu carácter prioritário, a saúde e a educação, ambas premissas essenciais de um desenvolvimento sustentado, a que temos vindo a dispensar particular atenção.
No domínio da saúde, foi, em Junho último, assinado um novo Protocolo que define a actuação da cooperação portuguesa no Centro Hospitalar de São Tomé e Príncipe e estamos particularmente empenhados na colaboração a desenvolver com as autoridades norte-americanas em matéria de combate ao paludismo.
Quanto ao sector da educação, continuamos a apostar na formação de docentes, prosseguindo uma política liberal de concessão de bolsas, também internas, convictos que estamos da importância da formação de elites, como base de sustentação do Estado.
A defesa e desenvolvimento da Língua Portuguesa, nosso património comum e elo de ligação por excelência, inclui-se também nas nossas prioridades, tendo sido com satisfação que tomei conhecimento da assinatura, no decurso desta minha visita, de um primeiro Protocolo Editorial entre empresas dos dois países.

Senhor Presidente,
Estamos conscientes da magnitude dos desafios e dos problemas económicos, financeiros e sociais com que São Tomé e Príncipe actualmente se defronta, sem que tal, porém, nos faça esmorecer nos nossos propósitos de superação desses obstáculos.
Acreditamos ser também esse o estado de espírito dos santomenses, que, unindo esforços, quebrando letargias e superando querelas inúteis, conseguirão certamente, com o auxílio e a solidariedade internacionais, ultrapassar a injusta barreira que os separa do desenvolvimento.
Neste grande desafio, naquilo que deverá ser o seu desígnio nacional, São Tomé sabe que tem em Portugal um amigo constante, com que sempre poderá contar.
Gostaria de pedir a todos que me acompanhassem num brinde pelo saúde e bem-estar do Senhor Presidente Miguel Trovoada e pelo progresso e futuro de São Tomé e Príncipe.

Sessão Solene na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
São Tomé
14 de Julho de 2000

Constitui para mim uma honra muito especial poder hoje dirigir-me a esta Assembleia, livremente eleita pelo povo de São Tomé e Príncipe. Esta é a casa de todos os santomenses, onde os seus direitos são defendidos e onde, em liberdade, se discutem diferentes ideias e projectos, irmanados pelo superior objectivo comum da construção de um futuro melhor e mais justo.

Celebrou-se, há apenas dois dias, o vigésimo quinto aniversário da independência de São Tomé e Príncipe, efeméride histórica a que, por motivos inadiáveis, não me pude pessoalmente associar. Não deixei no entanto, bem longe, de comungar do sentimento de regozijo que então animou o povo deste país irmão e que agora, com sentida emoção, partilho convosco.

Bem podem os santomenses orgulhar-se do facto de, numa data tão especial, o seu país viver plenamente em paz e democracia, constituindo, à escala do martirizado continente africano, um dos exemplos gratificantes do funcionamento normal das instituições democráticas e de respeito pelos direitos humanos fundamentais. A História demonstra-nos ser este um pressuposto importante do progresso económico e do desenvolvimento social, constituindo também para nós um incentivo ao prosseguimento e reforço dos fortes laços de cooperação que temos vindo a manter com São Tomé e Príncipe.

Não ignoramos as enormes dificuldades com que o país se debate, em termos económicos, financeiros e sociais, mas temos po-

rém a certeza de que sem paz, sem democracia e sem estabilidade, não seria possível promover o desenvolvimento de que os santomenses tanto carecem. Confiamos que, alicerçado nestes valores e beneficiando da apreciação solidária da Comunidade Internacional, São Tomé poderá fazer face aos prementes desafios com que neste momento corajosamente se defronta.

Senhor Presidente,

Excelências,

Estes últimos vinte e cinco anos têm sido para os nossos dois países anos de aprendizagem e de descoberta. O caminho percorrido é já longo, mas muito haverá ainda a fazer.

A consolidação do Estado e o reforço das instituições da sociedade civil, a formação de quadros e o apuramento de uma consciência nacional, perfilam-se, do nosso ponto de vista, como importantes objectivos a alcançar, indispensáveis a um desenvolvimento sustentado de São Tomé e Príncipe. Os santomenses têm motivos para se orgulhar do seu país — devem orgulhar-se do seu país — tudo devendo continuar a fazer tendo em vista a sua gradual auto-suficiência e afirmação na cena internacional. Como em qualquer lugar e em qualquer tempo, há que combater a lassitude e o conformismo, há que desenvolver o espírito de iniciativa e a autoconfiança, há, em suma, que olhar para o futuro com ousadia, mas também com um acrescido sentido de responsabilidade.

As fortes relações de amizade e cooperação que unem Portugal a São Tomé e Príncipe, fundadas em sólidas afinidades históricas, políticas, culturais e linguísticas, deverão também continuar a aperfeiçoar-se, buscando fórmulas inovadoras e de maior exigência. Intervenções circunstanciais deverão, cada vez mais, ser substituídas por acções que envolvam uma maior responsabilização dos parceiros, prolongando-se no tempo e uma maior atenção

deverá ser dispensada aos sectores considerados prioritários, evitando-se assim toda e qualquer dispersão de esforços.
Pautando-se por estas preocupações, a cooperação bilateral luso-santomense não tem cessado de intensificar-se, tendo atingido no ano transacto proporções particularmente significativas e abrangendo sectores de importância vital, como a educação e a formação profissional, a saúde, a agricultura, o turismo, o emprego e a segurança social.
A saúde pública e em particular o flagelo do paludismo, terrível factor inibidor do desenvolvimento, constituem naturalmente para nós motivo de especial atenção. Depositamos fundadas esperanças na colaboração recentemente iniciada com as autoridades norte-americanas neste sector, esperando-se que possamos em breve lançar um programa que permita eliminar a mortalidade e reduzir a morbilidade desta doença.
Os nossos laços de cooperação estendem-se naturalmente à Região do Príncipe, território de enormes potencialidades no domínio turístico, mas no qual, aos problemas estruturais, acrescem os decorrentes do isolamento. Terei amanhã o grato prazer de visitar pela primeira vez a cidade de Santo António do Príncipe, que sei beneficiará em breve de um cuidado projecto de recuperação, resultado dos esforços conjuntos do Instituto da Cooperação e de diversos Municípios portugueses.
É este um bom exemplo do carácter multifacetado e das virtualidades da nossa cooperação, a qual, para além da sua vertente técnico-militar e de se multiplicar também em acções de carácter multilateral, radicando num forte sentimento de identidade entre os nossos dois povos, ultrapassa o domínio puramente institucional, desenvolvendo-se em diversificadas iniciativas de autarquias, fundações, ONG's e organizações da sociedade civil.

O facto de, acedendo ao convite que nesse sentido lhes dirigi, se terem querido associar a esta minha vista os responsáveis de diversas Câmaras portuguesas que se encontram ligadas por acordos de geminação a municípios santomenses, é igualmente sintomático do espírito particular que anima o nosso relacionamento bilateral, constituindo para mim motivo de justificado orgulho. Desde há muitos anos, de resto, que venho afirmando serem as Câmaras Municipais um dos mais significativos exemplos da indispensável cooperação descentralizada.

Senhor Presidente,

Excelências,

Participaremos em breve, no Maputo, em mais uma Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, projecto comum a que São Tomé e Príncipe tanto tem dado.

Incorreria em grave injustiça se não deixasse aqui, em terras santomenses e em circunstâncias tão particulares, uma palavra de apreço pelo excelente trabalho realizado ao longo dos últimos quatro anos pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e Secretário Executivo Adjunto da CPLP, Dr. Rafael Branco. Estou em crer que a nossa Comunidade, nestes seus primeiros anos de vida, muito ficará a dever à dedicação, empenho e competência profissional deste filho de São Tomé, agora de novo chamado a servir o seu país.

Neste curto período de tempo, a CPLP demonstrou já as suas enormes virtualidades como factor de aproximação, nos mais diversos domínios, entre os países lusófonos.

Estou seguro de que a Cimeira do Maputo, onde os temas da cooperação, do desenvolvimento e da democracia estarão no centro das nossas preocupações, constituirá mais uma etapa importante no processo de consolidação e desenvolvimento da Comunidade. Tratar-se-á, porventura, de um processo moroso e não

isento de dificuldades, mas certamente apaixonante pelos propósitos que o animam, que plenamente justificam o nosso esforço comum.

Encontros como o de Maputo, revestem-se neste contexto de uma particular utilidade, permitindo nomeadamente um melhor conhecimento dos parceiros e proporcionando um fórum privilegiado para dar novos impulsos ao desenvolvimento da nossa Comunidade.

É pois animado deste espírito realista, mas construtivo, que partirei amanhã para Maputo, seguro de que também esta nova cimeira se traduzirá num avanço significativo do projecto que nos une.

Senhor Presidente,

Excelências,

Por razões de todos sobejamente conhecidas, África continua a ocupar um lugar de destaque no quadro da política externa portuguesa.

Minado pelos terríveis flagelos da guerra, da miséria e da doença, confrontado com graves problemas de desenvolvimento e de organização do Estado, o continente africano não tem podido acompanhar de forma harmoniosa os grandes movimentos da expansão do comércio internacional, da difusão das novas tecnologias da informação e do progresso científico.

A atenção que sempre temos dedicado aos problemas africanos, levou-nos a sugerir a convocação de uma primeira Cimeira África-Europa, projecto que se concretizou no decurso da nossa Presidência da União Europeia, abrindo um novo capítulo no relacionamento entre os dois continentes.

Pela primeira vez, no Cairo, Chefes de Estado e de Governo europeus e africanos discutiram em pé de igualdade e de uma forma abrangente, as principais questões económicas, políticas,

sociais e de desenvolvimento que afligem o continente, abrindo assim caminho para a construção de uma nova parceria global entre África e a Europa para o século XXI.
A pacificação do continente, assolado por conflitos crónicos que o deixam depauperado, exaurindo os seus recursos humanos e naturais, tem constituído para nós motivo de especial preocupação, sendo bem conhecido o nosso empenhamento em prol da paz e da estabilidade em Angola e na Guiné, povos irmãos a que nos ligam especiais laços de amizade.
É bem diferente, como dizia, a situação em São Tomé e Príncipe, sem que tal signifique porém, do nosso lado, um menor interesse, ou envolvimento. Outros são os problemas que aqui se colocam, porventura menos dramáticos, mas não menos importantes. Particularmente encorajados pelas conquistas registadas nos domínios político e dos direitos humanos, tudo continuaremos a fazer, Excelências, para que os santomenses, ultrapassados os dias mais difíceis, venham a auferir do progresso e do bem-estar a que tão legitimamente aspiram.
Para que tal suceda, porém, será indispensável que todos os esforços se unam e que sejam obtidos, a nível nacional, os necessários consensos. Existem momentos, na História de todos os países — também assim sucedeu recentemente em Portugal — em que os grandes desígnios nacionais se devem sobrepor à querela política e aos interesses partidários. A pluralidade conquistada, não deverá, em suma, transformar-se num factor constrangedor do desenvolvimento, negando assim a sua própria razão de ser. Urge pois criar plataformas de acção, fixar prioridades, delinear estratégias nacionais por todos partilhadas!
Há que ultrapassar o cabo a partir do qual o desenvolvimento será possível! Com o apoio e a solidariedade da Comunidade Internacional e a força de vontade e a abnegação que são reque-

ridas ao povo de São Tomé e Príncipe, estou seguro de que um tal desiderato será alcançável.

A minha mensagem é, pois, de esperança e de encorajamento. Santomenses, acreditem no vosso país! Dêem-lhe o vosso melhor! São Tomé e Príncipe pode sempre contar com Portugal! Portugal sabe que conta com São Tomé e Príncipe entre os países seus amigos.

Sessão Solene de Abertura
da III Cimeira da CPLP
Maputo
17 de Julho de 2000

Quero, antes de mais, agradecer ao Presidente Joaquim Chissano e às autoridades moçambicanas a sua magnífica hospitalidade e felicitá-las pela excelente organização desta cimeira, neste ano tão difícil para Moçambique, devido às cheias que assolaram grande parte do país. Todos nós esperamos que, com o contributo da comunidade internacional, os efeitos dessa calamidade sejam completamente superados o mais brevemente possível. Em relação às consequências desta tragédia, há ainda muitas oportunidades para continuarmos e consolidarmos, no quotidiano das populações atingidas, a solidariedade demonstrada. As visitas que ontem fiz a Kongolove e Magananine que o reforçaram-me a convicção de caminho é possível, mas é exigente e precisa de ser solidário.

Quero também, com um carinho muito especial, saudar a presença entre nós do Comandante Xanana Gusmão, Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense. É com a mais viva satisfação que encaramos a sua participação nesta cimeira, na convicção de que, muito em breve, poderemos acolher Timor-Leste como membro de pleno direito da nossa organização.

Embora conscientes dos problemas que ainda subsistem, designadamente no que respeita ao destino dos refugiados em Timor Oriental, sentimo-nos encorajados pela evolução registada no sentido da reconciliação nacional, da pacificação do território e da sua reconstrução. Saudamos a iniciativa das Nações Unidas

de integrar, cada vez mais, os timorenses na administração da UNTAET, passo que reputamos indispensável para preparar o caminho para a independência. Estamos certos de que eles se mostrarão à altura destas novas responsabilidades.
Permitam-me também uma referência particular e muito calorosa ao Senhor Presidente da Guiné-Bissau, recentemente eleito, que se junta a nós pela primeira vez. Faço votos para que o esforço de recuperação em curso no seu país frutifique e encontre, junto da comunidade internacional, o apoio de que carece.
Registo ainda com muito apreço a presença do senhor director-geral da UNESCO.
A vossa participação e o crescente interesse que a nossa organização suscita, junto de países terceiros e de outras organizações internacionais, é sinal inequívoco da afirmação da CPLP na cena internacional.
Senhores Presidentes,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Esta reunião é uma ocasião para efectuarmos um balanço do trabalho já realizado pela nossa Comunidade e projectar o seu desenvolvimento no futuro.
A CPLP é, em primeiro lugar, o espaço da lusofonia, espaço de afirmação da riqueza e de inovação da nossa língua, que a todos une e a todos pertence. O português, nos seus variados falares, é hoje a quinta língua mundial. Constitui um património comum, em constante renovação e evolução, de que nos orgulhamos e que queremos, em conjunto, valorizar como instrumento de política externa, de difusão das culturas que nela se exprimem, de afirmação de identidade própria num mundo cada vez mais globalizado.
Neste domínio, a assinatura do contrato de projecto, a cargo do Arq. Álvaro Siza Vieira, para a construção, na cidade da Praia, da

sede do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, constitui um passo de grande significado para concretizar um projecto da maior importância que tardava a avançar. Estou seguro que, na sua actividade, o Instituto saberá aproveitar as oportunidades oferecidas pelos meios de comunicação electrónica, pela rádio e pela televisão para difundir, para o interior e para o exterior da nossa Comunidade, a riqueza e diversidade cultural dos nossos países e estimular a aprendizagem do português.

A CPLP é, em segundo lugar, um compromisso de solidariedade e cooperação entre os países que a integram. A nossa organização tem sabido promover crescentemente essa cooperação, nos mais variados domínios — a educação, a cultura, a saúde, a justiça, a agricultura, as telecomunicações, a ciência e a tecnologia — bem como exprimir a sua solidariedade em situações de emergência, como sucedeu nas crises da Guiné-Bissau e de Timor-Leste e durante as cheias em Moçambique. Importa agora que essa cooperação se reflicta cada vez mais no dia-a-dia dos nossos povos. A constituição de um Grupo de Trabalho para definir as formas de melhorar a liberdade de circulação de pessoas no espaço da CPLP e a equiparação de direitos sociais e políticos entre os cidadãos dos nossos países constitui um passo importante para atingirmos esse objectivo.

Em terceiro lugar, a CPLP exerceu já importantes funções de concertação diplomática na cena internacional, nos casos da Guiné-Bissau e de Timor-Leste, e a sua existência confere aos seus membros uma dimensão acrescida no âmbito de outras organizações internacionais ou regionais em que igualmente se inserem.

Em quarto lugar, a CPLP é um instrumento e um estímulo ao aprofundamento dos laços entre as sociedades civis dos nossos respectivos países. A nossa Comunidade não se deve esgotar nos

contactos entre governos. Ela deve também servir para reforçar a cooperação e o intercâmbio entre as sociedades civis dos seus países membros, dando assim voz e participação activa aos nossos povos, para que nela possam ver um espaço comum de cidadania. As inúmeras iniciativas provindas da sociedade civil, que a CPLP tem apadrinhado e apoiado — entre as quais permitam-me referir a 1.ª Conferência de Mulheres da CPLP que teve lugar em Fevereiro deste ano em Salvador da Baía — constituem por isso um sinal particularmente encorajador da vitalidade da nossa Comunidade.

Podemos hoje afirmar que a CPLP, nestes seus quatro breves anos de existência, demonstrou dinamismo e capacidade para desempenhar as tarefas fundamentais que lhe estão cometidas, embora, naturalmente, muito reste ainda por fazer para corresponder a todas as expectativas que nela são depositadas.

Aprofundando a nossa cooperação, tecendo pacientemente uma teia cada vez mais densa de contactos, com o empenho dos nossos governos e uma participação cada vez mais activa dos nossos povos, saberemos, estou certo, ultrapassar todas as vicissitudes de percurso e, progressivamente, consolidar e enriquecer a nossa comunidade.

Senhores Presidentes,

O tema acordado para esta cimeira — «Cooperação, desenvolvimento e democracia na era da globalização» — reflecte bem as prioridades da nossa organização: cooperação entre os seus membros, para proporcionar maiores oportunidades de desenvolvimento, num quadro político democrático e numa era em que todos ganhamos em nos associarmos para lidar com as oportunidades e os desafios da globalização.

A CPLP é constituída por países cujos governos recebem a sua legitimidade de eleições internacionalmente reconhecidas como

livres e justas. A democracia, como todos sabemos, representa um parâmetro essencial do desenvolvimento e um fundamento indispensável da legitimidade do exercício do poder e da autoridade do Estado. O seu exercício é uma condição necessária para construir um sentido de comunidade e solidariedade, não só no seio de cada um dos nossos países, como também entre eles.

Todos sabemos, também, que a democracia não se esgota na realização de actos eleitorais. Aperfeiçoar a democracia é uma tarefa permanente, a que nenhum de nós se pode furtar. Desse esforço depende, a cada momento, a capacidade de consolidar o Estado de direito, zelar pelos direitos fundamentais, combater a corrupção, garantir a liberdade de imprensa, promover o desenvolvimento, a justiça e o bem comum — tarefas que exigem um trabalho constante e determinado.

O desenvolvimento económico e social e a luta contra a pobreza e a exclusão são exigências diárias das nossas populações, a que temos o dever de corresponder.

Estes são desafios que se colocam a todos nós mas que, forçoso é reconhecê-lo, assumem, em alguns dos nossos países, particular acuidade. Um maior acesso à educação, para homens e mulheres, a reabilitação das infra-estruturas, a criação de condições estáveis de investimento, o combate às epidemias de doenças infecto-contagiosas, em particular a SIDA e a malária, a luta contra as drogas e a toxicodependência são tarefas urgentes que só poderão ser levadas a cabo num quadro de estabilidade política e social e mediante a existência de uma administração pública forte, isenta e eficaz.

A cooperação multilateral no quadro da CPLP representa certamente um contributo importante para alcançar estes fins; mas a eficácia dessa cooperação exige uma crescente responsabilização e um maior investimento financeiro de todos os Estados-membros,

por forma a garantir que ela cumpra os seus fins e redunde num benefício efectivo para os seus destinatários.
Naturalmente, a paz é uma condição essencial para alcançar o desenvolvimento a que todos os povos da nossa comunidade legitimamente aspiram. Permitam-me, neste contexto, endereçar uma palavra particular de solidariedade ao povo angolano, tão longamente martirizado pela guerra, e formular um voto para que Angola possa, tão brevemente quanto possível, alcançar a paz de que tanto carece. Não quero relembrar as vicissitudes dos últimos anos, há muito compreendidas pela comunidade internacional e no contexto das Nações Unidas. Importará, agora, buscar fórmulas que permitam, aos que se reviram na UNITA e nela legitimamente votaram, encontrar novas vias de expressão democrática que possam contribuir, consistente e definitivamente, para a paz e a reconciliação em Angola.
Regozijo-me com o anúncio feito pelo Presidente Eduardo dos Santos, quanto à realização, tão longo as condições o permitam, de eleições democráticas. Bem gostaria de ter tido hoje, como era meu propósito, a grande oportunidade e o grande prazer de lho poder exprimir pessoalmente. O que peço a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Nacional de Angola, para transmitir.
Senhores Presidentes,
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Quero, a terminar, dirigir uma grande palavra de amizade e de respeito pelo Senhor Presidente de Moçambique. Esta sala, estas ruas, saudaram uma imensa amizade desde os tempos que antecederam a independência, são mais de vinte e cinco anos.
A terminar, quero dirigir uma palavra sincera de agradecimento ao Dr. Marcolino Moco, pelo seu dedicado desempenho como Secretário Executivo da CPLP, num período difícil, crucial exi-

gente, de afirmação da nossa Comunidade, uma palavra também para o Senhor Dr. Rafael Branco e desejar à Dr.ª Dulce Pereira cuja capacidade conhecemos as maiores felicidades no exercício deste cargo. A sua longa experiência e capacidade de iniciativa e mobilização garantem que saberá exercer o seu cargo com o dinamismo refrescamento que é requerido neste momento. Quero também para o Senhor Dr. Zeferino Martins, desejar-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas funções.

CAPÍTULO XII

COMUNIDADE INTERNACIONAL

«Vivemos num mundo em que o fosso entre ricos e pobres não pára de se cavar. A extrema pobreza e o crescimento chocante das desigualdades são problemas para todos nós; não apenas por imperativo moral, mas por todo o cortejo das consequências que acarretam, por exemplo nos domínios da saúde, da educação, da violência urbana, das migrações e da continuidade.

[…] Urge concentrar esforços para aliviar a pobreza e promover a igualdade de oportunidades.

Não haja ilusões. O resultado desse combate depende, no essencial, do esforço e da competência de cada Governo. Mas a Comunidade Internacional tem o dever de, solidária e empenhadamente, participar.»

Jantar em Honra
do Presidente da Tunísia
Palácio Nacional da Ajuda
9 de Maio de 2000

A presença de Vossa Excelência em Portugal vem culminar um ciclo intenso de visitas recíprocas de membros dos Governos dos nossos dois países, que reflecte bem a excelência e o dinamismo das relações bilaterais luso-tunisinas.

O estreito relacionamento e os laços de cooperação que unem a Tunísia a Portugal, consubstanciados numa multiplicidade de instrumentos jurídicos, que cobrem hoje os mais diversos sectores de actividade, tem de resto, como é bem do conhecimento de Vossa Excelência, ultrapassado o plano meramente bilateral, desenvolvendo-se também, de forma frutuosa e criativa, a nível multilateral, em particular no âmbito da União Europeia.

A cooperação que temos vindo a desenvolver no contexto, quer do Fórum do Mediterrâneo, quer do Processo de Barcelona, pode, a justo título, ser considerada exemplar, merecendo todo o nosso apreço e encorajamento. Encaramos com grande satisfação o modo activo e empenhado como as autoridades tunisinas têm assegurado a sua participação no diálogo euro-mediterrânico, envolvendo-se directamente nos mais diversos projectos, sobretudo de índole económica.

Enquanto Presidência da União Europeia e no momento em que a União prepara o seu alargamento, Portugal atribui a maior importância ao reforço das relações desta com os países da margem sul do Mediterrâneo, de modo a criar, em torno deste mar, uma área alargada de estabilidade e desenvolvimento. Neste con-

texto, é nosso desejo que a Tunísia mantenha e desenvolva o papel de relevo que tem vindo a assumir neste projecto.
Senhor Presidente,
Acompanhamos naturalmente com todo o interesse a evolução da situação interna na Tunísia, para cuja modernização Vossa Excelência tem contribuído de forma decisiva. Os nossos dois países têm dimensões semelhantes, são geograficamente próximos e sofreram a influência das mesmas civilizações, mantendo não obstante a sua identidade própria. Esta comunhão de características, aliada a uma conhecida amizade, impele-nos pois a manter um olhar interessado sobre a outra margem do Mediterrâneo, nossa fronteira comum.
Vossa Excelência lutou, na sua juventude, pela independência do seu país. Também eu o fiz, pela libertação do meu. Sabemos pois avaliar, melhor do que ninguém, o valor da liberdade.
Neste dealbar do século XXI, acreditamos, com redobrada convicção, que a democracia, o pluralismo político e religioso, a liberdade de expressão e associação e o integral respeito pelo ser humano, constituem direitos inalienáveis de qualquer cidadão do mundo, independentemente da sua raça, sexo, ou credo. Também para a União Europeia estes são valores fundamentais, de que faz sua bandeira, considerando-os como premissas fundamentais.
Estamos conscientes dos condicionalismos específicos a que, neste contexto, está sujeita a Tunísia, razão acrescida para admirarmos os avanços significativos já registados em determinadas áreas, como é o caso da condição feminina, acreditando que, também noutras vertentes, se verificarão progressos de relevo.
Acompanhamos com especial apreço o crescimento equilibrado da economia tunisina, resultante de uma ousada política de reformas, que agora começa a dar os seus frutos, bem como os avanços registados na área social.

Partilhamos as preocupações de Vossa Excelência relativamente ao flagelo do desemprego. Portugal patrocinou, como é sabido, a realização em Lisboa, no passado mês de Março, de um Conselho Europeu Extraordinário sobre Emprego, Reforma Económica e Coesão Social. Os resultados desta reunião terão profundas consequências ao nível da organização interna da União Europeia, reforçando nomeadamente as competências do Conselho Europeu em matéria de política económica e social. Enriquecidos por esta experiência, depositamos agora grandes esperanças na criação do Observatório Euro-Mediterrânico do Emprego e Formação Profissional, projecto apadrinhado desde 1996 por Vossa Excelência, ao qual nos associamos com entusiasmo.

Senhor Presidente,

As relações entre os nossos dois povos e Estados caracterizam-se hoje por uma pujança invulgar, que, ao que tudo indica, tenderá cada vez mais a fortificar-se. Após um longo período em que Portugal e a Tunísia, fruto de diversas contingências históricas, seguiram destinos diferentes, os dois países, finalmente, descobriram-se mutuamente.

São hoje inúmeras as áreas de cooperação e contacto em que se desenvolve o nosso relacionamento — finanças, indústria, comércio, pescas, administração do território, justiça, defesa, turismo, cultura, ciência — a enumeração é longa e rica de cambiantes.

Abre-se, a ambos os lados, todo um vasto campo de potencialidades, que caberá a portugueses e tunisinos explorar e desenvolver. Depositamos particulares esperanças no domínio das trocas comerciais e dos investimentos, os quais estarão ainda aquém das potencialidades actualmente existentes, tendo em conta os níveis de desenvolvimento atingidos pelos dois países. Estou certo que a presença, na comitiva de Vossa Excelência, de destacados em-

presários e presidentes de associações industriais e profissionais, poderá contribuir para a obtenção dos resultados pretendidos. Saibamos nós corresponder a estes desafios, contribuindo assim para o progresso dos nossos dois países, ricos na sua diversidade e na complementaridade dos seus interesses.
Peço-vos que me acompanhem num brinde pela saúde de Sua Excelência o Presidente Ben Ali, pela amizade que une tunisinos e portugueses e pelo progresso e desenvolvimento das relações entre Portugal e a Tunísia.

Boas-Vindas a Sua Santidade
o Papa João Paulo II
Aeroporto Internacional de Lisboa
12 de Maio de 2000

A Vossa presença em terra portuguesa, para uma nova visita apostólica, a terceira, representa uma grande distinção, que é, para nós, motivo de reconhecimento e de júbilo.
Queira Vossa Santidade aceitar o testemunho do nosso profundo respeito e a saudação que, em nome de Portugal, lhe dirijo, neste momento de tão alto significado.
Os valores do humanismo universalista estão intimamente ligados à nossa identidade cultural. Na nossa História de muitos séculos, a Igreja Católica assumiu um lugar de grande relevo e esteve presente em acontecimentos decisivos.
É também em nome desses valores que o Povo português tem expressado a sua solidariedade para com o Povo de Timor-Leste e que aclamou, nas ruas, o heroísmo da Igreja timorense.
Santidade,
Ao recebermos o Papa, temos presente a mensagem que, neste Ano do Grande Jubileu, não tem cessado de dirigir a todos os povos da Terra — a de que os direitos do Homem, a solidariedade, o desenvolvimento, a justiça e a paz são os fundamentos insubstituíveis de um Mundo melhor para todos os seres humanos.
Ao defender, corajosamente, a urgência da compaixão em vez do egoísmo, da concórdia em lugar do conflito, do direito em oposição à violência e ao arbítrio, da dignidade da pessoa e do trabalho humano contra a sua subordinação aos puros interesses do mercado, da liberdade em vez da opressão, do diálogo entre re-

ligiões em lugar da desconfiança, da memória contra o esquecimento, o Papa João Paulo II tem assumido a voz dos que a não têm — das pessoas e dos povos que sofrem, que são excluídos e esquecidos.

Quero, em nome da República Portuguesa, dizer-lhe, Santidade, que escutamos os Vossos apelos solenes e juntamos a nossa voz à das mulheres e dos homens de boa-vontade, que esperam, desejam e lutam pela chegada de um tempo de maior liberdade, justiça e dignidade para todos os seres humanos.

Renovo a Vossa Santidade a minha saudação respeitosa, que acompanha o testemunho de gratidão e de apreço pela honra insigne e pela prova de afecto e consideração que esta visita representa para Portugal e para o seu Povo. Em seu nome, acolho e dou as boas-vindas a Vossa Santidade, desejando que se sinta bem entre nós.

Cerimónia de Acolhimento do Presidente dos Estados Unidos da América

Torre de Belém
30 de Maio de 2000

É com muito prazer que o recebo, em nome de Portugal, na Torre de Belém.

De aqui partiram, há cinco séculos, os navegadores portugueses que exploraram a costa atlântica africana, descobriram o caminho marítimo para a Índia, acharam o Brasil e circum-navegaram a terra inteira.

O mundo cada vez mais globalizado em que vivemos é tributário dos seus feitos.

É um mundo em que todos os dias há mais oportunidades, mais informação, mais escolha, mais responsabilidade individual, mais liberdade, mais democracia. Mas é um mundo onde falta solidariedade, justiça e governabilidade.

A globalização obriga a uma responsabilização da Comunidade Internacional pelo futuro do nosso planeta.

Cabe aos Estados Unidos da América um papel decisivo neste processo. Saiba, Senhor Presidente, que pode contar com a nossa colaboração activa, na medida das nossas possibilidades.

Os Estados Unidos da América e a Europa, em que nos integramos, comungam dos mesmos valores e partilham um grande número de interesses.

Temos uma responsabilidade comum em contribuir para um mundo mais justo, em que todos os seres humanos, seja qual for a sua raça, sexo ou credo, possam ter uma vida digna.

Temos um interesse comum em garantir a paz e a segurança na Europa e no mundo, a prosperidade das nossas economias e a defesa dos nossos valores.
Temos, à nossa frente, uma vasta agenda a realizar em conjunto, de que gostaria de salientar alguns pontos:
— Promover a democracia e o respeito pelos direitos humanos;
— Tornar mais ágil e eficaz a cooperação internacional, para combater os flagelos da pobreza, da doença e da ignorância;
— Alargar a toda a Europa a zona de paz, democracia, prosperidade e segurança que lhe tem sido garantida pela Aliança Atlântica e pela União Europeia;
— Levar a cabo a independência de Timor-Leste e contribuir para consolidar a democracia na Indonésia;
— Combater as epidemias de doenças infecciosas que voltam a assolar vastas zonas do globo, e particularmente o continente africano;
— Aprofundar o conhecimento mútuo entre os nossos povos e desenvolver os nossos laços científicos, económicos e culturais.
Estou convicto de que a presença de Vossa Excelência entre nós constituirá um estímulo para que os nossos dois Governos enfrentem com ânimo redobrado estes desafios.
Senhor Presidente,
No dealbar do século XXI, são os Estados Unidos que estão na vanguarda de muitas das novas descobertas — na exploração do universo, no alargamento das fronteiras da ciência, no avanço da tecnologia.
Abrem-se, perante os nossos olhos, novas possibilidades que ainda há pouco tempo pareciam do domínio da ficção.
O progresso e a difusão das novas tecnologias de comunicação e informação, o avanço da biologia e da genética, a conquista do espaço, configuram um mundo novo, rico de potencial mas não isento de riscos.

Para colocarmos os progressos da ciência ao serviço da humanidade, e satisfazer as expectativas comuns aos povos de todos os continentes de um futuro de paz e prosperidade, necessitamos de firmeza nos princípios, ousadia no pensamento e clarividência na acção.

São grandes os desafios que temos diante de nós. Estou convicto que os saberemos vencer, se soubermos conjugar os nossos esforços e preservar a coesão na defesa dos nossos interesses comuns. É esse o sentido da presença de Vossa Excelência entre nós. Por isso lhe agradeço e lhe desejo as boas vindas a Portugal.

Banquete em Honra do Presidente dos Estados Unidos da América

Palácio Nacional da Ajuda
30 de Maio de 2000

Constitui para mim um prazer e uma honra receber Vossa Excelência em Portugal, na sequência do convite que tive a oportunidade de lhe dirigir no passado mês de Setembro para visitar oficialmente o nosso país.

Atribuímos um alto significado à presença de Vossa Excelência entre nós, na qualidade de Chefe de Estado de um país amigo e aliado, com o qual Portugal mantém relações diplomáticas há mais de dois séculos, e de máximo representante de uma nação com responsabilidades únicas no actual momento histórico.

Os Estados Unidos da América constituem hoje em dia um ponto de referência para todo o mundo. A atracção exercida pelos valores democráticos consagrados na sua Constituição, a pujança da sua economia, o seu avanço científico e tecnológico, a sua supremacia militar, a sua capacidade de irradiação cultural conjugam-se para conferir à grande nação americana um papel ímpar na política mundial no início deste novo Milénio.

O avanço irreversível do processo de globalização obriga-nos a articular na nossa conduta a defesa dos interesses próprios com uma visão do futuro da Comunidade Internacional no seu conjunto. Foram os EUA pioneiros, após as duas guerras mundiais do século XX, da formação da Sociedade das Nações e da Organização das Nações Unidas, dando assim corpo à ideia de que os Estados são parte integrante de uma Comunidade Internacional regida por valores universais, por cuja defesa somos todos responsáveis.

Procuramos, na medida das nossas possibilidades, pautar a nossa conduta por esses valores que reputamos corresponderem aos anseios de toda a humanidade: o respeito pelos direitos humanos, a liberdade e a democracia, a solidariedade e a equidade.
É por isso que nos batemos durante vinte e cinco anos pela liberdade do povo timorense.
É por isso que apoiamos, sem reservas ou hesitações, o alargamento da União Europeia e da Aliança Atlântica.
É por isso que procuramos ajudar os povos dos países africanos de expressão portuguesa a encontrarem a via da paz, da democracia e do desenvolvimento.
É por isso que nos empenhamos, ao lado dos nossos aliados, na Bósnia e no Kosovo.
É por isso que consideramos essencial o papel das organizações internacionais no mundo de hoje.
É por isso que subscrevemos os esforços para reformar a arquitectura do sistema financeiro internacional, de modo a reduzir a volatilidade dos mercados de capitais e lograr maior eficácia nos instrumentos de ajuda ao desenvolvimento.
É por isso que defendemos a abolição universal da pena de morte.
Sabemos, Senhor Presidente, que contamos com o seu apoio pessoal e com o da nação americana para muitas destas causas e que a comunhão de valores e interesses entre Portugal e os Estados Unidos da América é suficientemente vasta para garantir um largo futuro à cooperação entre os nossos dois países.
Senhor Presidente,
As relações entre Portugal e os Estados Unidos são hoje sólidas, maduras e confiantes, mas nem sempre assim foi na história já longa dos nossos contactos.
Nas palavras de um eminente diplomata português, «as duas nações atlânticas, em virtude de factores geográficos, estratégicos,

económicos e culturais, estiveram sempre destinadas a estabelecer, mais tarde ou mais cedo, estreitos laços de cooperação, mas o caminho para o estabelecimento e consolidação desse laços foi, através dos tempos, incerto e hesitante».

A revolução de 25 de Abril de 1974 e a entrada de Portugal para as Comunidades Europeias, em 1 de Janeiro de 1986 — para referir apenas dois marcos da nossa história contemporânea — colocaram definitivamente o nosso país na senda da democracia e do progresso, criando assim as condições para o aprofundamento da nossa cooperação e o amadurecimento das nossas relações.

A nossa cooperação na área da política externa alargou-se, tanto no plano bilateral como multilateral. Refiro-me, por exemplo, à nossa longa colaboração em prol da paz em Angola, nomeadamente no âmbito da Troika constituída pelos nossos dois países e a Rússia; e, naturalmente, ao processo de autodeterminação do território de Timor-Leste e a instalação no território de uma força multinacional e de uma administração das Nações Unidas.

Nunca esqueceremos, Senhor Presidente, a tomada de posição de Vossa Excelência, nos dias negros de Setembro que se seguiram ao referendo, que foi decisiva para levar a bom termo este processo.

No plano bilateral, assentámos num novo modelo para a nossa cooperação militar, com a entrada em vigor, em 1995, do Acordo de Cooperação e Defesa e concluímos um grande número de instrumentos jurídicos de grande importância para enquadrar o nosso relacionamento, dos quais gostaria de salientar o Acordo para Evitar a Dupla Tributação, o programa sobre a Dispensa de Vistos para os cidadãos portugueses que se deslocam aos EUA e, no âmbito desta visita, o Protocolo sobre Deportações.

A cultura portuguesa tem conhecido uma maior difusão nos EUA, sobretudo na área da literatura e das artes plásticas. O nosso

intercâmbio educativo e científico aumentou, sendo justo reconhecer nesta área o contributo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
As comunidades lusófonas nos Estados Unidos, particularmente presentes nos estados de Rhode Island, Massachussets, Connecticut, Nova Iorque, Nova Jersey e Califórnia, valorizaram-se e afirmaram-se na sociedade americana.
Estamos no entanto em crer que muito resta ainda por fazer — em particular na área económica, cultural e científica — para que as nossas relações correspondam a todo o seu potencial.
Temos pela frente novos desafios, que exigem de nós imaginação, ousadia e determinação.
Falo como português e como europeu.
O alargamento da União Europeia é uma tarefa de alcance histórico a que atribuímos a máxima prioridade, no caminho para a consolidação de uma Europa livre e democrática na qual todos os Estados do nosso continente possam encontrar o seu lugar.
Enfrentamos, nos Balcãs, uma tarefa que exigirá de nós muita paciência, firmeza e persistência, para remover do espaço europeu os riscos da guerra, do separatismo e da violência étnica.
Aplaudimos os esforços, e reconhecemos os sacrifícios dos países da região que se mostraram solidários com a Aliança durante as crises da última década e consideramos que, também eles, não podem ser deixados à margem das instituições euro-atlânticas.
Vemos o continente africano minado pela doença, pela miséria e pela guerra. Doenças que estavam praticamente erradicadas voltaram a instalar-se e outras novas surgiram, de consequências devastadoras. Felicitamo-nos pelo ênfase dado por V. Ex.ª ao combate às epidemias de doenças infecciosas, no qual poderemos, particularmente em África, estabelecer uma cooperação muito frutífera.

Temos de levar a bom termo a reconstrução de Timor-Leste, com a participação empenhada dos timorenses e, em cooperação com as Nações Unidas e o Conselho Nacional da Resistência Timorense, garantir uma via pacífica para a independência e a constituição do novo Estado.

Não podemos dispensar o concurso dos Estados Unidos da América nestas tarefas. Consideramos a Aliança Atlântica um garante indispensável da segurança europeia. Não a concebemos apenas como um instrumento militar mas também como uma verdadeira comunidade de valores que constitui um vínculo indissolúvel de união entre a Europa e a América.

Estou seguro, Senhor Presidente, que estaremos à altura destes desafios se soubermos conjugar os nossos esforços e mantermo-nos unidos na defesa dos nossos interesses comuns.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência encontra-se hoje entre amigos. Das eminentes personalidades portugueses aqui reunidas, poucas serão as que não têm uma ligação especial com os Estados Unidos da América, seja no campo científico, cultural, educativo, político ou empresarial. Todas, estou em crer, foram tocadas pela espantosa vitalidade do vosso país, pela sua criatividade e pelo seu contagiante optimismo.

É, pois, em nome de todos aqui presentes que levanto o meu copo à saúde de Vossa Excelência e formulo um brinde pela prosperidade da grande nação americana e pela cooperação, a bem dos nossos dois povos, entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Cerimónia de Abertura
do Encontro Oceanos de Paz:
Religiões e Culturas em Diálogo
Centro Cultural de Belém
24 de Setembro de 2000

Cabe-me o privilégio de dar as boas-vindas a Portugal a esta ilustre assembleia aqui reunida para participar no XIII Encontro de Diálogo entre Culturas e Religiões, em boa hora promovido pela Comunidade de Santo Egídio, com a colaboração das autoridades portuguesas e da Fundação Mário Soares.

Quero, em primeiro lugar, dizer que nos sentimos orgulhosos por Lisboa ser o lugar escolhido para esta manifestação ecuménica. A todos vós, que nos deram a honra da vossa presença, dirijo uma palavra amiga de acolhimento, desejando-vos uma feliz estadia em Portugal.

Quero, em segundo lugar, manifestar aos representantes da Comunidade de Santo Egídio o meu apreço e admiração pelo seu labor incansável a favor da paz e do diálogo inter-religioso. A presença entre nós de tantos e tão distintos representantes das principais religiões, bem como de altos responsáveis políticos, animados por uma vontade comum de diálogo, de troca e partilha de experiência e conhecimento, na busca de valores comuns e de um entendimento recíproco mais profundo, é o melhor testemunho da capacidade revelada pela Comunidade de Santo Egídio para congregar vontades, em prol da paz e da reconciliação. A realização destes encontros é, em si mesmo, um sinal dos tempos. Sinal de que a fé religiosa, que em tantos momentos da história foi factor de divisões, conflitos e incompreensões, que tantas vezes se confundiu com o fanatismo e com a intolerância,

pode representar, hoje e cada vez mais, um elo de aproximação entre os crentes, uma fonte de diálogo, um lugar de abertura e compaixão.

Permitam-me, neste âmbito, que preste tributo à acção esclarecida de grandes líderes espirituais do nosso tempo — entre os quais destaco Sua Santidade o Papa João Paulo II — cujas corajosas iniciativas no sentido de promover o diálogo entre religiões e o espírito ecuménico têm sido de suma importância para resolver contenciosos antigos e para identificar e consolidar uma matriz de valores comuns que sirva de elo de ligação entre as diversas fés e todos os homens de boa vontade.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O fenómeno da globalização e a consciência nascente de que a comunidade internacional não é mera abstracção mas realidade cada vez mais concreta, obriga-nos, com efeito, a procurar definir um padrão comum de valores universais que possa conciliar a unidade do ser humano e a sua diversidade, o respeito pela liberdade individual com o dever de solidariedade, a tolerância com a firmeza de princípios.

Nessa busca daquilo que nos pode unir como cidadãos do mundo, o nosso ponto de partida é a convicção profunda da igualdade de direitos entre todos os seres humanos, independentemente da sua raça, sexo ou credo.

O espírito que nos guia é o da tolerância, condição necessária para a aceitação do outro na sua diversidade e especificidade. Tolerância entre as diversas fés e entre crentes e não crentes, tolerância para aceitar, com equanimidade, a infinita diversidade com que se manifesta a essencial unidade do ser humano.

A tolerância e o respeito mútuo, que derivam do princípio, básico, da igualdade, criam as condições para um diálogo proveitoso entre os povos, as culturas e as religiões. Como, senão pelo

diálogo, poderemos derrubar as barreiras da ignorância, do preconceito e da desconfiança? Como, a não ser pelo diálogo, nos poderemos conhecer melhor, nas nossas diferenças e semelhanças? Como, senão pelo diálogo, nos poderemos aproximar mais? A tolerância não dispensa, porém, a firmeza de princípios. É por esses princípios, que nos parecem espelhar os anseios de toda a humanidade, que devemos pautar a nossa conduta.

Em primeiro lugar, o respeito pelos direitos humanos. Colocamos no centro das nossas preocupações o respeito pelo indivíduo e acreditamos que o fim principal da acção política deve ser o de garantir, para todos, as condições de uma vida digna. Consideramos por isso que a defesa dos direitos humanos deve ser um princípio fundamental e uma obrigação de toda a actividade política. Todo o ser humano deseja, acima de tudo, ver reconhecida pelo seu semelhante a sua essencial dignidade. Essa dignidade assenta na existência de certos direitos inalienáveis que pertencem ao indivíduo e não lhe podem ser negados.

De todos esses direitos, o mais elementar é o direito à vida. É essa convicção profunda que nos move a defender a abolição universal da pena de morte. Associamo-nos por isso ao apelo lançado pela Comunidade de Santo Egídio para uma moratória global nas execuções neste ano 2000.

Acreditamos, também, que todo o ser humano nasce livre e não pode ser privado do direito a viver em segurança e livre de coacção e a expressar abertamente as suas opiniões, no respeito pela liberdade alheia. Não pode haver mais, como tantas vezes aconteceu e, infelizmente, ainda acontece, contradição entre religião e liberdade. Pelo contrário, consideramos que a fé religiosa ou a sua ausência pertencem ao domínio dos direitos individuais, competindo ao Estado garantir a sua livre expressão.

Em segundo lugar, a solidariedade e a justiça social. Não podemos aceitar, de braços caídos, a miséria, a fome, a doença que grassam em tantas zonas de mundo. Urge mobilizar a comunidade internacional para combater esses flagelos, não só por dever de solidariedade, mas na certeza também de que, no mundo cada vez mais interdependente em que vivemos, acabarão por se repercutir em todos nós. A globalização deve ser factor de desenvolvimento para todos e não apenas para alguns.

Finalmente, a busca da paz. Acreditamos que o respeito pelos direitos humanos, a solidariedade e a justiça social, em suma os valores da democracia, são o melhor contributo que poderemos dar para a paz. No imediato, porém, a prevenção dos conflitos, a sua resolução pela via pacífica, e a reconciliação entre as partes desavindas, impõem-se à nossa consciência como uma prioridade. Permitam-me neste contexto uma referência particular ao continente africano, ao qual Portugal tem ligações tão profundas. Vemos com grande preocupação a persistência e, em certos casos, o agravamento de trágicas e ruinosas situações de conflito em África. Sabemos pelo exemplo de Moçambique, para o qual tanto contribuiu a Comunidade de Santo Egídio, que a paz e a reconciliação são possíveis. Formulo por isso um voto para que, em Angola, no Congo, e em tantas outras partes do continente africano, seja possível pôr termo rapidamente à guerra, e iniciar o processo de reconstrução e reconciliação.

Gostaria também de dirigir um apelo às partes envolvidas no conflito do Médio-Oriente para que não deixem escapar esta oportunidade para negociar uma solução aceitável para todos. Sentimo-nos encorajados pelos progressos registados recentemente nas negociações entre Israel e a Autoridade Palestiniana e, em particular, pelo início de uma discussão séria e construtiva sobre a cidade santa de Jerusalém. Devemos persistir nessa via, única

possível para pôr cobro a um conflito que trouxe já demasiado sofrimento a todas as partes envolvidas.

Por último, gostaria de fazer uma breve referência a Timor-Leste. Não obstante a malévola persistência das milícias — e de quem as apoia — milícias que continuam a espalhar o terror nos campos de refugiados de Timor Ocidental e permanecem apostadas em desestabilizar a jovem nação timorense, continuamos a acreditar que, com a ajuda da Comunidade Internacional, o Conselho Nacional da Resistência Timorense, com o apoio da heróica igreja timorense, conseguirá encontrar uma via pacífica para a independência e levar a bom termo os seus esforços em prol da reconciliação nacional.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Respeito pelos direitos humanos, solidariedade e justiça social, busca da paz: acreditamos que todos os homens de boa vontade se revêem nestes princípios. Não basta, porém, enunciá-los. É necessário pô-los em prática no nosso quotidiano. Sabemos que num mundo onde ainda imperam os egoísmos nacionais, os princípios são amiúde sacrificados aos interesses. Devemos por isso pugnar para que, a par do interesse nacional, sem dúvida legítimo, os Estados adquiram uma consciência universal que os leve a considerarem-se, cada um na medida das suas possibilidades, responsáveis também pela humanidade no seu todo e pelo destino do nosso planeta.

Estou certo que esta reunião dará um contributo muito importante, não só para um melhor conhecimento recíproco entre as culturas tão diversas aqui representadas como também para aprofundar a consciência colectiva dos desafios que se colocam à humanidade no dealbar do século XXI.

A religião é uma matriz fundamental, ainda que não exclusiva, de identidade cultural. Contudo, dentro da especificidade de cada

fé, todas as religiões transmitem uma mensagem de amor ao próximo e de respeito pela dignidade do ser humano, mensagem essa que se dirige não apenas aos crentes mas a todos os homens e mulheres. É essa mensagem que, estou certo, estará presente nos vossos trabalhos.
Muito obrigado pela vossa atenção.

Jantar em Honra do Presidente da Ucrânia

Palácio Nacional da Ajuda
25 de Outubro de 2000

É com a maior satisfação que, em nome do Povo Português e em meu próprio, apresento a Vossa Excelência os mais sinceros e calorosos votos de boas-vindas, desejando-lhe, assim como a Sua Excelentíssima Esposa e à ilustre comitiva que o acompanha uma aprazível e frutuosa estadia entre nós.

Volvidos pouco mais de dois anos em relação à Visita de Estado que tive a honra de efectuar ao seu país, o facto de Vossa Excelência se encontrar hoje em visita de Estado a Portugal, a primeira de um Alto Dignatário Ucraniano na curta história do nosso relacionamento bilateral, traduz sem dúvida a nossa firme determinação em estreitar os laços que nos unem, cientes de prosseguirmos interesses comuns apesar da distância geográfica que nos separa e da diversidade das nossas gentes, da especificidade da nossa história e cultura.

Recordo, nesta ocasião, a simpatia com que as personalidades que me acompanharam, minha Mulher e eu próprio fomos acolhidos no seu país, em Abril de 1998 bem como o caloroso acolhimento que nos foi dispensado pelo Governo e as autoridades ucranianas.

Nas conversações que então mantive com Vossa Excelência, com o Senhor Primeiro-Ministro e com outras destacadas figuras da vida política e parlamentar da Ucrânia, nos contactos que estabeleci com representantes da sociedade civil ou ainda durante as visitas que efectuei a locais tão diversos como a Universidade de

Kiev, Chernobyl ou à cidade e ao porto de Odessa, tive a oportunidade de observar uma sociedade em plena mutação, um país em fase de transição, lutando pela democracia e o desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Guardo, daquela primeira visita que fiz questão em realizar a um país da Europa Oriental desde a minha eleição, recordações vivas e sentidas.

Em Portugal, sabemos por experiência própria, que a construção da democracia e o desenvolvimento económico não são tarefas fáceis. Mais ainda, sabemos que o pluralismo, o respeito pela liberdade e pelos direitos fundamentais, a justiça e a igualdade de oportunidades, sendo embora valores universais, não são conquistas de um dia, mas batalhas quotidianas de partilha constante de responsabilidades que exigem determinação, persistência e firmeza.

Não obstante as dificuldades do processo de transição democrática, os sacrifícios momentâneos que amiúde são requeridos das populações, as incertezas que as mudanças sempre acarretam, provocando resistências, incompreensões e conflitos, o lote inevitável de inseguranças que o uso das novas liberdades sempre traz, é minha profunda convicção que democracia, desenvolvimento e paz são objectivos irrecusáveis que nada nos deverá nem poderá deter de prosseguir. Sem uma consolidação dos princípios democráticos e o estabelecimento de um Estado de direito não há sociedades desenvolvidas e estáveis.

Portugal é hoje uma nação em paz, uma democracia consolidada, uma sociedade próspera e desenvolvida, em que a igualdade de oportunidades, o direito à educação, ao trabalho e à formação profissional é tutelado pela lei e o seu respeito, pelos órgãos jurisdicionais competentes. Em vinte cinco anos conseguimos

completar o ciclo de mudanças nas vertentes institucional, política e económica. A realização deste objectivo não teria sido possível sem o incentivo e a cooperação da comunidade internacional no duplo plano bilateral e multilateral. A título de exemplo, permitam-me que refira quanto foi essencial a adesão ao Conselho da Europa e à então Comunidade Económica Europeia, o apoio exigente das instituições financeiras internacionais bem como a solidariedade de que nos deram provas as velhas democracias do mundo.

Tenho acompanhado com o maior interesse e, confesso, por vezes com alguma ansiedade, a evolução do processo de transição em curso na Ucrânia. Regozijo-me ao verificar o esforço notável que a Ucrânia envidou no sentido de estabelecer relações de boa vizinhança com os inúmeros povos de que está rodeada, tendo dado um contributo decisivo para a estabilidade e paz regionais. Só o reforço e a diversificação do relacionamento bilateral, a aproximação às estruturas de cooperação regional, que permitem a integração de sinergias e a defesa dos interesses comuns, tornam possível fazer vingar os ideais de democracia, desenvolvimento e estabilidade de uma forma duradoura. Num outro plano, regozijo-me igualmente com o anúncio do encerramento da Central de Chernobyl, previsto para o final do ano, cujo pesadíssimo ónus a Comunidade Internacional se empenhou em partilhar, designadamente Portugal, em prol da segurança nuclear, objectivo que nos mobiliza a todos e em primeiro lugar, os que, de perto, experimentaram já as gravosas consequências da sua ausência.

Na charneira entre dois mundos, a Ucrânia ocupa uma posição única que se reveste de grande importância geoestratégica, obrigando-a a um delicado equilíbrio na sua política externa. Partilhámos desde o princípio a opção da Ucrânia em se aproximar das estruturas euro-atlânticas, que consideramos de grande

coragem e responsabilidade. Reiteramos-lhe, mais uma vez, o nosso firme apoio, na convicção de que as relações de parceria estratégica privilegiada que têm vindo a ser desenvolvidas com a Ucrânia, quer no âmbito da União Europeia ou da NATO quer ainda no seio da OSCE ou do Conselho da Europa, conferindo-lhe o protagonismo merecido, lhe permitirão encontrar o seu caminho e lugar próprio na cena internacional, funcionando, também a nível interno, como um poderoso estímulo para a consolidação do processo de democratização, de desenvolvimento e de modernização do país.

A aprovação, pela União Europeia, de uma Estratégia Comum para enquadrar e estreitar o seu relacionamento com a Ucrânia constitui uma prova irrefutável da vontade em desenvolver uma parceria estratégica aprofundada, baseada em valores e interesses comuns, com o objectivo de reforçar a paz, a estabilidade e a prosperidade na Europa. Foi com todo o empenho que a Presidência Portuguesa da União Europeia deu início à aplicação da referida estratégia, tendo desenvolvido um Plano de Acção com um conjunto de iniciativas concretas de cooperação, que decorreram durante o primeiro semestre deste ano.

A Ucrânia é hoje um parceiro incontornável da Comunidade Internacional, um pilar fundamental da estabilidade de todo o continente europeu, um factor decisivo para a estabilidade regional, um interlocutor com que contamos no combate que todos travamos contra os flagelos que, no mundo globalizado em que vivemos, ameaçam a humanidade. Só através do reforço da cooperação internacional e de uma actuação vigilante e inflexível de cada um dos nossos Estados poderemos lutar, de uma forma eficaz, contra o crime organizado, a corrupção e a proliferação de tráficos de toda a espécie — de armas, de estupefacientes, de capitais ilegais e de seres humanos —, em prol do respeito pelos direitos

humanos elementares, o direito a uma vida digna e pacífica. Não podemos tolerar que gente sem escrúpulos explore de forme ignóbil a fraqueza, miséria e necessidade alheias. Para além da vertente repressiva que a luta contra tais crimes não dispensa, há que trabalhar, em conjunto, no campo da prevenção, na organização da emigração regular, na aplicação das recomendações internacionais pertinentes e de Códigos de conduta quando os haja. São estes objectivos que partilhamos e que nos cumpre fazer vingar.

Senhor Presidente,

A ilustre comitiva que acompanha Vossa Excelência nesta Visita de Estado a Portugal, a continuidade que a mesma confere à Visita que eu próprio realizei em 1998 à Ucrânia, os contactos entretanto mantidos a diferentes níveis, os vários projectos de cooperação em curso entre as autoridades dos nossos países, o impressionante número de acordos que estão em negociação, os que vão ser assinados nestes dias e os que já foram, são ilustrações irrefutáveis da nossa vontade comum de dar corpo e forma às relações luso-ucranianas.

Por todos os passos já dados no sentido de uma aproximação aos valores que reputamos universais e por cuja causa estamos sempre dispostos a lutar, antevejo as promissoras perspectivas que se abrem ao aprofundamento das relações entre Portugal e a Ucrânia.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pela saúde e felicidades pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Liudmyla Kutchma, pela prosperidade crescente do Povo Ucraniano e pela frutuosa amizade entre os nossos dois países.

Sessão Solene de Abertura do Colóquio «Primeiro Ano da Região Administrativa Especial de Macau»
Universidade Lusófona
18 de Dezembro de 2000

Quero agradecer-vos o convite para participar neste Colóquio, que aceitei com muito prazer, e cumprimentar a Universidade Lusófona e a Comissão Organizadora pelo seu sentido de oportunidade, ao assinalar a passagem do primeiro ano da Região Administrativa Especial de Macau.

Essa data evoca, com força igual, o passado e o futuro.

Macau representa um símbolo único do primeiro ciclo da globalização, quando se inventou a unidade do mundo, tornada possível pela abertura das rotas marítima descobertas pelos navegadores portugueses. Os Portugueses, portadores do espírito humanista da Renascença, estiveram, desde o início, na vanguarda e no centro desse processo, cujo marco mais decisivo foi o encontro das civilizações da Europa e da China.

Macau representa o lugar electivo desse extraordinário encontro de duas civilizações históricas, o lugar onde o seu cruzamento prosseguiu, ininterruptamente, durante mais de quatro séculos, resistindo às mudanças dos ventos da história.

No novo ciclo de globalização, Macau representa uma oportunidade renovada na ligação entre a Europa e a China, dois pólos cruciais de cuja articulação estável depende, em boa parte, a definição dos equilíbrios internacionais do pós-guerra fria.

O passado de Macau é penhor e promessa do seu futuro.

Foi nesse espírito que Portugal e a China assinaram, em 1987, a Declaração Conjunta sobre o futuro de Macau, que definiu o

quadro da transferência de poderes no Território e a moldura da Região Administrativa Especial de Macau, numa linha de continuidade essencial.
Foi essa visão de futuro e a determinação firme dos dois Estados na consolidação das suas relações bilaterais que tornaram possível a sua cooperação política e diplomática ao longo do complexo processo de transição, contra todos os que o quiseram perturbar.
Não quero deixar de referir a importância decisiva do empenho do Presidente Jiang Zemin, que visitou Portugal nas vésperas da transferência de poderes, para garantir o sucesso da transição, que culminou com a presença, lado a lado, dos principais representantes de Portugal e da República Popular da China na cerimónia de 20 de Dezembro de 1999. As relações entre Portugal e a China saíram fortalecidas desse processo.
No mesmo sentido, quero sublinhar a importância que atribuímos ao facto de a primeira visita do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, Dr. Edmund Ho, ter sido feita a Portugal. Esse gesto que nos honra é um desafio à nossa capacidade.
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Creio ser muito apropriada a vossa iniciativa de assinalar a passagem do primeiro ano da Região Administrativa Especial de Macau num quadro universitário.
As relações entre Portugal e a República Popular da China têm uma inegável relevância política e diplomática, e representam uma vontade comum de aproximar, em todos os domínios, a Europa e a China.
O significado estratégico dessa orientação é evidente na procura de um quadro mais equilibrado nas relações internacionais, e prolonga-se na necessidade de contrapor aos maniqueísmos do afrontamento entre civilizações as virtudes da sua abertura recíproca.

Nesse quadro, entendo que a ciência, a cultura e o direito são dimensões essenciais para o futuro das relações entre Portugal e a China, entre a Europa e a China. São também domínios em que estamos, mais uma vez, na primeira linha, e partilhamos todos a responsabilidade de não perder essa oportunidade histórica. Muito obrigado.

Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio Nacional de Mafra
9 de Fevereiro de 2000

Agradeço-lhe, Excelência Reverendíssima, os votos tão gentis que me transmitiu em nome do Corpo Diplomático e as amáveis felicitações pela minha reeleição para um novo mandato.

São palavras que muito me sensibilizam e que recebo com reconhecimento. Peço-vos, Excelências, que igualmente transmitam aos vossos Chefes de Estado e aos vossos Governos os meus desejos sinceros de paz, bem-estar e progresso neste novo ano que iniciámos.

Senhor Núncio Apostólico,

Senhores Embaixadores e Chefes de Missão,

Esta é a primeira ocasião em que me é dado, depois da eleição presidencial, pronunciar-me sobre temas de política internacional. Por isso, mais do que passar em revista os acontecimentos do ano transacto, quero aproveitá-la para, perante vós, que representais em Portugal a Comunidade Internacional, destacar alguns desafios que me parecem prioritários para o nosso devir colectivo.

Entramos no futuro, anunciado por este novo milénio, sob o signo da globalização. Ao longo da década de 90, a globalização foi celebrada, por vezes em tom de euforia, como advento de uma nova época de paz e prosperidade, sob a égide da economia de mercado e da democracia. Essa visão demasiado optimista da globalização tem sido crescentemente contestada. Nos últimos

tempos, as vozes críticas subiram de tom e aprofundou-se a consciência dos desafios com que a Comunidade Internacional se confronta.

Pela minha parte, embora tendo presente que a globalização corresponde a um processo imparável de modernização e de mudança, sempre considerei que, a par das oportunidades que inegavelmente oferece, ela também envolve riscos para os quais nunca deixei de alertar.

Não sofre contestação que o crescimento das trocas comerciais, o acesso mais fácil ao capital proporcionado pela liberalização dos mercados, o avanço vertiginoso das novas tecnologias de informação e comunicação, o desenvolvimento da ciência, a disseminação dos valores da democracia e do respeito pelos direitos humanos devem constituir vias irrecusáveis de progresso e factores de esperança para o futuro da humanidade.

Não podemos, todavia, ignorar que existem outras facetas, menos positivas, da globalização, que constituem desafio para a Comunidade Internacional no seu conjunto. Refiro-me a uma série de questões que a todos afectam mas que nenhum Estado pode, individualmente, resolver e que, talvez por isso, se vêm de ano para ano agravando, sem que para elas se vislumbre verdadeira solução. Quero focar quatro em particular: a exclusão económica, social e cultural derivada da crescente desigualdade entre nações e entre indivíduos, os problemas de saúde pública, as agressões contra o ambiente e o aumento da criminalidade organizada.

Quanto à primeira, não podemos deixar de ter presente a situação em que se encontram milhões de seres humanos, excluídos dos benefícios do desenvolvimento e dos avanços do conhecimento, vivendo sem horizonte de esperança, postos diariamente perante o contraste entre as suas dramáticas carências e as imagens de abundância que lhes chegam pela televisão.

Vivemos num mundo em que o fosso entre ricos e pobres não pára de se cavar. A extrema pobreza e o crescimento chocante das desigualdades são problemas para todos nós; não apenas por imperativo moral, mas por todo o cortejo de consequências que acarretam, por exemplo nos domínios da saúde, da educação, da violência urbana, das migrações e da conflitualidade. Estima-se que três mil milhões de pessoas, quase metade da população mundial, vive com rendimentos equivalentes a dois dólares por dia. As tendências demográficas tão-pouco favorecem o combate à pobreza. Todos os anos cresce, embora a um ritmo cada vez mais lento, a população do nosso planeta. Somos já mais de seis mil milhões de pessoas. Estima-se que, dentro de quinze anos, seremos mais de sete mil milhões. 95 % deste aumento ocorrerá nos países em vias de desenvolvimento e a maior parte dele em zonas urbanas.

Urge concentrar esforços para aliviar a pobreza e promover a igualdade de oportunidades. Não haja ilusões. O resultado desse combate depende, no essencial, do esforço e da competência de cada Governo. Mas a Comunidade Internacional tem o dever de, solidária e empenhadamente, participar. Acelerando o perdão da dívida; alargando a abertura dos mercados aos produtos dos países em vias de desenvolvimento, encorajando a boa governação, concentrando a sua cooperação nos domínios-chave da educação, da formação profissional e da saúde.

Refiro-me, em segundo lugar, à saúde pública global e, em particular, às epidemias de doenças infecto-contagiosas — designadamente a SIDA, a tuberculose e a malária — causa de um quarto das mortes no mundo.

Só em África, para citar o caso mais grave, são já mais de vinte e cinco milhões de pessoas contaminadas pelos vírus da SIDA, a maior parte deles na força da vida. Por detrás da frieza dos nú-

meros, esconde-se uma enorme tragédia humana, com consequências incalculáveis nos domínios político, económico e social. Em alguns dos países africanos mais atingidos, apesar de uma alta taxa de natalidade, prevê-se que a população diminua nos próximos quinze anos. Como tratar dos doentes? Como cuidar dos órfãos? Como reorganizar sociedades dizimadas pela perca de boa parte da sua força de trabalho?

Também aqui a responsabilidade primeira cabe aos Governos nacionais. A experiência mostra que os países que conduziram vigorosas campanhas de prevenção têm conseguido baixar a taxa de novas infecções. É prioritário intensificar estes esforços. Mas não chega. É preciso que os meios terapêuticos já existentes possam chegar aos doentes, a preços mais acessíveis. No domínio científico, é necessário atribuir máxima prioridade à descoberta de novas vacinas contra estes terríveis flagelos. Lanço daqui um apelo: que a ciência, em articulação com a indústria, ponha o seu saber ao serviço deste objectivo e que, através de um esforço concertado, a nível internacional, sejam desenvolvidos, com urgência, novos meios de combate contra estas doenças.

Em terceiro lugar, refiro a necessidade de proteger o ambiente para as gerações vindouras. Muitos são os perigos que podem, neste domínio, ser invocados.

O aquecimento global é um fenómeno comprovado, que já não é lícito pôr em dúvida. É da maior importância que, em Maio próximo, na Conferência de Bona, seja possível superar as dificuldades que impediram o sucesso da Conferência da Haia e alcançar um acordo que permita a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, iniciando-se assim o longo caminho de redução dos gases de estufa, que estão a alterar os frágeis e complexos equilíbrios do clima planetário, com consequências imprevisíveis para a vida humana.

Outras questões ecológicas merecem a maior atenção, como a crescente escassez e contaminação dos recursos hídricos: a água é um bem limitado e, cada vez mais, precioso, que importa proteger nos vários níveis de intervenção — nacional, regional e internacional — para evitar que se torne fonte de melindrosos confrontos, tensões e dificuldades. Recordem-se, ainda, pela necessidade de lhes dar uma resposta articulada, os problemas conexos da sobre-utilização dos solos, da desertificação, do êxodo para as cidades e do crescimento descontrolado de gigantescas megalópolis.

O último desafio que quero hoje abordar é o combate ao crime organizado.

Ao abrigo da liberdade de movimentos de bens, serviços e capitais, e servida pelos novos instrumentos de comunicação, desenvolve-se, a nível internacional, a criminalidade organizada e a lavagem do dinheiro, que promovem a corrupção e minam o Estado de direito e a democracia.

Para além do tráfico ilegal de estupefacientes e de armas, um outro tipo de tráfico, ainda mais sinistro, tem vindo a ganhar relevo: o de seres humanos. Destinos privilegiados de imigração, os países da União Europeia devem concertar as suas políticas neste domínio, para combater a imigração ilegal e a inaceitável exploração de seres humanos que lhe está associada, caminhando no sentido de uma política de imigração contratualizada, que assegure condições de vida dignas aos que buscam nos nossos países melhores oportunidades.

Senhor Núncio Apostólico,

Senhores Embaixadores e Chefes de Missão,

Como lidar, de forma consequente, com estes desafios? Não podemos pensar que os mecanismos do mercado e o progresso da ciência serão suficientes, só por si, para os vencer. Será neces-

sário, também, agir politicamente, ao nível nacional e internacional, para atacar este conjunto de problemas, cada um deles grave em si mesmo, e mais graves ainda por se reforçarem mutuamente. As soluções passarão sempre, de forma predominante, pela acção dos Estados, pela competência que mostrarem na resolução dos problemas dos seus cidadãos no plano interno e pela gestão que fizerem da interdependência, no domínio internacional.

A gestão da interdependência não passa apenas pelo reforço das instâncias multilaterais de vocação global — as Nações Unidas e as suas agências especializadas, e também a Organização Mundial do Comércio — que fornecem o enquadramento no qual podem ser dirimidos, através do diálogo, os conflitos de interesse e podem progressivamente surgir e afirmar-se objectivos partilhados por toda a comunidade internacional.

Passa, também, pelo reforço e pelo progressivo alargamento das instituições de integração regional, não apenas na Europa, mas também na Ásia, na América Latina e em outras regiões do globo.

Passa, inevitavelmente, pela mobilização da sociedade civil. Neste domínio, as ONG's têm desempenhado um papel muitas vezes pioneiro na identificação de novos problemas e realizado uma acção meritória que é justo realçar. Importa também, cada vez mais, exigir às grandes empresas multinacionais que assumam a sua quota parte de responsabilidade social, no combate pela resolução dos problemas globais, por exemplo, da saúde e do ambiente. É ainda de assinalar o papel dos órgãos de comunicação social na tomada de consciência destes novos desafios.

Passa, fundamentalmente, pela afirmação de um conjunto de valores, que devem constituir a base da organização política do nosso mundo — o respeito pelos direitos humanos, a democracia, a solidariedade. Porque só governos que respondem perante os seus cidadãos terão sempre presente o interesse público e só

regimes abertos e atentos às necessidades e expectativas das populações terão capacidade para mobilizar as energias necessárias para vencer os desafios do século XXI.

Há que reconhecê-lo: o interesse nacional já não pode hoje ser separado do interesse global. Qualquer princípio de solução dos problemas de índole global começa pelo sentimento da co-responsabilização. Portugal está disposto a assumir a sua parte, na medida das possibilidades ao seu alcance.

Senhor Núncio Apostólico,

Senhores Embaixadores e Chefes de Missão,

Temos de saber pensar em novas formas de organização para a Comunidade Internacional do século XXI, tendo presente, naturalmente, o caminho já percorrido até aqui. Por estarem assentes em valores partilhados, as estruturas institucionais criadas na comunidade euro-atlântica, de que são exemplos, entre outras, a Aliança Atlântica, a União Europeia, o Conselho da Europa e a própria OSCE, sobreviveram ao fim da Guerra Fria e continuam a demonstrar uma notável capacidade de adaptação e atracção.

O grande desafio que temos pela frente é a integração não apenas das novas democracias da Europa Central e Oriental, mas também a inserção da Rússia e da Ucrânia numa ampla zona de paz, prosperidade e cooperação euro-atlântica, sob a égide da democracia e dos direitos humanos, no respeito pela soberania de cada um dos Estados que a compõem.

Na última década foram dados passos importantes nesse sentido. Temos agora de os consolidar e completar. Nesta grande tarefa, todas as estruturas institucionais da comunidade euro-atlântica têm um papel relevante a desempenhar. Por ser de todas a mais abrangente, permitam-me que refira, em particular, a OSCE, de que assumiremos, no próximo ano, a presidência.

O eixo fundamental da política externa portuguesa continua a ser a participação nessa comunidade. No plano da defesa, continuamos firmemente ancorados na Aliança Atlântica, ao mesmo tempo que damos uma contribuição activa para o reforço da capacidade militar da União Europeia. Como membros responsáveis da Comunidade Internacional, temos vindo a aumentar a nossa presença nas forças de manutenção de paz em operações sob a égide da ONU, destacando-se pelo seu peso a nossa presença em Timor.

No âmbito da União Europeia, que desempenha, em todo este processo, um papel central, continuamos plenamente empenhados em nos manter na primeira linha do processo de integração, certos de que essa é a melhor forma de defender o interesse nacional. Queremos uma Europa mais coesa e forte, aberta a parcerias com outras regiões, capaz de integrar novos membros sem se diluir, ambiciosa nos seus projectos mas respeitadora da identidade e da autonomia de cada um dos seus Estados-membros.

Concluiu-se o ano passado, na cimeira de Nice, uma longa negociação que visava preparar a União Europeia para o grande desígnio do alargamento. Regozijo-me por ter assim ficado aberto o caminho para a entrada de novos membros na União Europeia, que esperamos estejam em condições de participar, como membros de pleno direito, na próxima Conferência Intergovernamental prevista para 2004.

Apesar de todas as dificuldades, foi possível, em Nice, alcançar um compromisso razoável que garante a todos os Estados-membros um nível aceitável de representação no processo de tomada de decisão. Importa agora unir os nossos esforços para vencer os importantes desafios que a agenda comunitária nos reserva para os próximos anos: em primeiro lugar o alargamento, mas também a introdução da moeda Euro, a coesão económica e social,

a reforma da Política Agrícola Comum e a definição das perspectivas financeiras da União a partir de 2006.

A próxima revisão dos tratados, prevista para 2004, constituirá uma ocasião da maior importância para, no quadro de uma União alargada, reequacionar os equilíbrios institucionais, clarificar a divisão de competências entre órgãos comunitários e Estados Nacionais e consolidar o conceito de cidadania europeia. A preparação dessa Conferência deve ser ocasião para um amplo debate sobre o futuro da construção europeia, que deve mobilizar todos os cidadãos e responsáveis políticos nos Estados-membros da União. Não existem fórmulas, determinadas à partida, para definir um modelo político que, desde a primeira hora, foi original e se mantém em permanente evolução. No domínio das propostas para o nosso futuro comum, estamos todos em igualdade de circunstâncias. O que importa é prosseguir, num quadro de solidária paridade, o caminho de progresso iniciado por Monnet e Schumann.

No âmbito da lusofonia, continuamos apostados no reforço da CPLP e das nossas relações bilaterais com todos os seus membros. Permitam-me que faça referência específica ao caso de Angola, para exprimir ao povo angolano a minha esperança de uma paz que não demore e permita o seu progresso e desenvolvimento. E, também, ao caso de Timor, que esperamos brevemente acolher, como membro de pleno direito, na nossa Comunidade. Deixo aqui uma palavra de confiança na capacidade dos timorenses para, em colaboração com as Nações Unidas, construírem um novo Estado, independente e democrático.

Senhor Núncio Apostólico,

Senhores Embaixadores e Chefes de Missão,

Antes de terminar, devo mencionar alguns acontecimentos particularmente marcantes da vida política internacional do ano transacto.

Lastimo a continuação e, em alguns casos, o agravamento de conflitos que marcam infelizmente o quotidiano internacional. Compreenderão que refira, em particular, o trágico retrocesso que se verificou no processo de paz do Médio-Oriente, após um processo negocial que nunca, como em Camp David, esteve tão próximo do sucesso.

Regozijo-me com duas importantes vitórias da democracia. Na Jugoslávia, a queda de Milosevic permite-nos encarar com nova esperança o futuro da região dos Balcãs. No México, o funcionamento da alternância, com a eleição do Presidente Vicente Fox constitui um sinal muito encorajador da implantação, cada vez mais sólida, da democracia na América Latina.

Foi eleito, no ano transacto, um novo Presidente dos Estados Unidos da América. Trata-se sempre de um acontecimento marcante, dadas as grandes responsabilidades dos Estados Unidos na cena internacional. Sem o seu empenhado contributo, não será possível resolver as grandes questões de âmbito global que a todos nos preocupam. Estou seguro que os Estados Unidos, nosso aliado, se manterão fiéis aos princípios do multilateralismo, que tanto contribuíram para formar, prosseguindo, com a Europa, uma parceria que desejamos cada vez mais equilibrada.

Para terminar, quero transmitir, por vosso intermédio, os meus sinceros votos de que o ano agora iniciado seja de paz e de progresso e portador de uma nova esperança para o futuro da humanidade. Peço especialmente aos Embaixadores dos países que tive o prazer e a honra de visitar no ano passado que transmitam os meus sinceros agradecimentos a Suas Excelências os Presidentes da Roménia, de São Tomé e Príncipe, de Moçambique, do Brasil e do Panamá pela forma tão cordial como me acolheram. E a Vossa Excelência Reverendíssima, peço que

transmita uma palavra especial de agradecimento ao Santo Padre, que, no Ano Jubilar, de tão profundo significado para a Igreja, nos honrou com a sua visita, de que guardo grata recordação.
Muito obrigado e bom ano.

CAPÍTULO XIII | HOMENAGENS

«Devem constituir para todos um exemplo.»

A Manuel Alegre
Casino do Estoril
13 de Março de 2000

É com muito gosto que estou presente nesta cerimónia de entrega do Prémio Fernando Namora a Manuel Alegre.
Desde logo, porque sou velho e querido amigo do homenageado e quero, neste momento, dizer-lhe quanto o estimo e admiro.
Depois, porque ele é uma grande figura da nossa vida intelectual e política, para quem o impulso da criação nunca se pode dissociar do ímpeto da liberdade. Nesse sentido, Manuel Alegre é herdeiro de uma ilustre tradição da nossa história que tem, entre outros, em Almeida Garrett, Herculano, Antero, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Teixeira Gomes aqueles grandes vultos que nunca separaram as causas culturais dos ideais cívicos, porque umas e outras radicam na luta pela afirmação da liberdade humana, individual e colectiva.
Desde os tempos da sua juventude, Manuel Alegre fez da sua voz uma voz de liberdade. A sua coragem cívica é inseparável da sua visão poética e da sua ideia de Portugal, da nossa história e do nosso futuro.
Ao homenagearmos, hoje, o autor da *Praça da Canção,* homenageamos o resistente, o cidadão, o grande poeta, o ficcionista e o homem fraterno que foi sempre fiel ao essencial da responsabilidade de estar no Mundo.
Creio, por isso, que ele recebe este Prémio com alegria. Fernando Namora foi um escritor solidário e um homem generoso. Lembrá-

-lo, neste dia, é fazer nossos os ideais de justiça e de humanismo que foram os seus.
Felicito o Casino Estoril por ter criado este Prémio e renovo a Manuel Alegre as mais calorosas felicitações, com o velho e fraterno abraço de amizade.

A Eugénio de Andrade
Lisboa
8 de Maio de 2000

O Prémio Vida Literária atribuído a Eugénio de Andrade é uma justíssima distinção tributada a um grande poeta, que fez da poesia a razão e a justificação mais profunda da vida.
A sua obra — luminosa, autêntica essencial, rigorosa — é o grande testemunho dessa atitude que vê na poesia a mais alta verdade que ao homem é dado dizer sobre o homem e sobre o Mundo. Sem concessões, com uma exigência soberana e exemplar consigo mesmo, Eugénio usou sempre a palavra da poesia para afirmar a dignidade do humano e para resistir à vulgaridade e à opressão de qualquer tipo.
O seu comportamento cívico tem também nesta visão da dignidade do homem a sua raiz mais funda. Por isso, nunca cedeu à demagogia e assumiu sempre um carácter ético.
É-me muito grato estar aqui. Sou amigo e admirador do nosso grande poeta, desde sempre. Os seus livros foram, muitas vezes, companheiros das minhas horas. Da sua poesia, dessa «espécie de música», como disse Óscar Lopes, recebi encantamento, beleza, iluminação.
Quero, neste momento, manifestar a Eugénio de Andrade, em nome de Portugal, o nosso reconhecimento pelo muito que tem prestigiado a nossa cultura, como é evidenciado pelo renome internacional que alcançou e pelo impressionante número de traduções, que não cessa de aumentar.
Este Prémio é uma bela iniciativa. Felicito a Associação Portuguesa de Escritores e o seu Presidente, o meu querido Amigo

José Manuel Mendes, por ela e também a Caixa Geral de Depósitos que a apoia.
Sob a inspiração da poesia de Eugénio de Andrade, reencontro-me com o que na vida conta verdadeiramente. E entre o que conta verdadeiramente está a amizade pelo grande poeta que, hoje, homenageamos e a admiração que dedicamos à sua obra, tão bela e tão indispensável.

A Aquilino Ribeiro
Paredes de Coura
2 de Julho de 2000

Agradeço o convite que me dirigiram para estar, hoje, convosco e quero dizer-vos que venho a esta terra e estou presente neste Congresso com muito gosto e interesse.
A minha presença representa, em primeiro lugar, a homenagem nacional que deve ser prestada a Aquilino Ribeiro, grande português e extraordinário escritor, cuja obra, pela envergadura, pela riqueza e pela importância, constitui um património único da nossa cultura e da nossa língua.
Este Congresso de Estudos Aquilinianos é uma bela iniciativa e um acto de justiça. O programa dos trabalhos e dos acontecimentos, a escolha de personalidades tão notáveis que nele participaram, permitiram redescobrir o autor de *A Casa Grande de Romarigães* e começar a restituir-lhe a projecção que merece. Homem de antes quebrar que torcer, personalidade poderosa e telúrica, infatigável trabalhador das letras, como poucos houve, detentor de uma cultura vastíssima, multiforme, que por tudo se interessava, do passado e do presente, cidadão firme e corajoso, revolucionário e aventureiro, Aquilino Ribeiro foi, ao longo de décadas, construindo uma obra como quem ergue um monumento de palavras. A própria vida de Aquilino daria um empolgante romance. Só ele, porém, o poderia escrever.
Romancista, novelista, contista, cronista, biógrafo, memoralista, em todos os géneros que praticou deixou a marca vigorosa do seu estilo portentoso, avassalador. Grande construção barroca,

complexa, sinuosa, vibrátil, torrencial, a sua é uma obra de raízes e de amplidão, de minúcia e de largueza.
Aquilino tinha o génio da língua e sabia que ela é o fundamento mais sólido da nossa identidade. A palavra, para ele, era matéria-prima, utensílio, ferramenta. Com palavras, criou personagens e tipos, fez renascer figuras, tempos, mundos. A que nos legou tornou-se um arquétipo de uma certa maneira de entender a literatura, a língua, a identidade e a Nação. Nela, tem lugar um diálogo a muitas vozes, entre o que fomos e o que somos, entre a cultura rural e a cultura urbana, entre o particular e o universal.
A dívida que temos para com Aquilino é imensa. Devemos-lhe uma das mais originais, vernáculas e criativas escritas de que há memória neste nosso século. Devemos-lhe também uma das mais fabulosas obras de ficção, que ombreia com as grandes obras dos gigantes do século XIX. Devemos-lhe ainda um exemplo de tenacidade, integridade, coragem, firmeza na adversidade.
Ao evocá-lo, hoje, reconhecemos essa dívida. E ao reconhecê-la sabemos que a maneira de a pagarmos é lê-lo, estudá-lo, divulgá-lo. Este Congresso é, por isso, um acto de justiça e de memória, mas também um acto virado para o futuro. Felicito Mário Cláudio pela magnífica iniciativa e saúdo todos aqueles que nela colaboraram e a tornaram possível.
Senhor Presidente da Câmara,
Quis V. Ex.ª aproveitar esta oportunidade para me fazer a entrega da Medalha de Ouro do Concelho, que me foi atribuída numa decisão que tanto me sensibiliza. Agradeço muito o vosso gesto e recebo esta medalha com gratidão.
Terra de tradições, com o seu primeiro foral dado no século XIII, Paredes de Coura, olha o futuro com confiança e sabe que a valorização da sua história e da sua cultura é um instrumento insubstituível de desenvolvimento e de progresso. Este Centro

Cultural é disso mesmo um notável exemplo. Na pessoa de V. Ex.ª, saúdo as populações do Concelho e desejo-vos as maiores felicidades.

Ao lembrarmos Aquilino Ribeiro, aqui, numa terra que ele tanto amou e sobre a qual escreveu páginas inesquecíveis, reafirmamos a nossa identidade e assumimos o dever indeclinável de fazer da coesão nacional um objectivo primordial e uma realidade concreta.

Ao Padre Abel Varzim
Cristelo
16 de Agosto de 2000

Foi com o maior gosto que aceitei estar presente na inauguração desta obra, erigida sob a evocação do saudoso Padre Abel Varzim, uma das figuras emblemáticas do catolicismo progressista, homem de rara e forte coragem que deve constituir para todos um exemplo.

A luta que empreendeu pelo associativismo, pela dignificação dos trabalhadores e pelo desenvolvimento da teoria social da Igreja, fez de Abel Varzim um cidadão exemplar que, sem hesitação, sempre sacrificou os seus interesses e a sua saúde, aos ideais de uma sociedade mais justa e ao bem-estar do seu semelhante, com uma profunda consciência da necessidade de intervenção à luz dos princípios do Cristianismo.

É justíssimo o epíteto de «apóstolo português da justiça social» que lhe foi dado. O seu empenho na organização dos trabalhadores agrícolas e na dignificação do homem colocou-o em evidência pelas suas intervenções públicas e pelas suas obras.

Como padre e como cidadão apostado na mudança e na transformação da sociedade, assumiu as posições que cada situação impunha, não olhando a conveniências pontuais, mas dando sempre mostras de uma visão mais global e mais humana, exercendo o seu magistério com clareza: clareza de pensamento, determinação na acção e uma grande coragem, num tempo em que, como sabemos, discordar era crime.

Foi, por isso, censurado, excluído, perseguido, votado ao ostracismo. Tudo enfrentou com uma exemplar e serena dignidade, sem nunca renunciar ao seu combate pela verdade e pela justiça. O Padre Abel Varzim demonstrou que a defesa da dignidade humana não é apenas um exercício retórico ou uma formulação teórica, mas, antes, todo um trabalho concreto em favor dos pobres, dos marginalizados e dos que são vítimas da injustiça. Apesar de humilhado e perseguido nada o impediu de defender as suas convicções e as reformas sociais necessárias para a dignificação do ser humano. Se durante a sua vida e nos dez anos que decorreram da sua morte, em 1964, até ao 25 de Abril cumplicidades várias procuraram que se esquecesse a figura de tão insigne homem da igreja portuguesa, o tempo veio a provar a razão que lhe assistia quando afirmava: «Portugal não é o dia de hoje, nem o dia daqui a cinco ou dez anos. Portugal perdurará para além das nossas vidas e é para esse Portugal do Futuro que devemos construir hoje.»

O tempo passou e o país em que vivemos é, felizmente, bem diferente daquele em que ele viveu. Mas isso não obsta a que sejam de incontestável actualidade a mensagem e o pensamento do Padre Abel Varzim. A prová-lo estamos aqui todos, dando o nosso testemunho, engrandecendo a sua memória com a inauguração deste edifício, na sua terra natal.

Naturalmente, está de parabéns o autor do projecto e meu amigo, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira e a sua equipa que desenhou este belo centro social e cultural que é, sem dúvida, um edifício de grande qualidade estética.

Saúdo todos os presentes e especialmente os promotores desta grande obra, O Fórum Abel Varzim, na pessoa do Sr. Doutor João Gomes, a Junta de Freguesia de Cristelo, o Senhor Manuel Petejo Fernandes e o Senhor António Varzim Miranda e o

Padre Adélio Matos, pároco e presidente da Fábrica da Igreja de Cristelo.
Com este Centro Cultural e Social, que servirá a população de Cristelo, desde a infância à terceira idade, estamos, como ele tanto gostaria, a dar continuidade aos ideais e aos objectivos do Padre Abel Varzim e esta, é de facto, a mais importante de todas as homenagens que lhe possamos ou queiramos fazer.
Estão de parabéns a população de Cristelo e o Fórum Abel Varzim.

Ao Rei Juan Carlos I
Palácio de Belém
11 de Setembro de 2000

Na hierarquia das Ordens Honoríficas Portuguesas, a Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito é a primeira de entre elas. Nos termos da Lei, o seu grande colar apenas pode ser usado pelos cidadãos portugueses que tenham exercido as funções de Presidente eleito da República Portuguesa, após o termo do respectivo mandato.

É esta a condecoração que decidi atribuir a Vossa Majestade, prevalecendo-me da excepção legal que o Governo português entendeu definir em vossa expressa intenção.

Ao atribuí-la e, acrescidamente, ao solicitar a vossa concordância para a impor nesta cerimónia solene, pretendo assinalar a fraternidade e a excelência das relações entre os nossos dois países e, sobretudo, o respeito e o carinho que a Nação e o Povo português tributam a Vossa Majestade.

Os portugueses têm bem presente a amizade sempre manifestada pela vossa Família para com Portugal e têm-lhes sido particularmente gratas as manifestações constantes dessa amizade que Vossa Majestade tem prodigalizado. E sentem-se honrados pela circunstância dessa amizade ser protagonizada por quem tão nobre e sagazmente representa o Reino de Espanha e o consolidou, por vezes em condições muito difíceis, nos caminhos da liberdade, da democracia, do progresso e da paz.

Agradeço-vos pois, Majestade, por terdes acedido em aceitar esta suprema prova de estima e de respeito de Portugal e dos portugueses, que agora tenho a grande honra de vos impor.

A José Cunha Rodrigues
Palácio de Belém
9 de Outubro de 2000

No dia em que tem lugar o rito da sucessão no cargo de Procurador-Geral da República, quis atribuir a V. Ex.ª, Senhor Dr. Cunha Rodrigues, a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo. E quis assim, porque, ao longo de dezasseis anos de mandato, interpretou V. Ex.ª, de modo constante e exemplar, a ideia de serviço — serviço à Justiça e ao Ministério Público, e por via deles, serviço à comunidade e à República.

É V. Ex.ª, todos o reconhecem, um homem de cultura — a dos valores e a das leis. Como todos reconhecem em V. Ex.ª o sentido de missão de Estado com que desempenhou as altas funções de Procurador-Geral da República.

No mandato que agora cessou, foi decisiva, cumpre afirmá-lo nesta hora, a acção de V. Ex.ª na construção e consolidação de um Ministério Público moderno, que serve o Estado e os cidadãos e constitui elemento essencial do Estado de Direito.

Como é próprio do mérito, teve V. Ex.ª a felicidade de suscitar, na sua acção, ora aplauso, ora controvérsia.

Cada tempo tem seu juízo.

A Cruz de Cristo que vou impor a V. Ex.ª simboliza o juízo, sem qualquer reticência, da República a que presido. O demais é com a História na sua pluralidade, como sempre acontece quando valeu a pena.

Em nome da República, bem haja, Senhor Conselheiro Cunha Rodrigues!

CRONOLOGIA

Março 2000 a Março 2001

CRONOLOGIA

MARÇO 2000

Dia 9

Em Santarém:

¶ Inaugurou, em conjunto com o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, a Casa do Brasil, tendo em seguida visitado a Igreja de Nossa Senhora da Graça

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Guiné-Bissau, Kumba Ialá, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Recebeu em audiência:

- o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica
- o Presidente do IPE — Investimentos e Participações Empresariais, José Torres Campos
- o Presidente-Adjunto da Associação de Turismo de Lisboa, Vitor Costa

Dia 10

¶ Presidiu à «Apresentação Pública dos Encontros Luso-Espanhóis de Oncologia e da European School of Oncology», na Reitoria da Universidade de Lisboa

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Dominicana, Pedro Padilla Tonos
- do Bangladesh, Syed Muazzem Ali
- da República do Congo, Henri Marie-Joseph Lopes

Março 2000

- das Seychelles, Callixte François Xavier d'Offay
- da Moldávia, Mihai Popov
- da Islândia, Sigridur Asdis Snaevarr

Recebeu em audiência:

- uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — CGTP-IN
- uma delegação da União Geral de Trabalhadores — UGT

Dia **11**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra da antiga Presidente do Parlamento Europeu, Simone Veil

¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, uma recepção por ocasião do Dia Internacional da Mulher

Dia **12**

¶ Encontrou-se com as direcções das Associações Académicas das Universidades de ensino público e privado, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

Nas Caldas da Rainha:

¶ Presidiu ao II Encontro Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário

Dia **13**

¶ Presidiu à Entrega do Prémio Fernando Namora 97/98, a Manuel Alegre, no Estoril

Dia **14**

¶ Efectuou uma visita à Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, tendo em almoçado com o respectivo Conselho de Administração

Recebeu em audiência:

- a Confederação da Indústria Portuguesa
- a Confederação dos Agricultores de Portugal
- a Confederação do Comércio Português

MARÇO 2000

Dia 15

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da Áustria, Wolfgang Kriechbaum
- do Burundi, Vénérand Bakevyumusaya
- da Arménia, Eduard Khojayan
- de Malta, Salvino Busultil
- da Gâmbia, Essa Sey
- da Estónia, Raul Mälk
- da Jamaica, David Muirhead

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra dos participantes no Seminário «Média, Jornalismo e Democracia»

No Porto:

¶ Inaugurou a Exposição «António — 25 Anos de Cartoons», no Palácio do Freixo

¶ Assistiu ao jogo da Liga dos Campeões, Futebol Clube do Porto-Sparta de Praga, no Estádio das Antas

Dia 16

Deslocação a Paris:

¶ Deslocou-se a Paris para visitar o Salão do Livro 2000, dedicado a Portugal, na companhia do Presidente da França, Jacques Chirac, tendo na ocasião inaugurado o Pavilhão Português. Na Embaixada de Portugal em Paris ofereceu uma recepção aos participantes portugueses no Salão do Livro.

Dia 17

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência de Lançamento dos Programas Comunitários Leonardo da Vinci II, Socrates II e Juventude, na Feira Internacional de Lisboa

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com estudantes do programa Erasmus e responsáveis pela gestão dos programas de mobilidade nas universidades e politécnicos portugueses

Março 2000

Dias **18** a **22**

No âmbito da deslocação aos Municípios do Distrito de Lisboa: Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras e aos Municípios do Distrito de Leiria: Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Leiria, Ansião, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere e Porto de Mós

Dia **18**

Na Batalha:

¶ Presidiu na Câmara Municipal à Sessão Solene comemorativa dos 500 Anos da criação do concelho da Batalha

¶ Visitou a exposição de fotografias, maquetes e projectos de obras do concelho da Batalha, na sala de exposições da Câmara Municipal e esteve presente no lançamento da obra *Roteiro Turístico* da Batalha

¶ Inaugurou o Pelourinho da Batalha reconstruído

No Cadaval:

¶ Inaugurou o novo edifício da Câmara Municipal, tendo presidido a uma Sessão Solene no auditório da mesma

¶ Assistiu a uma exposição sobre o Plano Estratégico do Cadaval, no Salão Nobre dos Paços do Concelho

¶ Foi o convidado de honra na recepção oferecida pela Câmara Municipal do Cadaval, no Quartel dos Bombeiros Voluntários do Cadaval

Dia **19**

No Bombarral:

¶ Presidiu a uma Sessão Solene no Salão Nobre da Câmara Municipal

¶ Visitou a Associação de Agricultores do Oeste, onde descerrou uma placa alusiva a Júlio Sebastião, fundador da Associação

¶ Presidiu, no Auditório do Museu Municipal, à Sessão Solene de Homenagem a Júlio Sebastião

MARÇO 2000

¶ Visitou as instalações do Teatro Eduardo Brazão, onde se inteirou do projecto de recuperação do edifício
¶ Visitou a empresa Euro-Horta, no Sanguinhal
¶ Presidiu à Inauguração da Piscina Municipal, no Complexo Desportivo do Bombarral

Em Sobral de Monte Agraço:
¶ Presidiu a uma Sessão Solene, na Câmara Municipal
¶ Presidiu ao descerramento da placa toponímica da Rua Egídio Ribeiro
¶ Inaugurou as instalações da Associação de Reformados do Concelho de Sobral
¶ Inaugurou a Estação de Tratamento de Águas Residuais — ETAR, da sede do concelho

Em Torres Vedras:
¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do 75.º aniversário da Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras, tendo em seguida visitado as respectivas instalações

Dia **20**

Nas Caldas da Rainha:
¶ Visitou as instalações da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design
¶ Visitou a Escola de Sargentos do Exército

Em Leiria:
¶ Inaugurou as novas piscinas municipais

Recebeu em audiência, na Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira:
- o Instituto Politécnico de Leiria
- o Núcleo Empresarial da Região de Leiria
- a União das Associações Comerciais do Distrito de Leiria e a Associação Comercial e Industrial de Leiria

Março 2000

• o Núcleo de Leiria da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — IN
• o Núcleo de Leiria, da União Geral dos Trabalhadores

¶ Assistiu à apresentação do Sistema de Comando e Controlo de Policiamento da cidade de Leiria — «Policiamento Leiria Tranquila»
¶ Foi o convidado de honra da recepção oferecida pela Câmara Municipal de Leiria, no Castelo de Leiria

Dia **21**

Em Ansião:
¶ Presidiu a uma Sessão Solene na Câmara Municipal

Em Avelar:
¶ Visitou a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, onde presidiu à inauguração do novo edifício da Escola

Em Castanheira de Pêra:
¶ Presidiu à Sessão Solene na Câmara Municipal
¶ No âmbito da comemoração do Dia da Árvore, plantou uma árvore, na Escola E.B. 2+3 de Castanheira de Pêra, Escola Professor Doutor Bissaia Barreto

Em Pedrogão Grande:
¶ Foi o convidado de honra do almoço volante oferecido pela Câmara Municipal de Pedrógão Grande, na Barragem do Cabril
¶ Inaugurou o novo edifício da Escola Tecnológica e Profissional da zona do Pinhal, tendo de seguida plantado uma árvore no âmbito da comemoração do Dia da Árvore

Em Figueiró dos Vinhos:
¶ Presidiu a uma Sessão Solene, na Câmara Municipal
¶ No âmbito da comemoração do Dia da Árvore plantou uma árvore, no jardim municipal, com jovens do concelho
¶ Inaugurou, depois das obras de ampliação e recuperação, a Casa da Cultura

MARÇO 2000

Em Alvaiázere:
¶ Presidiu a uma Sessão de Boas-Vindas no Largo da Câmara Municipal
¶ Visitou a exposição de projectos de empreendimentos municipais no Salão Nobre da Câmara Municipal
¶ Foi o convidado de honra da recepção oferecida pela Câmara Municipal de Alvaiázere, no Salão do Quartel dos Bombeiros

Dia **22**

Em Porto de Mós:
¶ Presidiu a uma Sessão de Boas-Vindas, na Ecoteca, tendo em seguida visitado as suas instalações e assistido a uma sessão sobre a actividade do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros
¶ Visitou, no Castelo de Porto de Mós, a exposição «Tons de Azul» de Francisco Santos

Em Lisboa:
¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém com o Presidente dos Estados Unidos do México, Ernesto Zedillo, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Dia **23**

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

Recebeu em audiência:
• a Presidente da República da Finlândia, Tarja Halonen

Dia **24**

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Seminário sobre «Cidadania Enquanto Participação Cívica», no âmbito das comemorações do 25 de Abril, na Universidade de Aveiro

Março 2000

Dia **25**

¶ Assistiu à Ópera «Il Ritorno d'Ulisse», de Caludio Monteverdi, na Culturgest, em Lisboa

Dia **26**

¶ Assistiu à prova da 10.ª Meia-Maratona de Lisboa, na zona da Torre de Belém

¶ Visitou o Hockey Clube de Sintra

Dia **27**

¶ Esteve presente na celebração do 50.º Aniversário de empresa Jerónimo Martins, no Palácio Nacional da Ajuda

Recebeu em audiência:

- o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
- o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
- a Associação do Ensino Superior Particular e Cooperativo

Dia **28**

¶ Inaugurou as novas instalações da Faculdade de Medicina Veterinária, em Lisboa

¶ Presidiu à entrega do Prémio Pessoa 1999, a José Manuel Rodrigues, no Palácio Nacional de Queluz

Recebeu em audiência:

- a Associação dos Auditores de Defesa Nacional
- o Presidente da Associação Portuguesa de Bancos, João Salgueiro
- a Comissão para as Comemorações do Centenário do Nascimento de Eça de Queirós
- a Deputada do PSD, Eduarda Azevedo
- o Provedor de Justiça, Menéres Pimentel
- o Presidente do PSD, Durão Barroso

MARÇO 2000

Dias **29** e **30**

No âmbito da Visita de Estado a Portugal do Presidente da Eslovénia, Milan Kucan:

Dia **29**

¶ Assistiu, na Praça do Império, às Honras Militares ao Presidente da Eslovénia, Milan Kucan
¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Eslovénia Milan Kucan, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra
¶ Visitou em conjunto com o Presidente da Eslovénia Milan Kucan, o Castelo de São Jorge, tendo depois efectuado um passeio de eléctrico até à Baixa Lisboeta. No Largo de São Carlos visitaram a exposição «Plecnick Exhibition»
¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em honra do Presidente da Eslovénia, Milan Kucan

¶ Esteve presente na Festa do 10.º Aniversário do jornal *Público,* no Convento do Beato

Dia **30**

¶ Encontrou-se no Palácio Nacional de Queluz, com o Presidente da Eslovénia, Milan Kucan
¶ Foi o convidado de honra da recepção oferecida pelo Presidente da Eslovénia, no Palácio Nacional de Queluz

Dia **31**

¶ Visitou o Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Xabregas
¶ Presidiu, no Palácio de Belém, ao Lançamento do Livro *A Cooperação nas Políticas sobre as Drogas e as Toxicodependências*
¶ Assistiu à Peça de Teatro «Fénix e Kota Kota», no Auditório da Culturgest

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, Jaswant Singh
- o cineasta, António Pedro Vasconcelos
- a cantora, Maria Guinot
- representantes da marca relojoeira *Eletta*
- o urologista, Joshua Ruah

Abril 2000

Dia **1**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Conselho Internacional da Federação Mundial das Cidades Unidas, no Estoril
¶ Almoçou, no Guincho, com o Presidente de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro

Dia **2**

¶ Assistiu ao jogo de futebol Sporting-Belenenses no Estádio de Alvalade

Dias **3** a **6**

No âmbito das Jornadas Sobre Fileira Florestal:

Dia **3**

Em Lagares, Penafiel:
¶ Visitou o projecto florestal da Junta de Freguesia de Lagares

Em Ferreira:
¶ Visitou a fábrica de móveis Ambitat

Em Lordelo:
¶ Visitou o Centro Tecnológico da Indústria da Madeira e do Mobiliário
¶ Participou numa Mesa Redonda sobre a fileira florestal: «O Presente», no Auditório do Centro
¶ Encontrou-se, na Casa Museu Guerra Junqueiro, no Porto, com a Princesa Maha Chakri Sirindhorn da Tailândia, tendo de seguida feito um passeio a pé pela Ribeira, e visitado a Livraria Lello
¶ Ofereceu, no Palácio da Bolsa, um jantar em honra da Princesa Maha Chakri Sirindhorn, da Tailândia

Dia **4**

Na Maia:
¶ Visitou as instalações fabris da Sonae, tendo assistido a uma exposição sobre o Grupo Sonae

ABRIL 2000

em Santa Maria das Lamas:
¶ Visitou o Centro Tecnológico da Cortiça — CETCOR

Na Lousã:
¶ Presidiu a uma Sessão de Boas-Vindas na nave do Parque de Exposições
¶ Visitou as exposições sobre a floresta de alunos do Ensino Básico e Secundário da Lousã
¶ Visitou o Centro de Meios Aéreos do Serviço Nacional de Bombeiros
¶ Visitou o COTF — Centro de Operações e Técnicas

Dia 5

Na Sertã:
¶ Presidiu a uma Sessão Solene no Salão Nobre da Câmara Municipal
¶ Visitou as empresas Madecer — Madeiras da Sertã, L.da e a Palcer — Paletas da Sertã, L.da

Em Proença-a-Nova:
¶ Presidiu a uma Sessão Solene no Auditório da Biblioteca Municipal, onde foi assinada a constituição da Associação de Produtores Florestais de Proença
¶ Visitou as instalações da serração de Daniel Lourenço
¶ Efectuou um percurso a pé até ao Pinhal de Vale da Porca, onde pôde observar a acção de limpeza do pinhal pelos Sapadores Florestais

Na Melriça:
¶ Observou no Centro Geodésico de Portugal as áreas de floresta ardida e de novas plantações

Dia 6

Em Coruche:
¶ Presidiu a uma Sessão Solene na Câmara Municipal de Coruche
¶ Visitou na Zona Industrial de Coruche, a Equipar

Abril 2000

Em Foros de Vale Figueira:
¶ Visitou a Herdade de Freixo do Meio

Em Montemor-o-Novo:
¶ Presidiu a uma Sessão Solene de Boas-Vindas no salão da Câmara Municipal, e à Sessão de Encerramento das Jornadas sobre a Fileira Florestal
¶ Recebeu, no Palácio de Belém, cumprimentos de despedida da Princesa Maha Chakri Sirindhorn, da Tailândia

Recebeu em audiência:
• uma Delegação da Mesa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu
• o Ministro de Justiça de Israel, Yossi Beilin

Dia **8**
¶ Concedeu uma entrevista ao Programa «Conexão» da TV Brasil
¶ Visitou, em Vila Franca de Xira, as iniciativas ligadas à Festa da Flor, tendo presidido a uma Sessão Solene evocativa do evento na Câmara Municipal

Dia **10**
¶ Recebeu, no Palácio de Belém, os participantes na XI Sessão Internacional do Model European Parliament

Recebeu em audiência:
• o editor, Michel Chandeigne
• o Bispo de Leiria, D. Serafim de Sousa Ferreira e Silva
• o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público

Dia **11**
¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário sobre a Avaliação do Ensino Superior, no Centro Cultural de Belém

ABRIL 2000

Recebeu em audiência:

- o professor universitário, Carlos Ribeiro
- o Chefe do Estado Maior do Exército, General António Martins Barrento
- a Associação Nacional de Sargentos
- o Presidente da AMI, Fernando Nobre
- o Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos

Dia 12

¶ Visitou o Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, na Ota, tendo de seguida almoçado no Centro

¶ Assistiu à peça de teatro «Lucifecit», no Teatro Aberto, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, José Miguel Mendonça
- o Ministro da República para a Madeira, Antero Monteiro Diniz

Dia 13

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Reunião do 1.º Comité Europeu do Union Network International — UNI, em Lisboa

¶ Visitou a exposição «Colecção Berardo 1917-1999», no Centro Cultural de Belém

Em Castelo Branco:

¶ Visitou no Instituto Politécnico a Escola Superior de Tecnologia, a Escola Superior de Educação e a Escola Superior Agrária

Dia 14

Em Castelo Branco:

¶ Presidiu a uma Sessão Solene na Câmara Municipal

¶ Visitou a exposição «Castelo Branco 2020» e participou no Colóquio sobre a Qualificação das Cidades Médias, no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários

¶ Visitou, em Alcains, a fábrica da empresa de confecções «Dielmar»

Abril 2000

Recebeu em audiência:

• o Presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim

Dia **15**

¶ Presidiu à Inauguração do Campo de Golfe da Aroeira

¶ Assistiu à ante-estreia do filme «Capitães de Abril», em Santarém

Dia **17**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do IV Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, na Reitoria da Universidade de Coimbra

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com os Grão-Duques Herdeiros do Luxemburgo, os Príncipes Henri e Maria Teresa

¶ Ofereceu, no Palácio Nacional de Queluz, um jantar em honra dos Grão-Duques Herdeiros do Luxemburgo, os Príncipes Henri e Maria Teresa

Recebeu em audiência:

• o advogado, Henrique Medina Carreira

• o Embaixador de Portugal em Nova Dehli, Marcelo Curto

• o Presidente do Partido Socialista da Madeira, José Mota Torres

Dia **18**

¶ Tomou o pequeno-almoço com o Prémio Nobel da Paz, José Ramos Horta

¶ Concedeu uma entrevista ao jornal brasileiro *Estado de São Paulo*

¶ Assistiu, no Teatro da Trindade, ao concerto pela Orquestra de Harmonia de Jovens da União Europeia, por ocasião da visita dos Grão-Duques Herdeiros do Luxemburgo

Recebeu em audiência:

• o Embaixador da República do Líbano, Youssef Arsanios

ABRIL 2000

Dia **19**

¶ Presidiu à sessão comemorativa do 20.º Aniversário do Hospital de Santa Cruz, em Lisboa

Dia **20**

Recebeu em audiência:

- a Coligação para a Economia Digital

Dias **21** a **25**

Visita Oficial ao Brasil

¶ Efectuou uma Visita Oficial ao Brasil por ocasião das comemorações dos 500 anos da viagem de Pedro Álvares Cabral, às quais presidiu conjuntamente com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Porto Seguro. Para além desta cidade, visitou também Salvador da Bahia, onde se inteirou dos trabalhos de restauro da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco e visitou a exposição «Os Biombos dos Portugueses», no Museu de Arte da Bahia, tendo igualmente sido obsequiado pelo Governador do Estado da Bahia com um almoço. Em S. Paulo, inaugurou conjuntamente com o Presidente do Brasil a exposição «Mostra do Redescobrimento», no Parque de Ibirapuera e, no Rio de Janeiro, inaugurou no Museu Histórico a exposição «O Azulejo em Portugal no Século XX» e foi investido como membro da Presidência de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No Consulado Geral de Portugal desta cidade ofereceu ainda uma recepção oficial à Comunidade Portuguesa.

Dia **25**

¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do 26.º Aniversário do Dia da Liberdade, na Assembleia República

Dia **28**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 1.º Congresso do Oeste, em Torres Vedras

Abril 2000

Dia **29**

¶ Esteve presente no Dia do Golfe da Fundação Aga Khan tendo almoçado com os seus organizadores, na Penha Longa
¶ Assistiu à Festa da Música, no Centro Cultural de Belém
¶ Assistiu à Gala do Atletismo, em Lisboa

Maio 2000

Dia **2**

¶ Visitou a Universidade do Minho, em Braga

Dia **3**

¶ Assistiu, no Coliseu dos Recreios, a um concerto da Orquestra Sinfónica de Chicago, integrada no ciclo das Grandes Orquestras Mundiais

Dia **4**

¶ Concedeu uma entrevista à revista francesa *Paris-Match*
¶ Inaugurou a Exposição «Êxodos», de Sebastião Salgado, no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações

Dia **5**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência «A Europa, a globalização e o futuro da política social», na Fundação Calouste Gulbenkian
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra dos Ministros da Cultura da Comunidade de Países da Língua Portuguesa — CPLP
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra dos participantes da Conferência «A Europa, a globalização e o futuro da política social»

MAIO 2000

Dia 8

¶ Presidiu à entrega do Prémio da Associação Portuguesa de Escritores, a Eugénio de Andrade, na Culturgest
¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Embaixador dos Estados Unidos da América, Gerald McGowan
¶ Inaugurou a exposição «As Festas Secretas», de Celeste Maia, na Cordoaria Nacional

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da China, Lu Boyuan
- da Bulgária, Aliocha Ivanov Nedeltchev
- da Argentina, Enrique Antonio Pareja

Recebeu em audiência:

- o Deputado Europeu, José Pacheco Pereira
- a Comissão Parlamentar Eventual para Timor-Leste
- o Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, Luís Francisco Rebelo

Dia 9

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Bispo D. Ximenes Belo
¶ Assistiu às Honras Militares em honra do Presidente da Tunísia, Ben Ali, na Praça do Império
¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da Tunísia, Ben Ali
¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em honra do Presidente da Tunísia, Ben Ali

Recebeu em audiência:

- o Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, Rui Vilar

Dia 10

¶ Recebeu os cumprimentos de despedida do Presidente da Tunísia, Ben Ali, no Palácio Nacional de Queluz
¶ Concedeu um depoimento para a Sport TV

Maio 2000

Dia **11**

¶ Inaugurou a Sede do Comité Olímpico, em Lisboa
¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência Internacional «Bibliotecas Públicas: Inventando o Futuro», no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

• o Presidente do Comité Olímpico Internacional, Juan Antonio Samaranch

Dia **12**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da II Cimeira Mundial de Viagens e Turismo, em Vilamoura
¶ Presidiu à Sessão de Boas-Vindas a Sua Santidade o Papa João Paulo II, no Aeroporto Internacional de Lisboa

Dia **13**

¶ Assistiu, em Fátima, à cerimónia de beatificação dos Veneráveis, Jacinto e Francisco, pastorinhos de Fátima

Dia **15**

¶ Inaugurou o Centro Cultural de Cascais, em Cascais
¶ Agraciou, no Palácio de Belém, o pintor Luís Pinto Coelho

Recebeu em audiência:

• o Presidente do Congresso do Brasil, António Carlos Magalhães
• o Advogado, José Alberto Nunes Barata

Dia **16**

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Membro do Conselho Geral da Associação Industrial Portuguesa, Joaquim Silva Pinto

MAIO 2000

Dia **17**

Agraciou, no Palácio de Belém, os Diplomatas:

- Luís Cutileiro Navega (a título póstumo)
- Manuel de Mendonça Côrte-Real
- João Carlos Pinto Versteeg
- Francisco Henriques da Silva
- Mário Augusto Matos e Lemos
- José Carlos da Cruz Almeida

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o economista, Ernâni Lopes
¶ Presidiu à Sessão de Abertura do V Congresso dos Advogados Portugueses, no Fórum Lisboa, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- um grupo de alunos do Instituto Politécnico de Tomar
- o Presidente da Assembleia Nacional da Bulgária, Jordan Sokolo
- o Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Gilberto Madaíl e o Selecionador Nacional, Humberto Coelho

Dia **18**

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- das Ilhas Fidji, Isikeli Uluinairai Mataitoga
- da Costa Rica, Rudolfo Gutiérrez Carranza
- da Namíbia, Wilfried Inotira Emvula
- do Malawi, Bright McBin Msaka

¶ No âmbito do Dia Internacional dos Museus, visitou o II Salão da Associação Portuguesa de Empresas com Museu, na Central Tejo, e o Complexo Museológico da Universidade de Lisboa
¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional
¶ Encontrou-se, no Palácio Nacional de Queluz, com o Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), Edmund Ho, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Maio 2000

Dia **19**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção em honra da Selecção Nacional de Andebol, participante no Campeonato Mundial de Andebol 2001, em França

Dia **20**

¶ Concedeu uma entrevista ao programa «Prova dos Quatro», tendo em seguida almoçado no Palácio de Belém, com a equipa do programa

Dia **21**

¶ Assistiu, no Estádio Nacional, à Final da Taça de Portugal entre as equipas do Sporting Clube de Portugal e do Futebol Clube do Porto

Dia **22**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da 4.ª Reunião Mundial de Correctores e Agentes de Seguros, no Centro Cultural de Belém
¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um Porto de Honra a jornalistas indonésios

Recebeu em audiência:

- o empresário, Carlos Melancia
- o Presidente do Conselho Directivo da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Fernando Mascarenhas
- o Presidente da Euro-Toques em Portugal, Michel Silva
- o jornalista da Agência de Notícias da Indonésia Kompas, Augustus Parengkian

Dia **23**

¶ Concedeu uma entrevista ao programa «João Nicolau Breyner»

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Parlamento Austríaco, Heinz Fischer
- o empresário, José Manuel de Mello
- os participantes do 2.º Encontro de Jovens Luso-Descendentes

MAIO 2000

¶ Presidiu à inauguração da Exposição «1930-2000, *Diário de Coimbra* 70 Anos de História», na Sala da Cidade da Câmara Municipal de Coimbra

Dias **24** a **27**

No âmbito da sua deslocação ao Vale do Ave, em que visitou os concelhos de Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Famalicão, Trofa, Vizela, Santo Tirso e Guimarães

Dia **24**

Em Guimarães:

¶ Assinou o livro de honra na Sede da Associação de Municípios do Vale do Ave

¶ Presidiu à Sessão Pública de apresentação do Plano Estratégico do Vale do Ave — 2000/2006, na Universidade do Minho — Pólo de Guimarães

Em Fafe:

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura das Comemorações do 80.º Aniversário da Associação Comercial e Industrial de Fafe, na Câmara Municipal de Fafe

¶ Inaugurou a 1.ª Mostra das Actividades Económicas de Fafe, na Praça 25 de Abril

¶ Visitou a Zona Industrial, onde assistiu à apresentação do Projecto de Ordenamento Industrial do Concelho

¶ Inaugurou o edifício do estabelecimento do ensino pré-escolar, da freguesia de Travassós

Dia **25**

Na Póvoa de Lanhoso:

¶ Presidiu a uma Sessão Solene na Câmara Municipal

¶ Visitou as obras de recuperação do Theatro Clube

¶ Inaugurou as novas instalações da Casa de Trabalho de Fontarcada, em Fontarcada

Maio 2000

¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal de Fafe, na Quinta Villa Beatriz, onde assistiu a uma exposição sobre a Rota dos Vinhos do Ave

Em Vieira do Minho:
¶ Encontrou-se com agricultores, produtores florestais e associações de criadores de Garranos e raça bovina barrosã, em Sarradela
¶ Assistiu à apresentação das acções desenvolvidas no Vale do Ave apoiadas pelo Programa LEADER, e encontrou-se com vários promotores do turismo rural, na Aldeia de Agra
¶ Presidiu a uma Sessão Solene na Câmara Municipal
¶ Foi o convidado de honra da recepção oferecida pelo Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, no Largo da Câmara

Dia **26**

Em Famalicão:
¶ Presidiu a uma Sessão Solene e assistiu à apresentação da actividade desenvolvida pelo Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil do Vestuário de Portugal — CITEVE, na sua sede
¶ Presidiu à cerimónia do lançamento da Primeira Pedra do Centro Social das Lameiras
¶ Presidiu a uma Sessão Solene no Salão Nobre dos Paços do Concelho
¶ Presidiu à Sessão comemorativa do 25.º Aniversário da Cooperativa de Ensino, Consumo e Habitação Didaxis, em Riba D'Ave
¶ Visitou a fábrica «Lameirinho», em Pevidém

Na Trofa:
¶ Presidiu a uma Sessão de Boas-Vindas e de apresentação da actividade desenvolvida pelo Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica, tendo em seguida visitado as suas instalações

Em Vizela:
¶ Presidiu a uma Sessão Solene de Boas-Vindas e de apresentação dos projectos de Ordenamento Viário do Município de Vizela, no Jardim Manuel Faria

MAIO 2000

Dia 27

Em Santo Tirso:

¶ Assistiu à apresentação pública do Plano de Urbanização das Margens do Ave, na antiga fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso
¶ Visitou as obras da Biblioteca Municipal de Santo Tirso
¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal de Santo Tirso, na Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento

em Guimarães:

¶ Assistiu à apresentação do Plano Municipal de Ordenamento da Zona Sul-Nascente de Guimarães, no Parque da cidade
¶ Esteve presente no Festival da Juventude, no Parque das Hortas
¶ Foi o convidado de honra no jantar oferecido pela Associação dos Municípios do Vale do Ave, no pavilhão do Vitória Sport Clube

Dia 29

¶ Presidiu ao descerramento da placa toponímica da Rua Professor César de Oliveira, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe, Mário Jesus dos Santos
- o Presidente do Partido Social-Democrata, José Manuel Durão Barroso

Dia 30

Por ocasião da visita a Portugal do Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton:

¶ Assistiu às Honras Militares, em honra do Presidente Bill Clinton, junto da Torre de Belém
¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

Maio 2000

¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em honra do Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton

Dia **31**

¶ Presidiu à cerimónia da entrega dos Prémios Gazeta de Jornalismo 1999, seguido de jantar, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Parlamento da Eslováquia, Josef Migas

Junho 2000

Dia **1**

¶ Por ocasião do Dia Mundial da Criança, recebeu, no Palácio de Belém, crianças vindas de vários locais do país

¶ Encontrou-se, em Chaves, com a Selecção Nacional de Futebol que ia disputar o Campeonato Europeu de 2000

Recebeu em audiência:

- o representante das Nações Unidas em Timor, Ian Martin
- o 1.º Vice-Presidente da Comissão Central Militar da República Popular da China, Zhang Wannian

Dia **2**

¶ Visitou a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Porto

¶ Esteve presente no jantar comemorativo do 112.º aniversário do *Jornal de Notícias,* no Palácio da Bolsa, no Porto

Dias **3** a **5**

Deslocação a Genebra

¶ Em Genebra, no Palácio das Nações Unidas, discursou numa Sessão Especial da 88.ª Conferência da Organização Internacional

JUNHO 2000

do Trabalho, tendo-se encontrado com o seu Director-Geral que ofereceu um almoço em sua honra. Nesta cidade encontrou-se ainda com a Alta Comissária das Nações Unidas para os Refugiados e a Comunidade Portuguesa. Para além de Genebra visitou ainda Nyon, o Castelo de Prangins e Coppet.

Dia 6

¶ Presidiu ao lançamento do IV volume de *Portugueses,* na Feira do Livro, em Lisboa
¶ Inaugurou a Exposição «Eça de Queirós: a escrita do mundo», na Biblioteca Nacional

Dia 7

¶ Visitou o Instituto de Tecnologia Química e Biológica, em Oeiras
¶ Inaugurou a Exposição «Por Terras de Viriato», no Museu Nacional de Arqueologia

Recebeu em audiência:

- uma delegação da Fundação Portuguesa Contra a Leucemia
- a Presidente da Ordem dos Arquitectos, Olga Quintanilha

Dia 8

No âmbito da Visita de Estado a Portugal do Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro:

em Coimbra:

¶ Assistiu às Honras Militares em honra do Presidente da República de Cabo Verde, na Praça da Porta Férrea
¶ Manteve um encontro com o Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, na Sala do Senado, da Universidade de Coimbra
¶ Assistiu ao Doutoramento *Honoris Causa,* do Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, pela Universidade de Coimbra

Junho 2000

¶ Ofereceu, no Palácio de São Marcos, um almoço em honra do Presidente da República de Cabo Verde
¶ Em Lisboa, no Palácio Nacional da Ajuda, ofereceu, um jantar em honra do Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro

Recebeu em audiência:
• o Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
• a Comissária para a «Capital Europeia da Cultura — Porto 2001», Teresa Lago
• o Prémio Nobel das Ciências Económicas 1999, Robert A. Mundell

Dias **9** e **10**
No âmbito das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas:

Dia **9**
Em Viseu:
¶ Presidiu a uma Sessão de Boas-Vindas na Câmara Municipal
¶ Presidiu à Inauguração da I Edição da Festa das Freguesias, no Parque Aquilino Ribeiro
¶ Presidiu ao descerramento da placa toponímica da Avenida 10 de Junho
¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Câmara Municipal de Viseu, no Palácio dos Congressos
¶ Assistiu ao Festival de Bandas de Música, no Estádio do Fontelo

Dia **10**
Em Viseu:
¶ Recebeu cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia
¶ Presidiu à Sessão Inaugural da Exposição «32 Jovens Pintores», no Solar dos Condes de Prime

JUNHO 2000

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Encontro de Arquitectura «Viseu: Futuro com Passado», no Viriato Teatro Municipal
¶ Ofereceu, na Quinta de Santar, um almoço em honra do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa
¶ Participou, nos Paços do Concelho, na videoconferência com jovens luso-descendentes, reunidos no Pavilhão de Portugal na Expo 2000 em Hannover
¶ Esteve presente na apresentação da Marca Postal comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, editada pelos CTT, nos Paços do Concelho
¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no Pavilhão do INATEL
¶ Assistiu a um espectáculo de música popular no Largo da Sé

Dia **14**

¶ Inaugurou a Exposição «Arte Contemporânea Portuguesa», em Lisboa
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção, a várias entidades por ocasião da Iniciativa da Educação

Dia **15**

¶ Presidiu à Sessão Final Nacional de «Hemiciclo — Jogo da Cidadania — Construção Europeia, Ideias e Projectos», no Parque das Nações
¶ Presidiu, no Palácio de Belém, à apresentação de uma Enciclopédia Juvenil sobre o Japão
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra dos participantes no Encontro Internacional sobre Bioética

Dia **16**

Em Espinho:
¶ Assistiu à apresentação do programa de Prevenção Rodoviária para crianças, promovido, pela Associação de Desenvolvimento do Concelho em Espinho, no kartódromo

Junho 2000

¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal de Espinho, no recinto da Feira Semanal
¶ Inaugurou o Centro Multimeios, tendo em seguida visitado as suas instalações e inaugurado uma exposição de Mestre Júlio Resende
¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do 27.º Aniversário da elevação de Espinho a Cidade, na Câmara Municipal

Recebeu em audiência:
• o Líder Espiritual do Movimento Swaminarayan, Pramukh Swami Maharaj

Dia **19**
¶ Ofereceu, no Palácio da Bolsa, no Porto, um jantar por ocasião do Conselho Europeu da Feira

Dia **20**
¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do 35.º Aniversário da Academia de Música de Santa Cecília, na Fundação Calouste Gulbenkian

Recebeu em audiência:
• os Presidentes das Casas de Macau

Dia **21**
¶ Presidiu à Inauguração da MOCAP'45, na Exponor

Dia **23**
¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário «La participacion des Echelons Infra-Etatiques a la Gouvernance Europeene», em Lisboa
¶ Ofereceu, no Palácio Nacional de Queluz, um jantar em honra do Presidente da Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão

Recebeu em audiência:
• o Presidente do Comité das Regiões, Jos Chabert

JUNHO 2000

No Porto, por ocasião do Dia de São João:
¶ Efectuou um percurso a pé da Avenida dos Aliados até à Praça da Liberdade, passando pela «Cascata Sanjoanina». Assistiu à apresentação ao vivo do disco «Junta Corações» e ao Fogo Preso na Avenida dos Aliados

Dia **24**

No Porto:
¶ Visitou o atelier do Mestre Júlio Resende

Em Guimarães:
¶ Presidiu à Sessão Solene evocativa do Bimilenário da Cidade, no Salão Nobre do Paço Ducal
¶ Esteve presente no lançamento do livro *D. Afonso Henriques — Uma Biografia,* da autoria de Diogo Freitas do Amaral

Em Braga:
¶ Inaugurou o Monumento alusivo ao Bimilenário da Cidade de Braga «Movimento Perpétuo», da autoria de Pedro Cabrita Reis
¶ Participou num jantar com autarcas do concelho de Braga oferecido pela Câmara Municipal de Braga
¶ Presidiu à Sessão de Encerramento das festividades de São João 2000, no Estádio 1.º de Maio

Dia **25**

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da «Conferência 2000» no âmbito da Convenção Nacional das Assembleias de Deus, no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações

Dia **26**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência Internacional «Globalização, Desenvolvimento e Equidade», na Fundação Calouste Gulbenkian

Junho 2000

Recebeu em audiência:
- o Primeiro-Ministro do Canadá, Jean Chrétien
- o Director do Instituto de Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira
- a Direcção da Ordem dos Advogados
- a Direcção da Associação Sindical dos Juízes Portugueses

Dia **28**

No Barreiro:

¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do Dia do Município, na Casa da Cultura da Quimigal

¶ Presidiu à Inauguração da Exposição «Mário Pereira — Retrato de Actor», na Sociedade «Os Franceses»

¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Câmara Municipal do Barreiro, na Sociedade «Os Franceses»

¶ Assistiu ao espectáculo comemorativo do Dia do Município, no Parque da Cidade

Dia **29**

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Primeiro-Ministro da Índia, Shri Atal Bihari Vajpayee, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

¶ Condecorou, no Palácio de Belém, os antigos hoquistas, Jesus Correia e Correia dos Santos

Recebeu em audiência:
- uma delegação do Partido Socialista dos Açores
- uma delegação do Partido Social-Democrata dos Açores
- uma delegação do CDS — Partido Popular dos Açores
- uma delegação do Partido Comunista dos Açores
- o Ministro da República para os Açores, Alberto Sampaio da Nóvoa

JUNHO 2000

- o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Humberto Borges de Melo
- o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César

Dia 30

Recebeu em audiência:

- uma delegação do Partido Social-Democrata da Madeira
- uma delegação do Partido Socialista da Madeira
- uma delegação do CDS — Partido Popular da Madeira
- uma delegação da Coligação Democrática Unitária da Madeira
- uma delegação da União Democrática Popular da Madeira

JULHO 2000

Dia 1

¶ Assistiu ao desenrolar do 2.º Troféu de Golfe «Herdade do Esporão», em Marvão

Dia 2

Em Arcos de Valdevez:

¶ Visitou a Escola Profissional do Alto Lima — EPRALIMA;
¶ Assistiu à apresentação do projecto de «Desenvolvimento Agrícola Sustentável em Zonas de Montanha»
¶ Visitou as acções em curso do «Projecto Piloto de Desenvolvimento Rural Sustentado da Serra da Peneda, em Lordelo.

Em Paredes de Coura:

¶ Visitou as exposições «Iconobibliografia de Aquilino Ribeiro» e Retratos de Aquilino», e presidiu à Sessão de Encerramento do «Congresso de Estudos Aquilinianos», no Centro Cultural de Paredes de Coura

Julho 2000

Dias **3** a **7**

Visita a Municípios da Área Metropolitana de Lisboa «A Condição Urbana»:

Dia **3**

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Presidente da Assembleia da República e os líderes parlamentares
¶ Presidiu à Inauguração do Centro Cultural Casapiano, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Ministro da República para a Madeira, Antero Monteiro Diniz
- o Presidente da Assembleia Regional da Madeira, José Miguel Mendonça
- o Presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim

No âmbito da visita a Municípios da Área Metropolitana de Lisboa «A Condição Urbana»:

¶ Deu, no Palácio de Belém, uma conferência de imprensa sobre a Visita a Municípios da Área Metropolitana de Lisboa
¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pelo Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, em Lisboa

Dia **4**

Em Oeiras:

¶ Visitou o Centro Comunitário do Alto da Loba, onde visitou o campo de jogos contactando com as equipas de jovens do bairro
¶ Visitou o empreendimento municipal da Quinta da Politeira
¶ Visitou o Monumento ao Trabalhador Africano
¶ Visitou o Parque Urbano da Quinta de Salles, onde assistiu à apresentação da política social da habitação da Câmara Municipal de Oeiras, no Bairro de São Marçal

JULHO 2000

Em Almada:
¶ Visitou o Jardim do Rio
¶ Subiu no elevador panorâmico da Boca do Rio, onde assistiu a uma explicação sobre o projecto de requalificação de Almada Velha
¶ Visitou o CAT — Centro de Atendimento a Toxicodependentes, de Almada
¶ Visitou a comunidade Terapêutica de Vale d'Acor, na Quinta de São Lourenço
¶ Esteve presente no jantar oferecido pela Câmara Municipal de Almada, no Fórum Municipal Romeu Correia;
¶ Assistiu ao espectáculo de Inauguração do XVII Festival Internacional de Teatro de Almada, na Escola António da Costa.

Dia 5

Em Lisboa:
¶ Visitou o Centro de Atendimento do projecto «Aparece — Saúde Jovem»
¶ Assistiu na Escola n.º 6, a uma apresentação pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, do projecto de reconversão sócio-urbanística do Casal Ventoso, tendo em seguida visitado o Gabinete de Apoio e Centro Social do Casal Ventoso, bem como o andar modelo na nova urbanização Ceuta Norte;
¶ Visitou o Bairro da Quinta do Cabrinha, tendo almoçado no Centro de Idosos;
¶ Reuniu-se, no Palácio de Belém, com entidades ligadas ao combate ao tráfico de droga
¶ Visitou o Centro de Acolhimento integrado no Projecto do Casal Ventoso
¶ Visitou o Centro de Acolhimento dos Sem-Abrigo, no Beato.

Dia 6

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:
- de Angola, Oswaldo Van Dúnem
- da Austrália, Janet Gardiner
- de São Tomé e Príncipe, Gabriel Ferreira da Costa

Julho 2000

No âmbito da visita a Municípios da Área Metropolitana de Lisboa «A Condição Urbana»:

No Montijo:
¶ Inaugurou e visitou o Centro Social do Esteval
¶ Visitou o Centro Polivalente para Idosos do Montepio
¶ Assistiu na Quinta do Saldanha, à explicação do projecto de Recuperação do Património e Zona Ribeirinha, tendo em seguida estado presente no almoço oferecido pela Câmara Municipal do Montijo

Na Amadora:
¶ Inaugurou e visitou o Centro de Saúde da Damaia
¶ Visitou o Bairro da Cova da Moura, onde foi feita uma apresentação pelos responsáveis do Plano de Recuperação do mesmo
¶ Visitou, na Venda Nova, as futuras instalações da Escola das Profissões, tendo em seguida efectuado uma visita às actuais instalações, na Reboleira
¶ Visitou o andar modelo da nova urbanização da Boba
¶ Jantou, com um Grupo de jovens na zona ribeirinha de Lisboa, tendo de seguida efectuado uma incursão ao Café Luso, no Bairro Alto, à Esplanada do Alto de Santa Catarina, no Jardim do Adamastor e ao Café/Discoteca Lux

Recebeu em audiência:
• o Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Bernardo Miranda

Dia 7
Em Cascais:
¶ Visitou o Hospital de Cascais

JULHO 2000

Em Odivelas:

¶ Assistiu à explicação sobre o Plano de Acessibilidades e Requalificação Urbana, no Jardim do Senhor Roubado
¶ Visitou a Quinta da Memória, onde foi apresentado o seu Plano de Recuperação
¶ Efectuou um percurso a pé na zona limite entre os Bairros das Queimadas e das Fontainhas
¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Comissão Instaladora do Município de Odivelas, na Quinta da Pedra Branca

Em Loures:

¶ Visitou a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Valorsul
¶ Visitou o Aterro Sanitário de Santa Iria da Azóia, onde está a ser construído o Parque Ambiental
¶ Visitou o MARL — Mercado Abastecedor da Região de Lisboa;
¶ Presidiu à Sessão Inaugural e visitou o Museu de Cerâmica de Sacavém
¶ Foi o convidado de honra do jantar comemorativo do 15.º Aniversário da Fundação Luso-Americana, em Lisboa

Dia 8

¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Grande Prémio do Romance e da Novela da APE, a António Lobo Antunes, em Tróia, seguido de almoço

Dia 10

¶ Conferiu posse ao Provedor de Justiça, Henrique Nascimento Rodrigues, como Conselheiro de Estado
¶ Presidiu à reunião do Conselho de Estado
¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

Recebeu em audiência:

• o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, General Gabriel Espírito Santo

Julho 2000

Dia 11

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata
- o Partido Comunista Português
- o CDS — Partido Popular
- o Partido Ecologista os Verdes
- o Bloco de Esquerda

Dia 12

¶ Agraciou, no Palácio de Belém, várias individualidades ligadas ao Turismo

¶ Reuniu com várias entidades ligadas ao combate ao Tráfico de Droga

¶ Conferiu posse, no Palácio de Belém, ao Ministro da Cultura, José Sasportes

Recebeu em audiência:

- a Direcção do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

Dias 13 a 15

Visita de Estado a São Tomé e Príncipe

¶ Efectuou uma Visita de Estado a São Tomé e Príncipe, a convite do Presidente Miguel Trovoada que incluiu para além da capital santomense a Ilha do Príncipe. Em São Tomé, manteve contactos com o Presidente Miguel Trovoada, que ofereceu um almoço em sua honra no Clube de Santana, com o Primeiro-Ministro, com representantes dos partidos políticos e com a Presidente da Câmara Distrital de Água Grande. Foi ainda recebido e discursou na Assembleia Nacional, onde se avistou com o respectivo o Presidente. Inaugurou a IX Feira do Livro Português no Centro Cultural Português, recebeu a Comunidade Portuguesa na Embaixada de Portugal e visitou o Instituto Diocesano de Formação. Na Ilha do

JULHO 2000

Príncipe avistou-se com o Presidente do Governo Regional e com o Presidente da Câmara Municipal de Santo António do Príncipe, inaugurou o Gabinete de Recuperação do Património daquela cidade e visitou a delegação do Centro Cultural Português.

Dias **15** a **18**

III Cimeira da CPLP — Moçambique

¶ Visitou Moçambique para participar na III Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tendo discursado na sua Cerimónia Inaugural. Em Maputo encontrou-se com o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano e visitou projectos de cooperação nos bairros de Kongolove e Magananine. Participou no jantar oficial oferecido pelo Presidente Chissano, encontrou-se com o Líder da Renamo, Afonso Dhlakama, e ofereceu uma recepção à Comunidade Portuguesa.

Dia **19**

Recebeu em audiência:

- um grupo de jovens integrados no projecto «Na Rota de Pedro Álvares Cabral»
- o Príncipe Hassan bin Talal, da Jordânia

Dias **20** a **22**

Deslocação à Exposição Universal de Hannover

¶ Deslocou-se a Hannover para visitar a Exposição Universal, tendo na ocasião visitado o recinto da exposição, em particular o Pavilhão Português onde se encontrou com os portugueses que trabalhavam na expo. Encontrou-se com a Comissária-Geral da Expo 2000 e com o Burgomestre de Hannover, tendo na sua companhia visitado o centro histórico da cidade. Foi ainda obsequiado pelo Presidente do Governo Regional da Madeira com um jantar por ocasião da celebração do Dia da Madeira naquela exposição.

Julho 2000

Dias **23** e **24**

Deslocação a Vila do Conde e Porto

Dia **23**

Em Vila do Conde:

¶ Visitou a Feira Nacional de Artesanato

¶ Foi o convidado de honra no jantar oferecido pela Câmara Municipal de Vila do Conde, no Forte de S. João Baptista

Dia **24**

No Porto:

¶ no Edifício da Alfândega, recebeu em audiência o Director-Geral da FAO, Jacques Diouf, tendo de seguida presidido à Sessão de Abertura da Conferência Regional Europeia da FAO (Food and Agriculture Organization) da ONU

¶ Efectuou um percurso a pé pelo Centro Histórico da cidade até ao Largo da Alfândega, tendo em seguida visitado as obras de recuperação do edifício da Alfândega, que futuramente será o Museu de Construção Naval em Madeira

¶ Visitou a Casa do Poeta José Régio

¶ Presidiu à cerimónia do «Levantamento da Quilha» da réplica da Nau Quinhentista, nos Estaleiros de Construção Naval

¶ No Mosteiro de Santa Clara, presidiu à cerimónia de assinatura do protocolo entre os Ministérios da Economia e da Justiça, com vista à adaptação do Mosteiro a Pousada da ENATUR

¶ Jantou no Forte de São João Baptista, com membros do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Dia **25**

¶ Presidiu, em Lamego, às cerimónias comemorativas do Dia das Forças Armadas e do Exército

JULHO 2000

Dia 26

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção em honra de Embaixadores cessantes
¶ Jantou, no Palácio de Belém, com o Bispo de Baucau, D. Basílio do Nascimento

Recebeu em audiência:
- o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, António Sousa Guedes
- o Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio
- o Ministro da Cultura, José Sasportes
- o Embaixador de Portugal em Harare, Eurico Henriques Pais

Dia 27

¶ Conferiu posse ao Secretário de Estado da Cultura, João do Nascimento Baptista

Recebeu em audiência:
- o médico, João Lobo Antunes
- o Comandante do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Taur Matan Ruak

AGOSTO 2000

Dia 16

Por ocasião do Centenário da Morte de Eça de Queirós:

¶ Depôs uma coroa de flores na Campa de Eça de Queirós, em Santa Cruz do Douro, tendo em seguida, em Tormes, presidido a uma sessão comemorativa na Fundação Eça de Queirós;

Em Cristelo:
¶ Inaugurou o Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim.

Agosto 2000

Dia **29**

Recebeu em audiência:

- a Missão Olímpica aos Jogos Olímpicos Sidney 2000
- o Embaixador de Portugal em Bruxelas, Vasco Valente
- o ex-Embaixador de Portugal na Representação Permanente junto da União da Europa Ocidental, José Cutileiro

Dia **31**

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido Social-Democrata, José Manuel Durão Barroso

Setembro 2000

Dia **1**

Recebeu em audiência:

- uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores CGTP-IN

Dia **4**

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Moscovo, José Luiz Gomes

Dia **5**

Recebeu em audiência:

- uma Delegação da UGT
- o Embaixador da Rússia, Guennavy Tarassov
- o Deputado da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Paulo Pinheiro

Dia **6**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Congresso de Estudos Queirosianos, em Coimbra

SETEMBRO 2000

Dia **7**

¶ Presidiu à cerimónia de recepção ao Contigente Militar regressado de Timor, em Tomar

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas
- o Reitor da Universidade Católica, Manuel Izidro Araújo Alves

Dia **8**

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral do Partido Socialista, António Guterres
- o Presidente do Partido Social-Democrata, José Manuel Durão Barroso
- o Presidente do CDS — Partido Popular, Paulo Portas
- o Membro da Comissão Executiva do Partido Ecologista os Verdes, Isabel de Castro
- o Membro da Comissão Executiva do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã

Dias **11** a **14**

No âmbito da Visita de Estado a Portugal de Suas Majestades os Reis de Espanha:

Dia **11**

¶ Assistiu às Honras Militares, em honra de Suas Majestades os Reis de Espanha, Juan Carlos I e Sofia, na Torre de Belém

¶ No Palácio de Belém, manteve, um encontro restrito com Suas Majestades os Reis de Espanha, ao qual se seguiu uma cerimónia de imposição de condecorações e um almoço restrito

¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda um jantar em honra de Suas Majestades os Reis de Espanha

Dia **12**

¶ Foi o convidado de honra da Recepção oferecida por Suas Majestades os Reis de Espanha, na Embaixada de Espanha em Lisboa

Setembro 2000

Dia **13**

¶ Visitou juntamente com Suas Majestades os Reis de Espanha, a Base Naval do Alfeite, em Lisboa

¶ Acompanhou Suas Majestades, os Reis de Espanha num cruzeiro no Rio Douro

¶ Ofereceu um jantar, na Vintage House, no Pinhão, em honra de Suas Majestades os Reis de Espanha

Dia **14**

¶ Inaugurou na Universidade do Minho, em conjunto com Suas Majestades os Reis de Espanha, a exposição «Santiago, um tempo, um lugar», no Salão Medieval do Antigo Paço dos Arcebispos

¶ Efectuou um passeio a pé com Suas Majestades pelo Centro Histórico, tendo em seguida visitado a Sé de Braga

¶ Acompanhou, Suas Majestades, os Reis de Espanha, ao Bom Jesus de Braga, onde ofereceu um almoço em sua honra, no Hotel do Elevador

¶ Recebeu cumprimentos de despedida de Suas Majestades os Reis de Espanha, no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto

¶ Visitou a representação portuguesa aos Jogos Para-olímpicos Sidney 2000, no Museu da Electricidade, em Lisboa

¶ Conferiu posse, no Palácio Nacional da Ajuda, aos novos Ministros do 14.º Governo Constitucional

Dias **15** e **16**

Deslocação ao Funchal

Dia **15**

¶ Presidiu à Cerimónia de Inauguração do alargamento da pista do Aeroporto da Madeira

¶ Foi o convidado de honra da recepção, oferecida pelo Presidente da Governo Regional da Madeira, na Quinta da Magnólia.

SETEMBRO 2000

Dia **16**

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do V Congresso das Comunidades Madeirenses, no Tecnopólo

¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pelo Ministro da República para a Madeira, no Tecnopólo

Dia **17**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da 1.ª Bienal de Design de Mobiliário em Madeira — «Mobilis 2000», em Paços de Ferreira

Dia **18**

¶ Conferiu posse, no Palácio Nacional da Ajuda, aos novos Secretários de Estado do 14.º Governo Constitucional

Dia **19**

¶ Concedeu um depoimento para a RTP, relativo ao dia «22 de Setembro, Lisboa sem carros»

¶ Esteve presente, no lançamento do livro *Direito à Cidadania,* de Alberto Martins, em Lisboa

Dia **20**

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Presidente do BPI, Artur Santos Silva e o Presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal

¶ Inaugurou a Exposição «Porcelanas da China», na Fundação Ricardo Espírito Santo, em Lisboa

Dia **21**

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara de Representantes de Marrocos, Abdelwahad Radi
- o indigitado Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Alvarenga de Sousa Santos

Setembro 2000

Dia **22**

¶ Concedeu uma entrevista à Rádio Renascença

Dia **24**

¶ Presidiu à Sessão de Homenagem a Cândido de Oliveira, ao lançamento do livro *Cândido de Oliveira — Uma Biografia* e à inauguração da exposição fotográfica «Cândido de Oliveira — Uma Obra, Uma Vida», no Auditório do Centro Cultural de Fronteira, tendo em seguida deposto uma coroa de flores junto ao Monumento a Cândido de Oliveira

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Encontro «Oceanos de Paz, Religiões e Culturas em Diálogo», no Centro Cultural de Belém, tendo de seguida oferecido, no Palácio de Belém, uma recepção em honra dos seus intervenientes

Dia **25**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Príncipe Aga Khan

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro de Marrocos, Abderrahmane Youssoufi
- o Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro

Dia **26**

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral do Partido Socialista Operário Espanhol — PSOE, José Luís Zapatero
- o Vice-Presidente do Panamá, Artur Vallarino
- a Embaixadora cessante de Cuba, Mercedes Aguiar Pena

Dia **27**

¶ Visitou a Base Aérea n.º 11, em Beja

¶ Esteve presente no lançamento do livro *Solidariedade Sustentada,* de Correia de Campos, em Lisboa

SETEMBRO 2000

Dia 28

¶ Visitou as novas instalações da Fundação Cidade de Lisboa, e presidiu à Sessão Solene de Abertura do ano lectivo 2000/2001 do Colégio Universitário Nuno Krus Abecasis, em Lisboa

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com várias entidades por ocasião da comemoração do Ano Mundial da Matemática

¶ Assistiu à Récita da Ópera «As Bodas de Fígaro», no Teatro da Trindade, em Lisboa

Dia 29

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Helénica, Apostolos D. Anninos
- da República Islâmica do Paquistão, Shireen Safdar
- da República da Hungria, János Balla
- da República da Eslováquia, Peter Rusinák

Em Aljezur:

¶ Presidiu a uma Sessão Solene, na Câmara Municipal e inaugurou a variante a Odeceixe

Em Vilamoura:

¶ Presidiu ao jantar comemorativo do 10.º Aniversário da Confederação dos Empresários do Algarve

Recebeu em audiência:

- o Procurador-Geral da República, José Narciso da Cunha Rodrigues

Dia 30

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Assembleia Legislativa de Goa, Pratapsingh Rane

¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do 30.º Aniversário da Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, no INATEL, na Costa da Caparica

Outubro 2000

Dia **1**

¶ Visitou em Oliveira de Azeméis a Grande Mostra de Actividades Económicas do Município — CIOL 2000

Dia **2**

¶ No âmbito do programa de entrega dos símbolos da República, visitou a Escola Básica do 1.º Ciclo, n.º 3, na Costa da Caparica
¶ No âmbito das visitas integradas na comemoração do Ano Mundial da Matemática, visitou a Escola Secundária de Linda-a-Velha e a Escola Secundária de Camões

Dia **4**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção a diversos jornalistas estrangeiros

Dia **5**

¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do 90.º Aniversário da Proclamação da República, na Câmara Municipal de Lisboa

Dia **9**

¶ Agraciou, no Palácio de Belém, o ex-Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues
¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Coronel Lima Pinto
¶ Conferiu posse, no Palácio de Belém, ao Procurador-Geral da República, José Souto Moura
¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do Dia Mundial dos Correios, na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa

Dia **10**

¶ Assistiu, no Teatro São Carlos à estreia da Ópera «Il Guarany»

Recebeu em audiência:

- uma delegação da ANAFRE — Associação Nacional de Freguesias

OUTUBRO 2000

Dia **11**

¶ Assistiu, no Teatro Politeama ao espectáculo «Amália», e homenageou o actor Armando Cortez

Dia **12**

¶ Conferiu posse, no Palácio de Belém, ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, José Alvarenga de Sousa Santos
¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional
¶ Participou na Conferência Ministerial «O Grupo Pompidou», em Sintra

Dia **13**

Recebeu em audiência:
• o Presidente do Tribunal de Contas, Alfredo José de Sousa

Dia **15**

¶ Inaugurou a exposição de Escultura «Durante o Fim», de Rui Chafes, no Museu de Arte Moderna em Sintra

Dia **16**

¶ Reuniu, no Palácio de Belém, com entidades responsáveis pela organização da «Capital Europeia da Cultura — Porto 2001»

Recebeu em audiência:
• o ex-Ministro do Plano norueguês, Per Andreas Kleppe

Dia **17**

¶ Visitou o Instituto Politécnico de Santarém
¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 2000-2001, da Escola Superior de Teatro e Cinema, na Amadora

Dia **18**

¶ Visitou a Soporcel, e inaugurou a nova Fábrica de Papel (PM2), na Figueira da Foz

Outubro 2000

Dia 20

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do I Congresso dos Solicitadores, na Universidade Católica, em Lisboa
¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente Federal da República da Áustria, Thomas Klestil, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

Recebeu em audiência:
- o Presidente da Guiné-Bissau, Kumba Yalá
- o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Alvarenga de Sousa Santos

¶ Inaugurou a Exposição «E Assim Aconteceu», de Carlos Pinto Coelho, no Palácio da Mitra, em Lisboa

Dia 23

¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pelo Embaixador da República Francesa em Lisboa, Pierre Brochand, na Embaixada de França, em Lisboa
¶ Assistiu ao lançamento do livro *História da Guerra Colonial,* de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras

Recebeu em audiência:
- o Reitor da Universidade Católica, Manuel Braga da Cruz
- o Presidente cessante da Assembleia Regional Legislativa dos Açores, Humberto Borges Coelho
- o Embaixador da Guiné-Bissau, em Lisboa, Adelino Mano Queta

Dia 24

Recebeu em audiência:
- uma delegação da Federação Agrícola dos Açores
- o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pedro Ribeiro de Menezes
- uma delegação da FENPROF — Federação Nacional dos Professores

OUTUBRO 2000

Dia **25**

No âmbito da visita de Estado a Portugal do Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma:

¶ Assistiu às honras militares, em honra do Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma, na Praça do Império, tendo-o acompanhado na cerimónia de deposição de uma coroa de flores no túmulo de Luís Vaz de Camões. No Palácio de Belém, manteve um encontro restrito com o Presidente Leonid Kutchma, tendo de seguida oferecido um almoço em sua honra. Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em honra do Presidente da Ucrânia.

Recebeu em audiência:

- o Partido Comunista Português
- o CDS — Partido Popular
- o Partido Ecologista os Verdes
- o Bloco de Esquerda

Dia **26**

¶ Inaugurou a Exposição «Políticas de Arquitectura Europeia», na Galeria do IPPAR, e presidiu à Sessão Solene de Abertura do I Congresso da Ordem dos Arquitectos, em Évora

No âmbito da visita de Estado a Portugal do Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma:

¶ Foi o convidado de honra da recepção oferecida pelo Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma, no Palácio Nacional de Queluz

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata

Outubro 2000

Dia **27**

No âmbito da visita de Estado a Portugal do Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma:

¶ Ofereceu, nas Caves Taylor, em Vila Nova de Gaia, um almoço em honra do Presidente da Ucrânia Leonid Kutchma, tendo de seguida apresentado cumprimentos de despedida no Aeroporto Sá Carneiro, no Porto

Dia **30**

¶ Presidiu ao lançamento do livro *Os 25 Anos da Questão de Timor-Leste no Parlamento Português* na Assembleia da República
¶ Assistiu ao lançamento do livro *As Sete Partidas do Mundo,* de Maria João Avilez, na Fundação Calouste Gulbenkian

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Carlos Mário Velloso
- o Embaixador de Portugal em Berna, Rui Goulart Ávila
- o Embaixador cessante do México, José Alvarez Lima

Novembro 2000

Dia **2**

Recebeu em audiência:

- o Comissário Europeu, António Vitorino

Dia **5**

¶ Deslocou-se a Ourique, onde, após uma Sessão Solene na Câmara Municipal, entregou as chaves das novas casas atribuídas às famílias desalojadas pela intempérie de 1997

NOVEMBRO 2000

Dia 6

¶ Visitou a Escola Básica 2+3 de Vialonga

Recebeu em audiência:

- o Presidente do CDS — Partido Popular, Paulo Portas

Dia 7

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do X Congresso das Comunicações «A Concorrência e a Economia Digital», nas antigas instalações da FIL

¶ Encontrou-se no Palácio de Belém, com o Presidente da República Checa, Vaclav Havel, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Ankara, António Monteiro Portugal

Dia 8

¶ Assistiu ao lançamento do livro *Páginas Tantas,* de Carlos Brito, na Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa

Dia 9

¶ Visitou a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e presidiu à Sessão Comemorativa dos seus 20 Anos

Dia 10

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra dos Bispos D. Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento

¶ Esteve presente no lançamento dos dois primeiros títulos da «Biblioteca Baptista Bastos» (*Cão Velho Entre Flores* e a *Colina de Cristal*), no Palácio Galveias, em Lisboa

Novembro 2000

Dia **11**

¶ Visitou a XXV Feira Nacional do Cavalo, na Golegã, onde inaugurou a Sede da Associação Nacional de Turismo Equestre

Dia **12**

¶ Assistiu à estreia do filme «Palavra e Utopia», de Manuel de Oliveira, em Lisboa

Dia **13**

¶ Conferiu posse, no Palácio de Belém, ao Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General António Vaz Afonso

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arménia, Vartan Oskanian
- o Presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes, Júlio Oliveira
- os membros dos novos corpos gerentes do Sindicato de Jornalistas

Dia **14**

¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Prémio PME Excelência, do IAPMEI, no Europarque, em Santa Maria da Feira

¶ Esteve presente no jantar de encerramento das comemorações dos «150 Anos do Periquita», em Vila Nogueira de Azeitão

Dia **15**

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso

Dia **16**

Deslocação a Newark

¶ Deslocou-se a Newark para contactar com a comunidade portuguesa naquela cidade, tendo visitado algumas instituições e estabelecimentos comerciais portugueses e almoçado com representantes da Comunidade Portuguesa de Newark.

NOVEMBRO 2000

Dias **17** a **20**

X Cimeira Ibero-Americana

¶ Visitou o Panamá para participar na X Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, tendo-se encontrado com a Presidente Mireya Moscoso, e participado no jantar oficial por ela oferecido aos Chefes de Estado e de Governo presentes na cimeira. Na cidade do Panamá encontrou-se ainda com o Presidente da Câmara Municipal, que lhe entregou as chaves da cidade, visitou o Canal do Panamá e encontrou-se com representantes da Comunidade Portuguesa.

Dia **21**

¶ Assistiu ao lançamento do livro *A Caverna,* de José Saramago, em Lisboa

¶ Assistiu ao lançamento do livro *Eu, Abaixo-Assinado,* de João de Deus Pinheiro, no Palácio Foz, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Alcaide de Barcelona, Juan Clós

Dia **22**

¶ Presidiu à entrega de Prémios de Consagração de Carreira ao escritor Urbano Tavares Rodrigues e ao intérprete e autor Vitorino Salomé, integrado nas comemorações do 75.º aniversário da Sociedade Portuguesa de Autores, na Central Tejo, em Lisboa.

Dia **23**

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Islãmica do Irão, Rasul Movahedian Attar
- do Japão, Takeru Sasaguchi
- da República Checa, Jarommir Kvapil

Novembro 2000

¶ No âmbito da Semana da Ciência e Tecnologia, visitou, no Porto o Instituto de Biologia Molecular e Celular, o Instituto de Engenharia Biomédica e o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto.
¶ Esteve presente no jantar de gala a favor da Fundação «O Século», no Casino do Estoril

Recebeu em audiência:
- uma delegação da Marcha «Chama para a Amizade»

Dia **24**

¶ Presidiu à VI Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul de Lisboa a Marguerite Barankitse e a Mário Soares, na Assembleia da República
¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo da Escola Naval e de Encerramento do Colóquio «Dos Mares de Cabral ao Oceano da Língua Portuguesa», no Alfeite
¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do IV Congresso da Indústria de Moldes, na Marinha Grande

Recebeu em audiência:
- o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General António Vaz Afonso

Dia **25**

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do III Congresso dos Empresários do Centro, em Viseu

Dia **26**

Recebeu em audiência:
- a Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau
- o senador brasileiro, Jorge Bornhausen

NOVEMBRO 2000

Dia **28**

¶ Presidiu à Sessão Solene de Entrega dos Prémios SECIL de Arquitectura 2000, na sede da Ordem dos Arquitectos, em Lisboa

Dia **30**

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da Bélgica, Michel Swiatopolk-Czetwertynsky
- da Guiné-Bissau, Máximo Gomes
- da República de Cuba, Reinaldo Caviac Lafferté

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do «Festival Número» — I Festival de Arte(s), Multimédia, Cinema, Música e Moda de Lisboa, em Lisboa

¶ Assistiu à Ténnis Mastercup 2000 Lisboa, no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações

Recebeu em audiência:

- os Jograis Fernando Pessoa

DEZEMBRO 2000

Dia **1**

¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do 1.º de Dezembro, no Mosteiro de Alcobaça

¶ Visitou as obras de recuperação do Mosteiro de Alcobaça

¶ Presidiu à Sessão Inaugural do Museu de Faiança Raul da Bernarda, em Alcobaça

Dia **7**

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Conselho Superior de Magistratura, Jaime Cardona Ferreira
- o Procurador-Geral da República, José Souto de Moura

Dezembro 2000

- o Embaixador da República da África do Sul, Lucas Makhubela
- o Embaixador de Portugal em Luanda, Fernando Oliveira Neves
- o ex-Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, António Pinto de França

Dia **8**

Recebeu os cumprimentos de Boas-Festas e Ano Novo:
- das Chefias Militares

¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

Dia **19**

Recebeu os cumprimentos de Boas-Festas e Ano Novo:
- do Procurador-Geral da República
- do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
- do Presidente do Tribunal de Contas
- do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo
- do Presidente do Tribunal Constitucional

¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do Bimilenário da Cidade de Braga, em Braga

Dia **21**

¶ Procedeu à concessão anual de indultos

Recebeu os cumprimentos de Boas-Festas e Ano Novo:
- do Governo

Janeiro 2001

Dia **8**

¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

JANEIRO 2001

Dia **13**

¶ Presidiu à Sessão Solene Inaugural do «Porto 2001 — Capital Europeia da Cultura»

Dia **18**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Bispo de Baucau, D. Basílo do Nascimento

Recebeu em audiência:

- a Presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, Luisa Fernanda Rudi

Dia **19**

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do V Encontro Nacional de Fundações, no Palácio de Valença, em Sintra

Dia **26**

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal nas Filipinas, João José Caetano da Silva
- o Presidente do Partido Social-Democrata, José Manuel Durão Barroso

Deslocação ao Reino dos Países Baixos por ocasião da Inauguração de «Roterdão 2001 — Capital Europeia da Cultura»

¶ Deslocou-se à Holanda para a inauguração de Roterdão como Capital Europeia da Cultura em 2001, tendo-se encontrado em Haia com a Rainha Beatriz, que ofereceu um jantar em sua honra na residência oficial Huis then Bosch. Em Roterdão, na companhia da Rainha Beatriz, participou na Cerimónia de Inauguração de Roterdão 2001 — Capital Europeia da Cultura, no Palácio de Congressos (Doelen).

Janeiro 2001

Dia **30**

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Jaime Cardona Ferreira
- o Procurador-Geral da República, José Sotto de Moura

Dia **31**

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República da Índia, Madhu Bhaduri
- da República da Indonésia, Harry Pryhoetomo Haryono
- da República da Turquia, Suha Noyan
- da República do Peru, Manuel Veramendi Serra

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal na Noruega, Manuel Barreiros
- o Embaixador de Portugal na Ucrânia, Pedro Vasconcelos e Castro
- a Representante de Portugal na OCDE, Ana Martinho

Fevereiro 2001

Dia **1**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência das «Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil nos Países da Europa», na Fundação Calouste Gulbenkian

¶ Presidiu à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

Recebeu em audiência:

- o Director-Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Kamil Idris

Dia **2**

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Tunes, Manuel Moreira Andrade
- o Embaixador de Portugal em Camberra, José Vieira Branco

FEVEREIRO 2001

Dia 8

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- do Sultanato de Omã, Jaifer Bin Al Said
- do Vietname, Nguyen Manh Dung
- do Myanmar, Phone Myunt
- do Quénia, Boaz Kidiga Mbaya
- do Lesoto, Lebohang Ramohlanka
- da Guatemala, António Pallarés Buonafina

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, no Supremo Tribunal de Justiça

Dia 9

¶ Recebeu os cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Convento de Mafra

¶ Ofereceu, um concerto seguido de jantar ao Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Palácio Nacional da Ajuda

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Buenos Aires, José Augusto Seabra
- o Embaixador de Portugal em Manila, Filipe Guterres

Dia 12

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Presidente do Conselho Económico e Social, José Silva Lopes

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Conselho de Administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, João Goulão

Dia 13

¶ Presidiu ao lançamento do livro *Sociedade, Tecnologia e Inovação Empresarial,* da Colecção «Debates» da Presidência da República, no Palácio de Belém

Fevereiro 2001

Recebeu em audiência:
• o professor universitário, Pedro Bacelar Vasconcelos

Dia **14**

¶ Inaugurou as novas instalações da Faculdade de Direito de Lisboa

Recebeu em audiência:
o Membro do Gabinete da Administração Transitória de Timor-Leste, Mário Alkatiri

Dia **15**

Recebeu em audiência:
• uma delegação Partido Comunista Português
• uma delegação do CDS — Partido Popular
• os participantes do curso de formação para futuros diplomatas Timorenses

¶ Assistiu ao jogo dos oitavos de final da Taça UEFA, entre o Futebol Clube do Porto e o Nantes, no Estádio das Antas, no Porto

Dia **16**

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio

Recebeu em audiência:
• uma delegação do Partido Social-Democrata
• uma delegação do Bloco de Esquerda
• o Presidente da APOSCE, Adrian Saverin
• uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores — CGTP-IN
• o Presidente da República da Guiné-Bissau, Kumba Yalá

Dia **18**

¶ Assistiu ao Doutouramento *Honoris Causa* de Fernando Aguiar Branco, na Universidade de Coimbra

FEVEREIRO 2001

Dia **19**

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Ismail Cem
- a Associação Portuguesa de Imprensa, a Associação Portuguesa de Imprensa Regional, a União Portuguesa de Imprensa Regional e a Associação da Imprensa de Inspiração Cristã

Dia **20**

Recebeu em audiência:

- a Presidente do Conselho Nacional de Educação, Teresa Ambrósio
- o Bastonário da Ordem dos Economistas, António Simões Lopes
- o Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas, Orlando Monteiro da Silva

¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do 30.º Aniversário do Círculo de Leitores, em Lisboa

Dia **21**

Recebeu em audiência:

- a Comissão de Acompanhamento da Situação de Timor-Leste da Assembleia da República

Dia **22**

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Associação Portuguesa de Seguradores, António Rodrigues
- o Embaixador de Portugal em Santiago do Chile, António Faria e Maya

Dia **28**

¶ Assistiu ao jogo de futebol entre as Selecções de Portugal e Andorra, no Estádio dos Barreiros, no Funchal

Março 2001

Dia **1**

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com os Ministros da República para a Madeira e Açores
¶ Presidiu à reunião do Conselho de Estado

Recebeu em audiência:

- o Ministro da República para os Açores, Sampaio da Nóvoa
- o Ministro da República para a Madeira, Monteiro Diniz

Dia **2**

¶ Assistiu à peça de teatro «Mãe Coragem e Seus Filhos», no Teatro de Almada

Recebeu em audiência:

- o Juiz-Conselheiro, Sampaio da Nóvoa
- o Advogado, Guilherme da Palma Carlos
- o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, José Maria Gonçalves Pereira

Dia **3**

¶ Assistiu à Ópera «Guerras do Alecrim e Manjerona», de António José da Silva e António Teixeira, no Teatro da Trindade

Dia **4**

¶ Esteve presente na liturgia de Acção de Graças pela elevação de Dom José da Cruz Policarpo, Patriarca de Lisboa, à dignidade de Cardeal, no Mosteiro dos Jerónimos

Dia **5**

Recebeu em audiência:

- a pintora, Romy Castro
- o Presidente da Direcção do Fórum Portucalense, António Vilar
- o Economista, Ulpiano Nascimento
- o Embaixador de Portugal em Moscovo, Joaquim Caimoto Duarte

MARÇO 2001

Dia 6

¶ Deslocou-se a Castelo de Paiva onde visitou o local da tragédia da queda da ponte sobre o Douro de Entre-os-Rios, tendo visitado as famílias de todas as vítimas

Recebeu em audiência:

- o Ministro da Defesa de Espanha, Federico Trillo-Figueroa

Nota: No âmbito do seu relacionamento institucional com o Governo, recebeu semanalmente, às quintas-feiras, o Primeiro-Ministro, António Guterres, bem como, regularmente e quando tal se justificou, Membros do Governo, Deputados à Assembleia da República e Membros do Conselho de Estado.

Coordenação: Alberto Laplaine Guimarães
José Manuel dos Santos

Colaboração: Clara Chambel

Orientação gráfica: José Brandão

Fotografias: Orlando Teixeira
Jorge Brilhante

Capa: José Brandão

Da presente edição fez-se
uma tiragem normal de 3100 exemplares
em papel *IOR* de 80 grs./m^2

Acabou de imprimir-se
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda
em Dezembro de 2001

EDIÇÃO 130 000 3024
CÓDIGO 292 279 000
ISBN 972-27-1106-7

DEP. LEGAL N.º 141 541/99